

UnB
Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História

**“A mão estendida em conciliação”: a revista *Veja* e a transição política
(Novembro de 1983 – Janeiro de 1985)**

Rodrigo Otavio Seixas Ferreira

Brasília

2014

**“A mão estendida em conciliação”: a revista *Veja* e a transição política
(Novembro de 1983 – Janeiro de 1985)**

Dissertação de Mestrado elaborada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ione de Fátima Oliveira e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração: História Social; linha de pesquisa em Sociedades, Instituições e Poder.

Rodrigo Otavio Seixas Ferreira

Brasília

2014

**“A mão estendida em conciliação”: a revista *Veja* e a transição política
(Novembro de 1983 – Janeiro de 1985)**

Rodrigo Otavio Seixas Ferreira

Dissertação de Mestrado elaborada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ione de Fátima Oliveira e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração: História Social; linha de pesquisa em Sociedades, Instituições e Poder.

Examinada por:

Presidente, Prof.^a Dr.^a Ione de Fátima Oliveira (HIS/UnB)

Prof.^a Dr.^a Léa Maria Carrer Iamashita (Faculdade Integrada JK)

Prof.^a Dr.^a Eloísa Pereira Barroso (HIS/UnB)

Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Ferreira Menezes (HIS/UnB) – suplente

Brasília
Julho de 2014

Dedico este trabalho à minha esposa Liliane e ao nosso filho Felipe, forças inspiradoras, amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Foi longo o caminho percorrido para a realização deste trabalho. Do momento em que a ideia surgiu, há cerca de 10 anos, até o término da redação, inúmeras pessoas foram importantes para que fosse, enfim, consumado. Convém, portanto, mencioná-las e agradecer-las, pelo suporte que forneceram, pelo estímulo que prestaram, pelo carinho que demonstraram.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha mulher Liliane, pelo apoio incondicional dado a essa tarefa mais do que árdua. Seu incentivo, paciência e dedicação foram imprescindíveis para que este desafio que me propus a enfrentar fosse vencido.

Agradeço também à minha família, especialmente aos meus pais, Emmer e Maria Aprígia, pelas palavras ao mesmo tempo confortantes e encorajadoras que sempre me dirigiram. Companheiros de profissão, eles entendem perfeitamente o quão importante é a nossa missão.

Minha orientadora, professora Ione Oliveira, que num momento de dificuldade abraçou o meu projeto e que tanto me ajudou, merece também os mais honrosos agradecimentos. Generosa e paciente, soube compreender e lidar com as dificultosas condições em que compus a escrita desta dissertação.

Agradeço também os meus amigos, Juanito, JM e Rafael, pelos diálogos que muitas vezes clarearam minhas ideias, e pelo incentivo que me dirigiram.

Menção honrosa também aos muitos colegas professores com os quais trabalhei nos últimos quatro anos. Um, em particular, entendia perfeitamente o estresse e as angústias que me acometiam. Ao amigo José Gadelha, portanto, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço igualmente aos muitos funcionários da Biblioteca do Senado, que por cerca de 1 ano e meio tão solícitamente me atenderam durante as pesquisas bibliográfica e documental. Seu trabalho de compilação e o zelo dispensado ao imenso acervo daquela instituição são fundamentais para o ofício dos historiadores.

Por fim, gostaria muito de agradecer a dois mestres que, infelizmente, vieram a falecer durante a composição deste trabalho – Carlos Nelson Coutinho e Eric J. Hobsbawm. Intelectuais públicos, altruístas, engajados no contato com os “simples”, seu exemplo e sua obra desde cedo me inspiraram e me instigaram.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado analisa, com base na cobertura jornalística feita pela revista **Veja**, a transição política efetuada no Brasil em meados da década de 1980. Por entendermos que a imprensa não somente descreve os fatos que divulga, mas os interpreta e, portanto, confere-lhes um sentido, decidimos submeter a um exame o papel histórico desempenhado por **Veja** na legitimação da “modalidade brasileira de transição”. Pois compreendemos que o discurso elaborado e veiculado pela revista, ao dar ênfase à personagem Tancredo Neves e às ideias de que era necessária uma mudança “pacífica” e “organizada”, constitui prova contundente da ação hegemônica de que falava o filósofo italiano Antonio Gramsci. Isto é, a intervenção feita por **Veja** foi muito útil para justificar uma reencenação da estratégia política da “conciliação”, o tradicional recurso por meio do qual as classes dominantes brasileiras mantêm intacto seu domínio sobre a sociedade.

Palavras-chave: transição política; imprensa; revista **Veja**; hegemonia; Tancredo Neves; “conciliação”.

ABSTRACT

This Mater's Dissertation analyses Brazilian political transition in the middle 80's based on the news coverage of **Veja** magazine. As we understand the press not only concerned by the description of facts, but also in their interpretation, and so the press gives facts a sense, we decided to exam the historical role **Veja** has played in legitimating "Brazilian way of transition". We understand that **Veja** discourse, when emphasizing Tancredo Neves and the ideas of a "pacific" and "organized" transition, is a irrefutable proof of hegemonic action, as mentioned by the Italian philosopher Antonio Gramsci. In other words, **Veja** intervention was useful by justifying the reenacting of political strategy of "conciliation", the traditional resource in which the Brazilian dominant classes keep intact its domain over society.

Keywords: political transition, press, **Veja** magazine, hegemony, Tancredo Neves, "conciliation"

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPÍTULO I – O projeto da “distensão”, a questão da censura e o papel da revista <i>Veja</i>.....	18
1.1 – Geisel, Golbery e a ideia da “distensão”.....	18
1.2 – O Estado “ampliado” e a questão da censura: a necessidade de uma nova forma de legitimação.....	25
1.3 – O traço instrumental: a censura na revista <i>Veja</i>	33
CAPÍTULO II – Liberdade concedida x liberdade conquistada: a dialética entre o projeto de abertura e o processo de abertura no governo Geisel.....	39
2.1 – A “crise do petróleo” e as eleições de 74.....	40
2.2 - As “regras de ação” e a lógica da “distensão”.....	43
2.3 - Os efeitos políticos da crise: o ressurgimento do protesto organizado..	49
2.4 - Brasil x EUA: a parceria desfeita.....	57
2.5 – A “missão Portella”.....	60
2.6 – Geisel e a “linha dura”.....	63
2.7 – O MDB em disputa: Tancredo, os “autênticos” e a questão das reformas constitucionais.....	68
2.8 – A sucessão de Geisel e as eleições de 1978.....	74
CAPÍTULO III – O governo Figueiredo e os limites da “conciliação”.....	82
3.1 – A crise econômica.....	83
3.2 – O recrudescimento da mobilização social.....	89
3.3 - A anistia: “um ato unilateral do Poder”?.....	100
3.4 – A reformulação partidária e a tática da “cooptação por partes”.....	110
3.5 – O crepúsculo da “linha dura”.....	116
3.6 – Ainda sob controle: as oposições e as eleições de 1982.....	125

CAPÍTULO IV – A revista Veja e a legitimação da “conciliação”.....	130
4.1 - A questão sucessória em disputa: o <i>projeto da "conciliação"</i> e a luta pela ampliação das possibilidades políticas.....	137
4.2 – O clamor por mudança e a necessidade de uma “negociação construtiva”.....	150
4.3 – Moldando o “grande acordo nacional”: Tancredo e a dissidência pedessista.....	166
4.4 – O preparo da “grande batalha”: Tancredo <i>versus</i> Maluf.....	190
4.5 – Pacto social e “Nova República”: a consolidação da estratégia da “conciliação”.....	195
CONCLUSÃO.....	218
FONTES.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	236

Introdução

No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves derrotou de forma arrasadora, num Colégio Eleitoral repleto de delegados “biônicos” do regime civil-militar, o então deputado Paulo Maluf na disputa indireta à presidência da República (foram 480 votos contra 180). Sua eleição tinha um significado mais que especial, pois encerrava o ciclo ditatorial pelo qual o país passara quase 21 anos, desde o Golpe de 64. No discurso que fez, logo após a confirmação de sua vitória, o experiente líder afirmou:

Neste momento, alto na História, *orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático.*

(...) *Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras.*

(...) *Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o Governo, a Nação e o Estado. (Jornal do Brasil, 16 jan. 1985, p. 4 – grifo nosso)¹*

Como presidente eleito, portanto, Tancredo ressaltou que o período no qual a sociedade brasileira fora *subjugada pela força e silenciada pelo medo* estava chegando ao fim. O *tempo das trevas*, onde predominaram as práticas da repressão e da perseguição, tinha sido superado. O país, por conseguinte, reencontrava-se com os valores democráticos que lhe são intrínsecos. *Apaziguadoramente, harmoniosamente.*

A fala de Tancredo foi pertinente com o processo de transição levado a efeito no Brasil. Afinal, mais de dez anos haviam se passado desde que o general Ernesto Geisel lançara sua proposta de “distensão lenta, gradual e segura”. E foi em consonância com muitas das premissas básicas daquele projeto – quais sejam, a “cooperação”, a “serenidade”, a “cautela”, o “bom senso” – que a transição política brasileira fora, enfim, efetuada com sucesso.

Mas o ex-governador mineiro também entendia que o processo de liberalização do país deveria ser pautado pelo “comedimento” e pela “prudência”. Democrata convicto, moderado, coerente em suas posições, ele viu na proposta lançada por Geisel, e depois consumada sob a liderança do general João Figueiredo, uma real oportunidade para o fim do

¹ O periódico reproduziu, na íntegra, o discurso feito por Tancredo no plenário da Câmara dos Deputados.

regime ditatorial. Justamente por isso, empenhou-se em articular apoios e em elaborar uma linha de argumentação para sustentar as suas concepções.

No que se refere àquele primeiro aspecto, Tancredo trabalhou com afinco para constituir uma base sólida e representativa. Não por acaso, portanto, em torno de sua candidatura foi estruturada uma inédita coalizão de forças políticas, a autoproclamada “Aliança Democrática”. União que, embora apoiada por grupos de orientação socialdemocrata e até mesmo comunista, foi hegemonizada de fato pelos ditos “liberais” e pelos conservadores. A propósito, a verdadeira obra política erigida pelo experiente líder foi à época aclamada como um exemplo de “equilíbrio ideológico”. A revista **Veja** (23 jan. 1985, p. 29), por exemplo, assim a definiu:

A enorme frente de agrupamentos políticos liderada por Tancredo Neves provavelmente exibirá fraturas, mas não alguma lhe retirará o mérito de ter operado, sem traumas, *a mais competente transição política da história do Brasil*. Graças a ela, o país pôde viver (...) um singularíssimo dia da caça. No Congresso, comunistas conviviam com companheiros de jornada que, no passado, integraram governos que os perseguiram. Nos gabinetes, políticos cassados entendiam-se com ex-ministros que haviam endossado atos de cassação. [Grifo nosso]

Em face daquele *arranjo*, fez-se necessária a elaboração de um discurso congruente com o verdadeiro ecumenismo que o caracterizava. Logo, não nos parece casual o zelo dispensado à linguagem durante toda a campanha aliancista. Como a chamada opinião pública demonstrava de forma contundente seu repúdio à ditadura, urgia denunciá-la. Mas em um tom que não fosse considerado ofensivo pelos dissidentes pedessistas, parceiros de primeira hora da “Revolução Redentora de 1964”. Como os “novos tempos” invocavam a defesa da democracia, convinha defendê-la enfaticamente, mas sem fazer menção aos abusos e aos crimes contra os direitos humanos cometidos pelos agentes do regime ditatorial.

Ademais, se a ideia era “promover o entendimento” no país, devia-se esquecer o passado. Agir com responsabilidade, abrir-se para o diálogo. O povo estava farto dos descabros econômicos e da prepotência dos dirigentes autoritários. Demandava urgentemente uma mudança. As lideranças políticas, por conseguinte, deveriam trabalhar para que fossem concretizadas, de forma “sensata” e “realista”, as mudanças requeridas. Deveriam se empenhar, enfim, pela *conciliação*.

Acontece, porém, que a palavra *conciliação* tem pelo menos dois significados: o semântico e o político. Segundo o **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa** (FERREIRA, 1974, p. 308), o vocábulo *conciliação* significa o “ato ou efeito de conciliar”, ou seja, “pôr em harmonia; pôr de acordo; congraçar”. Todavia, sabemos que, em suas

análises, os historiadores buscam fazer um uso crítico dos termos com os quais trabalham. Por isso, estabelecem uma distinção entre “conceito” e “palavra”, visto que conceituar exige uma formulação teórica.² O pesquisador, portanto, deve levar em consideração o fato de que os vocábulos estão inseridos em “sistemas político-sociais” específicos (no tempo). Logo, eles podem não se resumir a “simples” palavras (KOSELLECK, 1992, p. 135; 2006, p. 98).

O conceito de “conciliação”³ evocado por Tancredo adquire um significado muito mais amplo se temos conhecimento do seu propósito e do contexto em que foi formulado (no caso, reformulado, visto que o próprio conceito tem uma história). Em se tratando da transição política brasileira, convém perguntarmos: quem iria harmonizar o quê? Sob que condições? Com que objetivos?

No já citado discurso do dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo salientou que “a conciliação se faz em torno de princípios”. E que “rejeitaria, se houvesse quem pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome”. Ora, sabemos que a ideia de “encerrar o passado”, exigida pelos militares, foi um pressuposto básico para que fosse efetivada a transição. E que, justamente por ser visto com um líder “confiável”, porque avesso a “radicalismos”, Tancredo conquistara grande parte do PDS, o partido governista que derrotara a proposta da eleição direta para a Presidência da República.

A “conciliação”, portanto, seria uma *estratégia política*, distinta do acordo feito entre partes – atores ou grupos sociais – que se equivalem. Para o filósofo Michel DEBRUN (1984, p. 13; 15), ela seria, em verdade, um produto do desequilíbrio, da assimetria entre os parceiros. E, assim sendo, tem como traço marcante a cooptação, pois envolve, de modo simultâneo, premissas e promessas.

A propósito, convém indagarmos: quais seriam os condicionantes estruturais da “conciliação”? E quem seriam os seus protagonistas?

Ainda de acordo com DEBRUN (1984, p. 122; 136; 138), em razão do enorme hiato econômico, social e cultural que separa os seus grupos sociais, no Brasil “sempre houve a

² De modo geral, um conceito pode ser entendido como uma formulação de caráter abstrato e generalizante, no qual um determinado vocábulo engendra a essência e/ou as características mais marcantes de um fenômeno observável empiricamente. O seu intuito básico é definir, esclarecer o fenômeno, torná-lo inteligível. Trata-se, pois, de um aspecto de suma importância para o processo de teorização, de produção de conhecimento. Ele, enfim, enriquece a compreensão sobre o objeto enfocado, visto que atua como um mediador entre o sujeito que pensa e o real. Cf., a respeito, BARROS, 2011, p. 110; PROST, 2008, p. 116-117; 120-121; MARROU, 1975, p. 144.

³ O uso das aspas tem o intuito de enfatizar o conceito, contrapondo-o ao significado que em geral se atribui ao vocábulo.

possibilidade, por parte dos dominantes, de utilizar e/ou de neutralizar todos os dominados”. Isto é, o caráter vertical da estrutura econômico-social brasileira leva à marginalização de determinados setores, o que resulta na restrição da atividade política – ainda que haja o direito ao voto e o funcionamento das instituições representativas. A “conciliação”, por conseguinte, configura-se enquanto um pacto “que os grupos dominantes praticam em relação a *certos* dominados, ou a dominantes provisória ou definitivamente ‘destituídos’”. [Grifo no original]

O termo *conciliação*, é importante enfatizarmos, notabilizou-se no contexto de afirmação do Segundo Império, ou seja, a partir dos anos 1850. À época, o Brasil vivenciava a ascensão da lavoura cafeeira, processo que foi de vital importância tanto para o seu desenvolvimento econômico e social quanto para a sua conformação política. Após um período de significativas revoltas provinciais, nas quais as sensações de “anarquia” e de enfraquecimento da autoridade do governo impactaram de modo veemente a elite política nacional, desenvolveu-se a ideia de se levar adiante a “pacificação” do país, que poderia proporcionar o “progresso dentro da ordem”.

Apresentou-se, portanto, a “conciliação”. Após o traumático episódio da Revolta Praieira, foi erigido um arranjo de poder no qual o arrefecimento das paixões pudesse resultar em uma harmonização dos interesses. Ao invés de um “ajuste de contas” entre vencedores e vencidos, que poderia alongar e até mesmo radicalizar as rivalidades, foi proposto o congraçamento, com apelos, inclusive, às semelhanças socioeconômicas e ideológicas entre um grupo e outro. Isto é, diante da possibilidade de os movimentos de cunho popular crescerem e ganharem autonomia, ameaçando o estado de coisas, os grupos hegemônicos no poder lançam a proposta de trégua em direção aos dissidentes, com base em argumentos dissuasórios do tipo “eles constituem uma ameaça a todos nós”. Tendo sido bem-sucedida, a “conciliação” inaugurou uma “fase de paz e prosperidade”, sem grandes rebeliões e abalos na ordem pública, ao mesmo tempo em que manteve a grande maioria da população alheia aos direitos básicos de cidadania (GUIMARÃES, 2008, p. 154-156; RODRIGUES, 1982, p. 54; 66).⁴

Mas, voltemos. No que tange ao contexto da transição política da década de 1980, interessa-nos “a questão de saber o que restou do passado na *transação* do presente”

⁴ Precisamente por causa de tal artimanha, o historiador José Honório RODRIGUES (1982, p. 57; 67; 73) concebe a “conciliação” como uma “fórmula política” apaziguadora, um compromisso com o presente indiferente ao futuro, uma acomodação elitista cujo propósito foi, sempre, impedir, enfrear a promoção de reformas estruturais. Disse ele: “As minorias dominantes no Brasil, para evitar as convulsões sangrentas, sempre prometeram reformas, especialmente nas crises, e quando o povo se continha e elas se tornavam senhoras da situação, descumpriam as promessas”.

(VIEIRA, 2000, p. 189 – grifo nosso). O cenário em que se passou o “entendimento”, por exemplo, era bem diferente. A sociedade brasileira tinha experimentado transformações intensas, e as inúmeras manifestações sociais ocorridas nos centros urbanos constituem prova eloquente. As forças de oposição à ditadura, portanto, contavam com uma significativa base de apoio. Ainda assim, capitaneada por Tancredo, a maior parte daquelas forças anuíram à “mão estendida em conciliação”.⁵

Tal especificidade, por conseguinte, leva-nos a considerar a hipótese de que foi construída, em verdade, uma “nova conciliação”. Isto é, buscou-se um “pacto social”, sob a liderança de quem tinha “habilidade política” para tanto, de modo que as imperiosas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais fossem, enfim, realizadas. Gradualmente. Isto é, sem “arroubos” e, conseqüentemente, “retrocessos”.

O continuísmo envolto sob o lema da mudança? A hegemonia como “parâmetro inquestionável” (DEBRUN, 1984, 108)? Perguntas que a análise aqui proposta procurará responder.

Para tanto, faremos uso dos editoriais, das entrevistas e, principalmente, das reportagens da revista **Veja**. Por duas razões, em especial:

- 1^a) porque, em consonância com a ideia “ampliada” de documento, concebemos como imprescindível o estudo da História “por meio da imprensa”. Isto é, os diversos tipos de periódicos devem ser enfocados pelas informações que fornecem, e devem também ser examinados em si mesmos, “em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas” (DE LUCA, 2005, p. 118; CHARTIER, 2002, p. 13);
- 2^a) porque se trata de um veículo noticioso não-diário, caracterizado, portanto, por um *estilo interpretativo* próprio. Ao contrário da imprensa de circulação diária, condicionada pela rapidez, os jornais e revistas com uma periodicidade mais espaçada optam por um tratamento textual mais ordenado, “literário” e editorializado, constituindo-se, assim, numa prática jornalística diferenciada (LAGE, 1979, p. 86-96; VILAS BOAS, 1996, p. 9; 71-75).⁶

⁵ Essa expressão, a nosso ver extremamente significativa, foi mencionada pelo general Figueiredo no discurso que pronunciou no dia 15 de março de 1979, quando tomou posse na Presidência da República.

⁶ Em seu livro, o jornalista Mario Sergio Conti, que por quinze anos trabalhou na revista **Veja** (sete dos quais exercendo o cargo de diretor de redação), explica como as reportagens da revista passavam por um intenso e intrincado processo de escrita e reescrita. O repórter, o editor, os “checadores” e, a depender da matéria em pauta, até mesmo o editor executivo interferiam na composição de um texto. Não por acaso, portanto, as reportagens de **Veja** não tinham assinatura. Tratavam-se, pois, de textos oficiais. Cf. CONTI, 2012, p. 46-47.

Veja, ademais, é o periódico de maior sucesso do gênero mais bem-sucedido da imprensa não-diária: o jornalismo de revista.

Veja é hoje a revista mais vendida e mais lida do Brasil, a única revista semanal de informações no mundo a desfrutar de tal situação. Em outros países, revistas semanais de informação vendem bem, mas nenhuma é a mais vendida – esse posto geralmente fica com as revistas de tevê. (...) [O periódico é, também] a quarta revista de informação mais vendida no mundo, atrás das norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report*. (SCALZO, 2003, p. 31)

Lançada em setembro de 1968 (no auge, portanto, das manifestações estudantis contra a ditadura militar), **Veja** tinha o intuito de ser uma revista semanal de informação diferenciada, ou seja, de alcance nacional e moderna quanto aos aspectos gráficos e estéticos. Tendo se destacado, desde o início, por suas reportagens de cunho político, o periódico logo se envolveu em problemas com o regime fardado – algumas de suas edições, inclusive, chegaram a ser apreendidas nas bancas.⁷

Assim como a situação política do país, que ao longo dos anos 70 oscilou do período de supremacia da chamada “linha dura” militar à fase dos “castelistas”, a atividade de **Veja** alternou momentos de confronto e de deferência. Se, por um lado, a revista continuou a investir nas reportagens de assuntos considerados proibidos pela ditadura – o que levou o governo a instituir a censura prévia ao periódico –, por outro apoiou, desde início, o projeto de distensão política da dupla Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva.

Na década de 80, **Veja** enfim consolidou a sua liderança no mercado editorial de revistas.

Os acontecimentos políticos, como as eleições e as grandes mobilizações populares, e também as reviravoltas da política econômica impulsionaram essa expansão. (...) O crescimento da demanda por informações na vigência do sistema democrático e a tendência monopolística do setor jornalístico no Brasil formaram o pano de fundo desse processo.

Simultaneamente, o periódico procurou explicitar a defesa de seus princípios (a economia de mercado, a democracia liberal) e a crítica das ideias que considerava ultrapassadas (a intervenção do Estado na economia, a reforma agrária distributiva etc.). Buscou também estreitar a relação com o seu público-leitor, por meio da concepção de

⁷ “De setembro a dezembro de 1969, **Veja** trouxe 14 capas com assuntos políticos, de difíceis apurações à época, entre elas a morte de Carlos Marighela, a participação de padres na luta armada, a crise militar pela sucessão presidencial, o sequestro do cônsul americano Charles Burke Elbrick e as duas famosas capas sobre torturas [edições nº 65 e 66, respectivamente]”. Cf. ALMEIDA, 2009, p. 55.

“mandato do leitor”, ou seja, a ideia de que o leitor, ao optar por um veículo jornalístico, está lhe concedendo a “missão” de investigar, julgar e publicizar os fatos que, supostamente, sejam de interesse público (DHBB, p. 6001-6004).

Com efeito, precisamente porque consideramos a revista **Veja** um veículo prestigioso e relevante, optamos por priorizar sua análise acerca dos momentos decisivos do processo de transição política da sociedade brasileira. Nosso objetivo principal, portanto, consiste em examinar o discurso por meio do qual o periódico abordou a estratégia da “conciliação”, traço marcante da nossa democratização. Como a descreveu? Como a analisou? Como, por exemplo, buscou pautar os assuntos a serem debatidos? Que tipo de *representações*⁸, ideias e modos de pensar procurou transmitir no desfecho daquele processo?

Trata-se de um desafio e tanto. E para enfrentá-lo, optamos por uma linha de exposição argumentativa e demonstrativa, cuja configuração é a seguinte:

No primeiro capítulo, procuramos contextualizar a proposta de “distensão política” feita no governo Geisel (suas causas, seus fundamentos), bem como enfatizar o aspecto que consideramos crucial: o fim da censura à imprensa. Porque entendemos que se tratava de uma medida intrínseca à concepção liberalizante dos chefes militares – Golbery, por exemplo, considerava a imprensa um aliado estratégico. Em seguida, focalizando a revista **Veja**, discutimos como, entre os anos 1975-78, a desobstrução das atividades jornalísticas estava submetida às disputas políticas intramilitares. Situação que acabou por lhe conferir um inequívoco caráter instrumental;

Nos dois capítulos seguintes, o intuito foi analisar como se desenvolveu, nos governos Geisel e Figueiredo, o plano de autorreforma do regime ditatorial. Em outras palavras, como o projeto de liberalização tutelada, baseado no princípio da mudança sob controle, à medida que suscitou a reorganização da sociedade civil, teve que ser redefinido, reelaborado. E transformado, em consequência, na proposta da “conciliação”. Mas, além de atentarmos para as medidas práticas tomadas pelos chefes militares – o fim dos chamados “atos de exceção” e do bipartidarismo, a concessão da anistia –, enfatizamos também o

⁸ O conceito de *representação* diz respeito à maneira pela qual um indivíduo ou um grupo social vê, ou melhor, entende a realidade – por meio de imagens e sobretudo de discursos. Estudioso do assunto, Roger CHARTIER (2002, p. 17) concebe as *representações* como intrínsecas ao homem, pois lhe é necessário apreender a realidade social, conferir-lhe sentido – e ele o faz construindo-a, isto é, classificando-a, dividindo-a. Mas o historiador francês também destaca: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados (...)”. As *representações*, portanto, configuram-se de modo conflituoso, ou melhor, são condicionadas pelas lutas por meio das quais “um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

pressuposto básico da sua provável “saída de cena”: o interlocutor (as oposições) deveria se enquadrar dentro de certos parâmetros tidos como aceitáveis;

Por fim, no quarto capítulo, tratamos da análise propriamente dita, isto é, procuramos expor a um “processo de verificação” (BARROS, 2011, p. 131) a hipótese aqui aventada. Ressaltamos, por exemplo, como a revista **Veja** corroborou as ações e as argumentações do grupo capitaneado por Tancredo Neves, para quem, é sempre importante salientar, era necessário consentir com as regras impostas para que a democratização da sociedade brasileira viesse a se concretizar. A propósito, as justificativas empregadas coincidiam: tratava-se da única maneira possível, sem que houvesse “retrocessos” e “convulsões sociais”.

Uma última consideração: este trabalho se fundamenta na teoria social de Marx. Logo, entende que o *ser social* tem a sua consciência sujeita às condições materiais de existência. Na medida em que tal realidade é, em essência, plural, contraditória e conflitante, múltiplas são também as suas formas de apreensão. Precisamente por isso enfatizamos, na análise aqui desenvolvida: a) a questão do discurso, isto é, as ideias e as representações criadas pelos homens no decorrer de suas relações interpessoais; e b) o conceito de hegemonia formulado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, para o qual o vínculo entre as classes sociais, na formação econômico-social capitalista, manifesta-se de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral” (MARX, 2008, p. 47; GRAMSCI, 2002, p. 62).

Capítulo I – O projeto da “distensão”, a questão da censura e o papel da revista *Veja*

Censura à imprensa não resolve problema algum. Ela pode até começar a partir de um fio lógico, numa emergência. Em seguida, perde-se o fio condutor e fica-se na mão de funcionários inexperientes. Aos poucos, a censura gera males maiores que sua ausência. **Golbery do Couto e Silva**⁹

Esse clima salutar, a despeito de obstáculos de toda ordem (...), propiciou-o o governo conscientemente, ao garantir liberdade maior de expressão ao pensamento político, através da imprensa que efetivamente conta para a opinião pública do país, toda ela aos poucos liberada de censura. **Ernesto Geisel**¹⁰

1.1 – Geisel, Golbery e a ideia da “distensão”

A partir do momento em que tivera certeza de que seria o próximo presidente da República (junho de 1973), escolhido pelo general Emílio Médici (então, o “Grande Eleitor”¹¹), Ernesto Geisel, à época presidente da Petrobrás, buscou aprofundar suas reflexões sobre o caráter do regime que ajudara a implantar em 1964: “(...) A revolução já vinha durando muitos anos. (...) Eram dez anos. Dez anos de regime revolucionário. E isso não era um processo que podia se arrastar indefinidamente” (COUTO, 1999, p. 208), disse ele, anos depois.

Geisel tinha ciência de que a ordem que ajudara a criar havia se transformado, tornando-se algo bem diferente do que se projetara anteriormente. Os chamados “bolsões radicais”, por exemplo, eram vistos como um problema sério, que poderiam, inclusive, atrapalhar seus planos de governo. Junto a seus auxiliares mais próximos – o general Golbery do Couto e Silva, e os coronéis Gustavo Moraes Rego e Heitor Aquino Ferreira, este último como seu secretário particular (GASPARI, 2003, p. 197-213; D’ARAÚJO & CASTRO,

⁹ **Veja**, 19 mar. 1980, p. 28.

¹⁰ **Jornal do Brasil**, 2 dez. 1977, p. 4.

¹¹ Elio GASPARI (2003, p. 185-195) narra as maquinações nos meios militar e político quanto à sucessão de Médici, mas enfatiza que havia, por parte do general-presidente, “verdadeira simpatia” pelo nome de Geisel. Mais adiante (p. 215), o autor chega mesmo a afirmar: “Foi a vontade de Médici que levou Ernesto Geisel à Presidência.” Já o general Octávio Costa – que, no governo Médici, fora chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) da Presidência da República – afirma que o então presidente tinha a intenção de que seu ministro do Exército, o general Orlando Geisel (irmão de Ernesto), viesse a sucedê-lo. Como Orlando tinha problemas, sobretudo de saúde, Médici então optou por Ernesto. Cf. SOARES; D’ARAÚJO & CASTRO (1995, p. 112).

1997, p. 261-273) –, Geisel procurou, então, tanto em mensagens oficiais quanto em contatos com os mais variados atores políticos (como a Igreja e a imprensa), sinalizar que a ditadura chegara a um ponto de inflexão. Isto é, ele sugeriu que havia disposição para mudar, ou melhor, que era necessária uma mudança.

Nos discursos que fez em fins de 1973, e ao longo de 74, o general enfatizou, entre outros aspectos, os princípios de sua plataforma de governo, a disposição para o diálogo e, sobretudo, o ideário do que chamava de “distensão”. Por exemplo: no dia 15 de setembro de 73, num discurso na Convenção da Arena (Aliança Renovadora Nacional), onde fora oficializado o seu nome como candidato do partido à presidência, Geisel buscou ressaltar o que pretendia que fosse a sua “filosofia de governo”. Referia-se ao lema “Desenvolvimento e Segurança”, ideia ao mesmo tempo justificadora e mobilizadora do “movimento de 1964”. Disse ele:

A segurança nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é, realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza. É evidente que, sem segurança, não haverá como promover-se o desenvolvimento, mas, de outro lado, é também evidente que certo grau de desenvolvimento seja imprescindível à própria segurança nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele. *O desenvolvimento tem indiscutível dominância, de todo essencial, enquanto a segurança constitui simples condicionamento seu que, em situação de crise, pode todavia assumir, transitoriamente, posição predominante. Cabe a ênfase, portanto, ao desenvolvimento nacional – desenvolvimento para o homem e para seu grupo social (...).* (GEISEL, 1974, p. 11 – grifo nosso)

Mais adiante no discurso, Geisel anunciou:

Os partidos políticos – tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar – são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo. A eles cabe, pelos seus princípios e programas, pelas lideranças em todos os níveis de atuação, (...) concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional. (GEISEL, 1974, p. 18 – grifo nosso)

Poderíamos inferir, destes trechos, que havia um propósito de se partir para uma “normalização” política? Talvez, mas ele seria condicionado à manutenção da ordem. O que foi eufemisticamente afirmado, na mesma ocasião:

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo [leia-se Ato Institucional n.º. 5], enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e

específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. (GEISEL, 1974, p. 17 – grifo nosso)

Meses depois, mais especificamente no dia 15 de janeiro de 1974, em mensagem transmitida pela televisão, logo após a sua eleição indireta no Colégio Eleitoral, Geisel asseverou que estaria “aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham” (GEISEL, 1974, p. 22). Seu governo, manifestou ele, esperava contar “com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros” (GEISEL, 1974, p. 24). Ratificou, a nosso ver, o que tinha dito anteriormente, no que tange à disposição para o diálogo.

Mas foi somente em 19 de março do mesmo ano, em sua primeira reunião ministerial, que o novo presidente expôs claramente os seus desígnios quanto à situação política do país. Naquela ocasião, afirmou:

Quanto ao setor político interno, *envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático*, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, *para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64*. (GEISEL, 1974, p. 38 – grifo nosso)

Todavia, e se valendo dos “instrumentos excepcionais” com que contava o governo, Geisel sublinhou que a sua ideia de liberalização se basearia em “salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional” (GEISEL, 1974, p. 38). Ou seja, havia a intenção de se reformar o regime, mas, assim como a iniciativa partia do governo, o ritmo das alterações e, sobretudo, as condições postas para a efetivação daquelas mudanças se submeteriam aos ditames dos que a conceberam.

Era, em suma, o projeto da “lenta, gradual e segura distensão”¹² com o qual o novo presidente e seus auxiliares (notadamente Golbery, que assumira o estratégico posto da Casa Civil) pretendiam desmanchar a ditadura militar, no seu entender desvirtuada ao longo dos anos.

Mas é útil destacar que, mesmo antes da assunção de Geisel, houve significativas manifestações favoráveis à “normalização” política do país. Tais desejos de liberalização do

¹² Em discurso feito aos dirigentes da Arena, no dia 29 de agosto de 1974, Geisel proferiu pela primeira vez a expressão que caracterizaria seu intuito de “institucionalizar” o regime. O tema principal do encontro eram as eleições que em breve seriam realizadas, e, se por um lado o presidente afirmou que as organizações partidárias eram importantes para a “vida política brasileira”, visto que seriam expressões legítimas da vontade popular, por outro ressaltou que os debates e discussões acerca dos problemas nacionais deveriam ser feitos num clima de “ordem, paz e estabilidade” – ou seja, deveriam respeitar a lei, não expressando contestações ao regime (Cf. GEISEL, 1974, p. 114-115; 120-122).

regime partiram da base civil da ditadura – antigos notáveis da UDN (União Democrática Nacional), como Aliomar Baleeiro e Adauto Lúcio Cardoso – e, surpreendentemente, também do meio militar – homens da ativa, como os generais Alfredo Souto Malan e Rodrigo Octavio, e “heróis do passado” como o marechal Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes. A percepção, de um modo geral, era que o rigor conferido às questões de segurança já não se justificava (GASPARI, 2003, p. 190-191; 308-309).

De outro lado, há relatos de que até mesmo o ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, cujo período de governo é conhecido pela alcunha “anos de chumbo”, pretendia fazer algo nesse sentido. Em depoimento a um jornalista, Médici lamentou que a necessidade de combater a guerrilha impediu que se iniciasse, sob seu comando, o “processo de abertura política” do país (SCARTEZINI, 1985, p. 74). Intuito que é ratificado por dois de seus ex-ministros: o general João Baptista Figueiredo e o coronel Jarbas Passarinho. Figueiredo, que fora ministro-chefe do Gabinete Militar de Médici, afirmou:

quem decidiu inicialmente que [a abertura] deveria ser feita foi o presidente Médici. (...) Mas houve aqueles atentados todos [por parte dos setores da esquerda armada], que impediram que ele a fizesse. (COUTO, 1999, p. 179).

Visão que é confirmada por Passarinho, ex-ministro da Educação:

O presidente Geisel, quando assumiu, foi altamente beneficiado pelo trabalho que o presidente Médici tinha feito com o irmão dele (...) no desbaratamento da guerrilha. (...) Quer dizer, o tal antagonismo interno praticamente já não existia. (...) Ele tinha tudo para conduzir o país novamente ao regime democrático. Levou essa vantagem. (DINES, FERNANDES JR. & SALOMÃO, 2000, p. 342)¹³

Mas foi sobretudo entre o chamado grupo “castelista” que prosperou a tal ideia de se “liberar o país” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 260). O marechal Cordeiro de Farias, histórico e notório conspirador (desde as rebeliões “tenentistas” dos anos 1920), respeitado no

¹³ O coronel Jarbas Passarinho tem sido, desde a década de 1990, o mais atuante oficial a defender o legado da ditadura civil-militar. Por meio, sobretudo, de artigos na imprensa, ele tem procurado: a) defender o movimento de 1964 (que, no seu entendimento, foi uma “contrarrevolução”); b) justificar a sua perenidade (atribuída ao recrudescimento das esquerdas a partir de 67); c) contestar a memória ditada pelos que ele chama de “vencidos”. Passarinho, ademais, questiona com veemência o “facciosismo” da narrativa construída por Elio Gaspari, um simpatizante declarado do general Golbery. Cf. FERREIRA JR. & BITTAR (2006). A propósito das visões discrepantes, D’ARAÚJO; SOARES & CASTRO (1994, p. 16-20) assinalam que, mesmo antes do golpe, já havia no interior das Forças Armadas dois grupos principais: “um mais intelectualizado” e outro “mais ligado à tropa”. Na medida em que se vivenciava o exercício do poder, as duas tendências foram se cristalizando, e assumindo posições cada vez mais divergentes. Com o passar do tempo, representantes tanto dos “brandos” quanto dos “duros” passaram a relatar suas experiências, dando início às “batalhas da memória” em torno do significado e da herança do regime autoritário. Portanto, convém atentar para as unilateralidades contidas nas interpretações de ambas as facções.

meio militar, foi um dos que se empenharam no propósito da abertura política. Para ele, os objetivos norteadores do movimento de 64 tinham sido corrompidos, com a mentalidade policialesca se sobrepondo aos “princípios civilistas” dos primeiros e autênticos “revolucionários” (CAMARGO & GÓES, 1981, p. 612-13; 623 et seq.).

Não obstante, o que importa sublinhar é que a ideia da liberalização foi levada a efeito a partir de 1974. Como já mencionado, havia certo tipo de leitura em relação à utilidade do AI-5. Assim como havia uma compreensão de suas consequências. Golbery costumava declarar: “Não se pode querer ter toda a força durante todo o tempo” (Veja, 19 mar. 1980, p. 25). Referia-se aos excessos – censura, interdição do *habeas corpus*, tortura, centralização do poder etc. – resultantes da promulgação do Ato.

Mais ainda: para ele, a “campanha antiguerrilha” não só havia proporcionado à “comunidade de informações e de segurança” uma perigosa autonomia, como também estimulava uma “radicalização ideológica” cada vez maior, o que constituía uma ameaça à corporação militar e ao Estado brasileiro (STEPAN, 1986, p. 44).¹⁴

Geisel, por sua vez, tinha plena consciência da inviabilidade da manutenção do regime de exceção. Cerca de um mês antes de sua posse, em conversa com o general Dale Coutinho, que viria a ser o seu primeiro ministro do Exército, expressou a sua percepção: “O Exército pode manter uma ditadura? Eu acho que o Exército pode manter uma ditadura, mas não a longo prazo. Não dura” (GASPARI, 2003, p. 322). Para ele, os setores responsáveis pelo combate à chamada “subversão” extrapolavam, e muito, as suas atribuições. Tinham sido necessários, é verdade, mas haviam se transformado em um incômodo grupo de pressão. “O problema é, depois que se solta a fera, conseguir dominá-la e prendê-la novamente”, afirmou, anos mais tarde. Referia-se, principalmente, às ações oriundas do CIE (Centro de Informações do Exército).¹⁵ Para o general, a autonomia conquistada pelas forças repressivas subtraía o

¹⁴ O autor fez, entre 1974 e 82, uma série de entrevistas com Golbery.

¹⁵ Criado em 1967, logo nos primeiros momentos do governo Costa e Silva (e à revelia do grupo “castelista”), o CIE era um serviço de informações subordinado diretamente ao ministro do Exército. Na medida em que se acentuou o combate aos grupos da esquerda armada, foi-se estruturando no aparelho estatal, que já contava com o Serviço Nacional de Informações (SNI), um sofisticado sistema de inteligência que, na prática, também coordenava ações repressivas – destaque para a criação, a partir de 69, do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e do Destacamento de Operações Internas (DOI). Grosso modo, assim surgiu e se desenvolveu a chamada “comunidade de informações e de segurança”, que, no entender de alguns chefes militares, havia se constituído em uma “cadeia paralela de comando”. Por fim, convém mencionar que tanto a Aeronáutica quanto a Marinha também dispunham de seus centros de inteligência – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), respectivamente. A respeito, cf. FICO, 2001, p. 91-92; 115-135; GASPARI, 2002, p. 262-264; D’ARAÚJO; SOARES & CASTRO 1994a, p. 15-19; STEPAN, 1986, p. 36-38.

necessário controle e, em última instância, a autoridade do presidente (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 216-217; 227-228).

Segundo Geisel, findo o foco guerrilheiro do Araguaia, “o problema comunista” estava em fase de desarticulação, perdendo importância rapidamente (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 367). Logo, urgia um arrefecimento das ações repressivas e, por isso, a ênfase na gradual liberalização do país. O que deveria ser feito sob sua estrita direção – ademais, um princípio constitucional –, pois o general via no regime que ajudara a fundar uma inversão de valores: o presidente da República era visto como um mero “delegado da ‘Revolução’” (GASPARI, 2002, p. 34-35).

Podemos perceber, portanto, que havia uma espécie de “cisão” no interior da instituição dominante no regime ditatorial. O que indicaria, segundo Alfred STEPAN (1986, p. 21), uma pré-condição para a sua conseqüente erosão. Assim sendo, entendemos que a proposta de autorreforma da ditadura brasileira seria, *principalmente*, uma reação ao crescente poder da “linha dura” encastelada nos órgãos de repressão – o motivo que, a nosso ver, era preponderante, não nos leva a desconsiderar as outras razões que levaram o general Geisel a procurar “normalizar” a situação do país. Ele, por exemplo, várias vezes mencionou a “anomalia” representada pelo AI-5. Mas, por outro lado, é importante também que façamos um esclarecimento: Geisel pretendia tão-somente controlar os órgãos de segurança, cessando sua faceta ilegal (tortura, assassinatos etc.). Isto é, não era sua intenção extingui-los, pois os considerava indispensáveis (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 379; 389; 397-398; 422; FICO, 2001, p. 211).

Em resumo: sobretudo Geisel e Golbery, novos líderes dos “militares enquanto governo”, tinham a clara percepção de que a “comunidade de informações e de segurança” representava um fator de instabilidade, ou uma ameaça aos “militares enquanto instituição”.¹⁶

Contudo, embora reconheçamos a importância da iniciativa – pois, ainda que restrita e controlada, encetou todo o processo que mais adiante teremos oportunidade de enfocar –, entendemos que o exame acerca da proposta de liberalização não deve se restringir meramente à “questão militar”. E isso por dois motivos:

¹⁶ Em sua análise acerca das transições e consolidações democráticas, LINZ & STEPAN (1999, p. 90) chamam a atenção para o tipo de grupo que mantém o controle do aparato estatal nos regimes autoritários. Para eles, quando o poder está nas mãos de uma “hierarquia militar organizada”, há certa tendência favorável à transição democrática, na medida em que os líderes militares percebem que sua situação funcional e institucional são permanentes, “transcendem os interesses do governo do momento”. Ou seja, o exercício do poder, o envolvimento nas atividades governamentais, especialmente naqueles relacionados à repressão, tendem a acarretar custos que são vistos como ameaçadores à própria hierarquia militar.

1º) porque, ao fazê-lo, estaremos, ainda que involuntariamente, corroborando certa leitura liberal e jornalística acerca do significado histórico do governo Geisel. Nesse tipo de interpretação, predominam as teses que, de modo um tanto irônico, Alzira Alves de ABREU & Fernando LATTMAN-WELTMAN (2006, p. 68-69) denominaram “*retorno do filho pródigo*” – isto é, na qual a ênfase recai na visão de que a abertura iniciada em 1974 tinha o intuito do retorno aos objetivos reformistas e democraticamente restritivos do movimento de 64 – e “*correção de rumo*” – na qual a abertura e a transição são pensadas como respostas aos “desvios” gerados no decorrer do regime autoritário.¹⁷ Simultaneamente, ao incorrer por essa orientação, tendemos a reforçar e até mesmo a legitimar certo tipo de memória a respeito daquele conturbado período, qual seja, aquela que consagra o processo de democratização como um *arranjo* conciliador, feito em nome da “paz social” e da “ordem pública” (NAPOLITANO, 2014, p. 232). Compreensão que é, a nosso ver, no mínimo questionável;

2º) porque entendemos que não é possível desconsiderar todo o processo de “ocidentalização” pelo qual passara a sociedade brasileira desde o Golpe de 64. Em virtude das profundas transformações econômico-sociais ocorridas no país, novas determinações foram se configurando. Em palavras mais precisas, foi-se constituindo todo um conjunto de novas forças sociais, o que resultou no florescimento de uma nova dinâmica política. Realidade por demais complexa para ser enquadrada nas estritas concepções da camada tecnocrático-militar que controlava o poder no Brasil.

A propósito, as intensas mudanças econômico-sociais vivenciadas pelo país na primeira década de governo autoritário e, sobretudo, os seus *desdobramentos políticos* (com destaque para a decisão de se por um fim à prática da censura), serão brevemente analisados no próximo tópico. Com isso, pretendemos assinalar o quão complexo e intenso foi o

¹⁷ Para ilustrar, citemos dois exemplos: o estadunidense Thomas SKIDMORE (2000, p. 52; 89; 135-136) afirma que o período Geisel significou a “volta dos castelistas” ao poder. Logo, os intuítos do general tinham relação direta com a “missão” original de Castello Branco, qual seja, após a “operação limpeza” contra a corrupção e a subversão, e a reorganização econômica e institucional do país, convinha o retorno à democracia. Elio GASPARI (2002, p. 37-41), por sua vez, atribui uma ênfase toda especial ao protagonismo castrense: “Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples: porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça”. O jornalista, além do mais, tende a subestimar as formulações teóricas que tencionam interpretar a ditadura. No seu entender, as análises que sublinham a importância da Doutrina de Segurança Nacional racionalizam práticas e ideias em nada articuladas, ou seja, que nada tinham de coerentes com uma ideologia. O mesmo raciocínio é usado para os enfoques que se caracterizam pelo que ele chama de “beatificação das massas”, que interpretam a liberalização do regime “como consequência de uma pressão das forças libertárias da sociedade”. No seu entender, algumas conquistas do período, como o fim da censura, não podem ser explicadas como decorrência da demanda popular organizada.

processo desencadeado a partir de 1974 e, conseqüentemente, salientar a impertinência das análises centradas em personagens onipotentes.

1.2 - O Estado “ampliado” e a questão da censura: a necessidade de uma nova forma de legitimação

Parece-nos coerente a observação feita por Marcos NAPOLITANO (2014, p. 147-149) a respeito da política econômica posta em prática durante o regime autoritário: não obstante as leituras antagônicas, no que tange aos seus resultados concretos, há consenso quanto aos seus fundamentos estruturais – tratou-se de um período no qual houve a “afirmação do grande capital no Brasil”. Assim sendo, simultaneamente ao exame das taxas de crescimento do PIB, da inflação e da dívida externa, do emprego ou do desemprego, pensamos que é de suma importância atentar para as conseqüências econômico-sociais das medidas adotadas pelos governos militares. Porque entendemos que a ênfase na industrialização modernizante impeliu o país no rumo de mudanças substantivas, qualitativas. Processo que, por sua vez, resultou numa transformação morfológica do Estado brasileiro. Ou, fazendo menção a Gramsci, ocasionou a sua “ampliação”.

Vejamos. Em concomitância com o combate à “ameaça esquerdista”, a coalizão golpista hegemônica pelos militares almejava reconduzir o país no caminho do crescimento econômico. Primeiro, porque se tratava de um imperativo estratégico, isto é, intrínseco à sua já citada concepção de sociedade, resumida no binômio “Desenvolvimento e Segurança”. Segundo, porque, se exitoso, tal propósito se constituiria numa vigorosa ferramenta de legitimação. Por conseqüência, os tecnocratas a serviço da ditadura se empenharam em materializar todo um conjunto de diretrizes – “estabilizar a economia e as finanças, constituir um mercado de capitais no país, incentivar as exportações e atrair vultosos investimentos de capitais privados” (REIS, 2014, p. 55) –, cuja finalidade era incorporar o Brasil à modernidade capitalista.

Em meados de 1973, quando se preparavam, por meio de diversos estudos e de variados contatos com ministros, para assumir “as coisas do governo” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 263), Geisel e sua pequena equipe de colaboradores se depararam com um país substancialmente transformado. Em comparação com a situação anterior a 1964, o Brasil tinha crescido de forma vertiginosa: estava mais industrializado, mais urbanizado, mais escolarizado.

A ênfase, sobretudo a partir de 1967, numa “política econômica francamente expansionista”, resultou na criação de um amplo sistema de subsídios e, por conseguinte, num expressivo crescimento da indústria (a automobilística, a de eletroeletrônicos, a da construção civil, a petroquímica etc.). Paralelamente, o governo procurou estimular a mecanização do campo, orientação que possibilitou o aparecimento de gigantescas propriedades agrícolas monocultoras. Assim como passou a atuar, de modo intenso, por meio das empresas estatais, nas áreas de infraestrutura e de insumos básicos (eletricidade, aço, minerais, combustíveis, telecomunicações etc.). Diante, então, do crescimento das ofertas de emprego na indústria e no setor de serviços, e do êxodo rural causado pela modernização da agricultura, ocorreu no país um inédito e extraordinário movimento migratório em direção às principais cidades das regiões mais desenvolvidas. O Brasil, dessa forma, transformou-se numa sociedade predominantemente urbana (LUNA & KLEIN, 2014, p. 67-69; 76-77; 95-97).¹⁸

A modernização capitalista levada a efeito pelo regime autoritário promoveu, objetivamente, uma complexificação da nossa estrutura social. Em outras palavras, fomentou a ampliação do volume de nossas organizações sociais – os grupos de interesses de caráter representativo, como as associações profissionais, os sindicatos etc. –, cujas reivindicações próprias, decorrentes de sua concepção de mundo, de sua apreensão da realidade social, em muito contribuíram para a intensificação do processo de socialização da participação política. A modernização capitalista promovida pela ditadura, portanto, influenciou de forma decisiva na configuração e no conseqüente desenvolvimento de uma nova esfera social, resultante da maior complexidade do fenômeno estatal.¹⁹ Dotado de uma especificidade própria, esse espaço, chamado por Gramsci de *sociedade civil*, funciona como mediação necessária entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito (isto é, a *sociedade política*). Nele, as relações de poder que perpassam toda a sociedade ganham uma nova dimensão, ou seja, elas se processam de uma forma qualitativamente distinta. Mas, como isso ocorre?

Os entes que compõem a sociedade civil exercem, na organização da vida social, uma função característica. Enquanto instituições político-sociais cuja participação é voluntária, têm um caráter persuasivo. Dedicam-se, pois, a coordenar os interesses, a elaborar

¹⁸ Os dados citados pelos autores (p. 69-70; 77) são contundentes: o Censo de 1970 apontou, pela primeira vez na história do Brasil, que a população urbana se tornara majoritária (cerca de 52 milhões de pessoas, de um total de 93 milhões). Num espaço temporal mais amplo, entre 1960 e 1980, observou-se que, no setor secundário, o número de empregos subiu de 2,4 para 9 milhões, enquanto no setor terciário saltou de 5,2 para 11,3 milhões.

¹⁹ Tal tendência, é importante assinalarmos, vinha se conformando em nosso país desde, pelo menos, a década de 1930, quando a industrialização passou a ser vista de modo estratégico. Enquanto conseqüências daquela premissa, o crescimento da população urbana e da participação eleitoral – garantida pela Constituição de 1946 – resultaram na criação de novas e múltiplas instituições econômico-sociais (Cf. MENDONÇA, 1997, p. 36-63).

e a difundir as ideologias dos grupos aos quais estão associados. Agem em busca da direção política baseada no consenso. Isto é, procuram conquistar e afirmar sua *hegemonia* sobre o conjunto das pessoas. Na sociedade civil, portanto, desenvolvem-se novas formas de relação entre as classes sociais. A esfera política se “amplia”, em razão do crescente protagonismo dos “sujeitos políticos coletivos”, agrupados nos chamados “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 2003, p. 121-127).

Agora, convém perguntarmos: como foi possível, sob o tacão da ditadura, que se desenvolvessem os processos de socialização da participação política? Dito de outro modo: como explicar que a sociedade civil brasileira cresceu e se fortaleceu durante o período autoritário? Ainda mais sob os ditames do AI-5, que provocaram um inédito fortalecimento dos aparelhos de Estado? Não se trata de uma contradição?

Como dito acima, o desenvolvimento capitalista engendra consequências objetivas, independentes da vontade dos homens. Mas é importante destacarmos também o fato de que a ditadura brasileira não tinha um caráter fascista clássico, isto é, totalitário – ela não se dedicou à mobilização das massas, não se empenhou em submeter os diversos organismos sociais a uma ideologia norteadora. Assim, não foi capaz de subordinar a sociedade civil ao Estado, buscando, ao contrário, reprimi-la ou domesticá-la. Desta forma, ainda que monitoradas e muitas vezes obstruídas em suas atividades, as muitas instituições sociais permaneceram atuando (COUTINHO, 2000, p. 89-90).²⁰

Mas há um ponto importante que devemos enfatizar. A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, na medida em que se fundamentava na ideia do combate ao “inimigo interno”, entendia que toda e qualquer pessoa era uma suspeita em potencial. As múltiplas organizações da sociedade civil (sindicatos do campo e das cidades, associações de bairro e de estudantes, partidos políticos etc.) eram vistas como alvos iminentes da propaganda “subversiva”. Logo, como possíveis difusoras da dissensão. Impunha-se, então, o pressuposto de que o conjunto da população devia ser cuidadosamente vigiado e controlado – e os “inimigos”, quando identificados, deviam ser perseguidos e eliminados. Como consequência dessa concepção, tornavam-se

²⁰ É fato que o regime autoritário procurou conquistar o consenso da população. Fez uso, por exemplo, de modernas técnicas de comunicação de massa com o intuito de propagandar a imagem do “Brasil Grande”. Contudo, não o fez de maneira sistemática, pois os militares brasileiros repudiavam a ideia de uma associação com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) getulista. Em consequência, o apoio que lograram alcançar foi conjuntural, relacionado aos êxitos de um determinado momento. A propósito da propaganda política no período ditatorial, cf. a análise feita por FICO (1997).

indispensáveis, para a defesa do país, um planejamento de segurança e sobretudo um eficiente sistema de coleta de informações. (ALVES, 2005, p. 43-47).²¹

Em sua obsessão por neutralizar o “inimigo”, a ideologia da segurança nacional era, em essência, coagente, repressora. Em razão de seu caráter alarmista, pregava a desmobilização, a atomização da sociedade. Desígnio que acarretava um sério problema: promovia um permanente clima de tensão e, por consequência, um crescente isolamento político das elites dominantes. O general Golbery, aliás, tinha plena consciência daquele fenômeno. No seu entender, o distanciamento entre a camada militar dirigente e os grupos moderados da sociedade crescia na exata proporção em que mais claramente se avolumava o poder da “comunidade de informações e de segurança”. Era necessária, portanto, uma mudança de foco, uma nova estratégia – qual seja: um esforço no sentido de se criar uma nova base de legitimação, calcada, principalmente, em apelos consensuais (STEPAN, 1986, p. 44; ALVES, 2005, p.223).

O intuito reformista do regime autoritário pressupunha uma aproximação com determinados setores da sociedade civil. Mas, para Geisel e Golbery, uma instituição, em particular, era vista como uma possível e importante aliada: a imprensa. Devido ao seu duplo papel de mediadora e de difusora das informações, e também das opiniões dos setores letrados da população, a imprensa poderia ser muito útil para o plano dos novos chefes militares. Primeiro, porque, como o trabalho jornalístico tem como essência a publicização dos fatos, tenderia a inibir as ações e os abusos da “linha dura” militar. Segundo, porque, enquanto um palco de debates políticos, poderia colaborar para reavivar, ou melhor, reestruturar o sistema político do país.

A imprensa, portanto, era parte integrante da proposta de “distensão” lançada pelo governo Geisel. Por meio da ação política intrínseca à sua atividade, ela poderia desempenhar um papel de legitimação fundamental. A propósito, voltemos a Gramsci. Dentre os inúmeros “aparelhos privados de hegemonia” que compõem a sociedade civil, convém destacarmos as instituições que se inserem naquilo que ele chamou de “organização material da cultura”: as revistas, os jornais, as editoras, os meios de comunicação de massa. Por compreenderem, *lato sensu*, o campo das ideias, tais veículos exercem uma função de suma importância, qual seja, a da propagação do “material ideológico”, que é um aspecto crucial para a “instrumentação hegemônica” (BOBBIO et al, 1992, p. 579-581).

²¹ A autora (p. 32), de modo arguto, define a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento como “uma acabada *Weltanschauung* (visão de mundo)”.

Nesse processo de fundamentação e de legitimação necessários à direção político-ideológica estão, por sua vez, os intelectuais (definidos por Gramsci como os “funcionários das superestruturas”), cuja atribuição primordial é dar forma à concepção de mundo (valores, ética e moral) das classes às quais estão organicamente vinculados. Mas é importante salientar que o pensador italiano negava a caracterização das atividades intelectuais com “um fim em si”, ao mesmo tempo destacadas e distintas das outras ocupações sociais. Pelo contrário, ele as concebia como inerentes (ou imersas) “no conjunto geral das relações sociais” – isto é, nos “grupos que as personificam”. No seu entender, o intelectual tem uma incumbência específica na sociedade, formada em conexão com todos os grupos sociais. Deve, portanto, ter uma “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”, com o claro intuito dirigente (GRAMSCI, 2004a, p. 18-19; 52-53).

Os intelectuais ligados às classes dominantes²², por exemplo, são os responsáveis pela elaboração da sua ideologia, assim como se encarregam de animar e gerir não só a “estrutura ideológica” (as escolas, as organizações profissionais, as organizações culturais etc.), mas também os seus meios de difusão (a imprensa, os meios de comunicação de massa etc.). Tais intelectuais, por fim, atuam com o intuito, absolutamente essencial em um sistema hegemônico, de dar uma expressão coerente à consciência das classes dirigentes.

A nosso ver, foi com base em semelhantes pressupostos que Golbery, muito antes da ascensão ao poder, reuniu-se várias vezes com os donos dos principais jornais do país para expor-lhes as suas diretrizes – ele chamava aquelas conversações de “trabalho de amaciamento” (GASPARI, 2003, p. 244-245). Contudo, havia naqueles encontros um evidente clima de desconfiança, haja vista a série de intervenções e de obstruções feitas pelos dirigentes autoritários, desde os primeiros momentos após o golpe, no livre desenvolvimento da função jornalística e também nos planos políticos de alguns proprietários.²³ Sobretudo por causa da militarização do novo regime, e da cada vez mais intensa prática da censura, parte significativa dos órgãos de imprensa do país foi se desiludindo e, progressivamente, foi retirando seu apoio ao governo.²⁴ A partir de 1967, sob a inspiração de uma “psicose” da

²² Deve-se ter em conta que Gramsci distinguia dois tipos principais de intelectuais: os *orgânicos* e os *tradicionais*. Para uma exposição didática, cf. COUTINHO, 2003, p. 175.

²³ Hoje, são de conhecimento público os desejos de intervenção política do jornal **O Estado de S. Paulo**. Seu proprietário, Julio de Mesquita Filho, não foi apenas um dos principais líderes conspiradores, como chegou até mesmo a elaborar um documento, intitulado “Roteiro da Revolução”, no qual propunha um conjunto de medidas “saneadoras” dos campos político e econômico. Cf., a respeito, entrevista de Ruy Mesquita em **Lua Nova**, jul.-set. 1984, p. 29.

²⁴ Uma ressalva: em sua importantíssima análise, Celina Rabelo DUARTE (1987, p. 30-31) afirma que “o desentendimento entre imprensa e governo não estava ligado (...) aos fundamentos e princípios que deram base ao regime militar”. Segundo ela, o “conflito estava no modelo político centralizador que o regime ia adotando”.

“infiltração comunista”, foi instituído todo um complexo “arsenal ‘legal’” (MARCONI, 1980, p. 21-22; 32-34) cujo principal efeito foi o fechamento de todos os canais autônomos de comunicação. Por conseguinte, as discordâncias entre as empresas jornalísticas e a ditadura se radicalizaram – mas, urge destacar, jamais chegaram ao limite do rompimento.

O antagonismo entre o regime autoritário e a imprensa foi, além de dificultoso, ambíguo. Isto é, não obstante a veemência com que combateram as interdições oficiais, os proprietários, em nenhum momento, cogitaram a ruptura. Se, por um lado, a fúria persecutória e punitiva da ditadura resultou na submissão dos diversos órgãos à vontade de hierarcas e censores, e na intimidação, na prisão e até mesmo na tortura de inúmeros jornalistas, por outro ocorreu também toda uma série de transformações modernizantes que impactaram radicalmente o campo das comunicações. De acordo com ABREU (2002, p. 17-18; 20-21), por ordem dos militares, foram concedidos financiamentos estatais para determinadas empresas jornalísticas, que então puderam construir novas sedes, e também comprar novos equipamentos. Como resultante dessa diretriz, muitos órgãos cresceram de forma vertiginosa, tornando-se verdadeiros conglomerados empresariais. Atrelados, no entanto, aos humores dos dirigentes autoritários, que controlavam tanto a publicidade quanto a importação de papel jornal fundamentais ao funcionamento dos diversos veículos.

Mesmo diante de uma situação extrema – a censura prévia –, que, do ponto de vista econômico, prejudicava enormemente os vários órgãos porque desorganizava e atrasava o ritmo da produção das notícias, e, a partir de uma perspectiva política e ideológica, feria sua autonomia e o valor atribuído à liberdade de imprensa, os jornais e revistas brasileiros foram incapazes de articular uma campanha coletiva contra aquela prática tão nociva. E isso por duas razões: 1^a) porque a consolidação de uma indústria cultural no país²⁵ fez com que se acirrasse ferozmente a concorrência no mercado editorial, tendência que veio a aprofundar a histórica ojeriza que os “barões da imprensa” sentiam um pelo outro²⁶; 2^a) porque, mesmo que

Tais práticas, a seu ver, tinham um inequívoco caráter intervencionista, que acabavam “se chocando com o sentimento de independência da imprensa burguesa brasileira”.

²⁵ Autor de importantes reflexões sobre o processo cultural brasileiro, Renato ORTIZ (1994, p. 114) afirmou que, como consequência da orientação econômica imposta pelo Estado autoritário a partir de 1964, “paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais”.

²⁶ Em seu livro, Paolo MARCONI (1980, p. 145-148) reproduz algumas opiniões dos proprietários da imprensa a respeito de seus colegas. Destaquemos aqui as palavras proferidas por Ruy Mesquita, diretor e coproprietário d’**O Estado de S. Paulo** e do **Jornal da Tarde**, quando indagado por que não havia uma aliança patronal contra a censura: “Porque não existe nenhuma afinidade entre os donos de jornais, pois a maioria está nas mãos de picaretas, que usam a imprensa para defender seus interesses particulares. Quase todos os jornais do país omitem o nome de *O Estado de S. Paulo* justamente por nossa posição. Somos visceralmente diferentes do Sr. Frias de Oliveira (*Folha de S. Paulo*), existem diferenças viscerais entre nós e o Sr. Edmundo Monteiro (*Diários*

o cerceamento informativo provocasse os mais intensos atritos, o respaldo à obra econômica da “Revolução” se manteve intacto, pois havia uma afinidade programática entre os governos militares e a imprensa (DUARTE, 1987, p. 32-34; 39-41; SMITH, 2001, p. 170-173).²⁷

Ademais, embora houvesse muitos registros de ações de resistência²⁸, grande parte dos veículos de informação brasileiros praticou a autocensura. Definida por SMITH (2001, p. 136) como “uma subcategoria da censura”, a autocensura tem um caráter de “abstenção consciente” porque, se é semelhante àquela no que se refere à “manipulação do conhecimento e do entendimento”, difere-se por um traço ainda mais grave: “o público sequer sabe que lhe está sendo negada informação”. Justamente por isso, KUCISNKI (2002, p. 539) a concebe como uma “fraude intelectual”, como “uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção calculada de enganar”. Com efeito, entendemos que a prática da autocensura tinha, como característica imanente, o exercício do adesismo. Agora, como ocorreram os casos de supressão consciente das informações? Por quais motivos? E em que ocasiões?

Como havia a identificação dos proprietários da imprensa com os objetivos gerais do regime – isto é, havia suporte não somente à política econômica ditatorial, mas também a algumas de suas ações repressivas –, foram comuns as manifestações colaboracionistas. MARCONI (1980, p. 140) enfatiza, por exemplo, como os jornais **O Estado de S. Paulo** e **O Globo** aplaudiram o governo Médici quando, de forma unilateral, rompeu com um acordo diplomático entre o Brasil e o Chile – o país andino, à época, já era governado pelo socialista Salvador Allende, e, portanto, era visto como um perigoso foco da “subversão”. Já SMITH (2001, p. 174-184) menciona algumas das condutas presentes nas relações entre a imprensa e a ditadura, dentre as quais destacamos o que ela chamou de “apoio ponderado”, caracterizado pelo raciocínio segundo o qual, em face da ameaça representada pelas guerrilhas de esquerda, as práticas repressoras do regime, como a censura, eram consideradas um “mal necessário”. A

Associados), da mesma forma que existem diferenças viscerais entre nós e o Sr. Victor Civita (*Abril*) ou o Sr. Roberto Marinho (*O Globo*)”.

²⁷ Citemos novamente o Sr. Ruy Mesquita, que afirmou de modo peremptório: “(...) no momento em que se promulgou o Ato Institucional [nº 5] que revogava tudo aquilo que estava na Constituição em matéria de garantia de direitos, inclusive a liberdade de imprensa, aí o jornal rompeu definitivamente, *politicamente* com a Revolução. O que não impede, no entanto, de darmos todo o apoio ao que nós achamos de positivo na administração dos governos revolucionários e, *principalmente*, na sua política econômica”. (MARCONI, 1980, p. 172 – grifo nosso)

²⁸ AQUINO (1999) analisa, por exemplo, como **O Estado de S. Paulo** lidou com os mecanismos da censura. Já Alberto Dines, em entrevista aos pesquisadores do CPDOC, relata como se deram, a partir de 1968, as intervenções políticas e as reações delas decorrentes no **Jornal do Brasil**. À época, como diretor de redação, Dines vivenciou as inúmeras interdições que oficiais do Exército promoveram no periódico. In: ABREU; LATTMAN-WELTMAN & ROCHA (2003, p. 94-103).

propósito, o consentimento para com o jogo sujo dos “porões” resultou na renúncia à defesa dos direitos humanos, valores tidos como universais. Nesse sentido, KUCISNKI (2002, p. 543) assinala que a imprensa subtraiu do público, cuidadosamente, notícias relacionadas à tortura e aos processos políticos dos chamados “terroristas”, pois não se queria retratá-los como vítimas.

Feitas essas considerações, retomemos o argumento. Como estávamos analisando, enquanto diretriz do projeto de “distensão” do governo Geisel, a liberalização da atividade jornalística foi vista como um imperativo da maior importância. O general-presidente, ao contrário de vários de seus colegas, via as interdições como algo contraproducente – numa entrevista, chegou a afirmar que os “censores são ineptos” (STEPAN, 1986, p. 48). Já Golbery entendia que a imposição do silêncio gerava uma desnecessária hostilidade para com o governo. A seu ver, não havia por que temer a livre atuação dos órgãos de imprensa:

Tirando-se a censura d’**O Estado de S. Paulo**, não vai emergir um jornal de esquerda nem hostil ao regime. Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu. Hoje, no lugar dos textos censurados, o **Estado** publica versos de Camões e os leitores pensam que lá havia uma importante denúncia. Nem sempre há. (**Veja**, 19 mar. 1980, p. 28)

Golbery, em verdade, temia as perspectivas desagregadoras decorrentes da excessiva centralização do poder. Pois, como já dito, fechado em si mesmo, o Estado ditatorial tendia ao isolamento político. Era preciso, então, reativar os canais de comunicação com os grupos dissidentes – as facções das elites e das classes médias que simpatizavam com os planos mais gerais do regime – e também com os setores moderados da oposição. De modo que se retomasse, num grau mais abrangente e, conseqüentemente, mais legítimo, o diálogo e os procedimentos de articulação política (DUARTE, 1987, p. 61-64).

Diante de tais propósitos, alguma medida seria mais apropriada que o abrandamento da censura? Livre de impedimentos, a imprensa poderia dar credibilidade à estratégia do governo. DUARTE (1987, p. 74-75) ressalta como, fazendo jus à sua característica de espaço das discussões públicas, a imprensa foi fundamental para a revitalização da sociedade civil – os muitos intelectuais, órgãos de classe e movimentos sociais que vieram a se destacar no período subsequente se notabilizaram através das páginas da imprensa.²⁹ Mas não somente.

²⁹ Durante a chamada “Missão Portella”, importante acontecimento que abordaremos mais adiante, a imprensa foi fundamental para dar ênfase e legitimidade ao diálogo que então se estabeleceu.

À medida que esses novos atores vão entrando na arena do debate político, são introduzidos novos temas e projetos alternativos de mudança do regime, como: a distribuição de renda, o papel do capital internacional e da empresa privada nacional, a estatização, a questão da Universidade, o problema da terra e dos posseiros, as relações entre o capital e o trabalho, as formas alternativas para o sindicalismo brasileiro, a questão dos direitos humanos, a anistia, entre outros.

Tais desdobramentos, aliás, em muito evidenciaram o quão pujante e contraditório foi aquele processo. E acentuaram, além de tudo, a velha máxima de que, muitas vezes, o feitiço se volta contra o feiticeiro. Pois, se o projeto de “distensão” comportava uma prepotência dissimulada, foi justamente por causa das políticas de modernização acima citadas que se desencadearam forças que, progressivamente, escaparam à tutela dos dirigentes autoritários (COUTINHO, 2000, p. 90). Logo, se a “aliança” entre o governo e a grande imprensa tinha, num primeiro momento, o pressuposto de que a ideia da liberalização estava sob controle, a partir do instante em que a sociedade civil se reorganizou e adentrou o jogo do poder, pressionando a ditadura, exigindo concessões, questionando os limites do projeto de “normalização” (SILVA, 2003, p. 267-273), os jornais e revistas redefiniram seus planos e métodos de ação política, justificando-se pela “balança” da opinião pública.³⁰

1.3 - O traço instrumental: a censura na revista *Veja*

Por seu caráter de concessão, o fim da censura esteve, durante a maior parte do governo Geisel, condicionado ao andamento das disputas políticas intramilitares. Isto é, a atividade jornalística seria tanto mais desenvolvida quanto maior fosse a predominância do grupo engajado no projeto de liberalização. Precisamente por isso, a característica mais marcante daquele período, no que tange à imprensa, foi a inconstância. Avanços e recuos, garantias e pressões, aberturas e fechamentos. Circunstâncias do intrincado jogo político que então se desenvolvia.

Plenamente conscientes daquela situação, Geisel e Golbery procuraram manipulá-la em seu favor. Acordaram-se, por exemplo, com os órgãos que consideravam os mais representativos do jornalismo brasileiro. A propósito, duas observações se fazem necessárias: em primeiro lugar, convém destacarmos que a ideia de retirada da censura em momento

³⁰ No seu clássico estudo, Néelson Werneck SODRÉ (1999, p. 43-47) destaca a intensa e constante relação dialética entre a imprensa e o momento político, isto é, como a imprensa recebe os reflexos da realidade, assim como influi sobre a realidade; a importância das condições políticas no/para o desenvolvimento da imprensa. O autor, por conseguinte, baseia-se nessas concepções por toda a obra.

algum se pretendeu absoluta. Pelo contrário, as interdições permaneceram em alguns veículos, sobretudo os da imprensa alternativa, até 1978.³¹ Por sua vez, as razões intrínsecas àquela conduta não somente deixam claro que a proposta liberalizante tinha um viés inequivocamente limitado e seletivo, mas explicitam também os seus desígnios autoritários, visto que almejava a cooptação da oposição mais moderada.

O traço instrumental sobre a questão da censura se manifestou de modo categórico na revista **Veja**. Em sua análise, DUARTE (1987, p. 90-91) assinala que eram grandes as perspectivas com os planos liberalizantes do grupo liderado pelos generais Geisel e Golbery. Marcos Sá Corrêa, que na época exercia o cargo de editor do periódico paulistano, afirmou: “O governo Geisel criou certa expectativa na revista, um governo que, acreditava-se, ia chegar e automaticamente suspender a censura (...)” Aquele estado de espírito, é importante destacar, amparava-se nas garantias dadas por membros da cúpula do novo grupo dirigente. Mino Carta, então diretor de redação de **Veja**, é quem revela: “O Golbery (...) conversou comigo e disse que o propósito do governo era retirar a censura de toda a imprensa. Inclusive, que assim que fosse escolhido o ministro da Justiça, ele se encontraria comigo para discutir essa questão da saída da censura” (ALMEIDA, 2009, p. 125-126).

Fiando-se, então, nas palavras do general, os profissionais de **Veja** procuraram transmitir sua crença de que tempos mais tranquilos estavam por vir. Na edição nº 286, de 27 de fevereiro de 1974, a revista publicou uma reportagem especial com Armando Falcão, que seria o novo titular da pasta da Justiça. Em editorial, Mino Carta explicou que aquele destaque ocorria porque se julgava que a escolha de Falcão era um indício de que haveria “uma mudança nos rumos da política interna brasileira”. Naquela mesma edição, aliás, **Veja** passou a publicar uma série de “estranhos textos”, metafóricos, que faziam referência tanto ao fim do governo Médici quanto às perspectivas criadas com a proposta da “distensão” (DUARTE, 1987, p. 91-92; ALMEIDA, 2009, p. 127-131).³²

Logo após a posse de Geisel, o diretor de redação de **Veja** foi chamado ao Palácio da Justiça, em Brasília, para uma conversa. A reprodução do diálogo foi feita pelo próprio:

³¹ MARCONI (1980, p. 113) assevera que os jornais **Movimento** e **Tribuna da Imprensa**, em razão de sua postura crítica incisiva e avessa a qualquer tipo de composição com o regime, além d’**O São Paulo** (semanário da Arquidiocese de São Paulo!) foram alvo de censura até junho de 1978. Em sua contundente obra, **Jornalistas e revolucionários**, Bernardo KUCISNKI (2003, p. 100) afirma: “Na imprensa alternativa política, que se recusava a participar do jogo da abertura controlada, a censura prévia não só continuou [com a ascensão de Geisel] como foi intensificada, só terminando em 1978”.

³² A expressão “estranhos textos” é de Mino Carta, que em entrevista declarou: “Eram fantasias metafóricas que inventávamos para ludibriar os censores e divertir nossas famílias”. In: ABREU; LATTMAN-WELTMAN & ROCHA (2003, p. 186-187).

[Falcão] me comunicou oficialmente que a censura saía da *Veja*. Eu disse a ele: “Perfeito, ótimo. No entanto, não há nenhum compromisso nosso. Nós vamos usar essa liberdade e fazer as coisas que achamos que devemos fazer. Vocês estão tirando a censura desde que nós não publiquemos isto ou aquilo. Não tem isso.” Ele disse que não estava querendo nada em troca, e nós começamos a usar o benefício da liberdade. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, p. 187)

Não obstante aquele comunicado animador, a publicação, nas semanas subsequentes, de reportagens e de colunas consideradas ofensivas³³ causou profunda irritação no meio castrense, e resultou na reinstalação da censura prévia na revista. Segundo Mino Carta,

A censura ficou então nas mãos da Polícia Federal, menos segura que os militares, e passou a abarcar tudo, de fio a pavio. Não tinha nada que escapasse. Inclusive ilustração, porque a história do Millôr tinha criado uma preocupação. Desenhos, gráficos, fotografias, tudo passava pelas mãos deles. A censura era feita em São Paulo mesmo, nas dependências da Polícia Federal e, aos sábados, na casa do censor. A Editora Abril montou um sistema de peruas que iam e voltavam ao longo da semana, de terça, quando fechavam os primeiros cadernos, até sábado, quando fechava o último. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, p. 188-189)

A medida extrema perdurou pelo restante de 1974, avançando durante o ano seguinte. Situação que causou profundo desgaste entre a cúpula de **Veja** e o seu diretor de redação, que passou a ser visto pelos militares como uma pessoa insubmissa e provocadora – ALMEIDA (2009, p. 142-146) menciona, por exemplo, que a partir de meados de 1975 Mino Carta escreveu e/ou orientou uma série de reportagens e de editoriais eivados de ironia e de obliquidade. Atitude que, obviamente, deixou os militares indignadíssimos.

Tendo se tornado um empecilho para as “boas relações” entre o Grupo **Abril** e o governo, e não obstante sua proximidade com Golbery, com quem dialogava e a quem apoiava no propósito liberalizante, Mino Carta acabou sendo demitido de **Veja** no início de 1976. Segundo sua interpretação, sua dispensa foi trocada pela concessão de um empréstimo e pelo fim da censura à revista. Reproduzindo uma conversa que tivera com Armando Falcão, declarou:

Eles [os diretores da **Abril**] vêm aqui e dizem que a culpa é sua; que se não fosse você a revista falaria bem da gente, que você é o cara que impede que isso aconteça.

³³ Na edição nº 293, de 17 de abril de 1974, **Veja** abordou a vida no exílio de vários dos políticos cassados pela ditadura, dentre os quais o ex-presidente João Goulart e o ex-governador e ex-deputado Leonel Brizola. Já na edição nº 296, de 8 de maio do mesmo ano, a coluna de Millôr Fernandes trouxe uma charge que mostrava um prisioneiro pendurado na parede, com uma bola de ferro presa aos seus pés. Do lado de fora da cela, o carcereiro dizia: “Nada consta!”. Cf. ALMEIDA (2009, p. 132-133).

O que você quer? É claro que vou pedir a sua cabeça. Ponha-se no meu lugar. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, p. 192-193)

Já Roberto Civita, executivo do periódico, afirmou que a saída de Mino Carta se deveu à postura que havia assumido, de enfrentamento para com o regime. Conduta que provocava desgastes, e que, além do mais, desconsiderava um acordo feito entre a cúpula de **Veja** e o jornalista.

A censura no Brasil estava acabando, e Mino escolheu aquele momento para começar a fazer uma série de coisas que eram contrárias ao que ele tinha combinado comigo. Nós tínhamos combinado algumas coisas: ‘que não faria isso, não contrataria fulano e não faria outra coisa’. Eu fui viajar (...), voltei e ele tinha feito. (ALMEIDA, 2009, p. 149-151)

Com a saída de Mino Carta, os jornalistas José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu de Souza assumiram o comando da redação. Quatro meses depois, em junho de 1976, a censura saiu de **Veja**.³⁴

Naquele exato contexto, urge destacar, avolumavam-se as lutas intestinas no seio das Forças Armadas, e o presidente Geisel, calculadamente, pautava seu comportamento pela ambiguidade. Por um lado, dava amostras de que sua política de “distensão” era para valer (por meio de discursos e de atitudes concretas, como a retirada da censura prévia aos jornais da família Mesquita), por outro dava demonstrações de que considerava imprescindível a manutenção da legislação repressiva. Como argutamente observou DUARTE (1987, p. 102; 110-112), pelo simples fato de defender um projeto de liberalização, o presidente já contava com uma certa benevolência por parte da imprensa. Em vista disso, à medida que os “bolsões radicais” passaram a pressionar cada vez mais abertamente, a empatia foi se transformando em apoio. Nos episódios dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, assim como nas disputas em torno da sucessão presidencial, que resultaram na demissão do general Sylvio Frota, a associação entre o governo Geisel e os veículos noticiosos foi quase que total: estimulada pelo grupo palaciano, a imprensa se engajou na publicação de críticas e de denúncias.

Aquela peculiar circunstância, a propósito, foi plenamente assimilada pelo já veterano Alberto Dines, que, em sua coluna na **Folha de S. Paulo**, no dia 24 de julho de 1977, afirmou:

³⁴ “Em 3 de junho, a censura saiu de **Veja**. Um coronel, conhecido como Felix, da Polícia Federal, simplesmente informou por telefone, às 10h50, a um assessor de Edgard de Silvio Faria [diretor-responsável], que não precisava mais mandar a revista, já impressa, para a casa do censor.” In: ALMEIDA, 2009, p. 155.

A relativa liberdade de imprensa que hoje gozamos é o grande feito da distensão e talvez o grande suporte político do atual governo. Não fosse a capacidade dos jornais denunciarem pressões e movimentos de setores intransigentes pertencentes à esfera oficial, sua ação seria fatal. Expostos convenientemente, contêm-se. Fiscalizados, recolhem-se. (apud DUARTE, 1987, p. 112)

Com o estabelecimento do jogo sucessório, a partir do segundo semestre de 1977, a estratégia da instrumentalização da imprensa ficou mais do que evidente. O lançamento do general João Baptista Figueiredo como candidato oficial à Presidência da República recebeu um amplo e muitas vezes simpático espaço no noticiário de jornais e revistas. Mas a consolidação da candidatura oposicionista do general Euler Bentes Monteiro, no início do ano seguinte, serviu como contraponto àquele engajamento, visto que também mobilizou uma significativa cobertura jornalística. Em consequência, criou-se uma espécie de cisão na imprensa brasileira: as redações, em sua imensa maioria, eram partidárias do postulante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro); já os vários diretores (muitos dos quais ligados a Golbery) e a quase totalidade dos patrões eram adeptos de Figueiredo. De acordo com DUARTE (1987, p.118-119), o envolvimento da imprensa na sucessão de Geisel foi de tal ordem que chegou a impressionar os jornalistas mais veteranos, como Carlos Castello Branco. À época, inclusive, o Comitê de Imprensa do Senado publicou uma nota na qual defendia o direito dos jornalistas se posicionarem politicamente.

O controle da questão sucessória, no entanto, era de suma importância para o êxito do projeto político concebido pelos generais Geisel e Golbery. À vista disso, o governo, sutilmente, enviava sinais de que a total liberdade de ação dos jornalistas causava atritos desnecessários. Os comandos de alguns dos principais veículos brasileiros (**Jornal do Brasil**, **Veja**, **Folha de S. Paulo**) se encarregaram, então, da supervisão do noticiário relacionado ao tema. Por meio da edição dos textos, ou enfocando de forma negativa a campanha oposicionista, procuraram dar suporte à candidatura oficial. Entrementes, passaram a demitir os jornalistas que se opunham àquele procedimento.

Foi o caso, por exemplo, dos jornalistas D'Alembert Jaccoud, chefe da sucursal de **Veja** em Brasília, e Pompeu de Souza, então diretor da **Abril** na capital federal. Sentindo-se desrespeitados com a manipulação das reportagens que enviavam para a sede da revista, em São Paulo, os dois profissionais resolveram questionar a sua direção. Como resultado, foram considerados incompatíveis para o exercício de suas funções, e então demitidos. A propósito, ambos deram depoimentos ao livro de MARCONI (1980, p. 152-162). Pompeu de Souza, por exemplo, declarou: "A revista **Veja** vinha distorcendo sistematicamente a informação. Não

era questão de interpretação – porque cada um tem o direito de interpretar como quiser um acontecimento –, mas de simples distorção”. D’Alembert Jaccoud, por sua vez, foi ainda mais enfático: “(...) o que a gente vê hoje é que nesse processo de abertura está posto um outro tipo de controle da imprensa que não é mais a censura policial. O que se vê hoje como regra é que há um engajamento – a grande imprensa se botou a serviço.”

Em julho de 1979, o mais “golberyano” dos jornalistas brasileiros, Élio Gaspari, assumiu o cargo de diretor-adjunto em **Veja**. Não apenas deu prosseguimento à “aliança” com o governo, como chegou a aprofundá-la.³⁵ Parte importante do desenrolar dessa história é, como já dito, objeto de nossa investigação.

³⁵ Não à toa, **Veja** passou a ter acesso quase que irrestrito ao “mundo golberyano”. Publicou uma reportagem especial sobre o general – edição nº 602, de 19 de março de 1980 –, assim como reproduziu trechos de um discurso “secreto” que pronunciara na Escola Superior de Guerra (ESG) – edição nº 627, de 10 de setembro de 1980.

Capítulo II – Liberdade concedida x liberdade conquistada: a dialética entre o *projeto* de abertura e o *processo* de abertura no governo Geisel

A diferença entre a liberdade concedida e a liberdade conquistada reside em que aquela pode ser anulada sem alteração das condições políticas e esta exige, para ser anulada, que sejam alteradas as condições políticas, isto é, a correlação de forças. **Nelson Werneck Sodré**³⁶

Conciliação (...) supõe mudança, não necessariamente transformação, sob controle, com a dosagem de concessões e com o domínio do tempo. O passo revela, por sua vez, um mecanismo processual e estrutural implícito. Controle evoca alguém que controla, uma camada que orienta e cede, uma categoria política que comanda. Óbvia a presença, ainda que difusa, de uma categoria social, não apenas dirigente, mas orientadora, que se sobrepõe às demais, estado-maior de domínio a mover os cordéis do palco. **Raymundo Faoro**³⁷

Justamente por ter se tratado de uma iniciativa exclusiva dos novos chefes dos “militares enquanto governo” – quer dizer, não houve uma consulta prévia à sociedade civil, tampouco um acordo com os setores da oposição em torno da ideia –, o projeto de “normalização” política presumia a subordinação total aos seus objetivos. No entanto, a intenção dos generais Geisel e Golbery enfrentou, forçosamente, uma série de obstáculos. No choque com a realidade, o que era teorizado nos gabinetes palacianos em muito teve que ser modificado. Houve, em suma, uma complexa relação dialética entre o projeto de “distensão política” e o processo de liberalização que se desenvolveu no país. Um jogo de idas e vindas, de concessão e conquistas. Logo, negociado, disputado.

No seu clássico estudo, O’DONNELL & SCHMITTER (1988, p. 22-24) chamam a atenção para a imprevisibilidade das transições políticas. Isto é, malgrado o fato de as regras e os procedimentos de um processo de transição serem estabelecidos pelas forças do regime autoritário, há sempre uma enfática contestação a tais normas por parte dos sujeitos políticos excluídos, que buscam a defesa de seus interesses. Porque, na medida em que direitos básicos são efetivados, e os atores sociais tenham se atrevido a exercê-los publicamente, não sendo punidos por fazê-lo, tal processo gera consequências que tendem a ter papel importante no desenrolar das transições.

³⁶ SODRÉ, 1999, p. 46.

³⁷ **IstoÉ**, 25 out. 1978, p. 8.

O que não garante que as forças desencadeadas ao longo do processo tenham um caráter irreversível: “Pelo contrário, uma característica desse estágio inicial da transição é a sua precária dependência com relação ao poder governamental, que permanece sujeito a variações arbitrárias”. No entanto, com o passar do tempo, com o processo de liberalização se desenvolvendo, o acúmulo de conquistas tende a se institucionalizar, e assim a transição atinge uma etapa em que a sua anulação passa a ter um custo elevado (O’DONNELL & SCHMITTER, 1988, p. 24).

A nosso ver, esta leitura resume bem a experiência que aqui nos propomos a examinar. Façamos, então, uma análise do intrincado processo político ocorrido na sociedade brasileira entre os anos 1974 e 1978.

2.1 – A “crise do petróleo” e as eleições de 74

Observemos, primeiramente, que a famosa crise do petróleo, iniciada em fins de 1973 – portanto, ainda antes da posse do novo governo – teve efeitos muito negativos sobre a estratégia traçada pelos generais Geisel e Golbery. Num primeiro momento, o discurso triunfalista que exaltava o chamado “milagre brasileiro” teve que ser revisto. No longo prazo, tanto a crise econômica decorrente do colapso do “milagre” quanto as medidas tomadas para enfrentá-la tiveram um impacto devastador sobre o conjunto da economia brasileira, minando, assim, o mais imponente meio de legitimação política do qual se valiam os militares. Mas não somente: como consequência da crise, acentuaram-se as manifestações contrárias à própria ditadura.

A história da crise econômica do regime civil-militar é conhecida. A alta do preço do petróleo (em três meses, o preço do barril saltou de 2,90 para 11,65 dólares), levada a efeito pelos países árabes reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – em retaliação ao apoio dado pelas potências ocidentais a Israel, na Guerra do Yom Kippur –, afetou diretamente as finanças brasileiras porque o modelo de desenvolvimento industrial que fora implantado pela ditadura assentava-se no petróleo como fonte de energia. Tanto o setor produtivo (com destaque para a indústria de bens de consumo duráveis, notadamente a automobilística) quanto o setor de transportes dependiam quase que exclusivamente do “ouro negro” e de seus derivados. Como o Brasil importava cerca de 80% do petróleo que consumia, o aumento do preço, somado às medidas defensivas tomadas pelos países desenvolvidos para enfrentar a iminente crise (restrição do crédito, elevação das taxas de juros), que por sua vez

afetaram as outras importações feitas pelo país, levou ao desequilíbrio na balança de pagamentos. Sucedeu-se uma espécie de reação em cadeia, na qual foram descortinadas as contradições do chamado “milagre” e, por conseguinte, os fundamentos do regime. Na esfera econômica, houve inflação crescente, perda de poder aquisitivo por parte dos trabalhadores, restrição ao crédito, escassez de determinados produtos, aumento da dívida externa etc. – enfim, todos os efeitos eram correlatos (VIZENTINI, 2006, p. 67-68; 70-71; KUCINSKI, 1982, p. 23-27; SINGER, 1976, p. 151-167).

No plano político, destaque para o ressurgimento do protesto popular organizado e para a vitória eleitoral do partido de oposição, o MDB, que em novembro de 1974 recebeu uma expressiva votação. Dentre as 22 cadeiras em disputa para o Senado Federal, o PARTIDO conquistou 16 (havia eleito apenas 5 em 1970, quando foram renovados 2/3 da Casa). Para a Câmara dos Deputados, os resultados foram mais modestos, mas ainda assim animadores: 160 eleitos (contra apenas 87 no pleito anterior). Num Congresso em que havia um total de 66 senadores e 364 deputados, o MDB passaria a contar com 42% dos parlamentares, o que lhe garantiria, por exemplo, o direito de requerer a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (FLEISCHER, 1994, p. 175; SCHMITT, 2000, p. 36-37; 44).

Tabela 1 – Resultado das eleições legislativas de 1974 (votos válidos)

Partidos	Câmara dos Deputados		Senado	
	nº	%	nº	%
Arena	204	56	6	27,3
MDB	160	44	16	72,7
Total	364	100	22	100

Fonte: KINZO (1988, p. 74).

Como um parêntesis, é importante sublinharmos que a realização periódica de eleições se inseria na peculiar concepção político-institucional dos militares brasileiros. Para eles, era possível (e desejável) combinar a tutela política com o funcionamento de instituições típicas das democracias liberais, como o Parlamento e os partidos – era a “fachada legal” da ditadura, ou a “oposição consentida” por ela, diziam os críticos. Mesmo após a extinção do multipartidarismo (em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº. 2) e a edição das novas regras para criação de novas agremiações (Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de

65), o calendário eleitoral fora mantido. A essência da ideia era legitimar o sistema político da “revolução”.

Entretanto, contradizendo o que pressupunham os estrategistas políticos do regime, o MDB foi crescendo em representatividade – sobretudo após a campanha da “anticandidatura”, em 1973³⁸ –, deixando de lado a sua imagem de partido artificial e sem raízes na sociedade.

A nosso ver, algumas das razões para que isso viesse a acontecer foram:

- ✓ a já mencionada crise econômica;
- ✓ a atuação de um determinado grupo de parlamentares – com destaque para os “autênticos”³⁹, mas também para Ulysses Guimarães – em favor de uma postura mais aguerrida com relação à ditadura. Opção essa que em muito reforçou a imagem oposicionista do MDB, e que o levou a se aproximar dos setores populares organizados e de parte da intelectualidade acadêmica;
- ✓ a crescente adesão das esquerdas ao MDB, derivada de um lento processo de autocritica que acabou levando à valorização da luta política institucional.⁴⁰

Podemos questionar a efetiva preponderância do MDB naquelas eleições, ou melhor, se aquele total de votos foi conscientemente destinado ao partido e às suas propostas. Maria D’Alva KINZO (1988, p. 159-163), por exemplo, argumenta que o MDB soube, naquele exato momento, interpretar e expressar o descontentamento de grande parte do eleitorado. Mas ela também destaca que as “dissensões internas” da Arena, uma legenda “que congregava uma diversidade de facções oligárquicas rivais”, somada à sua inabilidade política durante a campanha, em muito favoreceu os oposicionistas. Não obstante, entendemos que em 1974 o processo eleitoral adquiriu um caráter plebiscitário, ou seja, o crescimento do MDB deveu-se sobretudo à crescente reprovação popular a uma regime que vinha lhes impondo, nos últimos anos, um significativo aumento do custo de vida.⁴¹ Daí a sua importância.

³⁸ A ideia da participação no pleito presidencial de 1974 partiu do grupo dos “autênticos”, que a conceberam com base no objetivo principal de desenvolver uma campanha nacional de cunho oposicionista, que serviria para denunciar o jogo de “cartas marcadas” da eleição e todo o processo eleitoral erigido pelos militares (mas também para se fazer notar pelo eleitorado, já que naquele ano haveria também eleições legislativas). A candidatura foi encabeçada pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, e pelo à época presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. Cf. KINZO (1988, p. 145-147) e **Veja**, 12 set. 1973, p. 3.

³⁹ Ana Beatriz NADER (1998, p. 15) assinala 23 nomes que deram origem, em 1973, ao grupo dos “autênticos”. Ao longo do governo Geisel, esses parlamentares se mantiveram unidos e atuantes, intransigentes na defesa da democratização da sociedade brasileira. Destaquemos aqui Amaury Müller, Alencar Furtado, Chico Pinto, Fernando Lyra, Lysâneas Maciel, Nadyr Rossetti.

⁴⁰ Para um breve histórico do MDB (sua transformação, a aproximação com as esquerdas), cf. MOTTA, 2007, p. 283-302.

⁴¹ Paul SINGER (1976, p. 163-167) assinala como, a partir de 1973, quando a inflação “voltou a crescer com ímpeto”, o custo de vida subiu cerca de 27% em São Paulo, se comparado ao ano anterior (ele cita dados do

Quanto àquela vitória eleitoral – que não deve ser vista como surpreendente, dado o novo contexto econômico-social que então se delineava –, o que nos importa destacar é: qual o seu significado? Indo além: qual o impacto que teve sobre o governo?

De fato, no que tange ao projeto de “distensão” da dupla Geisel-Golbery, a perda da maioria de dois terços no Congresso não só tirou do governo a prerrogativa de reformar a seu bel-prazer a Constituição, mas, principalmente, lhe mostrou que: a) não contava com o beneplácito da população; b) haveria de ser feita uma reformulação na estratégia da “normalização”, outrora autônoma. Contatos com a oposição, por exemplo – mais concretos, propositivos –, tornar-se-iam necessários. A execução da chamada “missão Portella”, a nosso ver, comprovam tal interpretação.

2.2 – As “regras de ação” e a lógica da “distensão”

Ainda que inesperado, o resultado das eleições de 1974 foi respeitado pelo governo Geisel. O presidente chegou a afirmar: “Eleição é isso mesmo. O povo vota livre e, normalmente, no contra. E nós temos que respeitar. Pois não fizemos uma eleição? É isso, e pronto”. Propostas de endurecimento apareceram aqui e ali, mas Geisel ignorou-as (GASPARI, 2003, p. 467; 472).⁴² Junto com Golbery, mantinha-se firme nos seus propósitos.

Tal postura dos generais, no entanto, não deve obscurecer o fato de que, ao longo do primeiro ano de governo, acentuaram-se as já notórias arbitrariedades do regime. Na esfera político-institucional, houve o episódio da prisão do deputado Francisco Pinto (MDB-BA) – enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por ter protestado contra a presença do general Pinochet no Brasil. A censura, por sua vez, agia com rigor, ora proibindo manifestações artísticas, ora vetando, na mídia, as reportagens consideradas impróprias (NAPOLITANO, 2004, p. 100-104; MARCONI, 1980, p. 270-293). No que se refere ao combate direto à “subversão”, os órgãos de segurança intensificaram as suas ações. A guerrilha do Araguaia, por exemplo, chegava ao fim, com a aniquilação de seus remanescentes (GORENDER, 1987,

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O governo Geisel, por sua vez, buscando combater o problema, tomou uma série de medidas (restrição do crédito, reajustes salariais em níveis bem inferiores à elevação dos preços) que resultaram numa queda acentuada do consumo. Por conseguinte, como principais vítimas de tais medidas, os setores de baixa renda, “que constituem a grande maioria da população”, manifestaram sua contrariedade e seu “anseio geral por justiça social” nas eleições ocorridas em novembro de 74.

⁴² O autor menciona um documento da Marinha, onde se sugeria a imediata cassação de deputados apontados como “subversivos”.

p. 207-213). Mesmo a esquerda que não optara por um enfrentamento direto com o regime tornara-se alvo. Logo após a posse de Geisel, houve a prisão e o conseqüente “sumiço” de altos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O acontecimento pode ser definido como simbólico, pois o partido, por ser contrário à luta armada, até então havia sido poupado pelo sistema repressivo. Mas a ferocidade das ações da “linha dura” atingiu também a oposição liberal ao regime: jornalistas, advogados, professores e até mesmo um missionário religioso estadunidense foram vítimas da violência das forças de segurança (Veja, 18 nov. 1992, p. 24-26; SKIDMORE, 2000, p. 329-330; 332).

O general Geisel, ao contrário do que possa parecer, tinha plena noção da escalada das atividades repressivas.⁴³ Assim sendo, convém perguntarmos: se a questão da indisciplina da “comunidade de segurança” era um dos principais motivos alegados pelo presidente para levar adiante a sua política de “distensão”, por que então corroborar o recrudescimento, em escala inédita, das ações repressivas? Geisel tinha uma visão peculiar acerca do problema: “eu tinha que lutar em duas frentes: contra os comunistas e contra os que combatiam os comunistas” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 369). Todavia, ao concordar com a eliminação dos ditos “subversivos”, supostamente por ser útil aos seus planos de governo (e também porque tal medida ia ao encontro de suas convicções anticomunistas), o general, em verdade, acabara caindo em uma armadilha: os “bolsões radicais”, amparados e fortalecidos, voltar-se-iam contra a ideia da liberalização.

O desencadeamento da *Operação Radar*, em janeiro de 75, é um caso emblemático. Capitaneada pelo CIE, a ação destinou-se, novamente, ao desmantelamento do PCB. Os agentes da repressão descobriram, no Rio de Janeiro, o local onde se imprimia o jornal **Voz Operária**⁴⁴. Conseqüentemente, os responsáveis pela atividade foram presos. E em questão de dias, alguns dos principais membros da cúpula do partido foram capturados. Seguiu-se, então, uma séria crise militar, na qual se destacou a postura hesitante de Geisel, ora defendendo seu projeto de “distensão” política, ora refluindo diante da pressão da “linha dura”.

Os exemplos são notáveis: concomitante à prisão dos dirigentes comunistas, o CIE tentava comprovar que havia uma ligação entre o PCB e o MDB. Logo, as eleições de 1974 teriam sido corrompidas. O presidente, como vimos, desconsiderou os argumentos dos

⁴³ GASPARI (2003, p. 387), amparado em documentos oficiais daquele período, afirmou: “em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política. Em janeiro tivera duas conversas com veteranos da luta contra o terrorismo.”

⁴⁴ Para um breve histórico do jornal **Voz Operária**, cf. PENNA (2007, p. 147-154).

órgãos de informação e repressão, fazendo valer o resultado do pleito. Por outro lado, no caso da prisão do dirigente comunista Marco Antônio Coelho, que acabou se generalizando na questão dos “torturados”, Geisel recuou. Diante das pressões de setores da oposição (Igreja, MDB, imprensa) para que resolvesse o problema, e diante das ameaças de uma possível “insubordinação” no meio militar, se fosse feito algum tipo de investigação, optou pela retórica característica do regime: tudo não passava de uma “insidiosa campanha” do “movimento comunista internacional” (GASPARI, 2004, p. 24 et seq). O melindre para com os “porões” da ditadura revelava que Geisel tinha, para além de uma estratégia de enquadrá-los sob sua autoridade, certa complacência para com os seus serviços prestados. Afinal, eram todos “revolucionários”.⁴⁵

O decorrer do ano de 1975 foi marcado pela ofensiva dos “bolsões radicais”. Segundo a análise de KUCINSKI (1982, p. 46-47), como resposta à “rearticulação dos ‘duros’”, Geisel desenvolveu uma atitude dúbia, que no seu entender reforçaria a sua autoridade. Ao punir pessoas e/ou contraditar interpretações oriundas da oposição, emitia sinais de que a política de “distensão” seguiria sob controle férreo do governo, ao mesmo tempo em que, justamente por manter tal postura, saciava os ímpetos da “linha dura”, aquietando-os. A nosso ver, o discurso da “Pá de Cal” (agosto de 75) constitui um excelente exemplo dessa postura.⁴⁶

É importante frisarmos que a ideia da “distensão”, mesmo não configurando um plano completo, com prazos e objetivos traçados, incomodou enormemente as “comunidades de informação e de segurança”, que temiam perder espaço e, sobretudo, sentiam-se ameaçadas com possíveis punições. Vendo-se acuados, os agentes da repressão resolveram, então, reagir. Por associarem a ideia a Golbery, passaram a produzir uma série de panfletos em que o ministro era acusado de “traidor”, “comunista”, “corrupto” etc. O episódio era mais uma manifestação da indisciplina do chamado “sistema”, que não estava disposto a perder o poder

⁴⁵ Para uma interessante análise acerca da ideologia comum aos militares brasileiros, com destaque para o conceito de “inimigo interno”, um derivativo do anticomunismo, cf. BORGES (2003, p. 13-42), e também ALVES (2005, p. 39-61).

⁴⁶ Nesse discurso, transmitido em cadeia de rádio e televisão no dia 1º de agosto de 1975, Geisel desautorizou aqueles que viram sua proposta de “distensão” como um projeto político claro rumo à democratização do país. Disse ele: “Muito se tem publicado e discutido sobre a distensão, atribuindo-se ao governo, e notadamente ao presidente da República, intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão e pressões etc. que, uns e outros, não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores”. Além do mais, Geisel reiterou sua fidelidade à “revolução” e também sua identidade para com os generais que o antecederam na presidência. (Cf. GEISEL, 1975, p. 142-144; 152).

e o prestígio que conquistara no combate à luta armada (FICO, 2001, p. 211; 213; GASPARI, 2004, p. 67-72; 78-79; 81).

Na vanguarda da reação contra a proposta de “distensão” estava o 2º Exército (sediado em São Paulo) e seu chefe, o general Ednardo D’Ávila Mello, que se notabilizara por suas contundentes manifestações em favor do contínuo combate à “subversão” e, por conseguinte, pelo respaldo ao “sistema”.⁴⁷ Foi sob sua jurisdição, mais exatamente nas dependências do DOI-CODI, perto do Quartel General do 2º Exército, que houve o assassinato do jornalista Vladimir Herzog (25 de outubro de 75). O episódio explicitou a ferocidade com que os “porões” vinham atuando, segundo o seu linguajar, na defesa da “Revolução”.

Contra o assassínio, surpreendentemente, voltaram-se a sociedade paulistana (que repudiara o ato) e o presidente (que vira a sua autoridade desafiada). Seguiram-se as consequências: a realização de um culto ecumênico em homenagem a Herzog – o ato reuniu, na Catedral da Sé, milhares de pessoas num silencioso protesto contra o *modus operandi* da ditadura –, e uma ordem, dada por Geisel, para que se investigasse a morte do jornalista. A atitude do general evidenciava que se tornara necessária uma nova postura diante da indisciplina. Não havia mais meios de temporizar.

O presidente, entretanto, via-se num dilema. Por encarnar, de modo simultâneo, um chefe militar (e “revolucionário”) e um chefe político, praticava reiteradas vezes uma espécie de contorcionismo. Citemos dois exemplos.

O assassinato do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, novamente no DOI-CODI do 2º Exército, levou Geisel, pela primeira vez, a enfrentar os seus colegas de farda. O presidente agiu, mas de acordo com a peculiar visão que tinha. Segundo GASPARI (2004, p. 220-221),

(...) na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar. (...) Era o Exército que tinha um problema, e ele o estava resolvendo.

⁴⁷ O jornal **Movimento** (28 jul. 1975, p. 3) reproduziu trechos de uma palestra feita pelo general Ednardo em São Paulo, no dia 18 de julho de 75, na qual ele ressalta que era preciso atenção para com os “fascistas vermelhos”, “inimigos da democracia” que estariam retomando suas atividades subversivas dentro do país. Para enfrentar suas táticas, afirmou o general, urgia o “estudo da guerra revolucionária”.

Ou seja, a demissão do general Ednardo, que acobertava os crimes praticados sob sua jurisdição, era primordialmente “um problema do Exército” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 376).⁴⁸

De outro lado, pressionado pelo “sistema”, e valendo-se do AI-5, Geisel cassara os mandatos de vários parlamentares do MDB (dentre os quais o de Lysâneas Maciel, um dos líderes do grupo dos “autênticos”), após eles terem sido acusados de ligações com o PCB. Anos depois, o general procurou se explicar:

A cassação tinha suas vantagens, no sentido de arrefecer o ímpeto da oposição, que passava a ter receio das conseqüências se continuasse no mesmo estilo, e de arrefecer a pressão da área militar. Passei todo o meu governo nesse jogo. (...) Enquanto a oposição se mostrava agressiva, não era possível aliviar e satisfazê-la. Eu não podia me afastar dos militares, que, a despeito da cooperação da Arena, eram os principais sustentáculos do governo revolucionário. (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 391).

Em síntese, para o projeto capitaneado por Geisel e Golbery funcionar, era imprescindível atacar os inimigos, à direita e à esquerda.

Nesse sentido, é importante enfatizarmos as respostas dadas pelo governo à questão eleitoral. Os resultados de outubro de 74 mostraram que havia a possibilidade da crescente expansão do MDB: a oposição poderia, num curto prazo, e à revelia do que concebera o *think-tank* governista, vir a conquistar maioria no Congresso. Antecipando-se à hipótese, os “engenheiros políticos” palacianos (FLEISCHER, 1994, p. 175) elaboraram um decreto, por fim editado em julho de 1976, que ficou conhecido como “Lei Falcão” (uma referência ao então ministro da Justiça). Com ele, restringiu-se o uso do rádio e da televisão na campanha eleitoral daquele ano e, por conseguinte, reduziu-se o alcance do discurso emedebista.⁴⁹ Foi o primeiro *casuísmo* de que se valeu o general Geisel para manter sob seu estrito controle o ritmo das mudanças que pretendia efetuar. E também o primeiro passo rumo à reformulação do sistema político-eleitoral.⁵⁰

⁴⁸ Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel, revelou num artigo que, num despacho dias após a demissão do comandante do II Exército, o presidente afirmara que o general Ednardo “fora afastado não porque estivesse envolvido com os torturadores, mas porque não conseguira manter sob controle as ações dentro de sua área” (cf. **Folha de S. Paulo**, 23 maio 1982, p. 2).

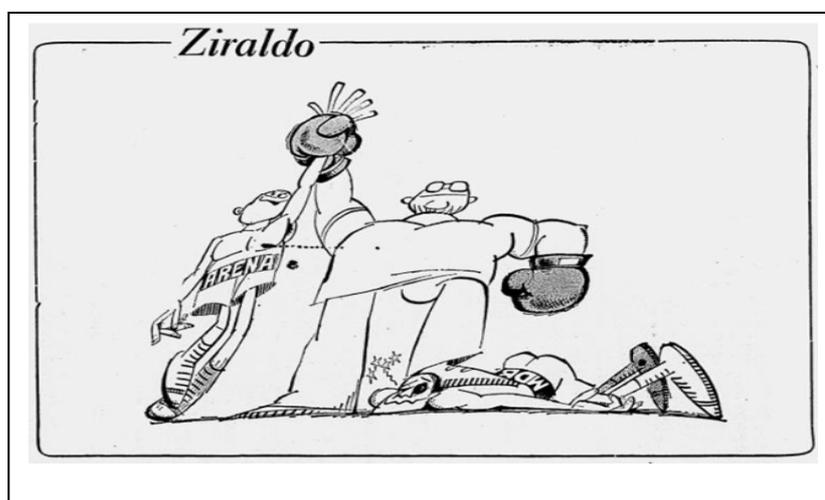
⁴⁹ Em suas memórias, assim se justificou Armando Falcão acerca do Decreto-Lei nº 6.639: “Ora, um dos fatores decisivos para triunfar nos pleitos eleitorais sempre esteve na força da televisão e do rádio. Assim acontecendo, pensei na hipótese de uma legislação que, não suprimindo a presença dos candidatos oposicionistas na disputa das urnas, reduzisse o impacto dos instrumentos de propaganda utilizados” (FALCÃO, 1989, p. 357).

⁵⁰ Nas eleições municipais de 76, a Arena teve um total de votos superior ao do MDB (15,2 milhões contra 12,7), mas o partido oposicionista venceu em dez das quinze maiores cidades do país. Resultado modesto, mas expressivo se levarmos em conta a “Lei Falcão” e o ambiente de ameaça latente criado pela “linha dura”, em caso de mais uma vitória emedebista (Cf. ALVES, 2005, p. 230-231).

O ápice da peculiar lógica que fundamentava o conceito de “distensão” coordenado por Geisel e Golbery foi a promulgação do chamado “Pacote de Abril” (abril de 1977). Sob o pretexto de que a obstrução do MDB à sua proposta de reforma do Poder Judiciário atrapalhava os interesses do país, o governo se valeu dos poderes do AI-5 para decretar o recesso do Congresso Nacional e, principalmente, para levar a efeito uma série de mudanças constitucionais. A ideia daquela intervenção era simples, qual seja, manter o domínio dos processos legislativos e dos poderes executivos, o que, na ótica dos generais, era considerado fundamental. Dentre outros dispositivos, destaque para:

- 1) a redução do quorum constitucional, que passou de 2/3 para maioria simples;
- 2) a criação do senador “biônico”, que seria, na prática, escolhido pelo governo;
- 3) a manutenção da eleição indireta para os governos estaduais;
- 4) a aplicação às eleições nacionais da “Lei Falcão”;
- 5) a modificação da composição do Colégio Eleitoral, com a restrição do número de delegados dos Estados mais populosos;
- 6) a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos (KUCINSKI, 1982, p. 60-62; FLEISCHER, 1994, p. 176-177).

Figura 1 – Ziraldo satiriza o “Pacote de Abril”



Fonte: **Jornal do Brasil**, 15 abr. 1977, p. 10.

Nesse ato de força, o governo explicitou o método que desenvolvera, qual seja, o de instrumentalizar as pressões que afirmava receber. Geisel e Golbery, de um lado, alegaram que a provável vitória da oposição nas eleições de 78 geraria fortes reações no meio militar e que isso, conseqüentemente, poderia levar a um retrocesso indesejado. De outro, procuravam

caracterizar, na oposição, o que chamavam de “intransigência”, com o claro intuito de justificar o recurso à violência.

A nosso ver, a essência da tática concebida para dar suporte à ideia da “distensão” está resumida num documento redigido por Golbery (provavelmente em 1981), que lhe serviu de base em uma conferência que faria na Escola Superior de Guerra (ESG). As “regras de ação” previam ofensivas contra as extremas direita e esquerda, “uma seguindo-se logo à outra”, com o objetivo máximo de enfraquecer ambos os polos. Segundo o general, era necessário não só agir daquela forma, mas sobretudo explicitar que se agia daquela forma, de modo a se destacar a posição independente do governo (Veja, 23 set. 1987, p. 27).

2.3 – Os efeitos políticos da crise: o ressurgimento do protesto organizado

A “crise do petróleo”, como vimos, exigiu do governo Geisel uma adaptação às novas condições da economia mundial. A principal solução encontrada foi recorrer a empréstimos no exterior, que naquela época, em razão da abundância dos chamados “petrodólares”, eram oferecidos a juros insignificantes.⁵¹ Tal opção tinha um sentido estratégico, pois o sucesso econômico era, como já dito, necessário politicamente. “Como é que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo Médici?”, justificou-se o ex-presidente, muitos anos depois (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 288).

Todavia, essa opção pelo financiamento externo mostrou-se desastrosa, visto que em muito contribuiu para o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes. Dito de outra forma: o recurso ao crédito estrangeiro potencializou o “preço social” pago pelo conjunto da classe trabalhadora para o regime levar a efeito a sua política econômica. Mas tal sacrifício, conseqüentemente, estimulou a insurgência.

Antes, porém, de adentrarmos na análise dos efeitos políticos da crise do “milagre”, convém discorrermos brevemente acerca do movimento em que uma parcela da burguesia nacional protestou contra aquilo que denominava “estatização da economia”.

⁵¹ É curioso notar que, justamente por terem capitaneado o movimento de alta dos preços do petróleo, os países da OPEP, lucrando vertiginosamente, passaram a disponibilizar os seus excedentes para que servissem de empréstimo no mercado financeiro mundial. E o Brasil, vítima da crise do petróleo, foi um dos países que mais recorreu aos bancos internacionais (Cf. D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 293; HOBSBAWM, 2002, p. 459; FISHLOW, 1988, p. 150).

A crítica que deu início à campanha contra a “estatização” foi feita por Eugênio Gudin, “velho patrono do liberalismo econômico no Brasil”. Num discurso feito numa cerimônia em que receberia um prêmio, no dia 12 de dezembro de 1974, Gudin atacou aquilo que considerava uma intervenção excessiva do Estado brasileiro nas atividades econômicas (ele citou os setores industrial e bancário). Contudo, mais impactante do que as observações de Gudin foi a veemência com que relacionou “interferência estatal, violação das liberdades individuais e totalitarismo” (CRUZ, 1995, p. 33).

O caráter político-ideológico do pronunciamento de Gudin explicitou-se também quando ele ressaltou que às Forças Armadas cabia o “exercício do poder moderador”, e não o fomento ao predomínio do Estado na economia. De acordo com KUCINSKI (1982, p. 28), o economista manifestava “o temor de que a crise do milagre levasse os militares, que detinham o controle dos mecanismos de poder, a soluções contrárias aos interesses particulares dos grandes grupos econômicos”.⁵²

De fato, as intenções do governo Geisel foram expostas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), publicado em fins de outubro de 74. Nele, estava previsto que o Estado brasileiro realocaria suas prioridades, de modo a manter as taxas de crescimento econômico e, por conseguinte, a legitimidade política do regime. Isto é, em razão do esgotamento do padrão de acumulação estabelecido pelo modelo do “milagre”, haveria um redirecionamento da política econômica. Todavia, ao buscar estimular o setor de bens de produção, em detrimento do setor de bens de consumo duráveis, e, também, ao determinar que os bancos oficiais seriam os financiadores dos novos projetos, o governo feriu interesses poderosos. Sucederam-se, então, reclamações generalizadas, que resultaram em “fissuras no interior do pacto de poder” – os diversos ramos de atividade prejudicados pelo programa esboçaram uma reação política, explicitando suas divergências (MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 57-60).⁵³

Mas é interessante destacarmos que a campanha contra a “estatização” foi dirigida política e ideologicamente pela imprensa – sobretudo pelos jornais **O Estado de S. Paulo** e

⁵² Um ótimo exemplo dessa incerteza da burguesia brasileira quanto aos propósitos do governo Geisel no campo econômico foi manifestado pelo **Jornal do Brasil**, em editorial publicado no dia seguinte ao discurso de Gudin. Segundo o periódico carioca, a “descoordenação econômica” e os “conflitos de informação” tendiam a “afetar a confiança dos empresários” e a suscitar dúvidas. Além do mais, “ao contrário das decisões intramuros”, cabia ao governo estimular “a participação das entidades de classe” nas discussões econômicas (Cf. **Jornal do Brasil**, 13 dez. 1974, p. 6). O jornal reproduziu ainda, na íntegra, o discurso de Gudin (Cf. **Jornal do Brasil**, 13 dez. 1974, p. 15).

⁵³ Sobre o modelo do “milagre” econômico, cf. o exame de PRADO & EARP (2003, p. 213-228). Para um resumo e uma análise das principais diretrizes do II PND, cf. FISHLOW, 1988, p. 151-160, e **Veja**, 18 set. 1974, p. 124-126; 129.

Jornal do Brasil, e pela revista **Visão**. Os capitalistas, individualmente ou por meio de suas entidades, aderiram posteriormente ao movimento – mas não de forma massiva, integrada. Segundo a análise de CRUZ (1995, p. 132), a campanha teve um saldo positivo, na medida em que acuou o governo, caracterizou de forma negativa o termo “estatização” e logrou em “sua pretensão de expressar o consenso do empresariado”. Entretanto, as tais demandas político-econômicas não se associavam a posições críticas “em relação às características autoritárias do regime” (CRUZ, 1995, p. 133).

A rigor, o enfrentamento com a ditadura partiu dos grupos sociais vitimados pelo modelo do “milagre”. Porque, para além das altas taxas de crescimento do PIB, tão celebradas pelos dirigentes autoritários, a política econômica do regime “não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, os agravou” (ALVES, 2005, p. 188). Na medida em que a inflação crescia, impactando de modo extremamente negativo as condições de vida dos trabalhadores brasileiros, acentuaram-se as privações.⁵⁴ Logo, manifestações violentas de descontentamento começaram a surgir (MOISÉS & MARTINEZ-ALIER, 1978).

Com o passar do tempo, num processo de superação dialética, as revoltas adquiriram um novo conteúdo, constituindo-se em movimentos organizados dos mais variados tipos. Somadas, tais organizações configuraram aquilo que se convencionou chamar de “repolitização da sociedade civil”. Na verdade, tratou-se de uma série de fenômenos complexos e multifacetados que causaram, em sua progressão, significativos abalos nos alicerces da estratégia governista de liberalização.

Segundo NAPOLITANO (2005, p. 15-16), devido à série de protestos contra a ordem autoritária efetuada por movimentos sociais, entidades civis etc., desenvolveram-se na sociedade brasileira os debates em torno da “questão democrática”, nos quais se buscou a “reconstrução do sentido da ‘democracia’”. Assim sendo, os outrora restritos espaços destinados à atuação política foram redimensionados. O conjunto daqueles atores políticos, em suas diversas manifestações, por sua vez baseadas nos seus variados pontos de vista,

⁵⁴ MENDONÇA & FONTES (2001, p. 22-28) salientam que, de modo a produzir o financiamento interno para o padrão de acumulação almejado, os tecnocratas a serviço do regime elaboraram uma nova política salarial e trabalhista que incidiu de forma nociva nas condições de vida do proletariado brasileiro. A opção pelo arrocho salarial, por exemplo, promoveu “a erosão do salário real entre 1964 e 1967”, efeito que tendeu a se intensificar, nos anos seguintes, devido à impedição política (intervenção estatal nos sindicatos e proibição do direito de greve). Como resultante dessas arbitrariedades, surgiu entre as classes trabalhadoras a prática da extensão da jornada de trabalho, além da intensificação do trabalho familiar, com a mão de obra feminina e infantil. Assim sendo, em razão do excesso de oferta, houve o rebaixamento dos salários.

questionaram de forma veemente a proposta de liberalização tutelada feita por Geisel e Golbery.

Antes, porém, de nos determos na análise sobre o avanço da “frente democrática” que se opôs à ditadura, é necessário um esclarecimento acerca dos conceitos que fundamentam a nossa interpretação dos fatos.

O conceito de sociedade civil aqui empreendido não constitui uma antítese à noção de Estado. Pelo contrário. Ainda que a sociedade civil seja uma esfera própria, decorrente da já mencionada “ampliação” do Estado capitalista moderno, e que, por conseguinte, seja também o espaço em que se constituem e atuam os sujeitos políticos coletivos, na sua luta por hegemonia, é um equívoco considerá-la como algo estanque, ou melhor, como uma esfera totalmente autônoma, como o “reino da liberdade”, em contraposição à leitura do Estado como um ente perverso, despótico e opressor. As reflexões de Gramsci, na realidade, vão de encontro a este tipo de interpretação. Para o pensador italiano, o Estado compreende, “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 254-255). Isto é, mesmo distinguindo as duas dimensões no interior das superestruturas (sociedade civil e sociedade política), Gramsci em momento algum caminha para o maniqueísmo. Afirma, em verdade, e baseado no método dialético-materialista desenvolvido por Marx e Engels, a relação de identidade-distinção entre as duas esferas – ou seja, o “momento unitário”.⁵⁵

Ao enfatizarmos aqui o ressurgimento do protesto organizado, ou a “repolitização da sociedade civil” (que fora duramente reprimida após o golpe de 64), deixemos claro que a entendemos como uma resultante de movimentos “conjunturais” – ou seja, no plano imediato, a crise econômica iniciada em fins de 1973 representou um impulso, um estopim, por incidir sobre o cotidiano, sobre o nível de vida das pessoas –, mas que a concebemos sobretudo como um fenômeno “orgânico”. Isto é, como consequência do processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira, levado a efeito pelo Estado sob a égide dos governos militares.⁵⁶

Dito isso, destaquemos, num primeiro momento, os chamados novos movimentos sociais.⁵⁷

⁵⁵ Para GRAMSCI (2004, p. 263), o Estado seria formado pela “unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil”.

⁵⁶ A propósito deste princípio metodológico – “a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional” –, cf. GRAMSCI, 2007, p. 37-38.

⁵⁷ Podemos citar, dentre outros, o *Movimento do Custo de Vida (MCV)* e o *Movimento de Moradia (MOM)*, em São Paulo, e o *Movimento de Amigos de Bairro (MAB)* de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Surgidos ao longo dos anos 70, e atuantes inclusive na década seguinte, esses movimentos se destacaram por sua capacidade de

A forma de tratar o problema agrário, por parte da ditadura, em muito explica o posterior desenvolvimento das frentes de contestação. Ao patrocinar a modernização tecnológica das grandes propriedades (com incentivos fiscais, além de crédito farto e barato), o governo ditatorial aprofundou duas tendências históricas do campo brasileiro: a expropriação dos trabalhadores e, conseqüentemente, a intensificação da concentração fundiária. Expulsos, então, de seus locais de trabalho, coube aos camponeses migrarem em massa para as cidades, na busca por novos empregos (LINHARES & SILVA, 1999, p. 182-195).⁵⁸ Nos centros urbanos, os migrantes tinham que se alojar nos bairros mais carentes, desprovidos dos serviços básicos (educação, habitação e saúde) e de infraestrutura urbana e sanitária (energia, água, esgoto, transportes). Vivenciavam, portanto, as mais horríveis situações. O descontentamento com aquele estado de coisas, aliado à perda progressiva de poder aquisitivo dos trabalhadores, pode, assim, ser interpretado como o “caldo de cultura” dos movimentos que foram se organizando para reivindicar melhores condições de existência.

É importante observar como, naquele cenário, novas formas de mobilização popular foram se delineando – Eunice Ribeiro DURHAM (**Novos Estudos Cebrap**, out. 1984, p. 27) identifica, nos movimentos então nascentes, um modo de articulação e de constituição: a percepção de *carências comuns* levava, necessariamente, a uma ou várias *reivindicações coletivas*. [Grifos no original]

Imprescindível para a retomada da ideia do “povo como sujeito”, característica daqueles anos, foi a renovação discursiva de uma série de atores socialmente relevantes: a Igreja Católica (com a ascensão de seus setores mais progressistas), o ecumenismo secular (fundamentado na ética do compromisso social)⁵⁹, a comunidade acadêmica e os grupos de esquerda (que mergulharam num processo de autocrítica, no qual foram revistas as teses que outrora pautaram seus diversos posicionamentos políticos). Para DOIMO (1995, p. 74-75),

ao interpretar as coordenadas estruturais do seu tempo, ao processar as novas influências intelectuais e correntes européias de pensamento, ao estabelecer um

mobilização, por sua projeção e, por conseguinte, pelo reconhecimento que tinham junto às autoridades. Para maiores detalhes, cf. DOIMO, 1995, p. 96-106, e MAINWARING, 1988, p. 275-314.

⁵⁸ Com base em dados do Censo Agropecuário de 1975, MARTINS (1991, p. 43-45) observa que, “devido principalmente à concentração da propriedade, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura”, havia no país cerca de 40 milhões de migrantes.

⁵⁹ Destaquemos aqui o trabalho de organização feito pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Fundadas em 1969, foram organizações de caráter autônomo e popular, que buscavam associar os trabalhos evangelizador e conscientizador. De cunho pedagógico e plural, as CEB’s foram cruciais não só para uma reaproximação da Igreja com as classes populares da sociedade brasileira, mas também para o seu amadurecimento político. A quase totalidade dos movimentos sociais surgidos nos anos 70 (tanto os urbanos quanto os rurais) tinha estreita relação com o trabalho pastoral. Cf., a respeito, DELLA CAVA, 1988, p. 231-273, e LÖWY, 2007, p. 303-320.

diálogo crítico com a tradicional cultura política autoritária brasileira, bem como ao resgatar e revalorizar outros traços da tradição cultural – comunidade, relações interpessoais –, esses atores recuperaram de tal sorte a capacidade ativa do “povo” que conseguiram não só colocá-lo no centro da elaboração teórica como promovê-lo a personagem central da vida política.

Como resposta a uma realidade vivida, experimentada, e caracterizada pela negação de direitos tidos como inerentes e invioláveis – a “integridade das condições físicas de vida”, a “igualdade e exigência de participação”, entre outros (DOIMO, 1995, p. 46) –, os novos sujeitos políticos fizeram-se presentes, sob a forma de movimentos de tipo reivindicativo. Em outras palavras, diante da omissão do poder público, incapaz de oferecer os serviços mais elementares de modo eficiente, e da descrença nos tradicionais canais de mediação política (Parlamento, partidos), os setores populares buscaram se organizar e se mobilizar. Em suma: politizaram-se, desenvolveram uma consciência crítica, empenharam-se na “transformação prática da realidade” (GRAMSCI, 2004, p. 103).

Precisamente um fator pode ser definido como intrínseco à constituição dos novos sujeitos coletivos: a questão dos direitos. Ou melhor, a absorção da ideia da reivindicação por direitos – “a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (SADER, 1988, p. 26) – impulsionou as práticas contestatórias daqueles movimentos populares. Com efeito, cabe relacionar tais práticas à incorporação, por parte daqueles atores sociais, de uma nova cultura política. Quer dizer, não mais deferente, submissa, mas, pelo contrário, ativa, iniciativa, reivindicante.

Um dos momentos de maior êxito daqueles novos movimentos populares foi a realização, em agosto de 1978, na cidade de São Paulo, de um ato em que seria entregue às autoridades públicas um abaixo-assinado (que contava com mais de um milhão de signatários) contra a carestia. Capitaneado pelo Movimento Contra o Custo de Vida (MCV), que havia sido lançado no mês de março, pedia o congelamento dos preços dos alimentos básicos e o aumento dos salários dos trabalhadores. Contrapondo-se à disposição do governo em impedir a manifestação, cerca de 20 mil pessoas compareceram à Praça da Sé para, simultaneamente, afirmar o seu apoio ao MCV e o seu descontentamento para com o regime. Em síntese, dois aspectos devem ser ressaltados: 1º) aquele ato público, em si, demonstrou o vigor da organização e a disposição política de outros segmentos populares, no que tange à sua capacidade de mobilização e de organização – inclusive, veículos tradicionais da grande imprensa, como a **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**, cobriram o evento; 2º) a convergência das demandas das mais variadas categorias de trabalhadores (**IstoÉ**, 22 mar. 1978, p. 8-11; **IstoÉ**, 30 ago. 1978, p. 85-86). Assim sendo, “a ‘questão democrática’ era

enriquecida pela ‘questão social’, com a explicitação da crítica popular à política econômica do regime militar” (NAPOLITANO, 2005, p. 59; 65-73).

Agora, enfatizemos também o movimento estudantil.

Na frente comum que foi se formando contra a ditadura, o movimento estudantil teve atuação destacada, levando às ruas a demanda por “liberdades democráticas”. Tal acontecimento é de suma importância, pois, devido ao AI-5, os estudantes forçosamente tiveram que refluir – muitos jovens, conseqüentemente, aderiram à ideia da luta armada. Assim, após esse hiato político de quase dez anos, o movimento se submeteu a um processo de reconstrução e de revitalização, passando a empunhar a bandeira da democratização da sociedade brasileira.

A própria evolução das palavras de ordem dos estudantes é algo significativo, porque explicitou que suas reivindicações tinham claras conotações políticas. De simples pedidos referentes ao universo escolar – mais verbas para a educação, aumento das vagas nas universidades etc. –, as demandas foram se ampliando, nacionalizando-se, até adquirirem um notório caráter antirregime. O movimento estudantil passou, então, a requerer o fim das prisões e das perseguições políticas, das torturas, a anistia. Exigiu, enfim, as “liberdades democráticas” (NAPOLITANO, 2005, p. 33-45; GASPARI, 2004, p. 407-410; KUCINSKI, 1982, p. 105-107).⁶⁰

No ano de 1977, os estudantes de Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, dentre outras cidades, procuraram demonstrar publicamente o seu repúdio à ordem autoritária. Aliás, essa é a maior das características do movimento estudantil, qual seja, o seu caráter expansivo, de ocupação dos espaços públicos. Os *campi* universitários, as ruas e praças dos grandes centros urbanos e, por conseguinte, as páginas da imprensa são os locais de visibilidade conscientemente escolhidos pelos estudantes para manifestarem-se. As respostas dadas pelos aparelhos repressivos do Estado somente comprovam a certeza daquela percepção.⁶¹

⁶⁰ ARAUJO (2007, p. 332) aponta para a formação, por parte da geração de jovens dos anos 1970, de um *ethos* diferente daquele que caracterizou a geração dos anos 60. Isto é, ao invés da opção pelo enfrentamento e da radicalidade do discurso, os jovens dos anos 70, conhecedores das violências da ditadura, voltaram-se para a “luta pelos direitos humanos, contra o arbítrio e contra o autoritarismo.”

⁶¹ As invasões da UnB e da PUC-SP são exemplos notórios e contundentes. Em Brasília, em fins de julho de 1977, o *campus* universitário foi invadido por cerca de 500 soldados da polícia militar, resultando na prisão de centenas de alunos e na punição de 64 (30 expulsos e 34 suspensos). Tratou-se, segundo as autoridades, de uma resposta às atividades políticas “perturbadoras” de um grupo de estudantes – desde o início daquele ano, houve na UnB protestos, passeatas e uma greve decretada pelos alunos (Veja, 3 ago. 1977, p. 16-22). Já em São Paulo, a ação repressiva, liderada pelo coronel Erasmo Dias, teve como pretexto a realização do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE). A invasão do *campus* da PUC, feita por quase mil agentes policiais, resultou em quebra-quebras e na prisão de cerca de 800 universitários. Justificando-se, o coronel Dias afirmou: “Tudo isso configura

De outro lado, as entidades representativas da sociedade brasileira também participaram do combate às arbitrariedades do regime civil-militar, sobretudo no que tange à questão do respeito aos direitos humanos. Destaquemos, pois, a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Por ser uma instituição de tipo nacional (pois está estruturada em todo o país, com as chamadas seções estaduais), e também por seu caráter funcional (pois atua, simultaneamente, como uma associação profissional e como defensora da legitimidade da Constituição), a OAB se distingue enquanto organização.⁶² Desde a eclosão do golpe, a Ordem timidamente desenvolvia um trabalho de oposição, ora na defesa dos presos políticos, ora denunciando as ações do “sistema”. Mas, a partir de 1974, aproveitando-se das brechas liberalizantes que despontavam no cenário político, a OAB revigorou o seu discurso, ampliando as suas demandas. Passou, então, a atuar em “duas frentes”: de um lado, na defesa dos direitos humanos, empenhando-se em questionar a legislação autoritária, e pressionando sobretudo pela revogação do AI-5; de outro, atacando a estrutura legal da ditadura militar, por meio da denúncia de seu viés impositivo, e, portanto, ilegítimo. Resultou daquela ofensiva, inclusive, a palavra de ordem pelo “Estado de Direito” (ALVES, 2005, p. 252-256; SKIDMORE, 2000, p. 363-367).

A propósito, as demandas pelo “Estado de Direito” deram um salto de qualidade com a publicação, em agosto de 1977, da “Carta aos Brasileiros”, que fora escrita pelo professor Goffredo da Silva Telles, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Lida no pátio da escola, numa semana em que se comemorava o sesquicentenário da instituição, a “Carta” foi contundente em seu desmonte da “fachada legal” da ditadura. O documento, enfim, teve um efeito impactante, por três razões: 1^a) o contexto em que veio à tona, marcado, entre outras, pelas reivindicações estudantis; 2^a) a ampla cobertura feita pela imprensa; 3^a) por sistematizar uma visão liberal da “questão democrática” – o apelo ao Estado de Direito como resultante da ação consciente da sociedade civil organizada (**IstoÉ**, 17 ago. 1977, p. 5-10; **Veja**, 17 ago. 1977, p. 16-21; NAPOLITANO, 2005, p. 48-51).

É importante que sublinhemos, naquele contexto de engajamento da OAB nas questões nacionais, a destacada atuação de Raymundo Faoro, presidente da Ordem no biênio 77-79. Faoro capitaneou o pleito pelo restabelecimento do *habeas corpus*, no seu entender

um quadro de guerra psicológica adversa e um prólogo para uma fase de guerra revolucionária. Quem está por trás disso é o *Peceseão*” (**Veja**, 28 set. 1977, p. 31-34 – grifo no original).

⁶² Some-se a isso o chamado “vício do bacharelismo”, isto é, a suma importância atribuída pela nossa cultura política ao exercício da advocacia. A propósito, cf. HOLANDA, 1995, p. 157-158.

medida fundamental para a “libertação do medo” que caracterizava o contexto da época. Aliás, foi sob sua liderança que a OAB, em sua VII Conferência Nacional, aprovou a “Carta de Curitiba”, documento em que os advogados se posicionaram firmemente contrários à Ditadura e ao autoritarismo (**IstoÉ**, 12 out. 1977, p. 8; **IstoÉ**, 17 maio 1978, p. 4-9).

Por fim, mencionemos também a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que em muito auxiliou a OAB na movimentação contra o regime ditatorial. Fundamentalmente, a ABI, além de se ater aos problemas relativos à atividade jornalística, atuava no respaldo às manifestações oriundas da sociedade civil, ora como sede dos mais variados eventos (declarações conjuntas, debates etc.), ora no apoio logístico às diversas campanhas (impressão e distribuição de panfletos).

Na verdade, o que importa compreender naquela sequência de protestos contra o regime civil-militar é a notável convergência de interesses entre atores políticos cujas formações ideológicas eram tão díspares (o espectro ia dos comunistas aos liberais). Porque se desenvolveu, na sociedade civil brasileira, uma espécie de sentimento geral em torno do *paradigma da democracia*.

Havia, com certeza, desconfianças e tensões na “frente democrática” que ia se formando, pois as perspectivas sobre a transição política e as projeções de sociedade eram feitas sob os mais variados ângulos. Todavia, a luta contra o “inimigo comum” se impôs fortemente, configurando um consenso: o aprofundamento do processo de liberalização, com vistas à extinção do Estado ditatorial. O fato de tais manifestações terem se materializado em oposição a uma ordem político-institucional que os considerava ilegítimos, ou melhor, que os concebia como atentados à “segurança nacional”, somente acentua a sua extraordinária importância.

2.4 – Brasil x EUA: a parceria desfeita

Na já mencionada reunião ministerial de 19 de março de 1974, além de ter apresentado as intenções políticas de seu governo, o general Geisel expôs também, em linhas gerais, seus propósitos quanto à política externa. Segundo ele, nas relações internacionais o Brasil iria obedecer a um “pragmatismo responsável”, isto é, tendo como meta a defesa dos interesses do país, buscaria estabelecer parcerias e/ou relacionamentos vistos como necessários ao seu desenvolvimento (GEISEL, 1974, p. 37-38).

As turbulências que se avizinhavam na economia mundial, que tendiam a se constituir em obstáculo aos planos do governo, acabaram, na verdade, confirmando-os e legitimando-os. VIZENTINI (2008, p. 51-52) cita, por exemplo, a aproximação do Brasil com os países árabes, que resultou numa “intensa política exportadora de produtos primários, industriais e de serviços em troca do fornecimento de petróleo”; o aumento das relações com o chamado mundo socialista, com destaque para o reatamento diplomático-comercial com a República Popular da China – fato que despertou a ira da “linha dura”⁶³; o alinhamento com as aspirações das nações do Terceiro Mundo; e, principalmente, o incremento da cooperação comercial e tecnológica com a Europa Ocidental e o Japão. Essa última postura, é importante destacar, gerou profundo desagrado e, por conseguinte, produziu uma intensa oposição por parte dos Estados Unidos – sobretudo quando o Brasil fechou contratos de parceria com a Alemanha Ocidental para levar adiante seu projeto de energia nuclear.

Mas as relações com os EUA tornaram-se problemáticas de fato após a ascensão do presidente Jimmy Carter, em janeiro de 1977. Porque, com o novo mandatário estadunidense, foi elevada a primeiro plano a associação entre política externa e defesa dos direitos humanos, fato que acabou agravando enormemente a histórica parceria com o Brasil.

Como um adendo, convém ressaltar que aquela nova diretriz era parte integrante da “virada estratégica” da política externa estadunidense, elaborada com o duplo objetivo de: 1º) recuperar o prestígio mundial do país; 2º) criar condições para uma nova ofensiva contra a União Soviética, na busca pela afirmação do seu domínio global (SILVA, 2003, p. 251). A nova estratégia dos EUA⁶⁴, formulada em grande parte pelo presidente do Conselho de Segurança, o professor da Universidade de Colúmbia Zbigniew Brzezinski – para quem o respeito aos direitos humanos constituía “a autêntica inevitabilidade histórica de nossa época” (**Jornal do Brasil**, 21 jan. 1979, Especial, p. 5) –, partia do pressuposto de que

⁶³ Em suas memórias, o general Sylvio Frota, que fora ministro do Exército na maior parte do governo Geisel, narra como se posicionou contrário ao reatamento de relações com a China. Dentre outros argumentos, asseverou que, a pretexto de exportar bens de capital, os países comunistas na verdade infiltravam, sob a máscara da “assistência técnica”, agentes de espionagem nos diversos países. E o faziam com o objetivo de propagar sua ideologia, para “arruinar e destruir” a “sociedade humana, tal como a entendemos” (Cf. FROTA, 2006, p. 105-106).

⁶⁴ É útil salientar que a reelaboração da doutrina diplomática dos EUA teve início ainda no conturbado governo Nixon, como resposta à crise pela qual passava o país. Isto é, em razão da desmoralização em face da derrota no Vietnã, e dos muitos problemas sociais internos, relacionados com as dificuldades econômicas – decorrentes do esgotamento do modelo iniciado no pós-guerra –, e com a descrença generalizada na política, os estrategistas estadunidenses buscaram estruturar uma nova diretriz, de modo a reafirmar a liderança moral do país sobre o mundo (Cf. VIZENTINI, 2006, p. 76-77).

a eficácia da nova doutrina externa americana dependia da sua própria universalidade, da consideração da universalidade dos valores morais e éticos defendidos pelos Estados Unidos. Assim, a denúncia das violações dos direitos humanos, da liberdade de expressão e organização na União Soviética deveria ser acompanhada de uma crítica similar aos antigos aliados latino-americanos, que exerciam sobre seus povos um poder algumas vezes mais violento do que o de algumas ditaduras comunistas da Europa. (SILVA, 2003, p. 251)

A partir daquele momento, portanto, os Estados Unidos retiravam seu apoio irrestrito aos regimes de Segurança nacional que dominaram a América do Sul a partir de meados dos anos 60. Ou seja, se em momentos passados o governo estadunidense fingia não saber das torturas e de outros abusos cometidos contra presos políticos no Brasil⁶⁵, a orientação mudara.

Sob a liderança de Carter, em verdade, os EUA passaram a pressionar o governo brasileiro por meio do expediente diplomático.⁶⁶ Como resposta, o general Geisel, num ato inédito e inesperado, rompeu o acordo militar entre os dois países, que datava dos anos 1950. Segundo ele,

(...) o Brasil nunca se arrogou o direito de examinar a situação interna dos Estados Unidos, com o problema dos negros, dos porto-riquenhos, dos índios etc. Nunca nos preocupamos com isso. Era uma questão de independência, de autonomia nacional. Eu não aceitei a exigência do Senado americano [que estabelecia que todo auxílio dado pelo país dependia de uma prévia análise da questão dos direitos humanos] e resolvi denunciar o Acordo Militar. (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 350)

As pressões, no entanto, permaneceram, o que causava indignação no governo brasileiro. Geisel, por exemplo, não conseguia entender aquele novo posicionamento.

Se eu fosse um homem completamente omissivo, que não me preocupasse com esse problema, não tratasse de resolvê-lo e, ao contrário, incentivasse para que os direitos humanos não fossem respeitados, essa crítica poderia se justificar. Mas eram injustos comigo e, em vez de ajudar, atrapalhavam. (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 352)

De fato, quando de sua visita ao Brasil, em meados de 77, a primeira-dama Rosalynn Carter criou sérios embaraços às autoridades locais. Ao se encontrar, em Recife, com dois

⁶⁵ O jornalista Rubens Valente (**Folha de S. Paulo**, 14 jan. 2007, p. A10), baseado em documentos desclassificados da chancelaria dos EUA, mostrou que o embaixador John Crimmins, que serviu no Brasil no período 1973-78, informava em relatórios as violações dos direitos humanos, e ponderava que, embora elas pudessem levar ao rompimento da assistência americana ao país, era melhor ignorá-las e seguir adiante com a política de créditos financeiros que sustentavam, por exemplo, programas de cooperação militar.

⁶⁶ Em entrevista à revista **Veja** (n. 839, 3 out. 1984, p. 6; 8), anos depois de sua passagem pela presidência dos Estados Unidos, Jimmy Carter afirmou sua convicção de que o relatório sobre os direitos humanos, feito no Congresso e por ele ratificado, “exasperou as autoridades brasileiras”. Segundo Carter, o relatório “não tinha nenhuma inverdade nem nenhum exagero”, mas havia causado “grande ressentimento”, tendo sido visto como uma intromissão que acabou “ferindo o orgulho nacional”.

missionários religiosos estadunidenses que tinham sido presos e torturados pela polícia, acabou por expor publicamente, inclusive na imprensa internacional, o problema das violações dos direitos humanos no país (GASPARI, 2004, p. 397-398).

Não obstante o uso de tais expedientes por parte do outrora aliado incondicional, posição que surpreendeu as forças oposicionistas brasileiras, pensamos que é pertinente indagarmos: as consequências daquela postura tiveram um efeito significativo sobre a política de liberalização controlada do governo Geisel? O governo estadunidense tinha conhecimento, por exemplo, da importante participação do Brasil nas ações secretas da *Operação Condor*. Não se tem notícia, contudo, de denúncias a respeito do tema.⁶⁷

2.5 – A “missão Portella”

A adesão à “frente democrática” de setores que anteriormente apoiaram o regime⁶⁸, mais os problemas na área militar e no campo econômico mostraram ao governo que ele carecia de um consistente apoio político. Ou seja, evidenciou à dupla Geisel-Golbery que a sua estratégia de “distensão” cambaleava, que era necessário, enfim, uma nova tática. Daí o sentido da chamada “missão Portella”. Levada a efeito pelo senador Petrônio Portella (Arena-PI), um interlocutor frequente do Palácio do Planalto (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 273), a tarefa consistia na busca de diálogo junto à oposição para acertos concernentes a reformas constitucionais.⁶⁹

A rigor, a “missão Portella” saiu a campo logo após as eleições de 1976. Em março do ano seguinte, Petrônio tornou públicas suas intenções, aproximando-se do MDB.⁷⁰ Aliás, o partido oposicionista era visto como alvo da maior importância. Desde o pleito de 1974, quando se iniciara o crescimento da legenda, foi-se acentuando uma significativa divisão entre

⁶⁷ Sobre a *Operação Condor*, cf. QUADRAT, 2006, p. 161-181; sobre a ciência do governo de Washington acerca da participação brasileira na *Operação Condor*, cf. GASPARI, 2004, p. 381-382.

⁶⁸ O cientista político Paulo Sérgio PINHEIRO, num artigo intitulado “A história de uma lenta e gradual desilusão” (*IstoÉ*, 15 jun. 1977, p. 37-39), analisa o comportamento político das chamadas “classes médias” ao longo das várias fases da ditadura: o seu apoio entusiasmado ao Golpe; a frustração para com o encaminhamento autoritário do movimento civil-militar; a adesão ao “nacionalismo desmobilizador” na época do “milagre”; e, por fim, a insatisfação com a crise econômica, que inclusive incentivou a participação eleitoral em 1974, marcada, como vimos, pelo voto oposicionista.

⁶⁹ Para um histórico político de Petrônio Portella, cf. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 (DHBB)**, v. IV, p. 4747-4751.

⁷⁰ A este respeito, cf. reportagens em *Jornal do Brasil*, 9 mar. 1977, p. 3; *Veja*, 9 mar. 1977, p. 20-27; *Veja*, 16 mar. 1977, p. 28-30.

o grupo dos “autênticos”, que apostava na radicalização da oposição à ditadura, e o grupo que partia da perspectiva de que, no futuro, haveria a necessidade de uma composição com forças dissidentes do próprio regime (havia, também, a postura mais independente de Ulysses Guimarães, na qual mesclava atitudes “moderadas” e “radicais”).

Geisel, ciente dessas discordâncias, buscou arditamente manipulá-las. A sua proposta de “distensão”, justamente por pressupor um controle férreo sobre o processo político, forçava a maioria “moderada” do MDB a atuar de modo cauteloso. Ou seja, havia um limite, um nível de tolerância para as críticas. O que era inaceitável para o grupo “autêntico” e, ironicamente, para Ulysses. Logo, na medida em que crescia e consolidava sua imagem oposicionista, o MDB também teve que lidar com “o dilema entre moderação e radicalização”, um problema que se constituía como o “maior obstáculo na definição das estratégias” (KINZO, 1988, p. 164).

O episódio da reforma do Judiciário, ocorrido em março de 1977, a nosso ver constitui excelente exemplo daquela situação. A ala “moderada” do MDB, mesmo diante da intransigência do governo em aceitar emendas à sua proposta reformista, insistia que o partido deveria temporizar, de modo a evitar retrocessos – “Temos que escolher a hora do confronto, e ainda não é chegada esta hora”, disse o deputado Tancredo Neves, líder do grupo (**IstoÉ**, 30 mar. 1977, p. 7; **O Estado de S. Paulo**, 25 mar. 1977, p. 4). Postura que foi rejeitada pelos “autênticos”, por Ulysses e por outros parlamentares de expressão, que não viam sentido numa reforma que sequer mencionava a legislação repressiva (o AI-5, ou a Lei de Segurança Nacional). Sobre a questão, o senador gaúcho Paulo Brossard afirmou: “(...) se ele [o projeto do governo] não é bom, podemos votar a favor dele, na esperança ou com o propósito de aplacar a cólera dos deuses?” (**O Estado de S. Paulo**, 25 mar. 1977, p. 5).

Naquele embate, prevaleceu a posição de se rejeitar a proposta do governo. Acabou resultando em fracasso, então, a iniciativa de se tentar um diálogo, advindo, em consequência, o “Pacote de Abril”. À época, num notável exercício de malabarismo retórico, Petrônio tentou se explicar: “às vezes, na política, na boa política, faz-se o que não é rigorosamente o ideal com o propósito de se evitar decididamente o não querido” (**IstoÉ**, 20 abr. 1977, p. 10).

Surpreendentemente, foi no contexto das manifestações antirregime, quando a agenda política era dominada pelos temas oposicionistas, que a “missão Portella” se notabilizou. Ao se convencer de que o MDB dificultaria, naquele momento, as negociações que propunha, Portella percebeu que a vitalidade contida nos protestos de rua poderia lhe ser útil. Dispôs-se, então, num “salto de pára-quadras atrás das linhas emedebistas” (**IstoÉ**, 12 out. 1977, p. 5), a iniciar um amplo diálogo com os mais variados segmentos da sociedade civil

brasileira (a Igreja, a OAB, os sindicatos de trabalhadores, os estudantes). Seu raciocínio era simples: ao demonstrar disponibilidade em ouvir as aspirações oposicionistas, Portella buscava ocupar um espaço que até então fora monopólio do MDB, ao mesmo tempo em que procurava pavimentar o caminho rumo a um entendimento nacional em torno das propostas do governo.

Sintetizando, a “missão Portella”, em essência uma contraofensiva política, tinha como objetivo maior um consenso nacional com vistas à democratização do país, tal qual ela era entendida pelos chefes militares, e considerada exequível por parte dos setores liberais, sempre melindrosos diante da possibilidade de um choque mais frontal com o regime.

Em dezembro de 1977, num discurso surpreendente, o presidente Geisel expôs seus propósitos. Afirmou que cogitava “pôr um termo [nas] leis de exceção”, substituindo-as por “adequadas salvaguardas constitucionais”, isto é, por “instrumentos de defesa eficientes e prontos” para “a segurança do Estado”. Todavia, ressaltou o general, tal intento só era suposto devido à firme ação que fora empreendida pelo governo.

Hoje já é possível encaminhar-se – e esperamos que a bom termo – a tarefa honesta de auscultar os vários setores responsáveis da sociedade brasileira para traduzir-se, em programa concreto, o consenso que se verifique em torno de reformas políticas mais urgentes, com vistas ao aprimoramento democrático do regime.⁷¹

Ou seja, o general-presidente entendia que o Brasil estava pronto para avançar num plano de reformas institucionais consideradas realistas e plausíveis. Condição propiciada, sublinhou ele, pelo crucial papel exercido pela “missão” confiada “à experiência e patriotismo do senador Petrônio Portella”.

Mas, ainda que impactante, o discurso do presidente não esclareceu algumas questões: que tipo de reformas almejava o governo? Ou, como eram concebidas as tais “salvaguardas”?

Segundo reportagem do **Jornal do Brasil** (2 dez. 1977, p. 7), seriam seis os pontos principais das reformas governistas a serem implementadas em 1978:

- 1º) o restabelecimento do *habeas-corpus*;
- 2º) a criação de uma Corte Constitucional, que seria responsável por discutir cassações e punições;
- 3º) o fim da censura e a elaboração de uma nova Lei de Imprensa;

⁷¹ A **Folha de S. Paulo** (2 dez. 1977, p. 4) e o **Jornal do Brasil** (2 dez. 1977, p. 4) reproduziram na íntegra o discurso de Geisel.

4º) a revisão das penas da Lei de Segurança Nacional⁷²;

5º) o fim do Decreto nº 477⁷³;

6º) a criação da figura constitucional do Estado de Emergência, que daria ao presidente, em determinadas situações, poderes excepcionais.

Ainda de acordo com a reportagem, a etapa final da “missão Portella” consistiria em debater, junto às forças de oposição, a formatação final de cada um dos seis itens da proposta.

2.6 – Geisel e a “linha dura”

A demissão, em janeiro de 1976, do general Ednardo D’Ávila Mello do comando do 2º Exército surpreendeu o meio militar. GASPARI (2004, p. 226-229) relata que, dias após a inédita medida, o general Sylvio Frota convocou uma reunião dos comandantes de tropa para lhes ouvir a opinião a respeito da destituição. Mas, para além do fato em si, o autor chama a atenção para o fundamento daquela atitude: o Alto-Comando do Exército, colegiado subordinado ao ministro, pronunciando-se a respeito de uma decisão do presidente da República. Ou seja, mesmo que a medida tomada por Geisel tenha tido um valor simbólico, ainda se faziam presentes os procedimentos típicos da anarquia militar que caracterizava o regime.

Curiosamente, até mesmo pessoas ligadas ao temido CIE reconheciam os abusos cometidos pela “comunidade de informação e de segurança”. Num relatório reproduzido pelo SNI – *Apreciação Sumária (Campo Interno) número 06/GAB/75* –, no qual fez um levantamento histórico acerca das atividades de “combate à subversão”, um agente ligado ao órgão enfatiza as ilegalidades praticadas e o desrespeito aos padrões hierárquicos. E assinala, também, que a insistência em manter a estrutura de repressão mobilizada, se necessária em tempos passados, tendia a se mostrar contraproducente naquela conjuntura (BAFFA, 1989, p. 81-83; 86).

⁷² A Lei de Segurança Nacional, “aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional” – com destaque para a noção de “inimigo interno” –, teve duas versões: a primeira foi instituída em 11 de março de 1967, nos últimos dias do governo Castelo Branco; e a segunda, ainda mais radical em suas proibições e punições, entrou em vigor no dia 29 de setembro de 1969 (ALVES, 2005, p.190-191).

⁷³ Sancionado no dia 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-Lei nº 477 radicalizou as interdições contidas na famosa “Lei Suplicy” (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), imposta no governo Castelo Branco. Em resumo, o Decreto nº 477 proibia, sob pena de exclusão sumária, qualquer tipo de manifestação política, por parte de professores, alunos, funcionários ou empregados, nas instituições de ensino do país – públicas ou particulares (Cf. *Diário Oficial da União*, 26 fev. 1969; SKIDMORE, 2005, p. 151).

A rigor, as ações ocorridas no decorrer dos anos 1976-77 comprovam a precisão de tal análise. Porque, não obstante o ato de força do presidente Geisel, a “linha dura” se manteve ativa, inflexível na sua cruzada contra o “inimigo”. O gradual fim da censura, contudo, tendia a publicizar cada vez mais seus excessos, levando a opinião pública a repudiá-los. Vejamos.

O já mencionado receio das implicações da proposta de “distensão” levou os grupos engajados nos “porões” da ditadura a superestimar a “ameaça esquerdista”. Vários relatórios do SNI, por exemplo, insistiam na tese da “infiltração comunista” – na imprensa, em municípios do interior paulista, no MDB, no clero, no meio artístico (BAFFA, 1989, p. 111-112; 117; 123; 140). Outros órgãos, por sua vez, procuraram levar adiante diferentes formas de combate. Por exemplo: no âmbito do 1º Exército (com sede no Rio de Janeiro), a estratégia consistia em promover uma “guerra psicológica visando intimidação dos líderes subversivos mais atuantes”. Segundo o *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, de 23 de março de 1976, tinha-se como alvo das ações as pessoas de destaque nos campos da política, da arte, do jornalismo e da religião (**Folha de S. Paulo**, 27 mar. 1994, Especial B-9).⁷⁴

Mas a atuação da “linha dura” não se restringiu à produção de relatórios. Grupos mais exaltados se envolveram em atentados contra entidades da sociedade civil e também contra personalidades vistas como “perigosas”. Tornaram-se notórios os episódios das bombas jogadas nas sedes da OAB, da ABI, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e do jornal **Opinião**, além do sequestro do bispo da cidade de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hypólito.⁷⁵

Vários veículos da imprensa, seja por meio do espaço aberto a comentários, seja por meio de editoriais, manifestaram seu repúdio àqueles atentados.⁷⁶ O problema, porém, é que o governo não demonstrava vontade de investigar os crimes. Geisel, por exemplo, tinha uma postura dissimulada.

⁷⁴ Interessante observar, por outro lado, que o tal documento recomenda que as ações a serem efetivadas obedecessem aos “preceitos legais estabelecidos pela Revolução”, isto é, elas deveriam ser conduzidas de “forma cautelosa”. Podemos afirmar que se trata de um reflexo da ação do general Geisel, no seu intuito de fazer cessar os “excessos” da repressão.

⁷⁵ Em alguns desses casos, os autores explicitaram suas motivações e renovaram as ameaças. No ataque à sede da ABI, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) enfatizou que lutava contra “a nova tentativa de comunização do Brasil”. E, entendendo que as autoridades governamentais tinham uma postura “covarde”, passariam a “agir”. (Cf. **Folha de S. Paulo**, 20 ago. 1976, p. 4).

⁷⁶ A **Folha de S. Paulo** (20 ago. 1976, p. 2), o **Jornal do Brasil** (24 set. 1976, p. 10; 14), e a revista **Veja** (25 ago. 1976, p. 20-22; 29 set. 1976, p. 20-23) dedicaram amplo espaço ao tema.

O combate à subversão era um dentre os muitos que eu tinha que atender. Era *um* dos problemas. Eu também não podia ser radicalmente contrário ao combate. Podia ser contrário aos métodos, aos procedimentos, à maneira de combater, e sobre isso eu conversava e muitas vezes procurava convencer. (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 379 – grifo no original)

Os órgãos de informações, sempre tão enfáticos em bisbilhotar e em apontar “inimigos”, tergiversavam a respeito dos atos de terrorismo. Para o SNI, o atentado à sede da ABI, segundo comentários ouvidos na Câmara dos Deputados, teria sido provocado por “elementos do próprio governo”, para desviar a atenção das denúncias de “mordomias” feitas pela imprensa (BAFFA, 1989, p. 134). Já o CIE afirmava:

É lícito no entanto supor que, pelas características apresentadas, algumas das ações terroristas levadas a cabo não tenham suas origens no Movimento Comunista Internacional e, sim, em grupos radicais que por seus atos pretendem levar o atual governo a refrear os mecanismos de distensão ou levá-la a um impasse. (GASPARI, 2004, p. 277)⁷⁷

A propósito, a menção indiscriminada que aqui fazemos ao SNI, CIE e outros órgãos se baseia na concepção que temos de seu modo de funcionamento. Isto é, concordamos com FICO (2001, p. 21) no que tange à justaposição das funções e atividades das “comunidades de segurança e de informações”. Elas, em verdade, formavam uma espécie de “aliança”, na qual uma das partes ficava responsável pela produção do “material retórico” que, por sua vez, municiaava a outra parte “de convicções para agir”. Mas não somente. Segundo o autor,

(...) uma das formas mais eficazes do *agir* da comunidade de segurança e de informações foi o estabelecimento dessa relação entre ela própria, que “executava”, e os demais militares, que a admitiam, baseada na força de elocução de um tal discurso – que assim vivificava, recriava-se continuamente e sustentava ações. (FICO, 2001, p. 22 – grifo no original)

A nosso ver, o “Massacre da Lapa” constitui exemplo peremptório dessa percepção. Ocorrido no dia 16 de dezembro de 1976, no bairro Alto da Lapa, na cidade de São Paulo, o episódio envolveu equipes da polícia civil paulista e do DOI-CODI do 2º Exército no assassinato de membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O comando das operações (planejamento e execução) no “Massacre da Lapa” esteve a cargo do general Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do 2º Exército. Miranda era, portanto, um subordinado do general Dilermando Gomes Monteiro, nomeado para o

⁷⁷ O autor cita trecho do *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, produzido em 10 de outubro de 1976. E sublinha que a palavra “distensão” está assim grafada no original.

cargo, em substituição a Ednardo D'Ávila Mello, com a missão de “pacificar” São Paulo. Aliás, convém ressaltar que, devido à forma em que ocorreu a demissão do general Ednardo, Dilermando foi envolto numa aura de “moderação”, visto que ele enquadraria os “excessos” da “linha dura” em São Paulo, alinhando-as com o projeto de “distensão” do presidente Geisel.⁷⁸

Em seu livro, Pedro Estevam POMAR (2006, p. 21; 29-30) assinala que, no anoitecer do dia 16, o 2º Exército afirmou, por meio de um comunicado assinado pelo general Dilermando, que na operação ocorrida no Alto da Lapa houve “um tiroteio (...) em face da reação à bala dos sitiados, daí resultando dois subversivos mortos [Ângelo Arroyo e Pedro Pomar], havendo um terceiro morto atropelado [João Baptista Drummond], quando de sua fuga”.⁷⁹ Com aquela nota, o comando procurava se antecipar, construindo uma versão oficial acerca do episódio. Intrínseca àquela intenção, inclusive, estava a caracterização dos dirigentes comunistas como “um perigoso bando de terroristas profissionais”. Buscava-se, assim, diferenciar aquela ação dos incidentes das mortes de Herzog e de Fiel Filho.⁸⁰

O trabalho dos “revolucionários radicais, mas sinceros”, portanto, era necessário e deveria continuar, porém de forma cautelosa e seletiva, visando os alvos tidos como “irrecuperáveis”. Para a dupla Geisel-Golbery, havia que ser feita uma “limpeza” na área política, de modo que se concretizasse, de forma responsável, o projeto de “distensão”.

Mas tal concepção, como dissemos, teve como efeito colateral o reforço à “linha dura”, que procurou articular politicamente para manter intactos seu poder e influência. No decorrer do governo Geisel, quem acabou assumindo o posto de chefe daquele grupo foi o general Sylvio Frota, ministro do Exército.

Frota, segundo o próprio Geisel, “não era um extremado”. O problema, segundo ele, é que oficiais ligados aos “bolsões radicais” o manipularam, convencendo-o de que “ele é que tinha que salvar o país do comunismo” (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 362-363). O ministro do Exército, por sua vez, tomou algumas iniciativas para reforçar suas pretensões. Procurou, por exemplo, valorizar o Alto-Comando do Exército, o lócus onde, sobretudo a

⁷⁸ Declarações feitas à época por Dilermando desautorizam tal visão. Em entrevista (Veja, 28 jan. 1976, p. 23), logo após sua posse, o general afirmou que era contrário ao “comunismo” e à “subversão”, enfatizando, inclusive, que essa se fazia presente por meio da “infiltração” em “todas as camadas da população”. Discurso semelhante, portanto, ao dos “bolsões radicais”.

⁷⁹ Um esclarecimento: o dirigente comunista assassinado pelos agentes da ditadura, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, era avô paterno do autor do livro que estamos citando.

⁸⁰ O ex-sargento Marival Chaves, que trabalhou no DOI-CODI paulista sob a chefia do famoso coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, revelou em entrevista à revista *Veja* (18 nov. 1992, p. 30) que o militante João Baptista Drummond, em verdade, suicidou-se nas dependências do DOI do 2º Exército, após ser submetido a torturas. POMAR (2006, p. 29-38), por sua vez, também desconstrói a versão divulgada pelas autoridades militares.

partir da crise da sucessão do marechal Costa e Silva, as lideranças militares discutiam possibilidades, aferiam os ânimos e, principalmente, procuravam resguardar os valores da “Revolução” (KUCINSKI, 1982, p. 69).

Além do mais, Frota passou a tomar certas atitudes e a assumir certos posicionamentos claramente contrários aos de Geisel. Começou, por exemplo, a visitar unidades militares com frequência excessiva, a tomar decisões sem consultar o presidente, e a demonstrar ressentimento com as orientações de Geisel na questão das promoções e nomeação de comandantes. Mas Frota, sobretudo, passou a vocalizar cada vez mais o que seriam os anseios dos quartéis. Nesse processo, inclusive, procurou fazer uso do “princípio revolucionário” segundo o qual o ministro seria o “representante do governo no Exército” (GÓES, 1978, p. 77-78).

Mais ou menos a partir de abril de 1977, Frota passou a externar, por meio de relatórios, suas críticas em relação às diretrizes do governo. Procedimento normal, não fosse a novidade introduzida pelo ministro: a distribuição de tais documentos entre a oficialidade – fato que chamou a atenção do presidente, causando-lhe a “impressão de que se tratava de ação conspiratória” (GÓES, 1978, p. 78).

Mas foi no segundo semestre daquele ano que a postura de enfrentamento do general Frota assumiu contornos mais evidentes. Ao tomar conhecimento de que o discurso que o ministro faria na cerimônia do Dia do Soldado teria um conteúdo político, Geisel solicitou-lhe a leitura antes de sua divulgação. Frota, no entanto, negou-se a entregá-lo ao presidente, dizendo-se, inclusive, desrespeitado. Em setembro, no contexto em que se sucederam artigos e reportagens jornalísticas com críticas às Forças Armadas e ao regime, o ministro publicou uma nota com acusações à imprensa. Sua irritação, ademais, levou-o a solicitar a Armando Falcão a abertura de processo judicial contra determinados periódicos – fato que incomodou o presidente. Respondendo-lhe, Frota teria dito: “Presidente, eu sou o principal defensor do Exército”. Foi também em setembro que a candidatura de Frota à presidência se tornou um fato público. Sobretudo porque sua articulação foi liderada pelo general da reserva Jaime Portela, o odiado (pelos “castelistas”) ex-chefe da Casa Militar no governo Costa e Silva. Com a supervisão de Portela, teve início uma série de pronunciamentos por parte dos deputados “frotistas” no Congresso. Alguns deles, inclusive, manifestaram sua contrariedade para com a “marginalização” do Alto-Comando do Exército nas discussões acerca da sucessão presidencial (**IstoÉ**, 19 out. 1977, p. 9-10; GÓES, 1978, p. 79-81).

Geisel, ciente de que as articulações em torno de Frota visavam enfraquecê-lo, procurou ganhar tempo. Para, em seguida, demiti-lo. Eis a sua explicação do episódio:

Havia algum tempo eu já estava resolvido a exonerar o Frota, desde que ele começou a sua campanha eu havia tomado essa resolução. Mas, para mim, qual era o grande problema? Era, ao tirar o Frota, o Exército ficar comigo e não com ele. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, mas principalmente o Exército. Então (...) deixei que ele se afundasse na campanha. Em vez de chamá-lo e adverti-lo, deixei que fizesse o que bem quisesse, e ele foi se afundando. Quando estava bem afundado, e senti que os generais nos principais comandos não concordavam com ele, achei que estava em condições de tirá-lo. (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 403)

Após sua demissão, Sylvio Frota ainda procurou reagir, recorrendo a oficiais que lhe eram fiéis ou simpatizantes. Vendo-se derrotado, publicou uma violenta declaração que, em suas acusações e ataques, acabaram se tornando uma espécie de compêndio das ideias e valores da “linha dura”.

(...) existe uma evidente intenção de alienar as Forças Armadas dos processos decisórios do país, açambarcados por um grupelho encastado no Governo.
 (...) Outra conclusão a que não se pode fugir é a da crescente ameaça dos grupos esquerdistas na busca do Poder. Acumpliciados com democratas que, na pressa de combater o regime, perdem o senso da realidade, acobertados por elementos infiltrados nos escalões administrativos e à sombra de uma incompreensível omissão das autoridades responsáveis, começam a jactar-se, publicamente, de que sua instalação no país será apenas questão de tempo. (**Jornal do Brasil**, 13 out. 1977, p. 4)

Com a demissão do general Frota, Geisel enquadrou os “porões” naquilo que mais o incomodava e atemorizava: a questão sucessória. Nomeou para o cargo de ministro, inclusive, um oficial ligado ao grupo dos “duros” (o general Fernando Bethlem). Dali por diante, poderia seguir sem maiores percalços sua política de “distensão”. Os oficiais ligados à “linha dura” recuaram, preferindo não se arriscar num combate que, àquela altura, era-lhes claramente desfavorável. De fato, conforme supunha a análise do CIE no documento citado acima, o Brasil estava mudando.

2.7 – O MDB em disputa: Tancredo, os “autênticos” e a questão das reformas constitucionais

Como vimos, no episódio das discussões acerca da reforma do Judiciário, em fins de março de 1977, houve o primeiro grande choque entre as duas principais tendências presentes no MDB. Mas não somente. Naquele momento, houve também um confronto entre duas personalidades com perspectivas políticas antagônicas, e que nos anos seguintes seriam

protagonistas do processo de liberalização: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Narrando aquele momento, GASPARI (2004, p. 359-360) conta que, numa reunião com as principais lideranças emedebistas, ficou acertado que Tancredo proporia a liberação dos votos da bancada na Câmara, artifício que facilitaria a aprovação da proposta do governo. No dia da reunião do Diretório do MDB, quando seria concretizada a estratégia acordada, Ulysses desfez o pacto, ao conceder a palavra ao senador Paulo Brossard, que, com seu discurso, instigou seus correligionários a recusar a reforma governista. Interpretando o sentido daquela ação, o autor conclui:

(...) seus projetos já não dispunham do nível de fraternidade que a fraqueza política soldara. O futuro de Tancredo dependia de uma saída negociada da ditadura. O de Ulysses, do colapso. Tancredo precisava de Ulysses para que suas manobras não fossem apedrejadas. Ulysses precisava de Tancredo para evitar que o radicalismo dos quartéis voltasse a mutilar a oposição. Na sessão do Diretório, ambos perceberam que os projetos se neutralizavam. Naquela manhã, Ulysses neutralizou Tancredo.

Contudo, não obstante aquela rivalidade conjuntural, Ulysses e Tancredo tinham biografias paralelas, “tanto por ser impossível falar de um sem citar o outro, quanto pela irresistível tentação de comparar suas histórias pessoais e trajetórias políticas”. Ambos tinham formação bacharelesca, eram oriundos do Partido Social Democrático (PSD) e tinham longa carreira na Câmara dos Deputados (onde chegaram em 1951). Ambos submergiram com o golpe de 64 (ainda que em situações diferenciadas – à época, Tancredo, enquanto um dos líderes do governo Jango na Câmara, manteve-se solidário ao presidente deposto; Ulysses, de outro lado, buscou se integrar aos novos tempos, sendo, no entanto, desprezado pelos militares), aderiram ao MDB em 65, e renasceram politicamente a partir dos anos setenta (GUTEMBERG, 1994, p. 238-239; 242-245).

Ademais, convém ressaltar que tanto Ulysses quanto Tancredo optaram pela retórica de oposição (às vezes agressiva, ao estilo dos “autênticos”) como forma de se legitimarem. O político mineiro, entretanto, soube dosar as atitudes oposicionistas com a disponibilidade para o diálogo, o que o levou a se aproximar de Golbery.⁸¹ Tancredo, em verdade, soube manipular bem o “dilema” que afligia o MDB desde o sucesso eleitoral de 1974. Ele percebeu uma oportunidade na proposta de “distensão” do governo Geisel e, valendo-se de sua habilidade política – oriunda do pessedismo mineiro, que mesclava “dubiedade com astúcia”

⁸¹ Francisco Dornelles, sobrinho e íntimo colaborador de Tancredo, é quem afirma: “Tancredo manteve contatos com o Golbery. (...) como líder, mantinha esses contatos. Tinha um bom relacionamento com o governo”. Cf. COUTO (1999, p. 163).

(GUTEMBERG, 1994, p. 246) –, foi-se credenciando enquanto um líder confiável junto aos militares.

Com base, pois, em sua percepção, Tancredo elaborou uma singular estratégia de ação política, que pautou seu comportamento e suas movimentações nos anos seguintes. Junto ao seu grupo, no qual se destacava o deputado pernambucano Thales Ramalho, procurou solidificar uma maioria no MDB, de modo que o conduzisse às suas teses. Em entrevista concedida em agosto de 1977, por exemplo, Tancredo afirmou que se devia trabalhar politicamente “não com o ideal, com o desejável, mas com as realidades objetivas” que então se apresentavam. Segundo ele, o MDB não deveria se deixar “perturbar com processos e métodos, e sacrificar o objetivo maior do partido, que [era] realmente a restauração da democracia”. Ou seja, se o governo propusesse um pacote de reformas, no qual constassem a concessão da anistia e a revogação dos atos de força, que levassem à “reconciliação” do país, para o deputado mineiro não haveria problema em apoiá-las (**Veja**, 24 ago. 1977, p. 3-4; 6).⁸²

Todavia, as concepções de Tancredo sofriam seriíssimas objeções no interior do partido. Para muitos emedebistas, era inconcebível se discutir reformas com um governo que, para impor sua vontade, cassava mandatos e se valia de *casuísmos* legislativos. O deputado Francisco Amaral, membro do grupo dos “autênticos”, definiu de modo peremptório a luta interna que caracterizava o MDB:

Não podíamos admitir, que enquanto estávamos na linha de frente, nos expondo numa “guerra”, uma outra parte do MDB negociava com o inimigo fazendo concessões. Inadmissível! (NADER, 1998, p. 129)

Mas, mesmo que envolto em divergências, o MDB logrou em manter viva sua imagem oposicionista. Reagindo ao duro golpe representado pelo “Pacote de Abril”, um grupo de parlamentares propôs que o partido desfraldasse a bandeira da Assembleia Constituinte. O raciocínio embutido na ideia era simples: para além da atividade parlamentar, que se mostrava refém da estratégia política do governo, convinha o apelo à sociedade civil, que vinha renascendo politicamente. De acordo com KINZO (1988, p. 191), a proposta, de início, não entusiasmou a ala “moderada” do MDB, pois ela temia que a mobilização popular intrínseca à demanda pela Constituinte provocasse reações violentas por parte da ditadura.

⁸² A nosso ver, essa entrevista é paradigmática, porque nela Tancredo expõe de maneira clara seu estilo retórico e, por conseguinte, sua formação política apaziguadora. Se de início ele critica enfaticamente a “Revolução” por seu caráter repressivo, pela “subversão da ordem jurídica” e pelo estímulo, por meio de seu modelo de desenvolvimento econômico, à concentração da renda, por outro lado finaliza suas palavras sinalizando ao governo que há a possibilidade de um acerto político – no caso, relacionado a um compromisso com “os pressupostos da vida democrática”.

A cassação do líder emedebista na Câmara, o “autêntico” Alencar Furtado, somada à ameaça de punição semelhante ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, pareceu confirmar o melindre dos “moderados”. Os oficiais ligados à “linha dura”, sob a liderança do general Sylvio Frota, dizendo-se ultrajados pelo programa televisivo do MDB (no qual o tema do desrespeito aos direitos humanos foi mencionado), pressionaram o presidente. Geisel, por sua vez, valendo-se das “regras de ação” que pautavam sua estratégia, assentiu em dar “um pouco de pasto às feras” (**Veja**, 6 jul. 1977, p. 20; 23-24; GASPARI, 2004, p. 427-428; D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 390).

Somente em setembro de 1977, quando a “missão Portella” estava em plena ofensiva, o MDB adotou oficialmente a palavra de ordem pela convocação de uma Assembleia Constituinte. O documento aprovado na Convenção partidária era contundente, pois afirmava que o país, devido à deformação de suas instituições jurídicas, vivia em um “caos institucional” – onde, ademais, estabeleceu-se um “divórcio” entre o Estado e a Nação. Porém, não obstante a unanimidade dos convencionais do partido em torno da ideia da Constituinte, os desacordos quanto à tática a ser adotada se fizeram presentes. Enquanto um grupo defendia uma mobilização nacional em torno da proposta, a cúpula emedebista, controlada pelos “moderados”, afirmava que a divulgação da ideia já constituía um posicionamento, um instrumento de luta – “É preciso tomar uma decisão que se possa cumprir”, advertiu o presidente Ulysses Guimarães (**Folha de S. Paulo**, 15 set. 1977, p. 4).

O governo, por sua vez, novamente fez uso da estratégia de explorar em seu proveito as divergências emedebistas. No dia seguinte à Convenção oposicionista, parlamentares da Arena fizeram pronunciamentos nos quais acusaram o MDB de ser “dominado pelos radicais”, situação que poderia resultar em enérgica reação governista. Provavelmente percebendo a armadilha, Ulysses Guimarães liderou o recuo emedebista, afirmando que o partido não promoveria manifestações de rua, em respeito à lei que vedava tais expedientes (**Folha de S. Paulo**, 16 set. 1977, p. 5; **Folha de S. Paulo**, 17 set. 1977, p. 4; **Folha de S. Paulo**, 20 set. 1977, p. 4).

Esvaziada, então, em seu ímpeto mobilizador, a proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte acabou sendo abandonada pelo MDB. Até porque, como já salientamos, naquele contexto (fins de 1977) o governo estava em vias de materializar suas propostas de “institucionalização” do regime. O ambiente político, enfim, interdito pelo poder de fogo concentrado nas mãos do general Geisel, era propício àqueles que eram favoráveis ao “diálogo”.

No começo de 1978, a eleição para a liderança emedebista na Câmara dos Deputados acabou assumindo uma importância ímpar para o prosseguimento da “distensão” política. Sobretudo porque ela decidiria que tipo de postura o MDB teria em face das reformas anunciadas pelo governo. Num pleito disputadíssimo, Tancredo Neves derrotou o “autêntico” Freitas Nobre (SP) por dois votos de diferença (77 x 75). Tal resultado pode ser visto como revelador, pois os “autênticos” não dispunham de tantos parlamentares. De acordo com Fernando Lyra (PE), Tancredo não teria vencido se Geisel não tivesse cassado seis deputados ligados ao seu grupo (**IstoÉ**, 8 mar. 1978, p. 5-7; **Jornal do Brasil**, 3 mar. 1978, p. 4).

Dias após sua eleição, Tancredo, ciente da rejeição que tinha junto a parte expressiva do seu partido, fez um discurso incisivo, bem ao seu estilo, com críticas firmes acompanhadas de apelos ao diálogo.

Nada justifica, e nem sequer explica, uma tão longa excepcionalidade, que separou, por fosso largo e profundo, o Estado do povo, o Governo da sociedade, e a autoridade da liberdade.

(...) o MDB está aberto ao debate. Acredita na sinceridade do governo quando propõe a descompressão do regime.

Está disposto a atuar desde que as reformas a serem apresentadas se revistam de seriedade, traduzam as justas aspirações da Nação, sejam um largo e significativo passo no rumo da democratização plena.

Mas o deputado mineiro procurou também se antecipar ao julgamento de seus adversários do grupo “autêntico”, enfatizando alguns dos “postulados fundamentais do programa do MDB”: o *habeas corpus*, a autonomia universitária, as liberdades de opinião e de imprensa, a anistia etc. (**Jornal do Brasil**, 9 mar. 1978, p. 4).

Com efeito, o que nos importa salientar é: não obstante as dúvidas que permeavam as intenções reformistas do governo Geisel, Tancredo insistia que era necessário ouvi-las. Seu arrazoado era básico: as reformas constituíam uma demanda da opinião pública, logo, o governo não poderia ignorá-las. A oposição, por conseguinte, deveria aproveitar o momento, procurando negociar a aprovação de medidas democratizantes mais substanciais, em consonância com o programa do partido (**Jornal do Brasil**, 5 mar. 1978, p. 8).

Em fins de junho de 1978, Geisel finalmente anunciou o projeto de reformas constitucionais que pretendia realizar. Segundo ele, tal projeto eliminaria da legislação brasileira “os atos de exceção” – os Atos Institucionais e os Atos Complementares.⁸³ Mas, por

⁸³ As propostas contidas no anteprojeto do governo eram as seguintes: “o restabelecimento das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos magistrados; o restabelecimento do *habeas-corpus* em casos de crimes políticos e contra a segurança nacional, a ordem econômica e social; a extinção, entre outras, da competência atribuída ao Presidente da República para decretar o recesso de órgãos

outro lado, propunha a inclusão, na Constituição Federal, dos chamados “dispositivos de segurança”: isto é, a prerrogativa, por parte do Poder Executivo, de “adotar medidas de emergência ou decretar o estado de emergência para prontamente enfrentar situações que venham a perturbar a ordem e a paz social”. O presidente, ademais, anunciou sua disposição de, em parceria com a Arena e com a “oposição consciente”, aperfeiçoar o projeto do governo. E, por fim, advertiu com veemência aqueles que, em seu ímpeto de “perturbar”, “difamar” e “conspirar”, pronunciavam-se contrários às reformas: “A Revolução continuará”, afirmou (**Folha de S. Paulo**, 24 jun. 1978, p. 4).⁸⁴

Dentro do MDB, as reações ao projeto governista acabaram reproduzindo as discordâncias que caracterizavam o partido. Para Ulysses e Tancredo, por exemplo, o plano de reformas do governo continha muitos pontos em comum com o programa emedebista. O presidente do partido observou, contudo, que trabalharia pela aprovação de um substitutivo instituindo a vigência imediata das reformas e a revogação do “Pacote de Abril”, de modo que fossem restabelecidas as eleições diretas para governadores e eliminada a figura do senador biônico. O senador Paulo Brossard, por outro lado, colocou-se enfaticamente contrário à proposta do governo. Disse ele:

(...) a nação não se contenta mais com paliativos (...).
As reformas só entrariam em vigor depois de realizadas as eleições indiretas e diretas deste ano, com a ilegitimidade, o escárnio mesmo, do *pacote* de abril. As reformas de 1977 foram decretadas para roubar do povo e do MDB as eleições diretas de governadores e de senadores. Antes de oferecer as emendas que chamam de *abertura*, eles querem assegurar-se do poder por mais alguns anos. Só depois disso oferecem o fim do arbítrio. Isso é uma ilicitude. (**Jornal do Brasil**, 24 jun. 1978, p. 5 – grifos no original)

Na arguta análise de ALVES (2005, p. 264-265), as “salvaguardas de emergência” presentes no projeto de reforma do governo constituíam, em verdade, na institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Ou seja, o argumento de que determinados “dispositivos de segurança” eram necessários ao Estado refletiam, na prática, a ideologia estruturante do pensamento militar brasileiro: a Doutrina de Segurança Nacional.

legislativos, e, em consequência do Poder Executivo correspondente, legislar em todas as matérias; decretar e prorrogar o estado de sítio sem a aprovação do Congresso Nacional; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos e cassar mandatos eletivos; banir brasileiros; demitir, remover, aposentar, pôr em disponibilidade membros da magistratura, funcionários públicos e de empresas governamentais; demitir, transferir para a reserva ou reformar militares e policiais militares (**Folha de S. Paulo**, 24 jun. 1978, p. 4).

⁸⁴ O jornalista Tarcísio Hollanda, após consultar fontes no Palácio do Planalto, afirmou que o presidente Geisel não hesitaria em fazer uso de “sanções revolucionárias” caso houvesse qualquer tipo de perturbação e/ou provocação que viesse a comprometer o processo de “normalização político-institucional” proposto pelo governo (**Jornal do Brasil**, 25 jun. 1978, p. 4).

O anteprojeto de reformas do governo, quando enviado ao Congresso, ficou sob a responsabilidade do senador José Sarney (Arena-MA). Significativas propostas de modificações ao texto original foram apresentadas. Acabaram, no entanto, recusadas.⁸⁵ Reiterando seu compromisso com o presidente Geisel, Sarney afirmou que o projeto do governo se ateve ao que era “possível” naquele momento em que o país vivia. Além do mais, o senador maranhense destacou também que a iniciativa do governo se vinculava ao “compromisso democrático da Revolução de 64”. Quanto ao MDB, Sarney foi tortuoso: disse não acreditar que o partido fosse contrário ao fim do AI-5 (**Jornal do Brasil**, 12 set. 1978, p. 3; **Veja**, 20 set. 1978, p. 22-23).

A Emenda Constitucional nº 11, que instituiu as reformas propostas pelo governo Geisel, acabou sendo sancionada no dia 13 de outubro de 1978. Por discordar do texto da lei, os integrantes do MDB não compareceram à sessão de sua promulgação. Ficou estabelecido que a nova legislação entraria em vigor no dia 1º de janeiro do ano seguinte.

2.8 – A sucessão de Geisel e as eleições de 1978

Como já dito, a questão sucessória era vista como essencial ao projeto de “distensão política” concebido por Geisel e Golbery. Marcados pela derrota política frente ao marechal Costa e Silva, na época do governo Castello Branco – episódio que denominavam “Primeira Guerra” –, os generais sempre consideraram o tema como intrínseco à sua estratégia. Segundo os jornalistas André Gustavo STUMPF & Merval PEREIRA FILHO (1979, p. 22-24) já no período de montagem do governo (segundo semestre de 1973), Geisel, Golbery e assessores próximos discutiam a pertinência de se fixar um nome para a sucessão presidencial. Pelo seu histórico de serviços, suas relações de amizade com os grupos “castelista” e “medicista”, chegaram à conclusão de que o general Figueiredo reunia as melhores condições para a tarefa.⁸⁶ Por conseguinte, ficou acordado entre aquele pequeno grupo a montagem “de todo

⁸⁵ Propôs-se, por exemplo, o restabelecimento das eleições diretas para governador e para todo o Senado; a transformação do Congresso em Assembleia Constituinte a partir de fevereiro de 1979; a concessão da anistia; o voto aos analfabetos; o fim da “Lei Falcão”; entre outras (**Jornal do Brasil**, 12 set. 1978, p. 5).

⁸⁶ O próprio Geisel explicou as razões da escolha de Figueiredo: “(...) dentro da área militar quem se sobressaía era o Figueiredo. Quais eram as credenciais do Figueiredo? Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castelo, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI no Rio. (...) Depois, foi servir com o Médici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Militar. Acompanhou também o meu governo do primeiro ao último dia. Quer dizer, acompanhou três governos, sendo que dois no dia-a-dia. Tinha uma esperança e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais.” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 412). KUCINSKI (1982, p. 73-74), por sua vez, afirma que Figueiredo era o

um esquema para proteger o sucessor já escolhido, não deixar que aquela decisão vazasse, a fim de que nenhuma ação contrária pudesse ser feita”. O estrategema, inclusive, lançou mão de dissimulações, como a sugestão de que o sucessor de Geisel poderia ser um civil, de modo que se distraísse a atenção dos interessados no assunto. A ideia principal era, enfim, preservar Figueiredo de possíveis desgastes políticos.

Em julho de 1977 – segundo GASPARI (2004, p. 434), à revelia de Geisel –, o nome do então chefe do SNI foi pela primeira vez alardeado como sendo o mais provável sucessor do presidente. Por essa época, como vimos, o general Sylvio Frota já agia em prol de suas pretensões políticas. Cientes daquele fato, os partidários de Figueiredo resolveram sair a campo, expondo seu candidato. O secretário de Geisel, Heitor Aquino Ferreira, providenciou fotografias e informações biográficas do general, e as repassou a diversos repórteres de Brasília. Em meados do mês, jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como as principais revistas semanais, dedicaram amplo espaço àquela personagem até então obscura (STUMPF & PEREIRA FILHO, 1979, p. 45-46).⁸⁷

Mas as maquinações em torno da candidatura de Figueiredo causaram incômodos e, conseqüentemente, geraram reações. O general Hugo Abreu, por exemplo, procurou combater as movimentações do que denominava “grupo palaciano”. E, sempre que pôde, buscou agir como um contraponto às ações dos partidários do chefe do SNI.⁸⁸ Tendo acreditado na palavra do presidente, que lhe afirmara que não havia escolhido um nome, e que somente trataria da questão sucessória em janeiro de 1978, Abreu acabou percebendo que fizera o papel de inocente útil – ele foi, por exemplo, peça importante no episódio da demissão do ministro do Exército, assim como elaborou um documento no qual fazia apontamentos e sugestões sobre a sucessão presidencial. Vendo no general Figueiredo uma personalidade “fraca intelectualmente”, além de “omissa” e “desleal”, e sentindo-se enganado pelo próprio Geisel, Hugo Abreu optou por se demitir do governo (ABREU, 1979, p. 87-89; 156-162).

típico “homem do aparelho”, “criador e criatura do golpe”. Além do mais, ele enfatiza que sua escolha constituía prova do poder concentrado nos serviços de informação do regime. GASPARI (2004, p. 442-443), por fim, assinala que a unção de Figueiredo por Geisel continha o desejo de uma possível influência no futuro governo, assim como a garantia de que seriam preservados o poder e os interesses do grupo que governava o país desde 1964.

⁸⁷ Em sua edição número 463, a revista **Veja** (20 jul. 1977, p. 16-23) dedicou amplo espaço a Figueiredo, com menções à sua biografia e à sua carreira militar e política.

⁸⁸ STUMPF & PEREIRA FILHO (1979, p. 39-43) narram algumas das ações do general Abreu no sentido de atrapalhar o “grupo palaciano”: nos boatos acerca de uma possível reforma ministerial, que teria o intuito básico de demitir o general Sylvio Frota, dando fim ao seu projeto presidencial, assim como nas discussões sobre a promoção de oficiais, que poderia vir a beneficiar Figueiredo, o chefe do Gabinete Militar convocou a imprensa para contradizer tais informações.

Outro personagem que procurou criar condições para sua candidatura presidencial foi o então senador Magalhães Pinto (Arena-MG). Valendo-se de certa popularidade em seu estado natal, e do trânsito que tinha junto aos militares, Magalhães Pinto lançou seu nome como postulante ao Palácio do Planalto no movimentado mês de julho de 1977. Ainda que procurasse construir apoios na sociedade civil – ele tentou articular, por exemplo, a redação de um segundo “Manifesto dos Mineiros” –, o senador sabia que suas pretensões só tinham chance se contasse com o respaldo castrense. Evitou, então, criticar as Forças Armadas, apresentando-se como um “continuador” do regime. Seu objetivo, em verdade, era aparecer como uma espécie de terceira via entre as candidaturas militares porque, diante da possibilidade de um choque violento entre os grupos dos generais Figueiredo e Frota, poderia se mostrar como o candidato da “conciliação” e da “pacificação” (**Movimento**, 15 ago. 1977, p. 4; **Movimento**, 13 out. 1977, p. 4-5; COUTO, 1998, p. 213).

Magalhães Pinto era um destacado membro da burguesia brasileira – ele era dono do Banco Nacional, um dos maiores do país. Tinha também, para os padrões da época, um histórico significativo – ele havia sido um dos líderes civis da “Revolução de 1964”. Além do mais, ele conseguiu arregimentar alguns apoios de peso, como o ex-ministro Severo Gomes.⁸⁹ O senador mineiro, todavia, não carregava estrelas no peito. Isto é, ele não era militar. Suas chances de conseguir ser eleito, portanto, eram quase que nulas. No Brasil daquele período, quem ditava as regras era sobretudo o general Geisel.⁹⁰ Nos primeiros dias de 1978, o presidente comunicou à Arena – e, por conseguinte, a todo país – sua escolha para a sucessão presidencial. Suas palavras continham um inequívoco teor autocrático.

Cabe a mim, por força da função, definir a trajetória que a nossa Revolução vai seguir daqui por diante.

(...) Dos nomes que pude examinar, submeto à Comissão Executiva e, por seu intermédio, ao Partido, para que oportunamente sejam levados à Convenção como candidatos à Presidência da República, o Excelentíssimo Senhor General João Baptista de Figueiredo e, para a Vice-Presidência, nosso ilustre amigo, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves. (**Jornal do Brasil**, 6 jan. 1978, p. 3)

⁸⁹ Severo Gomes, como já dito, foi ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel. Em razão de suas opiniões políticas e econômicas – ele expunha de modo claro sua posição favorável à democratização, além de sua hostilidade com relação ao parasitismo do capital estrangeiro –, que causavam incômodos no governo, acabou sendo forçado a se demitir em fevereiro de 1977. Posteriormente, engajou-se nas movimentações políticas em torno da sucessão de Geisel, chegando, inclusive, a se inscrever como candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Magalhães Pinto. Cf. **DHBB**, v. III, p. 2586-2587.

⁹⁰ O jornalista Walder de Góes, importante analista político do **Jornal do Brasil**, assim interpretou a posição de Geisel: “Sua opção pelo General Figueiredo, sem quaisquer consulta aos militares, haveria de projetar, por escolha consciente, como mais um gesto para caracterizar a natureza incontestável de seu comando e para cortar a influência do Exército nas decisões políticas, parte inseparável da estratégia com que deseja construir a normalização política do país” (GÓES, 1978, p. 64).

Mas, por outro lado, indicavam também o que se pretendia fazer nos próximos anos.

(...) quero acrescentar que na escolha desses dois nomes tive em vista encontrar quem fosse capaz, pela sua mentalidade, pelo seu passado, pelo seu modo de pensar (...) de, em nosso quadro revolucionário, levar adiante o processo de institucionalização, (...) [para] fazer com que cada vez mais a nossa democracia, não apenas democracia no papel, mas na vida real, se aprimore, se aperfeiçoe. (**Jornal do Brasil**, 6 jan. 1978, p. 3)

Interessante ressaltar que coube à Arena, como em situações passadas, aceitar passivamente a indicação presidencial. Isto é, não obstante a iniciativa de Magalhães Pinto, que contou com o apoio de um ou outro parlamentar⁹¹, restou ao partido homologar a escolha feita por Geisel. O discurso feito por Francelino Pereira, deputado e presidente da Arena, constituiu prova contundente daquela deferência.

Em sucessivas manifestações a direção da Aliança Renovadora Nacional, em absoluta consonância com os seus integrantes, procurou deixar claro que caberia a Vossa Excelência, Senhor Presidente Ernesto Geisel, como o nosso líder maior e presidente honorário do Partido, a tarefa de proceder às articulações que levassem à indicação dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República a serem eleitos no corrente ano.

(...) desejo desde logo assegurar que o nosso Partido não faltará com o seu apoio às decisões iniciais que agora está tomando Vossa Excelência. (**Jornal do Brasil**, 6 jan. 1978, p. 3)

Os nomes de Figueiredo e de Aureliano Chaves foram, então, consagrados na Convenção Nacional da Arena, realizada em abril de 1978. E, mesmo que o senador Jarbas Passarinho (PA) tenha procurado rebater, exaltado, acusações de que seu partido seria “sem vontade, sem espinha dorsal, o partido dos subservientes”, o resultado da reunião o contradisse de forma explícita: de um total de 802 votos apurados, 775 foram para a chapa oficial – houve ainda 25 votos em branco e 2 nulos (**Folha de S. Paulo**, 9 abr. 1978, p. 4; **Jornal do Brasil**, 9 abr. 1978, p. 3). Convém destacar, ademais, que Magalhães Pinto e Severo Gomes sequer participaram dessa Convenção, visto que, antevendo sua derrota, optaram por denunciá-la. Em nota oficial, os dois candidatos acusaram a reunião arenista de “defraudar as normas éticas e os anseios nacionais” (**Folha de S. Paulo**, 28 mar. 1978, p. 5).

Em seu primeiro discurso como candidato oficial da Arena, o general Figueiredo, após um esboço das ideias que pretendia apresentar ao país como sua plataforma de governo

⁹¹ Em seu estudo sobre a Arena, Lucia GRINBERG (2009, p. 211) cita o deputado pernambucano Augusto Lins e Silva como o principal aliado de Magalhães Pinto.

(harmonia entre os poderes, liberdades civis, liberdade de imprensa, organização político-partidária mais pluralista etc.), afirmou, enfático, que aquela era a “hora de *conciliação* e de compreensão, *sem acomodações subalternas mas também sem intransigências*, em benefício do Brasil” (**Folha de S. Paulo**, 10 abr. 1978, p. 5 – grifo nosso).

O MDB, por sua vez, também procurou construir sua candidatura presidencial. Impotente diante da maioria arenista no reformado Colégio Eleitoral⁹², o partido, após um período de indecisão e hesitação⁹³, acabou aderindo à ideia de uma coalizão antigovernista, a chamada Frente Nacional pela Redemocratização, ao lado de dissidentes civis e militares do regime – Magalhães Pinto, Severo Gomes, Hugo Abreu, entre outros. Mas, é importante sublinhar, o fez somente após ter condicionado sua adesão a um compromisso, por parte do futuro candidato presidencial, com sua declaração de princípios – o chamado “decálogo”, que exigia o fim dos atos de exceção, eleições livres e diretas em todos os níveis, anistia política plena, liberdade de organização partidária, liberdade sindical e direito de greve, entre outras medidas (**IstoÉ**, 24 maio 1978, p. 4-7; **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1978, p. 2; KUCINSKI, 1982, p. 81-82).

Em fins de agosto de 1978, numa Convenção Extraordinária, o MDB finalmente aprovou a candidatura presidencial da chapa composta pelo general Euler Bentes Monteiro e pelo senador Paulo Brossard – foram 352 votos a favor, contra 107 em branco e 25 nulos. Em discurso, o deputado Tancredo Neves defendeu a opção emedebista, afirmando que o general era um militar patriota e leal ao povo, um “líder autêntico”. E depois, finalizando, saudou-o: “General Euler Bentes Monteiro. O MDB, a partir de hoje, é uma legião de homens livres sob seu comando. Aponte o caminho e nós o seguiremos” (**Folha de S. Paulo**, 24 ago. 1978, p. 6-7).

Palavras contundentes. Mas, cabe perguntarmos: quem era o general Euler? Por que razões adquiriu tamanha notoriedade? Que credenciais o qualificavam para a tarefa de liderar a cada vez mais forte frente oposicionista?

⁹² Após o “Pacote de Abril”, o Colégio Eleitoral passou a ter, entre deputados federais, senadores e delegados estaduais, a seguinte configuração: 358 representantes da Arena, contra 231 do MDB (**Movimento**, 9 out. 1978, p. 9).

⁹³ A propósito do impasse e das divergências no MDB quanto à participação nas eleições presidenciais em 1978, KINZO (1988, p. 199) afirmou que a ideia de que o partido deveria participar, inclusive com um candidato militar, já era defendida por parlamentares do grupo “autêntico” desde meados de 77. Segundo ela, essas lideranças viam nessa candidatura “a possibilidade de atrair para a oposição o setor democrático e nacionalista das Forças Armadas”. Por outro lado, o grupo dos “moderados” no MDB tendia para a candidatura civil de Magalhães Pinto, pois viam nela a chance de atrair o apoio de dissidentes na Arena. Além do mais, esse grupo temia a reação do governo, no caso de um engajamento numa candidatura militar.

Euler Bentes, na reserva desde o início de 1977, tinha grande fama e prestígio no Exército, em razão de suas bem-sucedidas administrações (na Sudene, no Departamento de Material Bélico) e de suas posições políticas nacionalistas – seu valor e sua reputação ilibada foram considerados inclusive pelo general Geisel, que chegou a aventar seu nome para sucedê-lo.⁹⁴ Contudo, tais qualidades, por si só, seriam insuficientes para alçá-lo à condição de candidato da oposição ao regime. Em verdade, o que de fato levou o nome do general ao centro do debate político foi o crescente e cada vez mais forte movimento de contestação à ditadura – na oposição e na situação, na sociedade civil e no meio militar.⁹⁵ A crise econômica, as medidas autocráticas do presidente Geisel, além do desgaste moral das Forças Armadas levaram grupos com perspectivas políticas díspares a ver no general Euler a liderança capaz de superar tais problemas, e de encaminhar de modo mais rápido a efetiva democratização do país (**Movimento**, 22 maio. 1978, p. 7-8; **IstoÉ**, 24 maio 1978, p. 8-11).

Após a indicação de sua candidatura à presidência, Euler Bentes Monteiro conclamou toda a oposição a se unir em torno da sua campanha, que levaria “à redenção da Pátria”. O general declarou ainda sua fidelidade ao “decálogo” emedebista e, de modo enfático, afirmou:

Antes de mais nada, a ideia primeira e fundamental: a reconquista pela nação pelo governo de si mesma, o que se pode resumir numa única palavra: democracia. Democracia na sua mais clássica e etimológica expressão: governo do povo, pelo povo e para o povo. (**Folha de S. Paulo**, 24 ago. 1978, p. 6)

O impacto e a repercussão alcançados pela candidatura do MDB geraram inquietação nos altos escalões militares. Começaram, então, a serem emitidos alguns “sinais de alerta”, por parte de alguns oficiais-generais: as necessárias reformas para levar ao “aperfeiçoamento institucional” do país, iniciadas sob a liderança incontestada do presidente Geisel, prosseguiriam com a eleição do general Figueiredo. As dissidências, portanto, tinham um caráter perturbador, que poderia levar a retrocessos (**Veja**, 6 set. 1978, p. 21-22).

O governo, por outro lado, procurou se precaver. Ciente de que poderia haver desembarques arenistas na campanha do MDB, mandou um recado à sua base: que atentassem

⁹⁴ Para maiores detalhes sobre a carreira e as concepções políticas do general Euler, cf. **DHBB**, v. IV; p. 3840-3842.

⁹⁵ Segundo o jornal **Movimento** (14 ago. 1978, p. 4), em razão da efervescência política pela qual passava o país, um grande número de dissidências militares foi se formando. Liderados, em geral, pela chamada baixa oficialidade (majores, tenentes-coronéis e coronéis), tais grupos se opunham ao modo “imperial” de governar do presidente Geisel e, sobretudo, à candidatura do general Figueiredo. Não ficando restritos ao meio militar, alguns deles procuraram estabelecer contatos com a sociedade civil. Destaquemos aqui o Movimento Revolucionário Democrático (MRD), a Centelha Nacionalista e o Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC).

para a questão da fidelidade partidária, dispositivo presente na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1971. De acordo com aquela norma, o voto contrário à diretriz partidária levaria à perda do mandato (SCHMITT, 2000, p. 38-39).

A eleição presidencial de 1978 foi realizada no dia 15 de outubro, e seu resultado não teve nada de surpreendente: a chapa oficial, com Figueiredo e Aureliano Chaves, venceu com 355 votos. Os candidatos emedebistas tiveram 266. Já nas eleições legislativas realizadas no mês seguinte, não obstante as restrições e manipulações impostas pelo “pacote de abril”, o MDB teve votação significativa. Na disputa para o Senado, a legenda teve cerca 4,3 milhões de votos a mais que a Arena, enquanto que na Câmara dos Deputados a diferença em favor do partido do governo foi de menos de 1%. De modo geral, o MDB venceu nos Estados mais urbanizados e industrializados do país, o que tendeu a confirmar sua força e as perspectivas de crescimento naquelas áreas tidas como mais avançadas politicamente.⁹⁶

Tabela 2 – Resultado das eleições legislativas de 1978 (votos válidos)

Partidos	Câmara dos Deputados		Senado	
	nº	%	nº	%
Arena	231	55	15	65,2
MDB	189	45	8	34,8
Total	420	100	23	100

Fonte: KINZO (1988, p. 74).

De acordo com ALVES (2005, p. 237-238), o partido lograra se tornar uma força de oposição “real”, pois reunira em torno de si um amplo espectro de opiniões políticas. Além do mais, soubera se aproximar das organizações de base que então se notabilizavam pelo país, lutando pela afirmação dos seus direitos. Naquela eleição, inúmeros candidatos do MDB incorporaram as palavras de ordem dos estudantes, dos sindicatos, dos movimentos em torno

⁹⁶ Em razão das peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro, a eleição para a Câmara Federal não refletia fielmente a escolha dos votantes. Isto é, por causa do sistema de representação proporcional, que tinha critérios como o quociente eleitoral, os números finais apresentavam distorções na representação. Por fim, convém lembrar que em 1978 ocorreu também a eleição dos senadores “biônicos” – de forma indireta, por parte das Assembleias estaduais. A Arena elegeu 23 parlamentares, e o MDB apenas 1. O governo, portanto, obteve uma folgada maioria no Senado, o que lhe deu tranquilidade para seguir adiante na sua política de liberalização (KINZO, 1988, p. 67-69; NICOLAU, 2012, p. 109-110).

da anistia e de afirmação das minorias. Consequentemente, muitos deles obtiveram êxito em suas campanhas, fazendo crescer a ala esquerda emedebista no Congresso Nacional.⁹⁷

Todavia, uma análise mais detida da situação política do Brasil tendia a desanimar aqueles que lutavam por uma democratização substantiva. Isto é, apesar de toda a efervescência surgida a partir de 1974, da “repolitização da sociedade civil”, do enfrentamento da “cultura do medo” que tão intensamente caracterizara o país desde a decretação do AI-5, o regime civil-militar ainda mantinha o controle da situação. Porque, ao permitir o funcionamento do Congresso Nacional e a realização periódica de eleições, a ditadura pôde se valer dos mais variados *casuísmos* para frear a ascensão das forças oposicionistas e, dessa forma, manter-se firme no comando das ações. Logo, sua proposta de autorreforma tendia a se impor de forma veemente – até porque na base de sustentação do regime não havia uma força dissidente capaz de, numa aliança com a oposição, levá-lo à implosão. As perspectivas, portanto, se não eram desanimadoras, tampouco autorizavam maiores aspirações.

Numa reportagem especial, acerca do que se poderia esperar do futuro presidente Figueiredo, o **Jornal do Brasil** (15 out. 1978, Especial, p. 1) foi duramente realista:

Quem será o General Figueiredo no Governo?

Ao que tudo indica, será um General. Sua base de sustentação está nas Forças Armadas. Se não estivesse, sua candidatura teria gorado. (...)

(...) Seria tolice acreditar que o Presidente eleito venha a supor, por um só instante, que chegará ao Palácio pela vontade da Arena e pela sua vitória no Colégio Eleitoral. (...) Sua formação é a de um oficial do Exército. Sua escala de valores, também. Seus mitos, histórias de heroísmo, códigos de comportamento estão quase sempre ligados a mecanismos e a condutas que são peculiares à organização armada.

Logo após ser eleito, Figueiredo afirmou, bem ao seu estilo: “É para abrir mesmo. E quem não quiser que abra, eu prendo, arrebento”. Espantada e impotente, restou às oposições perguntar: que tipo de “abertura”?

⁹⁷ A revista **Veja** (29 nov. 1978, p. 20-25), em matéria intitulada “Uma nova força no MDB”, afirmou que nas eleições legislativas de 1978 “os votos esquerdistas no Brasil representaram algo como 8% dos eleitores de todo o país”. No entanto, precisamente por causa do quociente eleitoral, “a corrente [iria] abiscoitar cerca de 15% dos lugares da Câmara.”

Capítulo III – O governo Figueiredo e os limites da “conciliação”

No dia em que assumiu a presidência da República, o general João Baptista Figueiredo emitiu sinais claros de que seguiria adiante com a política de liberalização iniciada no governo anterior. Suas palavras, em verdade, transpareciam a intenção de que o projeto Geisel-Golbery seria intensificado, até a sua completa realização. Disse ele:

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. (...) *é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste país uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificando o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.*

(...) Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado – sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.

Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente. (**Jornal do Brasil**, 16 mar. 1979, p. 4 – grifo nosso)

A montagem do ministério, com a permanência de Golbery na chefia da Casa Civil, e com Petrônio Portella assumindo a pasta da Justiça, constituiu-se numa espécie de sinal: o novo governo tinha convicção em seus propósitos. Almejava-se, além da reorganização do sistema partidário, a concessão da anistia, o restabelecimento de eleições diretas para os governos estaduais e para todo o Senado, além da revogação da “Lei Falcão” (**Folha de S. Paulo**, 21 jan. 1979, p. 5).

Porém, assim como sucedera no governo anterior, o projeto de liberalização controlada do general Figueiredo defrontou-se com uma série de obstáculos que, a despeito de afirmações em contrário, da parte de importantes colaboradores da ditadura⁹⁸, acabaram resultando numa reelaboração do que se planejara originalmente.

Vejamos.

⁹⁸ Segundo o ex-ministro Delfim Netto, a ideia da “abertura” “foi uma decisão interna”, prosseguida por Figueiredo. O papel da oposição, por conseguinte, teria sido “irrelevante”. Assim como as pressões da sociedade civil, no sentido da democratização – “Quando eu ouço o nosso Franco Montoro dizer: ‘Nós conquistamos a democracia’, eu morro de dar risada. Porque não conquistaram coisa nenhuma” (Cf. COUTO, 1999, p. 138). Acerca desse tipo de visão, SILVA (2003, p. 256) tem uma opinião contundente: “Na verdade, faz parte da postura conservadora a recusa de pensar a cidadania, e os demais atores políticos, como parte do processo político, e acreditar com firmeza que evoluem num cenário vazio, onde são capazes de controlar todas as falas”.

3.1 - A crise econômica

Analisando o desempenho macroeconômico do governo Geisel, Thomas SKIDMORE (2000, p. 402-407) enfatizou que, não obstante o desafio representado pela “crise do petróleo”, foi mantido o crescimento do PIB “a uma taxa anual média de 7 por cento”, um desempenho “excelente” para aquele contexto. Mencionou também que, em razão do recurso ao capital estrangeiro e da política de substituição de importações, o Brasil pôde manter sua balança de pagamentos num patamar razoável, ainda que deficitário – ele citou o aumento das exportações como fator importante para tal resultado, e ressaltou o aumento da dívida externa como efeito colateral. Por fim, o estadunidense sublinhou o significativo aumento das taxas de inflação, a uma média de 37,9% nos anos 1974-78. Concluindo, afirmou que, de modo geral, “a performance da equipe econômica de Geisel foi boa”, porém, “as perspectivas (...) a longo prazo eram um caso à parte”.

Figueiredo tinha ciência do grave problema com o qual tinha que se defrontar⁹⁹, mas nem as mais sombrias análises foram capazes de prever o que se sucedeu após o chamado segundo “choque do petróleo”. Isto é, como consequência da Revolução Iraniana e da Guerra Irã-Iraque¹⁰⁰, a economia brasileira não somente entrou em colapso, com o total descontrole de suas contas externas e do processo inflacionário, mas arrastou consigo o plano da “abertura”, na medida em que: 1) acentuou, no âmbito do governo, as dissensões internas; 2) impulsionou as manifestações de protesto das oposições.

Na esteira da Revolução Iraniana, entre janeiro de 1979 e agosto de 1980 houve um aumento de cerca de 140% no preço do petróleo no mercado mundial. A balança de pagamentos brasileira, por conseguinte, sofreu um forte impacto, com o progressivo aumento do seu déficit comercial. Além do mais, diferentemente do que ocorrera na crise anterior, os lucros obtidos pelos países da OPEP não foram de todo disponibilizados no sistema bancário internacional, porque houve, da parte das instituições financeiras dos países centrais, uma política de contenção para com as nações que já possuíam grandes dívidas. Por último, mas não menos importante, houve também uma significativa elevação das taxas de juros internacionais a partir de fins de 1979, procedimento que, somado à queda dos preços dos

⁹⁹ O general enfatizou, em seu discurso de posse, que o combate à inflação e o equilíbrio das contas externas do país seriam objetivos precípuos de seu governo. Meses depois, em entrevista à revista **Veja**, Figueiredo afirmou que a situação econômica do Brasil era “grave”, pois o país estava comprometido em cerca de 16 bilhões de dólares com a compra de petróleo e com o pagamento de juros de sua dívida externa (**Veja**, 1º ago. 1979, p. 19).

¹⁰⁰ Sobre a Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque, cf. HOBSBAWM, 2002, p. 440-442; e VIZENTINI, 2006, p. 86-87; 103-104.

produtos primários no mercado mundial, fez explodir o endividamento externo brasileiro, que era baseado em juros flutuantes (DHBB, v. II, p. 1888; CRUZ, 1983, p. 70-71; LUNA & KLEIN, 2014, p. 105).

Escolhido para ser o comandante da política econômica no governo Figueiredo, o ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen implementou uma série de medidas – contenção de gastos nos ministérios, nas empresas estatais, no orçamento da União; redução dos subsídios creditícios; alta nas taxas de juros – que visavam o controle da emissão de moeda para, conseqüentemente, combater a inflação (MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 64). De acordo com COUTO (1998, p. 260), que trabalhou com o ministro, a ideia básica era que o Brasil só poderia voltar a crescer de forma acelerada se antes impusesse um ajuste em suas finanças.

Todavia, as propostas de Simonsen encontraram fortes resistências na sociedade civil, com a burguesia industrial reagindo à queda de suas taxas de lucro, e com os trabalhadores questionando, devido à indexação dos salários, a perda de seu poder aquisitivo. E suscitaram também descontentamentos nos demais ministérios, em especial naqueles comandados por quem tinha perspectivas políticas: o do Interior, chefiado pelo coronel Mário Andreazza, e o da Agricultura, sob a direção de Delfim Netto. Devido à recessão resultante de suas decisões, Simonsen tornou-se uma espécie de “bode expiatório”, o grande culpado pela obstrução dos projetos ministeriais. Andreazza pleiteava, por exemplo, verbas para grandes obras. Delfim, por sua vez, demandava crédito para as lavouras e para o Programa do Alcool. Vendo-se pressionado e isolado, sem o respaldo do presidente, Simonsen optou pela renúncia em agosto de 1979 (FISHLOW, 1988, p. 169; **Veja**, 15 ago. 1979, p. 21; 23-24).

De modo previsível, e sob aplausos dos capitalistas (sobretudo os de São Paulo), Figueiredo nomeou Delfim Netto para assumir as rédeas da política econômica do governo. A personalidade e o voluntarismo do outrora condutor do “milagre brasileiro” eram vistos pelo *think-tank* palaciano como salutar para aquele delicado momento. Correspondendo às expectativas, Delfim logo anunciou que, ao invés de lamentar seus problemas, o Brasil deveria atacá-los de frente. Ou seja, para enfrentar a crise internacional e superar o endividamento e a inflação, o Brasil teria que “trabalhar para crescer” (SKIDMORE, 2000, p. 419-420; **IstoÉ**, 22 ago. 1979, p. 4-7).¹⁰¹

¹⁰¹ A propósito, convém um comentário: em razão do tipo de liderança exercida por Figueiredo, as disputas ministeriais adquiriram uma relevância inédita, porque, diferentemente de Geisel, que centralizava as decisões e exercia uma firme liderança sobre seus auxiliares, o novo presidente tinha um estilo mais aberto, delegando funções e, portanto, concedendo autonomia a seus ministros. Assim sendo, e não obstante o discurso em prol da democratização feito por todos, os tecnocratas do governo se lançaram numa intensa luta por poder, pela

Figura 2 – Chico Caruso ironiza os planos de um novo “milagre”



Fonte: **Jornal do Brasil**, 6 out. 1979, p. 10.

Colocando em prática suas ideias, o novo ministro do Planejamento anunciou, após mudanças substantivas no texto do projeto, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (setembro de 79). De acordo com a lógica de que era preciso atacar os problemas que se abatiam sobre o país, Delfim entendia que era necessário priorizar a atividade agrícola, por dois motivos: 1º) porque o estímulo à produção de alimentos contribuiria para a redução do desemprego¹⁰² e da inflação¹⁰³; 2º) porque o aumento das exportações geraria divisas que recairiam positivamente sobre a balança de pagamentos e, por conseguinte, sobre a dívida (**Veja**, 12 set. 1979, p. 120-121).

Aquele projeto, ironicamente chamado de “milagre agrícola”, já vinha sendo defendido por Delfim Netto desde o início do novo governo. E, não obstante o entusiasmo e a firmeza com que era divulgado pelo novo ministro, amparava-se num discutível compromisso dos proprietários de terras para com a saúde da economia nacional. Dedicariam-se eles, com semelhante empenho, na produção para o mercado interno e para a exportação? Respeitariam

conquista de espaços e de proeminência, de modo a interceder pelos interesses que defendiam e que os sustentavam. A nosso ver, a querela envolvendo Simonsen e Delfim Netto corrobora essa percepção. Assim como o “grupo áulico” formado em torno de Figueiredo na fase final de seu governo, assunto de que trataremos mais adiante.

¹⁰² Por meio da intensificação da já mencionada política de modernização autoritária do campo (novos empréstimos e incentivos fiscais), almejaram-se, principalmente, a redução de custos e a liberação da mão de obra ociosa para as indústrias.

¹⁰³ Havia a compreensão de que o aumento da oferta de alimentos restabeleceria o equilíbrio no mercado. Em consequência, bloquearia as chamadas “pressões inflacionárias”.

semelhante empenho, na produção para o mercado interno e para a exportação? Respeitariam as proibições acerca do uso especulativo das terras? (**Movimento**, 16-22 abr. 1979, p. 5).

Com o passar dos meses, os preços persistiram em sua curva ascendente, contradizendo, de modo categórico, as previsões do outrora todo poderoso “czar” da economia brasileira.¹⁰⁴ Insistindo na sua já conhecida postura gerencial, Delfim ignorava, deliberadamente, que suas propostas tinham uma série de *impedimentos estruturais*. Dentre vários, destaquemos, em especial, os seguintes:

- ✓ em decorrência do processo de modernização conservadora da agricultura, houve não somente uma brutal concentração fundiária no país, como também o crescimento vertiginoso dos produtos voltados para exportação. As agroindústrias que foram surgindo se dedicavam sobretudo à pecuária e à monocultura (soja, trigo, laranja, cana-de-açúcar) e, fazendo uso de larguíssimas extensões de terra, ocupavam os espaços antes destinados ao plantio de alimentos.¹⁰⁵ Como, de modo simultâneo, houve um aumento significativo da população brasileira, a demanda por comida cresceu em proporções muito superiores à oferta.¹⁰⁶ Consequentemente, como bem observou o economista Paul Singer, “os preços subiram que nem rojão” (LUNA & KLEIN, 2014, p. 101-104; GRZYNSZPAN, 2002, p. 144-145; **Movimento**, 24 abr. 1978, p. 7);
- ✓ como efeito do crescimento acelerado e ao mesmo tempo anárquico ocorrido durante o chamado “milagre brasileiro”, desenvolveu-se no país uma estrutura de produção extremamente distorcida¹⁰⁷, que em muito acentuou os “pontos de estrangulamento” da economia. Estes, por conseguinte, tenderam a gerar maiores e mais frequentes “pressões inflacionárias”, porque os preços das diversas mercadorias passaram a aumentar numa velocidade bem superior à capacidade de resposta (isto é, de produção) das empresas (**Movimento**, 24 abr. 1978, p. 7).

¹⁰⁴ De acordo com o economista Rubens Penha CYSNE (1994, p. 252), nos últimos cinco meses de 1979 a taxa da inflação subiu 109,2%.

¹⁰⁵ Citando dados do IBGE, Raimundo Rodrigues PEREIRA (**Movimento**, 27 mar. 1978, p. 13) assinala que, entre 1968 e 1977, a produção de soja aumentou 1850%, e a área destinada ao plantio daquele grão cresceu cerca de 900%. Ao mesmo tempo, a produção de feijão e de ovos decresceu (-13% e -10%, respectivamente), enquanto a de arroz e a de trigo aumentaram pouco (23% e 29%).

¹⁰⁶ Visando garantir suas grandes margens de lucro, muitos proprietários de terras se valeram, inclusive, da repulsiva prática da queima de estoques e da matança de parte dos rebanhos (**Movimento**, 27 mar. 1978, p. 13).

¹⁰⁷ De acordo com SINGER (**Movimento**, 1º maio 1978, p. 6), durante os anos 1968-73 se expandiu “de modo acentuado a produção de automóveis e outros bens duráveis de consumo – geladeiras, aparelhos de TV, de ar condicionado e muitos outros – sem que se tenha ampliado, na proporção correspondente, a produção de aço, alumínio, cobre, materiais plásticos nem a de máquinas e motores.”

Consoante com o princípio enunciado pelos especialistas – qual seja, o de que cada aumento de preço influi sobre o preço de outras mercadorias –, a escalada inflacionária derivada dos impedimentos acima citados provocou um rápido crescimento do custo de vida e, portanto, da carestia. Situação que foi em muito potencializada pela já citada política salarial e trabalhista imposta pela ditadura. A perda de poder aquisitivo das classes trabalhadoras, agravada pelos poucos reajustes conferidos anualmente, tendeu a exacerbar aquela dramática situação.

Para responder aos empecilhos resultantes tanto da insuficiência de alimentos quanto dos “pontos de estrangulamento”, o governo brasileiro, confiando na sua capacidade exportadora, recorreu à importação de mercadorias. Mas o artifício, na medida em que ocasionava um desequilíbrio na balança de pagamentos, teve um efeito amargo: contribuiu, em verdade, para a ampliação do endividamento.¹⁰⁸ O alentado “milagre agrícola” de Delfim, portanto, foi um fracasso. As exportações não eram suficientes para cobrir os enormes custos da dívida. O “excesso de demanda” incidia fortemente sobre os preços.

Em 1980, tanto a inflação (110,2%) quanto o endividamento externo atingiram níveis inéditos.¹⁰⁹ À vista disso, houve uma reversão radical nas diretrizes. Como bem assinalou NAPOLITANO (2014, p. 284), “o otimista Delfim capitulou à ortodoxia econômica recessiva”. Seguiram-se a restrição monetária e do crédito, o aumento das taxas de juros. Em consequência, as empresas refluíram em suas atividades e em seus investimentos. De modo inevitável, começaram a demitir. No ano seguinte, o número de desempregados chegou a 12,3% da população em idade produtiva (FISHLOW, 1988, p. 177; ALVES, 2005, p. 349).

Como num pesadelo, em 1982 a tragédia se acentuou ainda mais. A retração do comércio mundial e a tendência de alta das taxas de juros internacionais persistiram, levando o Brasil à beira da insolvência.¹¹⁰ Temerosos de que não teriam o retorno de seus capitais, os grandes bancos internacionais passaram a pressionar o governo brasileiro. Após a moratória mexicana, exigiram que o país organizasse suas finanças, submetendo-se ao programa de reajuste preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹⁰⁸ No exato momento em que para o governo brasileiro era imprescindível o crescimento exponencial das exportações, ocorreu um refluxo no comércio internacional. Os países que compravam os nossos produtos agrícolas, diante da inédita escalada das taxas de juros internacionais, procuraram defender suas economias, postura que afetou a receita oriunda daquela atividade.

¹⁰⁹ O governo, para minorar os constantes déficits na balança comercial, insistia com a fórmula de contrair empréstimos a curto prazo.

¹¹⁰ LUNA & KLEIN (2014, p. 109) enfatizam que, em 1982, o serviço da dívida consumiu 12 bilhões de dólares e, em face do recuo nas atividades do comércio internacional, as exportações do país encolheram. Consequentemente, “o déficit em transações correntes chegou a 6% do PIB, e as reservas líquidas do Brasil se esauriram.”

Como o plano daquele órgão recomendava um conjunto de medidas recessivas – corte nos gastos públicos, contração da demanda de consumo por meio do controle de salários, etc. –, não era difícil imaginar suas consequências. Ainda mais porque a inflação, em 1983, atingiu a histórica marca de 211%! Interpretando aquele momento, ALVES (2005, p. 351) lhe confere uma tonalidade sombria:

Entre setembro de 1982 e setembro de 1983, segundo a pesquisa do DIEESE, os 13 produtos alimentares que atendem às necessidades mínimas de consumo diário tiveram seus preços elevados, em média, em 28,5%, configurando aumento anual de 246,4%. Com os últimos aumentos de preços, o salário mínimo em vigor em setembro de 1983, de Cr\$ 34.776, era pela primeira vez inferior aos custos da alimentação mínima necessária a um homem adulto. Em suma, o salário mínimo não era suficiente, em 1983, para uma pessoa poder se alimentar – sem contar as despesas básicas com habitação, transporte e saúde.

As vítimas daquele estado de coisas, contradizendo a imagem de resignação que lhes era conferida, tinham plena consciência de que suas dramáticas condições de vida eram resultantes das políticas da Ditadura. Quando, no início de abril de 1983, houve uma onda de revoltas que chocou e ao mesmo tempo atemorizou a cidade de São Paulo (e o país), o proletariado soube muito bem direcionar a sua fúria. O coro que elaborou, a propósito, era contundente: “Estamos a fim da cabeça do Delfim!” (NAPOLITANO, 2005, p. 110).

Tabela 3 – Taxas de inflação do Brasil no período 1974-1984

Ano	Inflação (em %)
1974	34,5
1975	29,3
1976	46,3
1977	38,8
1978	40,8
1979	77,3
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211
1984	223,9

Fonte: NAPOLITANO (2014, p. 172).

Tabela 4 – Endividamento externo do Brasil no período 1974-1984

Ano	Dívida (em bilhões de US\$)
1974	20,0
1975	25,1
1976	32,1
1977	38,0
1978	52,2
1979	55,8
1980	64,3
1981	74,0
1982	85,5
1983	93,7
1984	102,1

Fonte: Ipeadata.

3.2 - O recrudescimento da mobilização social

Em face das terríveis consequências ocasionadas pelo colapso da política econômica implantada pela ditadura, exacerbou-se o estado de espírito da imensa maioria da população. A avaliação que se fazia era uma só: não era mais possível consentir com aquela situação. Em consequência, avolumou-se um tipo de tática em desuso desde 1968: o recurso às greves. No decorrer do ano de 1979, o movimento grevista se alastrou, nos grandes centros urbanos, pelas mais diversas categorias profissionais. Reivindicando a reposição de seus salários, deteriorados em razão da inflação crescente – fato reconhecido, de forma grotesca, até mesmo pelo presidente João Figueiredo¹¹¹ –, professores, médicos, policiais, motoristas de ônibus, operários da indústria e da construção civil declararam-se em greve. A concentração espaço-temporal de tais movimentos, é útil salientar, decorreu da *confluência entre a crise econômica pela qual passava o país e o seu momento político*, com o prosseguimento do processo de liberalização. Os trabalhadores, portanto, procuraram ocupar os espaços que surgiam, inculindo-lhes uma conotação política. Muitas daquelas greves, devido às suas especificidades, acabaram originando a criação de entidades associativas, nas quais existe a prática do diálogo e do assembleísmo, que estimulam a conscientização (KUCISNKI, 1982, p. 129).

¹¹¹ Num encontro com crianças de escolas públicas do Distrito Federal, quando perguntado o que faria se ganhasse um salário mínimo, o general afirmou: “Eu dava um tiro no coco”. (**Folha de S. Paulo**, 10 out. 1979, p. 6).

O governo, por sua vez, lançou mão dos tradicionais recursos à repressão no trato com o proletariado, em especial com seu setor considerado mais frágil: os trabalhadores de base do setor terciário (vigilantes, motoristas etc.) e os chamados “peões” da construção civil, que foram responsáveis por cerca de 30% das greves ocorridas no ano de 1979. Expostas à fragmentação intrínseca aos seus setores de atividade, sendo assim pouco organizadas corporativamente, tais categorias optaram pelas manifestações violentas para externar seu descontentamento, tornando-se, então, alvos fáceis das forças repressivas do governo. Mas o exemplo daqueles ramos considerados “inferiores” evidenciou, para além da questão salarial, o problema da ausência de direitos trabalhistas ao qual estavam submetidos. Isto é, desnudou o lado perverso do “milagre”, o seu caráter regressivo do ponto de vista social (ALMEIDA, 1984, p. 204-209; KUCISNKI, 1982, p. 129) – a revista **Veja** (ed. 581, 24 out. 1979, p. 29) noticiou, por exemplo, a rebelião dos operários da construção civil ocorrida na cidade Volta Redonda. Iniciado de modo espontâneo, contra a comida estragada que era servida pelas empreiteiras nos canteiros de obras, o quebra-quebra promovido pelos “peões” acabou se transformando numa greve em que se exigiu um aumento salarial de 70%. O interessante, assinala a reportagem, é que aquela revolta era desprovida das tradicionais articulações (organização sindical, lideranças, programa de reivindicações). Os operários, em verdade, eram hostis até mesmo à mediação da Igreja. Segundo o periódico, tratou-se, enfim, de uma “greve primitiva”.

A reação contra o movimento grevista empregou também outras formas de combate. Em oposição aos operários do ABC paulista, os patrões utilizaram o recurso da demissão: segundo pesquisa do DIEESE, quase 75% dos trabalhadores que deixaram seus empregos no ano de 1979 foram, na verdade, demitidos. O governo, por sua vez, interveio nos sindicatos dos professores e dos bancários nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, afastando suas lideranças dos cargos de direção e até mesmo prendendo-as (ALVES, 2005, p. 306).

Porém, a disposição para a luta por parte do conjunto dos trabalhadores despontava de modo tanto mais determinado quanto mais claramente crescia a reação governista. Aliás, precisamente por causa do intuito desmobilizador das forças policiais, ocorreu uma notável junção de forças entre o proletariado. No caso dos operários paulistas, a tática patronal de rotular as greves como “políticas”, ressaltando assim seu caráter ilegal para que fosse encaminhada a repressão, acabou resultando na ampliação política daquele conflito. Isto é, a questão operária ganhou uma dimensão ainda maior, publicizando-se para o conjunto da sociedade. Na medida em que recebiam a solidariedade de outros setores da sociedade civil

(professores, artistas, políticos, estudantes, Igreja), os trabalhadores do ABC viam suas lutas salariais se desdobrarem em protesto político contra o regime. Segundo NAPOLITANO (2005, p. 87), com base nos conceitos formulados por George Rudé, a “ideologia inerente” do operariado paulista, oriunda de sua experiência histórico-social, fundiu-se com uma “ideologia derivada”, que abarcava temas como a luta pelo Estado de Direito, pela distribuição de renda, entre outros, configurando assim um tipo novo de ideologia popular.¹¹²

Os enfrentamentos ocorridos entre trabalhadores e forças repressivas, aliados à situação desesperadora em que viviam milhões de pessoas atingidas pela corrosão inflacionária, em muito contribuíram para criar um clima de tensão social que era visto como potencialmente ameaçador por certos atores políticos. Tancredo Neves, por exemplo, procurou alertar o governo: ou ele promovia, na lei e na ordem, as reformas estruturais necessárias para que se resolvesse aquela situação, ou o povo tentaria “fazê-las pela força” (**Jornal do Brasil**, 7 out. 1979, p. 3).

Visando contornar a situação, visto que a opção pela repressão pura e simples se mostrara contraproducente¹¹³, o governo elaborou uma nova lei salarial, afinal promulgada em novembro de 1979. A Lei nº 6.708 implantou o reajuste semestral dos salários, com base nos cálculos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). E, sorrateiramente, introduziu o reajuste diferenciado para as distintas faixas salariais, determinando que os trabalhadores com renda de até três salários mínimos – a imensa maioria da mão de obra – tivessem aumentos superiores ao índice do custo de vida. A ideia era desmobilizar aquele setor mais sensível à crise, o que de fato acabou ocorrendo, pois se reduziram as greves (**IstoÉ**, 31 out. 1979, p. 100-101; COUTO, 1998, p. 271; SKIDMORE, 2000, p. 433-435).

No entanto, as conquistas políticas e organizacionais das classes trabalhadoras fincaram raízes naquele explosivo contexto. Na medida em que atuavam politicamente, adquirindo experiência, configuravam também uma vontade coletiva que, atemorizando as classes dominantes, acabaram por explicitar os limites da política de liberalização. O

¹¹² De acordo com o cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, a atuação dos sindicatos de trabalhadores era de suma importância porque suas reivindicações por melhores condições de vida, estimulando a participação popular, e assim transformando os indivíduos atomizados em povo, iam ao encontro da luta capitaneada pela Igreja na defesa dos direitos humanos (**Jornal do Brasil**, 29 out. 1979, p. 5).

¹¹³ O assassinato do operário Santo Dias da Silva, em fins de outubro de 1979, constituiu-se em exemplo contundente dos efeitos negativos da pura ação repressiva – ele foi alvejado por um policial, em frente a uma empresa em que fazia um piquete para o movimento grevista dos metalúrgicos de São Paulo. Por causa da notoriedade de Santo Dias (ele era um líder conhecido) e por suas ligações com a Pastoral Operária, o assassinio causou uma comoção nacional – houve manifestações de pesar e de revolta no Congresso Nacional, na imprensa e da parte de várias entidades sindicais – e reforçou ainda mais o apoio da Igreja à causa das classes trabalhadoras. Cf. **Jornal do Brasil**, 31 out. 1979, p. 8; e 1º nov. 1979, p. 8.

protagonismo do proletariado era simplesmente intolerável aos planos do governo, em cuja essência estava a ideia de “ordem”.

O líder do governo no Senado, o oficial da reserva Jarbas Passarinho (PA), expressou de forma peremptória os temores que inquietavam os militares e o governo.

(...) há uma linha lúcida de separação entre aquilo que é permitido com toda liberalidade e aquilo que evidentemente não pode ser feito, impunemente, sem cairmos no caos e na desordem social. (**Jornal do Brasil**, 4 maio 1979, p. 3)

Segundo o senador, a onda de greves e o apoio dado pelo MDB às suas reivindicações constituíam um incitamento à “desobediência civil” e, por conseguinte, comprometiam a democratização do país. “É preciso não armar o braço da direita”, advertiu Passarinho.¹¹⁴

Não obstante, como consequência da experiência adquirida pelo movimento grevista surgiu a ideia da formação de um partido político composto exclusivamente pelos trabalhadores. As primeiras formulações nesse sentido ocorreram, em verdade, em 1978. O líder metalúrgico Lula, já naquele momento, mencionava que tal concepção se tornara uma necessidade. Aliás, convém aqui um esclarecimento. A mobilização do operariado da região do ABC paulista teve início com as grandes greves feitas a partir de maio de 78. Ali se configurou, como consequência do modelo de industrialização implantado no país, uma vigorosa indústria automobilística cuja tecnologia de ponta, associada às facilidades concedidas pelo Estado ditatorial, levou-a a assumir a vanguarda do processo de acumulação no período do “milagre”.¹¹⁵

Junto aos ramos metalomecânico e metalúrgico, a grande indústria automobilística instalada na região do ABC paulista, dado seu caráter grandioso, acabou produzindo uma grande concentração populacional e operária.¹¹⁶ E aquele contingente de trabalhadores, apesar do controle e dos constrangimentos impostos pela ditadura, atingiu em fins da década de 1970 uma significativa taxa de sindicalização (ALMEIDA, 1992, p. 196; ALVES, 2005, p. 296).

¹¹⁴ A nosso ver, o coronel Jarbas Passarinho era um dos mais destacados intelectuais orgânicos das Forças Armadas. Suas opiniões representavam uma espécie de termômetro das concepções e dos humores de certa parcela da oficialidade (a chamada ala “medicista”). Para seu histórico político, cf. **DHBB**, v. IV, p. 4440-4446.

¹¹⁵ SKIDMORE (2000, p. 277) assinala uma taxa de 34,5% de crescimento anual. E ressalta, ademais, o setor automobilístico como o mais dinâmico da indústria. Já ALVES (2005, p. 179-180) enfatiza as “diretrizes de estímulo ao investimento” formuladas pelos tecnocratas da ditadura, que resultaram na concessão de incentivos financeiros e infraestruturais para as multinacionais do setor de veículos.

¹¹⁶ ANTUNES (1992, p. 128) menciona que havia, em 1978, cerca de 205 mil operários no cinturão industrial do ABC paulista.

Quando, em meados de 1977, tornou-se pública a manipulação das estatísticas oficiais sobre a inflação do biênio 1973-74, fraude que resultara numa perda de 34,1% no salário real dos trabalhadores¹¹⁷, o movimento sindical imediatamente reagiu. Sob a liderança dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, desenvolveu-se uma inédita campanha pela reposição salarial que, como um rastilho de pólvora, espalhou-se por várias partes do Brasil. Para José Álvaro MOISÉS (1983, p. 54), o interessante naquela reivindicação foi o fato de suas lideranças optarem por interpelar “o governo na Justiça, segundo as próprias leis revolucionárias criadas pelo regime de 1964”.

O movimento de reposição salarial de 1977 desdobrou-se em várias outras reivindicações – “controle sobre as condições de trabalho e garantia de emprego”, “negociação direta com os empresários livre da tutela do Estado”, “ampla e irrestrita liberdade sindical” etc. (MOISÉS, 1983, p. 66) – e, por incitar o trabalho coletivo, estimulou a percepção de que aquelas demandas tinham um caráter generalizante. Os operários paulistas, por conseguinte, conscientizaram-se de que expressavam o sentimento de boa parte dos trabalhadores brasileiros.

As greves operárias iniciadas em maio de 1978 foram, portanto, resultado da experiência do ano anterior. A questão salarial, uma vez mais, foi o fator que fomentou a reivindicação dos trabalhadores.¹¹⁸ Mas a *causa econômica* – ou seja, a violenta exploração do trabalho ao qual estava submetido o operariado do ABC – inevitavelmente se desdobrou em *questão política*. Mesmo que tenham se iniciado de modo espontâneo¹¹⁹, as “greves de maio” acabaram articulando dialeticamente as duas esferas. Além do mais, elas não somente retomaram os temas que já haviam sido formulados em 1977, mas os aprofundaram, politizando-os. Dito de outro modo: se em sua gênese aqueles movimentos tinham um caráter

¹¹⁷ A revista **IstoÉ** (14 set. 1977, p. 73-74) e o jornal **Movimento** (25 set. 1977, p. 9) abordaram a questão.

¹¹⁸ O jornal **Movimento** (n. 154, 12 jun. 1978, p. 6) entrevistou alguns operários que expressaram de modo veemente aquela determinação. Para todos eles, a causa da greve seria o “baixo salário”. Um trabalhador, em particular, especificou a razão principal da demanda salarial: “A gente vai nas feiras, nos supermercados e vê que cada vez mais os preços aumentam, então, a única saída para nós foi esta, reivindicar os 20% [de aumento].” É interessante observar também que aqueles operários tinham plena consciência de que recebiam salários bem inferiores aos dos seus colegas “gringos”. ALVES (2005, p. 298-299), a propósito, cita dados que demonstram o quão baixo eram os salários dos brasileiros, em comparação com os trabalhadores estadunidenses e europeus.

¹¹⁹ Tanto a imprensa que cobriu os acontecimentos à época quanto as análises acadêmicas feitas *a posteriori* ressaltaram o caráter espontâneo do movimento grevista de maio de 78. Isto é, a iniciativa das greves partiu dos próprios operários, num trabalho de “boca a boca”, sem uma liderança prévia e sem as tradicionais manifestações – não houve piquetes, nem passeatas, nem assembleias. Mas, na medida em que as empresas se recusavam a atender às reivindicações dos trabalhadores, e em que o governo intervia, declarando ilegal o movimento, houve a sua institucionalização, com a entrada em cena do sindicato dos metalúrgicos. Consequentemente, ocorreu também a sua politização. Cf., a respeito, **IstoÉ**, 24 maio 1978, p. 67-71; **Movimento**, 22 maio 1978, p. 3; 5-6; **Veja**, 24 maio 1978, p. 91-95; NAPOLITANO, 2005, p. 75-83; ALVES, 2005, p. 300-301; ANTUNES, 1992, p. 13-38.

defensivo, de resistência contra a superexploração do trabalho, em seu processo de desenvolvimento eles adquiriram uma feição ofensiva, de enfrentamento da política econômica levada a efeito pela ditadura civil-militar e de sua “superestrutura jurídico-política repressiva” – lei de greve, interdição política dos sindicatos, entre outros (ANTUNES, 1992, p. 36-37).

O movimento grevista de 1978, ademais, demonstrou a vitalidade do chamado “novo sindicalismo” brasileiro, autêntico e inovador em sua forma de organização (havia uma crítica incisiva à tradicional estrutura verticalizada e burocratizada dos sindicatos) e em sua leitura da conjuntura política, visto que a demanda por democracia no âmbito da fábrica, no mundo do trabalho, articulou-se com a luta pela democratização da sociedade em geral – batalha que vinha se desenvolvendo, como vimos no capítulo anterior, desde meados daquela década.¹²⁰

Expressando o reaparecimento do proletariado na cena política, as greves do ABC paulista impulsionaram, então, a ideia da criação de um partido político composto e dirigido pelos trabalhadores. Em julho de 78, quando grande parte das oposições aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, Lula¹²¹ foi enfático ao defender a perspectiva de sua classe:

Por que uma Frente tem que ser formada pela elite? Por que um partido tem que ser aspiração da elite? Por que a classe trabalhadora nunca se preocupou em formar o seu próprio partido? (**Jornal do Brasil**, 15 jul. 1978, p. 6)

Ou os trabalhadores assumem uma posição coerente com os princípios da classe trabalhadora, indo até mesmo a criação de um partido da classe trabalhadora, ou ficaremos a reboque dos acontecimentos a vida inteira. (KUCISNKI, 1982, p. 122)

No decorrer daquele ano, vários congressos, encontros e conferências foram realizados. E eles visaram não apenas a discussão dos problemas comuns à classe trabalhadora, mas sobretudo a afirmação de suas aspirações, de seus pontos de vista. Em outubro de 1979, numa reunião realizada na simbólica cidade de São Bernardo do Campo, sindicalistas, políticos profissionais e intelectuais lançaram oficialmente o movimento para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Naquele evento foi divulgada, inclusive, uma “Declaração de Princípios” que continha alguns pontos básicos da posição política que se

¹²⁰ ALVES (2005, p. 299) fez, a nosso ver, uma brilhante interpretação da importância política das greves operárias de 1978. Segundo ela, “os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema sabiam que ocupavam uma posição privilegiada no quadro produtivo brasileiro e estavam perfeitamente conscientes de sua capacidade de ‘paralisar o sistema’. Não se comportaram, entretanto, como uma ‘aristocracia do trabalho’, profundamente imbuídos da responsabilidade de se valer das vantagens de que desfrutavam em benefício dos demais. Em vista de sua posição estratégica no sistema produtivo, podiam tomar iniciativas que não estavam ao alcance de outros sindicatos.”

¹²¹ Sobre o líder Luiz Inácio Lula da Silva, cf. a biografia política escrita por Frei BETTO (1989). Para uma interpretação crítica da trajetória de Lula enquanto líder de esquerda, cf. MARTINHO (2007, p. 541-562).

pretendia afirmar. O manifesto fazia uma severa crítica às intenções do governo em interferir na questão partidária, e defendia “o direito de cada corrente organizar-se independentemente e de acordo com seus princípios próprios”. Expressava também o porquê daquele encontro:

(...) a ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e fortalecimento desse novo e amplo movimento social que hoje sabidamente se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base, dos movimentos contra a carestia às associações de moradores, do movimento estudantil e dos intelectuais às associações profissionais, do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

E, por fim, explicitava que as razões da criação do partido decorriam da necessidade de

(...) se criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e do campo e *de todos os setores explorados pelo capitalismo*, (...) [de] se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares *que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade*, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também, e principalmente, nos momentos que permitem, *a partir de sua prática no dia a dia, a construção de uma nova concepção de democracia enraizada nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões da maioria.* (**Folha de S. Paulo**, 14 out. 1979, p. 6 – grifo nosso)

O Partido dos Trabalhadores foi oficialmente criado no dia 10 de fevereiro de 1980, e de imediato adquiriu uma grande representatividade simbólica e política. Nos anos seguintes, na medida em que se estruturava e crescia, veio a desempenhar, como veremos, um papel muito importante nos momentos decisivos da democratização da sociedade brasileira.¹²²

A propósito da formação do PT, cabe frisarmos que GRAMSCI (2004, p. 103) desenvolveu reflexões a respeito do despertar da consciência política, processo no qual o “homem-massa” adquire a “compreensão crítica de si mesmo”, pressuposto para uma subsequente “elaboração superior da própria concepção do real”. Esse fenômeno foi por ele denominado “catarse”, e entendido como sendo “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político”, isto é, a passagem da “necessidade à liberdade” (GRAMSCI, 2004, p. 314).

Mas a “catarse”, segundo o filósofo italiano, não se restringe ao âmbito pessoal: ela é também um fenômeno coletivo. E, na moderna sociedade civil, a organização responsável por tal transformação é o partido político. De acordo com GRAMSCI (2004a, p. 25):

¹²² Sobre os primeiros momentos do partido político dos trabalhadores – as greves no ABC, as divergências em torno da ideia, a frente ampla que o compôs (as “suas partes constitutivas”) etc., cf. SECCO, 2011, p. 35-49.

No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional.

Elevando-se à universalidade, ao “momento ético-político” que possibilita uma inserção e uma atuação mais consciente na sociedade, os trabalhadores reunidos no partido político se tornam uma força capaz de disputar hegemonia e, por conseguinte, de dirigir a sociedade.

A formação do partido das classes trabalhadoras, portanto, constituiu-se numa grande novidade naquele contexto em que a ditadura civil-militar mergulhava numa significativa crise orgânica. Não por coincidência, alguns dos principais líderes do PT que capitanearam as greves ocorridas naquele contexto foram alvos de severa repressão por parte do Estado ditatorial.¹²³ Porque, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, reivindicação política significava “pressão”, algo inaceitável porque visto como ofensivo, perigoso. Logo, uma ameaça a ser eliminada.¹²⁴

Tal concepção, aliás, estendia-se também ao campo. Segundo LINHARES & SILVA (1999, p. 182), durante a ditadura, “quaisquer manifestações em favor da reforma agrária ou tentativas de organização dos trabalhadores rurais eram, de imediato, identificadas com a subversão”. Assim sendo, valendo-se da realidade de repressão e de desmobilização instituídas pelo Estado ditatorial, grandes empresas madeireiras e pecuaristas puderam, livre e impunemente, ocupar terras e/ou expropriar os camponeses que nelas trabalhavam e viviam. Em consequência, houve no período uma intensificação da concentração fundiária.

Mas a política de modernização autoritária do campo explica também dois outros fenômenos: o aparecimento dos chamados “bóias-frias” e as lutas dos posseiros pelas suas terras.

Expulsos do campo em razão do avanço do capital, os “bóias-frias” passaram a morar nas periferias das grandes cidades, nas mais precárias condições de vida e de trabalho. Sem qualificação profissional, não tinham vínculo empregatício, tendo, então, que se sujeitar

¹²³ O chefe do 2º Exército à época era o general Milton Tavares de Souza, um “duro” que fora chefe do temido CIE durante o governo Médici, e que se notabilizara na articulação do combate à guerrilha do Araguaia. Para maiores informações biográficas, cf. **DHBB**, v. V, p. 5577.

¹²⁴ ALVES (2005, p. 313) detalhou o *modus operandi* das forças de repressão: “As ações obedeceram às diretrizes traçadas nos manuais de treinamento da ESG e da ECEME [Escola de Comando e Estado-Maior do Exército]: total mobilização do Exército, ocupação de locais estratégicos, ataques conjuntos a concentração de manifestantes e detenção das principais lideranças – em verdadeiras operações de sequestro – onde quer que se encontrassem.” KUCISNKI (1982, p. 149-155) e ANTUNES (1992, p. 63-97) também analisaram a repressão às grandes greves de 1980.

ao trabalho sazonal.¹²⁵ Sua dramática situação – as extensas jornadas de trabalho, os baixos salários, a total ausência dos direitos trabalhistas básicos (MEDEIROS, 2003, p. 30) – expôs a violência ao qual estava submetida uma parte significativa dos outrora lavradores. Isto é, evidenciou que a feroz exploração do trabalho era intrínseca à abordagem da questão agrária por parte da ditadura.

A propósito, aquela visão modernizadora-conservadora¹²⁶ se manifestou também no estímulo à expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo na região da Amazônia. O avanço de grandes empresas, de fazendeiros e de grileiros acabou resultando na expulsão dos camponeses que ocupavam aquela área – tanto os antigos quanto os novos, vítimas ou da seca nordestina, ou das inovações “progressistas” nas terras do centro-sul. Porém, ainda que expostos às mais inomináveis agressões¹²⁷, muitos posseiros procuraram resistir, ocupando novos espaços, invadindo as terras ociosas, questionando o conceito capitalista de propriedade. Conseqüentemente, ampliaram-se as contradições sociais que são inerentes ao processo de reprodução do capital. Muitos lavradores procuraram construir ou recorrer a formas de organização que defendessem seus interesses e suas concepções (MARTINS, 1991, p. 53; 58-59).

De vital importância naquele processo foi a atuação de certos setores da Igreja Católica – isto é, as alas mais próximas à realidade do povo e, portanto, sensíveis aos seus problemas. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, é paradigmática de como uma parte do clero, notadamente inspirada na doutrina da Teologia da Libertação (que por sua vez se inspirou nos princípios proclamados no Concílio Vaticano II), adotou uma nova linha de ação. Os missionários atuavam junto aos posseiros (e aos indígenas) na área da Amazônia Legal, organizando-os e orientando-os em suas lutas, fornecendo espaço e infraestrutura para reuniões, e também denunciando as violências a que estavam sujeitos. Além disso, patrocinaram a criação de sindicatos nas localidades onde eles não existiam, assim como estimularam a formação de chapas de oposição onde as direções das entidades não eram vistas como combativas. O trabalho da CPT foi aos poucos se estendendo para

¹²⁵ “Eles se aglomeravam em determinados pontos da cidade de manhã bem cedo – homens, mulheres e mesmo crianças – à espera dos caminhões que os transportariam até as plantações. Nem todos conseguiam embarcar sempre. O embarque, e assim também o recebimento de uma diária, dependia de uma negociação que se fazia, a cada dia, entre o trabalhador e o empreiteiro, o chamado ‘gato’, que vinha com os caminhões. Ser bem-sucedido num dia não era garantia de que o mesmo ocorreria na manhã seguinte.” (GRYNSZPAN, 2002, p. 146).

¹²⁶ Para MEDEIROS (2003, p. 25), as diretrizes do Estado autoritário para o campo visavam a “modernização tecnológica das atividades agropecuárias por meio da mecanização em larga escala e da introdução de insumos químicos”, de modo que houvesse o aumento da produtividade.

¹²⁷ Cf., a respeito, a contundente e ao mesmo tempo dramática narrativa de KOTSCHO (1981).

outros Estados (BA, GO, MA, RS, RJ), e procurava, sempre, enfatizar o princípio da autonomia e da liberdade no processo de organização, questionando a exclusividade dos sindicatos ainda sob tutela do Estado na representação dos trabalhadores (GRYNSZPAN, 2002, p. 146-147; MEDEIROS, 2003, p. 28).¹²⁸

Na medida em que se notabilizava, a questão agrária foi conquistando o apoio e a solidariedade de importantes associações e instituições da sociedade civil – a CNBB, por exemplo, afirmou sua posição favorável à reforma agrária com o documento **Igreja e Problemas da Terra**, de 1980. Os camponeses, por conseguinte, procuraram avançar em sua organização. Em maio de 1979, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) organizou o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, da qual, entre outras deliberações, destacaram-se as críticas à estrutura, às práticas e ao monopólio dos sindicatos, assim como a clara intenção de politizar a questão agrária, identificando a reforma agrária como uma luta política e o Estado como um dos responsáveis pela situação crítica em que se encontravam os lavradores. Naquele contexto, enfim, “as lutas no campo (...) passaram a se intensificar e a se generalizar, envolvendo um número cada vez maior de pessoas, permitindo a afirmação de novos atores e conformando um novo ciclo de grandes mobilizações, de fortes repercussões” (GRYNSZPAN, 2002, p. 148; MEDEIROS, 2003, p. 31-32).

Patrocinadas pelos novos e combativos sindicatos rurais, que procuravam defender os direitos dos trabalhadores da terra e dos pequenos agricultores (do Nordeste e principalmente do Sul), inúmeras greves foram organizadas por todo o país. E tais paralisações se caracterizaram também por uma notória inovação: o seu planejamento, visto que foram coordenadas, assessoradas e publicizadas. No Acre, havia a luta dos seringueiros contra a derrubada dos seringais nativos para a exploração de madeira, ou para a substituição das áreas por pastagens. Já os milhares de trabalhadores vitimados pela construção de barragens, que foram desapropriados e muitas vezes deslocados para áreas extremamente distantes de seus locais de origem, procuravam reivindicar, através de manifestações, ocupações e a montagem de acampamentos, as indenizações e as concessões de novas terras a que tinham direito (GRYNSZPAN, 2002, p. 148-150).

¹²⁸ Os grupos da Igreja mais próximos ao “cristianismo da libertação” ocuparam um lugar central nas lutas dos trabalhadores rurais e, dessa forma, afirmaram-se como um dos mais importantes polos de oposição ao regime civil-militar (LÖWY, 2007, p. 313-314). Não por acaso, portanto, foram acusados pelo senador Jarbas Passarinho de incitarem a “invasão de terras”, situação que poderia resultar num “banho de sangue”. A parcela do clero ligada às CEB’s, segundo o coronel, tinha feito “uma nítida opção pelo socialismo” e, em vista disso, estimulava a “luta de classes”. (Cf. **Folha de S. Paulo**, 30 ago. 1981, p. 8)

Acochado pela conjuntura de crise econômico-social e política, o governo procurou atuar de maneira mais incisiva na questão agrária. Reconheceu, portanto, que se tratava de um sério problema. Junto às medidas tomadas para dar maior assistência financeira e agrônômica aos lavradores proprietários – através de empréstimos a juros subsidiados, com o intuito de se obter uma safra agrícola maior, o que na verdade em nada alterava a realidade social do campo –, buscou cooptar as autoridades da Igreja que influíam nos movimentos dos camponeses. De forma simultânea, usou a repressão contra os seus setores mais combativos (sequestros, prisões, ameaças). A ideia dos militares era, claramente, buscar a dissociação entre os religiosos e os trabalhadores rurais, de modo a desconstruir a dimensão política dos conflitos agrários (MARTINS, 1991, p. 107-114).

Tendo se constituído como a bandeira unificadora de toda a diversidade de lutas que se travaram no campo, as demandas por direitos e por reforma agrária de fins dos anos 70 e início dos 80 foram diretamente responsáveis pela formação de significativas e inovadoras organizações sociais – como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, notavelmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E em muito contribuíram, também, para explicitar o caráter excludente da proposta de “conciliação” feita pelos militares e pelas forças políticas que os apoiavam. Porque o projeto governista sequer considerava mudanças nas estruturas que determinaram toda aquela problemática no campo.

O movimento estudantil, por sua vez, assim como os camponeses e o proletariado urbano, logrou desenvolver uma articulação nacional. Fortalecidos pela experiência acumulada nas lutas políticas dos anos 1977-78, as diversas entidades estaduais organizaram, em maio de 79, o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) – o “Congresso da Reconstrução”. Realizada em Salvador, no recém-inaugurado Centro de Convenções cedido pelo governador “biônico” Antônio Carlos Magalhães, a reunião contou com o apoio de expressivas instituições da sociedade civil (sindicatos, MDB, CNBB, OAB, ABI, Movimento Feminino pela Anistia – MFA), assim como foi prestigiada pela simbólica participação de algumas de suas ex-lideranças.

Num universo de cerca de 5 mil estudantes, os mais de 3 mil delegados com direito a voto procuraram discutir, entre outros temas, a elaboração de uma carta de princípios e de um estatuto para a entidade, além da eleição de uma nova diretoria. Após intensos debates¹²⁹,

¹²⁹ Segundo a revista **Veja** (6 jun. 1979, p. 26), “perdidos no emaranhado de suas pequenas divergências ideológicas”, os estudantes reunidos no XXXI Congresso da UNE compuseram uma “apoteótica feira de opiniões políticas”.

foram deliberadas não somente as diretrizes que definiam as concepções e os propósitos da UNE, mas também a inédita convocação de eleições diretas para a nova diretoria. Em outubro de 1979, não obstante o decreto promulgado pelo governo que proibia as atividades associativas estudantis, as eleições foram realizadas e a chapa “Mutirão”, apoiada pelo PCdoB, assumiu a direção da entidade. Nos anos seguintes, ainda que na condição de ilegalidade, pois não era reconhecida pelo governo, a UNE marcou presença na cena política brasileira, envolvendo-se nos debates e mobilizando suas bases em torno dos temas mais relevantes, com a campanha das “Diretas-Já” (**Folha de S. Paulo**, 30 maio 1979, p. 14; **Folha de S. Paulo**, 31 maio 1979, p. 19; **DHBB**, v. V, p. 5849).

Por fim, uma menção aos movimentos de minorias políticas. Produtos da conjuntura iniciada após as célebres manifestações político-sociais e culturais de fins dos anos 60, tais movimentos procuraram ressaltar temas até então negligenciados pelas esquerdas brasileiras. Logo, os problemas das mulheres, dos negros e dos homossexuais passaram a ser seriamente enfatizados – em grupos de discussão, em jornais e revistas na imprensa alternativa. Suas concepções, conseqüentemente, puderam se afirmar e se notabilizar. E, sem anular as suas especificidades, articularam-se às lutas pela efetiva democratização da sociedade (ARAÚJO, 2007, 341-342; KUCINSKI, 2003, p. 124-132).¹³⁰

Em síntese, a “repolitização da sociedade civil” – isto é, o revigoreamento da crítica, a reocupação das ruas e, por conseguinte, a reconfiguração do espaço público – adquiriu contornos mais incisivos durante a última etapa do regime civil-militar. E, na medida em que cresceu e ganhou força, configurou uma nova cultura política: o já mencionado *paradigma da democracia*, que adentrou a década de 1980.

3.3 – A anistia: “um ato unilateral do Poder”?

Como já ressaltado, a indicação de Petrônio Portella para o ministério da Justiça foi uma contundente demonstração de que o governo Figueiredo tinha a intenção de seguir em frente com o processo de liberalização controlada do país. Sua escolha evidenciou também que haveria uma valorização política da pasta, pois nas duas gestões anteriores, chefiadas por

¹³⁰ SOIHET & ESTEVES (2007, p. 355-384) analisaram a atuação do Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e enfatizaram sua importância para afirmação da posição feminina na sociedade brasileira – sua luta pelos direitos sociais (discriminação sexual, licença-maternidade, igualdades salarial) e sua defesa das “políticas do corpo” (reivindicações em torno dos direitos de plena assunção do corpo e da sexualidade). Sublinharam, também, a vinculação de tais demandas à “frente democrática” que se opôs ao Estado autoritário.

Alfredo Buzaid e Armando Falcão, foi dada ênfase aos aspectos estritamente jurídicos do cargo. A ideia, na verdade, era fazer uso das “habilidades” do senador piauiense, devidamente demonstradas na sua já citada “missão”.

Na nova função, Petrônio se pôs a trabalhar pelo apoio ao “aperfeiçoamento democrático” do regime. E, assim como fizera anteriormente, não visava apenas o consentimento em torno daquilo que propunha: o que ele buscava era, sobretudo, dividir as forças de oposição. Porque sabia que, em razão de sua diversidade, o MDB inevitavelmente teria posições divergentes frente ao projeto do governo.

Segundo reportagem da revista **IstoÉ** (16 maio 1979, p. 28-30), o *think-tank* governista havia até elaborado um cronograma sobre as reformas, que continha, em detalhes, os passos a serem dados e as etapas a serem cumpridas. Porém, sem o poder persuasório dos atos discricionários, havia indefinições quanto à sua execução. Optando-se, por exemplo, pela pura e simples implosão dos partidos, não deixaria o governo de contar com a desmoralizada, mas fiel Arena? Pensando nisso, Petrônio e Golbery resolveram articular, primeiramente, o adiamento das eleições municipais de 1980. Assim sendo, as perspectivas de crescimento do MDB seriam frustradas (o cenário de crise econômica possibilitava previsões as mais otimistas). Depois, os ministros trabalhariam pela aprovação da anistia, por dois motivos: 1º) porque comprovaria os propósitos de harmonização do general Figueiredo; 2º) porque alguns dos anistiados (Brizola, Miguel Arraes etc.), manifestando desejo de ingressar no partido oposicionista, causariam incômodos na sua ala mais liberal. Por fim, num contexto em que o projeto de reformas do governo tenha demonstrado credibilidade, e com a oposição dividida, a reorganização partidária seria concretizada.

Não obstante, a questão da anistia não deve ser entendida como meramente subordinada à tática da reforma partidária. Isto é, ela deve ser compreendida como parte integrante do chamado “Plano Mestre”, qual seja, a estratégia da liberalização. Segundo Golbery, o “processo descentralizador” levado a efeito pelo governo suscitou uma perigosa “panela de pressão” social que, somada às desfavoráveis condições econômicas, tendia a ameaçar “todo o sistema”. Logo, para que a “abertura política democratizante” tivesse êxito, da forma como fora concebida originalmente, era necessário desarmar os “ataques mais veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios” (Veja, 10 set. 1980, p. 4; 6).¹³¹

¹³¹ Como já dito, a revista reproduziu trechos de uma conferência secreta proferida por Golbery na ESG, em julho de 1980. Nela, o ministro da Casa Civil expôs as diretrizes de seu plano de “abertura democrática” para o país.

Na perspectiva do general, as reivindicações pela anistia haviam se constituído em poderosa bandeira oposicionista. Convinha, portanto, esvaziá-la. Para, em seguida, oferecê-la à oposição.¹³² Mas as manipulações governistas não devem obscurecer o fato de que foi desenvolvida, por diversas forças da sociedade civil brasileira, uma significativa campanha a favor da anistia. Aliás, convém enfatizarmos: o movimento pela anistia adquiriu, em fins da década de 1970, uma feição emblemática, visto que logrou “congregar o conjunto das forças de oposição”. Assim sendo, pode ser considerado como o “ícone” das lutas democráticas contra o Estado ditatorial (ARAÚJO, 2007, 342-343).¹³³

Na verdade, o primeiro passo rumo à futura campanha da anistia foi dado pela advogada paulista Therezinha Zerbini, que no início de 1975 fundou, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).¹³⁴ Na sequência, acompanhando a iniciativa, vários outros grupos surgiram em diversos estados do país, reunindo não apenas os familiares de pessoas vitimadas pela ditadura (presos políticos, aposentados, cassados, banidos, exilados), mas também “simples” donas-de-casa, advogadas, professoras, cientistas – todas sensibilizadas pelo drama dos atingidos pelos atos de exceção, e engajadas na democratização da sociedade brasileira. Em setembro daquele ano, contando com o respaldo de 16 mil assinaturas, o MFPA paulista encaminhou ao general Golbery o “Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia”, no qual a demanda era definida como uma “ideia imperiosa, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação”. O texto procurou, habilmente, relacionar o sentido da sua reivindicação – a ideia do “esquecimento” – à proposta de “distensão” do governo Geisel. O problema, contudo, é que os estrategistas palacianos sequer cogitavam, naquele momento, levar adiante a ideia. Não obstante, os vários MFPA’s seguiram sua caminhada, suscitando discussões e elaborando material sobre o tema – com esse objetivo foi criado, em 1976, o jornal **Maria Quitéria**, um meio de divulgação e de estímulo à reflexão (BARRETO, 2011, p. 75; 86-87; DEL PORTO, 2009, p. 61).

Mas foi sobretudo com a criação, em fevereiro de 1978, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que a ideia se expandiu e, por conseguinte, conquistou enorme notoriedade. Como já dito, o contexto da época era marcado por múltiplas ações contestatórias ao regime

¹³² No início de 1979, nos derradeiros momentos do governo Geisel, quando perguntado acerca da anistia, Golbery afirmou: “Quem vai dar o bombom é o Figueiredo”. Segundo ele, era importante que o governo possuísse certos “instrumentos de negociação” que, no futuro, poderiam se tornar “particularmente preciosos”. (Cf. **Jornal do Brasil**, 28 jan. 1979, p. 3)

¹³³ Para KUCISNKI (1982, p. 109), a “campanha pela anistia respondia a uma necessidade objetiva das diversas correntes políticas da oposição, todas elas desfalcadas de quadros e com militantes presos ou exilados.”

¹³⁴ Therezinha era esposa do general Euryale Zerbini, cassado pelos golpistas em 1964.

civil-militar, e o CBA pôde, então, contar com uma ampla rede de apoio. Na noite de lançamento do Comitê, no auditório lotado da ABI no Rio de Janeiro, coube ao general Pery Bevilacqua – ele próprio uma vítima da ditadura, pois fora aposentado compulsoriamente pelo AI-5, quando era ministro do Superior Tribunal Militar – proferir o discurso principal. De forma enfática, afirmou que anistia deveria ser “ampla, geral e irrestrita”, porque somente assim seria possível o “restabelecimento da unidade moral do povo brasileiro”. Para o general, ademais, era imprescindível a revogação do AI-5, de modo que no país fosse restabelecido o “Estado de Direito” (**Folha de S. Paulo**, 15 fev. 1978, p. 6).¹³⁵

Por meio de seu porta-voz oficial, o governo Geisel respondeu de pronto: “Não há nenhum estudo do governo no momento sobre o problema da anistia”. E o próprio Figueiredo, à época ainda candidato à presidência, reforçou a posição governista. Segundo ele, o tipo de anistia reclamado pelos diversos movimentos civis configurava “um prejuízo para o próprio andamento das reformas políticas”. O tema poderia até ser discutido no futuro, mas naquele momento ele era inconveniente. “Tenta-se avançar demais, o que é um erro”, afirmou o general (**Veja**, 1º mar. 1978, p. 35).

Nos meses seguintes, na medida em que CBA’s surgiam por todo o país, a campanha pela anistia foi se desenvolvendo enormemente, e de modo eficaz, porque os grupos sociais nela engajados (as várias correntes de esquerda, os liberais, a Igreja), embora divergindo quanto às táticas a serem empregadas e quanto aos objetivos a serem alcançados, conseguiram se unir, compondo uma autêntica “frente democrática”. Além do mais, as mobilizações em torno da anistia expuseram o “lado podre” da ditadura, visto que salientavam suas arbitrariedades – houve inúmeras denúncias de torturas e de torturadores, e processos judiciais foram abertos (KUCISNKI, 1982, p. 110-111; ARAUJO, 2007, 344; GRECO, 2009, p. 200).

Diante daquelas manifestações, as vozes da reação logo se queixaram.¹³⁶ E com os argumentos de praxe: havia “exageros” nos protestos, o que poderia resultar num “retrocesso”. Mas o que realmente incomodava os militares era o questionamento do que fora

¹³⁵ Bevilacqua defendeu também que a anistia, “no interesse da paz social”, deveria ser recíproca. Para um histórico político do general, cf. **DHBB**, v. I, p. 655-657.

¹³⁶ Em junho de 1978, numa reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o general Geisel manifestou sua contrariedade quanto à proposta de “anistia ampla, geral e irrestrita” reivindicada pelos diversos movimentos civis: “A anistia é inoportuna, porque eles continuam a conspirar; eles continuam a querer subverter, continuam a agitar”. O presidente verbalizou o temor que havia nos meios militares de que o retorno dos “subversivos” e a possibilidade de que viessem a assumir posições de importância levassem à perda de controle sobre os acontecimentos. Além do mais, segundo Geisel, se o governo atendesse àquelas demandas estaria indiretamente encampando as concepções daqueles movimentos. (Cf. **Folha de S. Paulo**, 29 ago. 2009, p. A8 – grifo nosso)

feito em nome da “revolução”. Para eles, a busca pela reconciliação da sociedade implicava o esquecimento do passado. E, assim sendo, procurariam fazer valer o seu projeto de anistia.

A realização do I Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1978, atiçou ainda mais as disputas em torno da questão. Porque nele se exigiu, além da “anistia ampla, geral e irrestrita”, a revogação de toda a legislação repressiva, o desmantelamento dos aparelhos de repressão e o fim das torturas.¹³⁷ Mas não somente. O Congresso formalizou também a criação de uma direção executiva, que seria responsável pela formulação da agenda das manifestações, e pela articulação com os presos políticos e com os exilados. Logo, os CBA’s vieram a se constituir

como o único movimento legal organizado nacionalmente cujo objetivo declarado [era] o enfrentamento direto da ditadura no seu arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional. (GRECO, 2009, p. 202)

Diante da notabilidade conquistada pela questão da anistia, e do caráter ofensivo dos movimentos nela engajados, os estrategistas do governo foram impelidos a tomar uma posição. A ideia era trabalhar pelo controle do tema, com o intuito de enquadrar a demanda dentro dos limites considerados toleráveis.¹³⁸ Em vista disso, foi dada ênfase à elaboração de um discurso oficial, isto é, a um processo argumentativo de produção de sentidos, no qual a ditadura buscava consolidar a sua concepção de anistia.

GRECO (2009, p. 209-210) destacou algumas “expressões-chave” que vieram a constituir o vocabulário desenvolvido para a disputa em torno da questão da anistia. Vocalizados por personalidades ligadas ao regime, os termos transmitiam as ideias de *controle* – “concessão”, “conciliação”, “compromisso” e “consenso” – e de *autoenaltecimento* – “bondade”, “generosidade”, “equilíbrio”, “sobriedade”, “boa vontade”, “desprendimento”, “realismo”. O objetivo era, nitidamente, buscar a afirmação da proposta da anistia enquanto um momento de “pacificação”.

Mas para o governo Figueiredo era necessário trabalhar também pelo apagamento do trabalho sujo feito pelos “porões” da ditadura. A propósito, dois exemplos nos parecem interessantes: 1º) a publicação de reportagens com denúncias sobre o *modus operandi* da

¹³⁷ O **Jornal do Brasil** (6 nov. 1978, p. 4) reproduziu, na íntegra, a “Carta de Princípios” elaborada pelo Congresso.

¹³⁸ Segundo reportagem da **IstoÉ** (21 fev. 1979, p. 4-5), após uma rodada de conversações com chefes militares, o general Figueiredo e alguns assessores mais próximos chegaram à conclusão de que era necessário “deter a velocidade do trem da anistia”. Isto é, diante das resistências à proposta e das preocupações com o “ímpeto da campanha”, convinha conter aquele movimento, e enfatizar as negociações.

“comunidade de segurança”; 2º) a proposta de criação de uma CPI para apurar violações aos direitos humanos. Vejamos.

Em fevereiro de 1979, duas reportagens com denúncias veementes sobre a prática da tortura (escritas pelo jornalista Antônio Carlos Fon) foram publicadas na revista **Veja**. De modo inédito, o tema era tratado de forma crua e direta, com base nos testemunhos de policiais, militares, advogados e presos políticos. O trabalho expôs, ademais, a estrutura institucional da ditadura, ou melhor, a tortura enquanto uma política de Estado, fundamentada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional.¹³⁹

Devido à grande repercussão dos artigos, o general Fernando Bethlem, então ministro do Exército, solicitou junto à pasta da Justiça a abertura de um processo judicial. Segundo ele, as reportagens comprometiam “a imagem do Exército brasileiro perante a opinião pública”, porque faziam “referências desabonadoras a elementos que nada mais fizeram do que cumprir seus serviços no combate à subversão”. Rapidamente, o ministro Armando Falcão encaminhou o pedido à Justiça Militar, que por sua vez o remeteu a São Paulo, na 3ª Auditoria Militar, onde o procurador Darcy de Araújo Rebello formalizou a denúncia contra **Veja**. Com base na Lei nº 6620/78 – a nova Lei de Segurança Nacional, decretada em 17 de dezembro de 1978 –, o procurador alegou que as reportagens da revista tinham “o escopo único de atirar a opinião pública contra as autoridades constituídas”. Ou seja, as supostas menções ofensivas feitas às Forças Armadas e à Justiça Militar as expunham “à execração pública” (**Veja**, 14 mar. 1979, p. 25; **Veja**, 28 mar. 1979, p. 32).¹⁴⁰

De outro lado, justamente por causa da publicização das inúmeras denúncias de abusos cometidos pelos agentes da repressão, um grupo de parlamentares do MDB se engajou na proposta de criação de uma CPI para investigar as violações aos direitos humanos. No entanto, os setores moderados do partido consideraram a ideia “inoportuna” e “provocativa”.

Quando indicado ministro, em janeiro de 1979, Petrônio Portella afirmou que reativaria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do governo responsável pela questão dos direitos humanos (**Jornal do Brasil**, 20 jan. 1979, p. 9). Porém,

¹³⁹ Com títulos enfáticos – “Descendo aos porões” e “Um poder na sombra” (**Veja**, 21 fev. 1979, p. 60-64; 65-68) –, as reportagens foram, segundo o autor, sugeridas pela direção da revista no segundo semestre de 1978. Ele afirma, inclusive, que houve o envolvimento do general Golbery na questão. Depois de finalizadas a apuração e a escrita, em novembro daquele ano, a matéria ainda passou por inúmeras revisões, como era de praxe no periódico, até ser finalmente publicada no início do ano seguinte. A propósito, cf. MAUÉS (2009, p. 110-134).

¹⁴⁰ Ironicamente, com a decretação da Lei da Anistia, o processo contra Antônio Carlos Fon acabou sendo extinto. À época, o jornalista desabafou: “Essa anistia, para mim, foi uma brincadeira. Eu não sequestrarei, não roubei, não torturei, nem matei ninguém. E, quando ia provar que agentes do governo sequestraram, roubaram, torturaram e mataram, o processo foi trancado pela anistia.” (**Jornal da República**, 30 ago. 1979, p. 10)

somente em maio daquele ano é que veio a ocorrer a primeira reunião do Conselho, que, devido à sua composição majoritariamente governista, tendia a esvaziar qualquer sugestão considerada polêmica. Ciente do problema, algumas lideranças do MDB, ao mesmo tempo em que se recusaram a participar do encontro, levaram ao plenário da Câmara Federal a proposta de criação da CPI dos Direitos Humanos – a ideia era investigar os casos de desaparecimentos (como o do ex-deputado Rubens Paiva) e de torturas, e inclusive convocar para depor personagens notabilizados pelo vínculo com a repressão, como o general Ednardo D’Ávila Mello e o brigadeiro João Paulo Burnier (**Folha de S. Paulo**, 10 maio 1979, p. 8; **Folha de S. Paulo**, 11 maio 1979, p. 6).

Valendo-se de um expediente regimental, o líder da Arena, deputado Néelson Marchezan (RS), antecipou-se aos planos da oposição e pôs fim à ideia da CPI. Justificandose, afirmou que a proposta emedebista tinha um caráter “revanchista” que poderia levar a retrocessos na política de “abertura”. Já Petrônio Portella, sempre comedido e contemporizador, defendeu que a criação da CPI dos Direitos Humanos era incompatível com o projeto da anistia que vinha sendo discutido, porque, no seu entender, anistia significava “esquecimento” (**Folha de S. Paulo**, 11 maio 1979, p. 6; **Folha de S. Paulo**, 12 maio 1979, p. 6).

“Pacificação” e “esquecimento”, portanto, seriam os motes da concepção de anistia apresentada pelo governo Figueiredo à sociedade brasileira. Em fins de junho de 1979, o projeto foi finalmente enviado ao Congresso Nacional, e o presidente, no breve discurso que pronunciou na cerimônia ocorrida no Palácio do Planalto, procurou ser enfático. Ele destacou, por exemplo, que o propósito da lei era “apagar os crimes” outrora ocorridos, de modo a “evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade”. Porém, não deixou de observar também aos futuros anistiados que o “ideário da Revolução de 1964” permanecia vivo. Isto é, sendo a outorga do “perdão” uma prerrogativa do governo, cabia a ele determinar o seu significado. O recado era claro: o período passado ficou para trás, foi superado. “Conciliação para a renovação”, afirmou Figueiredo (**Jornal do Brasil**, 28 jun. 1979, p. 3).

Tais palavras foram uma espécie de esclarecimento para o projeto que o governo apresentava. A resolução concedia uma anistia *parcial, restrita* e, para o horror das milhares de pessoas engajadas nos movimentos civis citados acima, *recíproca*. E fora, é útil salientar, cuidadosamente planejada. Pois não interessava ao presidente gerar insatisfações em sua base

militar. Tampouco desconsiderar o trabalho dos agentes da repressão. Sendo a anistia “um ato unilateral do Poder”, cabia a ele formatar a proposta.¹⁴¹

Poético, mas incisivo, Raymundo Faoro declarou que,

em lugar de um lance de criadora audácia e grandeza, capaz de corporificar um passo decidido na transição, tudo acaba no remendo de um pano novo costurado sobre a camisa velha e rasgada. (ISTOÉ, 4 jul. 1979, p. 10)

Já GRECO (2009, p. 210) afirma que se antagonizaram, a partir daquele momento, “duas concepções opostas e excludentes”: a “anistia como resgate da memória e direito à verdade” vs a “anistia como esquecimento e pacificação”.

Reagindo à proposta do governo, ocorreram em várias cidades do país inúmeras manifestações populares em favor da anistia “ampla, geral e irrestrita”. E, nos presídios nos quais pagavam pelos supostos crimes perpetrados, muitos presos políticos deram início a uma forma extrema de protesto: greve de fome contra a unilateralidade da proposta do governo (Veja, 1º ago. 1979, p. 24).

Não obstante, a relatoria do projeto de anistia ficou sob a responsabilidade do deputado Ernâni Sátiro (Arena-PB), notório agitador golpista nos anos sessenta¹⁴², que, ignorando os clamores em contrário, sugeriu apenas alterações pontuais e pequenos acréscimos no texto original – ele propôs, por exemplo, uma extensão na data da abrangência da anistia, até o dia 15 de agosto de 1979; e incluiu, de modo cínico, um artigo no qual se estabelecia a possibilidade de reconhecimento dos “desaparecidos” políticos.¹⁴³

No dia 22 de agosto de 79, o substitutivo do deputado Sátiro ao projeto governista de anistia *parcial, restrita e recíproca* foi levado a votação no Congresso. O plenário da Câmara foi, desde cedo, ocupado por cerca de 800 soldados da Aeronáutica, vestidos à paisana e

¹⁴¹ Logo, evidencia-se o porquê da exclusão dos chamados “terroristas” e, ao mesmo tempo, a extensão do indulto aos torturadores (artigos 1º e 2º do projeto). A ideia do governo era anistiar os atingidos pelas chamadas “punições revolucionárias” (os atos discricionários), excluindo aqueles condenados por ação armada ou por algum tipo de violência.

¹⁴² Num artigo intitulado “A retórica do medo” (Folha de S. Paulo – Caderno Folhetim, 1º abr. 1984, p. 6-7), a socióloga Maria Vitória Benevides ressalta como, no contexto prévio ao golpe civil-militar, as oposições (sobretudo a UDN) se valeram de uma “linguagem radical e alarmista” para combater o governo Jango e, ao mesmo tempo, semear o pavor entre as classes médias do país. Dentre os muitos parlamentares que se dedicaram, nas tribunas do Congresso Nacional, a promover o medo da “perfidia comunista”, destacou-se o paraibano Ernâni Sátiro. Para seu histórico político, cf. **DHBB**, v. V, p. 5317-5320.

¹⁴³ Trata-se do artigo nº 6, que pressupunha o direito à “declaração de ausência” da pessoa envolvida em “atividades políticas”. A solicitação, no entanto, deveria se submeter a todo um trâmite judicial, e tinha como fim único e exclusivo o que se denominou “presunção de morte do desaparecido” – isto é, não estava em questão a autoria ou as causas que levaram à morte. A **Folha de S. Paulo** (23 ago. 1979, p. 4) reproduziu na íntegra o texto do projeto.

acompanhados de seus superiores. A presença de outras centenas de partidários da anistia “ampla, geral e irrestrita” criou um clima de tensão na Casa, só dissipado com a retirada conjunta dos militares, no começo da tarde. A partir de então, com uma composição exclusiva, a sessão foi acompanhada por um coro de vozes contundente, sobretudo quando os parlamentares arenistas votavam na proposta oficial – o deputado Erasmo Dias (SP), por exemplo, foi chamado de assassino!

Não obstante, a proposta do governo acabou sendo aprovada. Decepcionado, o senador Teotônio Vilela (MDB-AL), um ex-arenista que se engajara na luta pela democratização da sociedade, e que presidira a Comissão Mista que estudou a proposta de anistia, foi enfático: “O governo, com o projeto, traiu duas vezes a nação, primeiro porque prometeu fazer uma coisa e apresentou outra e, segundo, ao contrário de unir, desuniu”. Por outro lado, procurando justificar a medida, o presidente da Arena, senador José Sarney (MA), disse que a anistia aos presos políticos poderia redundar na “argentinização” do cenário político nacional – segundo ele, haveria a reação das “forças paramilitares de direita”, o que viria a comprometer todo o processo de abertura (**Jornal do Brasil**, 23 ago. 1979, p. 4; **IstoÉ**, 29 ago. 1979, p. 9; 12).

Figura 3 – Caulos e a crítica da anistia *parcial, restrita e recíproca*



Fonte: **Jornal da República**, 27 ago. 1979, p. 4.

O projeto de anistia do governo Figueiredo acabou sendo sancionado no dia 28 de agosto de 1979 (Lei n. 6.683), e foi considerado pelos estrategistas palacianos uma importante vitória na caminhada rumo à “abertura” – conforme o planejado, a outorga do “perdão” foi feita de forma contida e sem “excessos”. De outro lado, os movimentos civis que

empunharam a bandeira da plena restituição dos direitos políticos dos inimigos da ditadura acusaram a derrota. Afinal, depois de tanta dedicação, de uma campanha esperançosa, suas expectativas foram frustradas: a lei pela qual tanto lutaram assegurou aos agentes da repressão a impunidade de seus crimes. Mas era necessário continuar na batalha, manter a mobilização, questionar o regime, de modo a conquistar a efetiva democratização da sociedade. Um novo brado, inclusive, foi logo enunciado: “Agora é na rua, a luta continua!”.

A propósito, pensamos que é importante uma breve reflexão acerca do significado daquele acontecimento, ou melhor, acerca das representações desde então construídas em torno da sua significação. GRECO (2009, p. 210-211) entende que a anistia *parcial* estabelecida pelo governo tinha o objetivo de “instituir uma memória”, que se baseava na “estratégia do esquecimento e da produção do silenciamento”. Reflexão precisa, pois, como temos procurado ressaltar, se atentarmos para a essência do projeto de liberalização controlada da ditadura, veremos que a Lei n. 6.683 está em absoluta conformidade com seus princípios e pressupostos. Isto é, se o que se almejava era uma transição política, ela deveria ser acordada e pautada pelo esquecimento.

Em análise polêmica, o historiador Daniel Aarão REIS (**Estudos Históricos**, jan-jun. 2010, p. 172-176) afirma que, em torno da anistia *parcial*, foram produzidos “três silêncios” que acabaram por fundamentar a memória instituída a seu respeito. Seriam eles: 1º) o “silêncio sobre a tortura e os torturadores”¹⁴⁴; 2º) o “silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura”; 3º) o “silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973”. Embora envolvendo atores sociais com perspectivas político-ideológicas diferentes, o triplo silêncio tendeu a coincidir num ponto: em busca da construção da democracia, que todos almejavam, convinha virar as costas ao passado, superar e/ou expurgar os equívocos cometidos, num exercício de autoabsolvição. Portanto, juntos, compostos, os “três silêncios” vieram a ratificar o “pacto de sociedade” proposto por Figueiredo e configurado com a Lei n. 6.683.

De modo óbvio, porém, o discurso hegemônico não apagou os projetos opostos, alternativos, encabeçados sobretudo pelos familiares das vítimas da ditadura e pelos engajados na defesa dos direitos humanos – que buscaram confrontar o que, no seu entender, seria um consenso forjado, imposto. Das explícitas contradições da retórica oficial, logo se constituíram os questionamentos: como é possível a construção de um consenso, se ele se

¹⁴⁴ José Sarney, por exemplo, argumenta cinicamente que, devido à situação de isolamento da classe política em Brasília, relatos sobre a tortura de presos políticos não chegavam ao seu conhecimento. (ECHEVERRIA, 2011, p. 240).

fundamenta na unilateralidade e na prerrogativa do veto? Prontamente, os partidários da “nova ordem” se propuseram a responder: tais indagações seriam, em verdade, manifestações de “revanchismo”, ou seja, expressões de um “sentimento de vindita” por parte daqueles que haviam sido “beneficiados por um *ato de generosidade* do governo”. Para Jarbas Passarinho, o formulador de tal raciocínio, algumas pessoas “não queriam *esquecer*.” Postura equivocada porque, segundo o deputado Néelson Marchezan, era necessário “passar à democracia sem reabrir feridas”. (**Jornal do Brasil**, 9 set. 1979, Especial, p. 1 – grifo nosso)

3.4 – A reformulação partidária e a tática da “cooptação por partes”

O “Plano Mestre” do general Golbery também previa, na sequência da concessão da anistia, a “pronta desarticulação do sistema oposicionista”. Porque, em razão da “heterogeneidade inata da oposição”, o ato possibilitaria o “surgimento de múltiplas frentes distintas”, o que resultaria na destruição da situação de polaridade em que se encontrava o regime. Embora procurasse ressaltar que o “ressurgimento da vida partidária” fosse intrínseco à “causa democratizante e liberalizadora” patrocinada pelo governo – na medida em que a pluralidade redundaria em maior representatividade e, portanto, autenticidade na ação política –, o objetivo da medida era claro: fulminar o MDB. Mas não somente. O chefe da Casa Civil entendia que, com a reforma, os partidos reassumiriam o “seu papel original de principais atores do campo político”, o que levaria ao esvaziamento da atuação das muitas “entidades não-políticas” (organizações religiosas, sindicatos, entidades profissionais etc.) que tinham se tornado relevantes no cenário nacional (**Veja**, 10 set. 1980, p. 4; 6).

A propósito, é interessante observar como houve uma significativa mudança na concepção dos dirigentes autoritários acerca do sistema político-partidário brasileiro. Nos primeiros tempos da ditadura, o pluripartidarismo exigia do governo a negociação de apoios no Congresso, situação que era vista por alguns como uma sujeição inaceitável, como um obstáculo aos propósitos “revolucionários”, ou até como um desafio à sua autoridade.¹⁴⁵ Logo, em lugar da busca de maiorias eventuais, convinha a construção de uma base

¹⁴⁵ A historiadora francesa Maud CHIRIO (2012, p. 89-91) assinala que, em busca do seu objetivo de aprofundar a “operação limpeza” da “revolução”, os oficiais da “linha dura” passam a pregar a supremacia do Executivo “oriundo de 31 de março” sobre os demais poderes. Segundo ela, os militares radicais tinham um profundo desprezo pela classe e pelo sistema políticos como um todo. Por isso exigiam “um modelo de ditadura militar: um Executivo todo-poderoso sem Congresso nem Justiça independente; (...) a supressão dos partidos políticos; a limitação conveniente dos mecanismos eleitorais.” Não por acaso, conclui, houve a promulgação do AI-2 em fins de 1965.

parlamentar sólida e estável. Segundo KINZO (1980, p. 219), impôs-se então a ideia de “aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime (...), deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais”.¹⁴⁶

Todavia, a partir das eleições de 1974 o bipartidarismo deixara de ser interessante ao regime. Isto é, como as eleições foram assumindo um inequívoco caráter plebiscitário, foi-se tornando urgente a necessidade de repensar as questões eleitoral e político-partidária – havia o receio de que, conforme indicavam estudos do SNI e de outros órgãos do governo, o MDB crescesse de forma irresistível, passando a controlar o Congresso, muitas assembleias estaduais e governos municipais (ALVES, 2005, p. 322). O *think-tank* palaciano, por conseguinte, decidiu-se pela destruição da polaridade governo vs oposição, atrelando-a ao seu projeto de liberalização.

Assim sendo, se outrora o objetivo da ditadura era enquadrar os múltiplos interesses político-partidários, vistos como divisionistas, a partir de certo momento passou a se argumentar exatamente o contrário: o pluripartidarismo se tornou algo positivo, legítimo e democrático, porque consoante com a diversidade de tendências que caracterizava a sociedade.

Durante o governo Geisel, algumas manifestações indicaram que havia a intenção de se reformar o sistema político brasileiro. Segundo relato do jornalista Luiz GUTEMBERG (1994, p. 146-150), num encontro sigiloso com o então líder do MDB, deputado Ulysses Guimarães, em maio de 1975, o general Golbery procurou expor as diretrizes da “distensão política” com a qual o governo estava comprometido – ele mencionou que, dentre os temas considerados plausíveis para a “democratização” e a “pacificação” do país, cogitava-se o fim do AI-5, a anistia e a reforma partidária. Tempos depois, em março de 1977, a ideia veio a público quando o líder da Arena na Câmara Federal, deputado José Bonifácio (MG), apresentou um projeto de emenda constitucional que tratava da questão da fidelidade partidária. Sua proposta era simples: revogar a já citada proibição para quem trocasse de agremiação. Reagindo, lideranças do MDB argumentaram que o objetivo real da emenda era conquistar votos da oposição para a reforma política que o governo apresentaria. Em razão do “Pacote de Abril”, por motivos óbvios, a discussão foi deixada de lado (**Jornal do Brasil**, 12 mar. 1977, p. 4). E reapareceu apenas quando Petrônio Portella colocou em prática a sua

¹⁴⁶ O general Geisel foi claro ao se manifestar sobre a conveniência da instituição do bipartidarismo: “(...) naquela situação era a melhor solução. Em resumo, permitia caracterizar quem estava com a revolução e quem era contra. Era uma forma de definir posições”. (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 192)

chamada “missão”. Naquele momento, o senador piauiense se manifestou favorável à reforma partidária, mas afirmou que sua discussão deveria ocorrer após a aprovação das mudanças constitucionais almeçadas pelo governo (**Jornal do Brasil**, 20 ago. 1977, p. 3). No início do ano seguinte, quando já ungido candidato oficial à presidência da República, Figueiredo expressou de modo claro, pela primeira vez, os planos do grupo dirigente: as reformas abririam caminho para a formação de novos partidos, o que levaria os descontentes tanto da Arena quanto do MDB a buscarem novos ares. Porém, asseverou o general, não deveria haver exageros: “Cinco [partidos] é um bom número” (**Veja**, 11 jan. 1978, p. 29).

Portanto, foi somente com a sanção da Emenda Constitucional nº 11 que foi dado o primeiro passo concreto no sentido de se reordenar o cenário político-partidário no Brasil. Ela estabeleceu um conjunto de novas regras para a organização e o funcionamento dos partidos políticos.¹⁴⁷ Mas, é importante salientar, não o fez de forma impositiva. Logo, podemos interpretar tais resoluções como uma espécie de teste, ou melhor, como uma sondagem sobre os anseios e planos das forças oposicionistas. Segundo levantamento feito por KINZO (1980, p. 231-238), com base nas notícias veiculadas nos jornais **O Estado de S. Paulo**, **Folha de S. Paulo** e **Jornal do Brasil** entre janeiro de 1978 e maio de 1979, nada menos que 12 propostas de formação de partidos políticos foram aventadas, entre atores sociais das mais variadas tendências ideológicas. Por isso entendemos que a extinção do bipartidarismo deve ser vista, também, como uma demanda da sociedade civil.

Lucia GRINBERG (2009, p. 218-230) afirma que a grande maioria dos correligionários arenistas era favorável à reorganização partidária, pois seria “uma maneira de solucionar dissensões internas”. Ademais, havia entre eles um profundo incômodo com os rótulos de adesismo e de submissão às decisões do governo – os parlamentares da Arena se sentiam particularmente ofendidos com a designação de “partido do sim, senhor” cunhada pela oposição. Já quanto ao MDB, por motivos óbvios a questão assumiu contornos diferentes. Como vimos, se por um lado a postura de enfrentamento com a ditadura fortaleceu e legitimou o partido, por outro acabou por acentuar suas divisões. Quando a discussão veio à tona, muitos parlamentares emedebistas se mostraram simpáticos à ideia de formar novas legendas. O que preocupava bastante o líder Ulysses Guimarães. Procurando dissuadir seus companheiros, Ulysses argumentou que a formação de novos partidos servia à estratégia do

¹⁴⁷ A Emenda Constitucional nº 11 introduziu uma alteração significativa e sintomática no artigo 152 da Constituição Federal: os parlamentares que se engajassem na formação de novos partidos políticos não perderiam seus mandatos. Mas tais agremiações só poderiam ser criadas se fossem respeitadas as cláusulas mínimas de desempenho – a filiação mínima de 10% dos deputados federais e de 10% dos senadores. Cf. SCHMITT (2000, p. 40-41).

governo de enfraquecer o MDB, ao mesmo tempo em que revigorava a sua supremacia. Suas palavras foram enfáticas:

Ainda não soou a hora de as forças democráticas abandonarem a frente de resistência e disputarem entre si. Se temos um inimigo que é a prepotência, como poderemos nos desmobilizar para sermos eventuais adversários, quando isso somente é admissível e peculiar no sistema democrático? (KINZO, 1988, p. 207)

Não obstante, muitos “moderados” emedebistas se dispunham a conversar com o governo, ou porque simpatizavam com seu projeto de reformas (que pressupunha o “entendimento político”), ou porque já não dissimulavam seu desconforto para com a atuação dos “autênticos”. “Política não é coisa para selvagens. É, isto sim, a arte da conversa”, declarou o deputado Thales Ramalho (**IstoÉ**, 11 abr. 1979, p. 4-5).

Ciente de que poderia contar com o apoio de tais grupos, Golbery prosseguia com seus planos e elucubrações. Onipotente, inebriado pelo poder, expunha abertamente o novo panorama político-partidário que, no seu entender, surgiria no país. Segundo ele, seriam cinco os novos partidos políticos, com as seguintes feições: de um lado, haveria a “extrema-esquerda”, formada principalmente pelos comunistas, mas também pelos membros do chamado “novo sindicalismo” não cooptados pelos “governos revolucionários”; além da “esquerda moderada”, ou “centro-esquerda”, de características “socialdemocratas à moda europeia”, que poderiam vir a assumir o poder, pois não representavam ameaça à ordem democrática; de outro lado, surgiria também a “extrema-direita”, que reuniria os “reacionários em geral”; e a “direita moderada, conservadora, civilizada”, aberta à composição política; por fim, haveria um “poderoso partido de centro”, cujo peso ideológico seria dado pelos liberais, e que viria a se constituir no ponto de equilíbrio de todo o sistema político (GUTEMBERG, 1994, p. 162-164).

Composto o cenário, caberia ao governo trabalhar, junto aos partidos ou grupos afinados com os propósitos de “liberalização democratizante”, pela ampliação e consequente consolidação da sua base de apoio. Objetivo que, segundo Golbery, poderia ser alcançado “numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes” (**Veja**, 10 set. 1980, p. 6).

Entretanto, ao contrário do que profetizara o então chefe da Casa Civil, até meados do segundo semestre de 1979 nenhuma iniciativa mais contundente havia sido tomada. Isto é, nenhum dos grupos políticos que acenaram com a possibilidade de formarem novas agremiações levou adiante a ideia. Mesmo na Arena, onde o senador José Sarney havia sido

encarregado de preparar a mudança¹⁴⁸, houve uma clara opção pela cautela. Todos, na verdade, pareciam esperar que as regras fossem devidamente esclarecidas, para então definirem-se.

Cansado de esperar pela “evolução natural” dos acontecimentos (FLEISCHER, 1994, p. 181), o governo fez valer sua força e, em fins de outubro de 79, enviou ao Congresso seu projeto de reformulação político-partidária – cujo propósito, como já dito, visava não somente a extinção do bipartidarismo, mas sobretudo a implosão do MDB. Por conseguinte, livres daquela “camisa-de-força”¹⁴⁹, importantes lideranças políticas logo passaram a articular a formação de novas legendas. Dentre eles, destaque para o senador Tancredo Neves, que se empenhou na organização de um partido de oposição moderada, com vocação conciliatória.

Poucos dias após a sessão em que foi aprovada a reforma partidária, Tancredo leu, na tribuna do Senado, o manifesto de lançamento de seu novo partido político. Segundo ele, havia no país uma perigosa e “crescente radicalização do processo político”.

O atual maniqueísmo (governismo incondicional ou oposicionismo sectário, intolerante e implacável) levará, se não tiver um fim, a nação à exasperação e ao caos.

Diante daquela situação, Tancredo entendia que era urgente a criação de uma força política “neutralizadora”, firmemente oposicionista (“na sua filosofia, no seu comportamento e nos seus objetivos”), porém “leal e responsável”. O veterano senador mineiro, portanto, via como imprescindível o surgimento de uma agremiação de centro apaziguadora e, ao mesmo tempo, aberta à participação dos “grandes e numerosos segmentos” da sociedade que não pautavam seu comportamento pela “intransigência” (**Folha de S. Paulo**, 27 nov. 1979, p. 4).

Juntamente com os objetivos de fulminar a frente de oposição e de cooptar as suas alas mais conservadoras, a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 6.767) impôs também um conjunto de regras que tinham como finalidade dificultar a organização das forças populares consideradas “radicais” – por meio da restrição aos apelos “classistas” –, assim

¹⁴⁸ Ao assumir o comando da Arena, no início de 1979, Sarney declarou que se empenharia na renovação do partido, resgatando-o da condição de mero ratificador das decisões oficiais. “Vamos transformar a Arena numa agremiação de tendência centrista, cuja vocação social, política e econômica servirá de sustentáculo na luta contra aqueles que querem destruir os princípios democráticos”, afirmou. No decorrer do ano, porém, ciente de que a reforma partidária seria efetivada, o senador maranhense viajou o Brasil articulando a criação do sucedâneo do que um dia fora o “maior partido do Ocidente”. Cf. **Veja**, 7 fev. 1979, p. 17; ECHEVERRIA, 2011, p. 247; 249.

¹⁴⁹ Segundo a revista **Veja** (28 nov. 1979, p. 26), a reforma partidária do governo Figueiredo representou “a carta de alforria concedida aos liberais brasileiros”, na medida em que os libertou da opção forçada entre o “governismo servil da Arena” e o “oposicionismo intransigente do MDB”.

como evitar uma demasiada fragmentação – por meio da exigência de dispositivos para a obtenção do registro e do reconhecimento legal, como capilaridade e cláusulas de desempenho (ALVES, 2005, p. 324-325).

Poucos meses após a sanção da nova lei, o cenário político apresentava uma composição amplamente favorável ao regime. As previsões de fracionamento da oposição se concretizaram: uma parte dela buscou se aproximar do governo, seduzida pelas ofertas de negociação e de partilha do poder; já outra procurou ou se reinventar, ou consolidar sua organização por meio do vínculo orgânico com as bases. No total, foram seis as novas agremiações formadas após a ratificação da Lei n. 6.767:

- 1) o *Partido Democrático Social (PDS)* sucedeu a Arena como partido de apoio ao governo, visto que logrou agrupar a maior parte dos ex-arenistas, não obstante as recorrentes divergências entre os outrora udenistas e pessedistas, que marcaram a história do outrora “partido oficial”¹⁵⁰;
- 2) o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)*, por sua vez, herdou a designação e o capital político do MDB. Ademais, os muitos comunistas ligados a organizações clandestinas também optaram por permanecer na legenda¹⁵¹;
- 3) o *Partido Popular (PP)* reuniu, sob a liderança dos antigos adversários Tancredo Neves e Magalhães Pinto, um significativo número de dissidentes da Arena e também uma parte considerável dos “moderados” do MDB;
- 4) o *Partido dos Trabalhadores (PT)*, como já dito, representou a novidade, em termos de organização, de proposta e de composição (pois a maior parte de seus membros não era oriunda da classe política tradicional);
- 5) já o *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)* foi recriado sob nova roupagem, controlado por Ivete Vargas, que era próxima a Golbery, em associação com o grupo liderado por Jânio Quadros em São Paulo, e com partidários do lacerdismo

¹⁵⁰ GRINBERG (2009, p. 63-64) assinala como, após a imposição do já citado Ato Complementar nº 4 (20/11/1965), as lideranças udenistas manifestaram seu desacordo para com a instituição do bipartidarismo. Pois, no seu entender, a diversidade de posições políticas e ideológicas não se encaixava na concepção de um quadro partidário simplificado. Por conseguinte, como resposta àquela situação foi criado o mecanismo da sublegenda, que consistia na possibilidade de um partido apresentar até três nomes para a disputa de um mesmo cargo. Daquela forma, políticos oriundos da UDN ou do PSD, que em sua maioria formaram a Arena, puderam manter suas posições e bases eleitorais. Mais adiante (p. 69), como prova de que a pluralidade de tendências era uma preocupação dos políticos de então, a autora afirma: “(...) todo o planejamento da estrutura da Arena procurava responder a aspectos fundamentais da tradição política no país: a importância dos estados e dos municípios”.

¹⁵¹ Tal situação criava, segundo o senador Jarbas Passarinho, “suspeições” no meio militar. Porque um dos objetivos da reforma partidária, qual seja, o isolamento das “esquerdas radicais” (e, por conseguinte, de suas “ações perturbadoras”), era obstruído pela insistência dos liberais do PMDB em manter sua aliança com aqueles grupos. Cf., a propósito, **Jornal do Brasil**, 7 jan. 1980, p. 4.

no Rio de Janeiro. Constituiu-se, pois, como “uma pálida cópia do seu antecessor de antes de 1964”;

- 6) porque o trabalhismo, enquanto corrente política reformista e popular, ficou associado ao *Partido Democrático Trabalhista (PDT)*, capitaneado pelo outrora inflamado Leonel Brizola, personagem odiado pelos militares (SCHMITT, 2000, p. 48-49; ALVES, 2005, p. 329-332; SKIDMORE, 2000, p. 428-429).

Segundo levantamento feito por FLEISCHER (1994, p. 181), ainda que por um momento ameaçado pelo poder de atração do PP, o PDS alcançou maiorias absolutas tanto na Câmara Federal quanto no Senado. Por outro lado, o ex-MDB perdeu mais da metade dos seus deputados, e cerca de 35% dos seus senadores (Cf. tabela abaixo). O estratagema de dividir a oposição para melhor governar e, principalmente, levar adiante o projeto de liberalização tutelada do país foi, naquele primeiro momento, exitoso.

Tabela 5 – Realinhamento do quadro partidário no Congresso Nacional – Março de 1980

Novos partidos	Câmara dos Deputados			Senado		
	Arena	MDB	Total	Arena	MDB	Total
PDS	201	24	225	36	1	37
PMDB	3	91	94	1	16	17
PP	25	43	68	4	3	7
PTB ¹⁵²	1	22	23	0	1	1
PT	0	5	5	0	1	1
Indecisos	1	4	5	1	3	4
Total	231	189	420	42	26	67

Fonte: FLEISCHER (1994, p. 183).

3.5 – O crepúsculo da “linha dura”

O general João Figueiredo foi, desde o início da década de 1960, ligado à área da “produção de informações”. À época, como tenente-coronel, fez parte da equipe recrutada pelo então coronel Golbery para estruturar o Serviço Federal de Informações e Contra-

¹⁵² Antes da cisão PTB/PDT, ocorrida em maio de 1980.

Informação (SFICI).¹⁵³ Na chefia da Subseção de Operações, Figueiredo era o responsável pela supervisão dos cursos para a capacitação dos agentes que viriam a trabalhar no órgão. Com a renúncia de Jânio Quadros, e a conseqüente derrota do golpe contra a posse de João Goulart, a cúpula do SFICI se engajou no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), organização fundada por um grupo de capitalistas brasileiros temerosos com as perspectivas de “comunização” do país.¹⁵⁴ Ali, passou então a conspirar pela derrubada do governo. Fazendo o trabalho de arregimentação, Figueiredo era parte importante naquele processo. (FIGUEIREDO, 2005, p. 95-96; 98-100; p. 102-105; 107-108; GASPARI, 2003, p. 141).

De tanto conspirar, a antiga turma do SFICI acabou obtendo êxito. Com o golpe, Golbery, Figueiredo e outros assumiram cargos da maior importância, estratégicos para a montagem do Estado de Segurança Nacional que tanto almejavam. No SNI, órgão vinculado única e exclusivamente à Presidência da República, dedicaram-se sobretudo à espionagem – à caça ao que denominavam “inimigo interno”.¹⁵⁵ Mas procuraram também exercer controle político – obcecados pela onipresente “infiltração comunista”, intrometeram-se nos mais variados assuntos, da esfera puramente administrativa ao setor cultural, o que resultou num notável crescimento do órgão (DHBB, v. V, p. 5366; FIGUEIREDO, 2005, p. 135-137; ALVES, 2005, p. 87-88).

Com o general Costa e Silva na Presidência, a equipe que deu origem ao SNI perdeu espaço e foi-se embora. O líder da “linha dura”, por conseguinte, logo pôs em prática seu plano de reestruturação do serviço secreto. Quando, já no governo Médici, Figueiredo voltou à cúpula do poder, já havia se consolidado a interação entre a área de informações e a polícia política. Exercendo a chefia do Gabinete Militar, o então general-de-brigada participou da

¹⁵³ O SFICI foi criado no governo Dutra, pelo Decreto nº 97.775, em 6 de setembro de 1946. Todavia, foi somente a partir de 1956 que o órgão foi realmente efetivado – segundo o então presidente Juscelino Kubitschek, para defender o país das “ideologias extremistas”. Aliás, convém ressaltar que, apesar de seu caráter civil, pois fora concebido como um órgão de assessoramento da Presidência da República, o SFICI foi desde o início regido pelos militares, visto que era subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Cf. DHBB, v. V, p. 5366; FIGUEIREDO, 2005, p. 50; 63.

¹⁵⁴ Publicamente, o IPÊS se propunha a estudar e debater os problemas nacionais, assim como, a partir do viés liberal, a sugerir soluções. Mas a principal faceta do instituto era outra: clandestinamente, atuava como um típico serviço secreto. Isto é, estimulava e financiava um conjunto de ações e de operações – a confecção de fichas de “subversivos”, o grampeamento de linhas telefônicas, a elaboração de análises de conjuntura (Golbery as intitulou “Estimativas”) – cujo intuito básico era desestabilizar o governo Jango. Para a execução de tais tarefas, além do suporte financeiro dos capitalistas e da CIA (*Central Intelligence Agency*), contou também com o apoio de militares (da ativa e da reserva), de tecnocratas e de artistas. A propósito, cf. DHBB, v. III, p. 2789-2791; GASPARI, 2003, p. 149-153.

¹⁵⁵ Em palestra, no ano de 1965, o coronel Figueiredo (então chefe da Agência Central do SNI) procurou explicar que, no combate à chamada “guerra revolucionária”, a busca e a produção de informações eram necessárias à ação governamental. Logo, em determinadas situações, para fazer frente àquele perigo, era necessário se valer da “busca clandestina” de dados. (FIGUEIREDO, 2005, p. 136-137)

elaboração do *Planejamento de Segurança Interna*, documento expedido secretamente no dia 29 de outubro de 1970, que oficializou que o Exército assumiria o comando geral da máquina de repressão. E cuja principal consequência foi a criação da *Comunidade* – que englobava o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) –, responsável pela “guerra suja” que seria travada contra os grupos da esquerda armada (FICO, 2001, p. 76; 119; GASPARI, 2002a, p. 176-177).

Em virtude da experiência adquirida no contato com o *modus operandi* da *Comunidade*, Figueiredo foi escolhido pelo general Geisel para o cargo de Ministro-Chefe do SNI. Mas havia também outra razão para aquela escolha: o novo presidente entendia que, por ter sido parte integrante da luta contra a “subversão”, conhecendo-a em detalhes, Figueiredo impediria qualquer investigação sobre o governo anterior, no qual o general Orlando Geisel fora personagem proeminente.¹⁵⁶ A ideia de Geisel, em resumo, era que Figueiredo trabalhasse no sentido de arrefecer os ânimos da “linha dura” engajada nas “comunidades de segurança e de informações”, de modo que fosse levada adiante a política de “distensão”.

Todavia, Figueiredo adotou uma postura no mínimo ambígua para lidar com aquela situação. Porque, se por um lado ele era uma pessoa com credenciais para capitanear o processo de desengajamento dos “porões” da ditadura, por outro, justamente por ser um antigo membro do sistema que se queria controlar, muitas vezes atuava como um típico agente, fazendo uso, inclusive, dos jargões característicos da *Comunidade*. Os exemplos de tal postura são abundantes, mas citemos dois¹⁵⁷:

- ✓ na já citada *Apreciação Sumária número 06/GAB/75*, encaminhada ao presidente no dia 29 de setembro de 1975, há o reconhecimento indireto de que os órgãos de repressão usufruíam de autonomia para executar tarefas – eles haviam conquistado “um grau de independência muito elevado” –, fato que acabou resultando em descontrole – na “falta de oportuno e seguro controle da atividade por parte dos comandos responsáveis” – e, por conseguinte, em abusos – na “deformação no trato com os prisioneiros”. Tal situação, conclui a análise, criava constrangimentos (“situações delicadas”) para o novo governo (BAFFA, 1989, p. 83; 86);

¹⁵⁶ Segundo Geisel (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 272), Figueiredo “seria capaz de pôr água fria em qualquer fervura que eventualmente quisessem levantar contra o Médici”.

¹⁵⁷ De acordo com Celso CASTRO (2002, p. 42), os relatórios do SNI (as chamadas “apreciações”) recebiam seu acabamento final na Agência Central, em Brasília, e foram, muitas vezes, redigidos pelo próprio Figueiredo. De qualquer modo, ele era, afinal, o responsável pelo encaminhamento de tais análises ao presidente da República.

- ✓ pouco mais de um mês depois, no entanto, analisando as repercussões do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (na *Apreciação Sumária número 11/GAB/75*, expedida em 3 de novembro de 1975), Figueiredo não só corrobora a versão oficial do DOI-CODI do 2º Exército, referindo-se à morte como “suicídio”, como se mostra surpreso com o descrédito dado à tese – “Um jornalista, comunista confesso, suicidou-se em dependência militar. (...) a opinião pública, na sua grande maioria, não acreditou na palavra oficial”. Dias depois, em outro relatório (*Apreciação Sumária número 13/GAB/75*, remetida a Geisel em 17 de novembro de 1975), o chefe do SNI procura enfatizar a “orquestração” levada a efeito pela imprensa, impregnada pelo “domínio comuno-esquerdista”, cujo objetivo era “incutir nos leitores” a ideia de que Herzog havia sido morto por agentes da repressão. Isto é, tal imprensa procurava mostrar o jornalista como vítima, ignorando o fato de que se tratava de “um militante comunista” (FIGUEIREDO, 2005, p. 265-266).¹⁵⁸

O discurso de cumplicidade para com os anseios, juízos e/ou concepções da *Comunidade* causou desconfortos no presidente Geisel. Antes mesmo do episódio do assassinato de Herzog, em setembro de 1975, o general encaminhou a Figueiredo uma incisiva contestação a um relatório que lhe fora enviado pelo CIE.¹⁵⁹ Numa folha com timbre do SNI, escrita à mão, criticava a tática de superestimar o poder de fogo da “subversão” – “Será que o inimigo é tão forte? Será que somos tão fracos? Não estão vendo fantasmas?”. Assim como questionava a eficácia do trabalho que vinha sendo feito:

Se o comunismo está tão forte como dizem – forte e ameaçador – e se vem sendo combatido tenazmente há mais de dez anos, força é convir que esse combate tem sido ineficaz. Não será o caso de fazer um honesto exame crítico, rever o que está errado e imaginar novos e melhores procedimentos? (GASPARI, 2004, p. 168)

¹⁵⁸ Analisando as técnicas de inculpação presentes no discurso dos agentes de informações, Carlos FICO (2001, p. 100-105; 136-143) concluiu que elas eram intrínsecas à lógica do seu raciocínio, porque, se alguém era “comunista”, representava não somente um perigo em si, mas para toda a sociedade, visto que “conspirava” o tempo todo para subverter a ordem. O objetivo de tais elaborações – quais sejam, as táticas de demonização e de superestimação do “inimigo” –, segundo o autor, era demonstrar que as “comunidades de segurança e de informações” eram imprescindíveis para o combate à “subversão”. Ou seja, elas serviam tanto para justificar a repressão quanto para manter a *Comunidade* mobilizada.

¹⁵⁹ De acordo com COUTO (1998, p. 174-175), em agosto de 1975, após o “suicídio” de mais um preso nas dependências do DOI-CODI paulista (José Ferreira de Almeida, tenente reformado da Polícia Militar), Geisel exigiu do CIE que lhe remetesse relatórios mensais acerca das ações executadas em São Paulo. BAFFA (1989, p. 91-93) reproduz trechos desse documento do CIE, onde se informa que José Ferreira – o *Piracaia*, membro do PCB – “foa encontrado enforcado em sua cela”.

Pouco tempo depois, outro relatório do SNI (*Apreciação Sumária número 01/GAB/76*, de 5 de janeiro de 1976) foi entregue ao presidente. E, no que entendemos como uma crítica velada ao projeto de liberalização política, afirmava que a maioria dos militares, alguns políticos e parte da opinião pública eram favoráveis “ao endurecimento do regime”, pois o governo, diante da escalada da “subversão”, não aplicava, “com o necessário vigor, os instrumentos de defesa, punitivos, postos à sua disposição”. Suspeitando de tal avaliação, Geisel indagou: “Será mesmo?” (CASTRO, 2002, p. 56; FIGUEIREDO, 2005, p. 268).

Quando já engajado em sua “campanha” para a Presidência da República, momento em que procurava mostrar a imagem de “homem do povo”, simpático e sincero, que conduziria o país à democracia, Figueiredo redigiu a *Apreciação Sumária número 25/GAB/78* (julho de 1978), na qual retomou a tese da “infiltração comunista” na sociedade civil. Para o chefe do SNI, tinha-se, de um lado, a “subversão” atuando de maneira ostensiva no meio estudantil e, de outro, a imprensa apresentando a realidade nacional de maneira pessimista, transmitindo a ideia de que o país vivia sob o arbítrio de uma ditadura militar. Para fazer frente àquela realidade, propôs, então, que o presidente Geisel tomasse um conjunto de “providências” – por exemplo, que expulsasse das universidades os professores e alunos comprometidos com a esquerda; que considerasse a hipótese de atualização das leis de Imprensa e de Segurança Nacional, e que organizasse um sistema de controle dos jornais e revistas. Isto é, Figueiredo sugeriu que o governo censurasse e perseguisse opositores, ao mesmo tempo em que afirmava que era tempo “de conciliação e de compreensão” (FIGUEIREDO, 2005, p. 286-287).

Já eleito presidente da República, Figueiredo procurou se cercar de amigos, muitos deles companheiros de longa data no setor de “produção de informações”. Na montagem do seu ministério, por exemplo, nomeou os generais Otávio Medeiros para a chefia do SNI, Walter Pires para o comando do Exército e Danilo Venturini para a chefia do Gabinete Militar, além do já citado coronel Andreazza para a pasta do Interior. Muito mais do que uma composição personalista, aquele fato evidenciou o poder adquirido pelo serviço secreto após quase 15 anos de regime autoritário. Além de constituir prova inequívoca da concepção de sociedade democrática do governo: ela não pressupunha a abdicação do sistema de informações.

Concomitante ao preparo e às articulações para os projetos de anistia e de reforma partidária – planos que, não obstante suas limitações, significavam avanços concretos no processo de liberalização –, o governo não só manteve intactas as atividades da “comunidade de informações”, como continuou prestigiando o órgão que era o núcleo daquele sistema. O

SNI, no período que se apresentava como o derradeiro do regime civil-militar, aumentou de forma significativa a sua estrutura física e o seu corpo de funcionários.¹⁶⁰

No que tange à “coleta de dados”, o *Serviço* dedicou especial atenção aos anistiados, devido ao seu potencial “subversivo”. A hoje presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, foi monitorada pelo órgão. Segundo relatório produzido pela sucursal gaúcha do SNI, a ex-militante da luta armada teria participado, na cidade de Registro (RS), em fins de 1979, de uma reunião com integrantes da JCR (Junta de Coordenação Revolucionária), organização de esquerda com atuação em vários países da América Latina (**Folha de S. Paulo**, 1º maio 2011, p. A9).¹⁶¹ Já Leonel Brizola, devido à liderança que exercia e à ojeriza que suscitava, também foi espionado.¹⁶² Os agentes do SNI atentaram sobretudo para o vínculo estabelecido entre o fundador do PDT e a Internacional Socialista, e para as conversações que mantinha com grupos da esquerda armada de países vizinhos, como os *montoneros* argentinos e os *tupamaros* uruguaios. Movimentações que, acreditava o *Serviço*, eram parte integrante de uma trama internacional que visava implantar um regime de esquerda radical no Brasil (**O Globo**, 31 mar. 2009, p. 5).

O axioma da “infiltração comunista” se manteve intacto no governo da “abertura” principalmente por causa do general Otávio Medeiros. O ministro-chefe do SNI, outro membro histórico da “comunidade de informações”, era especialista em “comunismo” – ele fora membro destacado da área especializada em MCI (Movimento Comunista Internacional) nos primeiros tempos do *Serviço*. Tinha, pois, opinião severa acerca dos movimentos grevistas da região do ABC. Por vê-los articulados por grupos da esquerda clandestina, e por concebê-los como uma inaceitável afronta à autoridade do governo, opunha-se de forma veemente a qualquer negociação, propondo, com base na Lei de Segurança Nacional, o enquadramento dos líderes sindicais (**DHBB**, v. III, p. 3674-3675; **Veja**, 14 maio 1980, p. 16; 20-21).

Para assessorá-lo no comando do *Serviço*, Medeiros manteve a chefia da Agência Central com o general Newton Cruz, outro veterano na “área de informações”, e também

¹⁶⁰ De acordo com Lucas FIGUEIREDO (2005, p. 294-297; 300), no governo que viria a ser o último do ciclo militar, “o *Serviço* atingiu seu auge em gigantismo”. Como se tornara o local preferencial para onde se dirigia o pessoal outrora engajado nas operações repressivas – o procedimento ganhou, inclusive, a alcunha “enterro de luxo” –, e também porque relaxara em suas exigências para o ingresso na carreira de “analista de informações”, o SNI chegou a contar, na primeira metade da década de 1980, com quase 5 mil funcionários.

¹⁶¹ Dilma nega veementemente ter participado de tal reunião. Assim como seu então marido, Carlos Franklin Paixão de Araújo, também ex-militante da luta armada. Ele classificou como “uma barbaridade” o relatório, pois nunca esteve em Registro e desconhece a JCR. (**Folha de S. Paulo**, 1º maio 2011, p. A9)

¹⁶² O líder gaúcho, na verdade, foi vigiado e perseguido por agentes da ditadura por todo o período em que viveu no exílio, entre 1964 e 1979. A propósito, cf. **O Globo**, 29 mar. 2009, p. 4.

amigo de Figueiredo.¹⁶³ Juntos, ambos se dedicaram não somente às questões políticas e operacionais, como também procuraram ampliar o rol de atividades do SNI. Tal objetivo, no entanto, resultou num fracasso retumbante. Aliás, as incursões do *Serviço* pelo “mundo dos negócios” – o envolvimento com o grupo empresarial Capemi, e a “sociedade” feita com o jornalista Alexandre von Baumgarten para a reativação da revista **O Cruzeiro** – se notabilizaram, em verdade, pelo escândalo que provocaram. Pois serviram para vincular à já odiosa imagem do SNI o epíteto da corrupção.¹⁶⁴

A rigor, foi com a onda de crimes ocorrida no primeiro terço do governo Figueiredo que a *Comunidade* vivenciou o seu ocaso – a sua desmoralização e a sua execução. Como já mencionado, na medida em que avançava a política da “abertura”, os muitos agentes que haviam construído suas carreiras no aparato repressivo erigido pela ditadura foram se desmobilizando, dedicando-se a atividades burocráticas. Passaram a assistir passivamente, portanto, à intensificação do processo de rearticulação da sociedade civil. Porém, insatisfeitos com aquela situação, saudosos dos tempos do combate à “subversão”, resolveram “agir”. Valendo-se do velho expediente de superestimar o poder de fogo do “inimigo” para se justificar, recorreram ao terror.

Em atitudes que visavam, de modo simultâneo, intimidar os grupos sociais envolvidos no processo liberalizante e desafiar o governo, os grupos terroristas de extrema-direita executaram os mais variados crimes: sequestros, espancamentos, atentados a bomba. A propósito, em pelo menos duas explosões houve vítimas: nos incidentes ocorridos na sede carioca da OAB, em que faleceu a secretária Lyda Monteiro da Silva, e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no qual o servente José Ribamar Sampaio ficou cego e mutilado (NAPOLITANO, 2014, p. 295-296; SKIDMORE, 2000, p. 442).

Além de chocar a população, os crimes causavam indignação. A imprensa, já atuando livremente, não apenas noticiava aqueles acontecimentos, como também levantava indícios de sua autoria. A Igreja, os movimentos sociais e as oposições institucionais verbalizavam a revolta contra aqueles delitos, e exigiam punição aos culpados. Mas os autores

¹⁶³ Newton Cruz – o *Nini* – fora recrutado por Figueiredo, no início dos anos 1960, para trabalhar infiltrado no SFICI. Depois, serviu no SNI entre setembro de 1964 e março de 1967. Voltou ao órgão em março de 1974, como chefe de gabinete de Figueiredo. Ali, permaneceu até fevereiro do ano seguinte. Para voltar em definitivo, já com a patente de general, em setembro de 1977. Nomeado para a chefia da Agência Central, permaneceu no cargo com a ascensão do amigo à Presidência. Cf. FIGUEIREDO (2005, p. 117), e DHBB, v. II, p. 1720-1721.

¹⁶⁴ Em fins de janeiro de 1983, veio a público um dossiê que expunha a nebulosa parceria entre Baumgarten e o SNI, além da atuação do órgão em favor da Capemi. Acusados de envolvimento na morte do jornalista, Otavio Medeiros e Newton Cruz se viram envolvidos num imbróglio de proporções inéditas, circunstância que resultou na condenação pública do *Serviço* e, por conseguinte, na ruína das pretensões presidenciais do seu ministro-chefe. A propósito, cf. a denúncia feita por **Veja** (2 fev. 1983, p. 20-27).

dos crimes não eram identificados. As polícias civis e federal não logravam solucionar aqueles casos. E o SNI, tão eficiente em apontar os “subversores da ordem” e seus planos “maléficos”, mantinha-se num silêncio insólito (FIGUEIREDO, 2005, p. 311-312).

Embora fossem fortes as suspeitas de que o pessoal ligado aos órgãos da *Comunidade* estivesse envolvido naquela série de crimes, assim como a crença de que o governo era conivente, não se podia afirmá-lo com certeza. A prova definitiva, como sabemos, veio a público após o fracassado atentado do Riocentro, no dia 30 de abril de 1981. Sobretudo porque o Exército, que assumiu a responsabilidade da investigação, empenhou-se em esvaziá-la. Todavia, os obscuros propósitos dos militares se revelavam de modo tanto mais explícito quanto mais claramente surgiam as evidências de que os “bolsões radicais” haviam tramado aquele delito.

Logo no dia seguinte ao atentado, o general Gentil Marcondes Filho, comandante do 1º Exército, afirmou que os dois militares atingidos pela explosão (o capitão Wilson Luís Chaves Machado, que se ferira gravemente, e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que acabou morrendo) estavam no Riocentro numa “missão de informações”. E rechaçou ainda a suposição de que ambos estivessem envolvidos na trama de um crime. Não obstante, pouco depois o repórter Fritz Utzeri informava que a perícia feita pela polícia carioca identificara duas outras bombas no interior do automóvel em que estavam Machado e Rosário. Em consequência, não se podia descartar a hipótese de um atentado terrorista (**Jornal do Brasil**, 2 maio 1981, p. 8).

Com o passar dos dias, na medida em que vieram a público os resultados das perícias médica e policial, informações relacionadas às duas vítimas (que seriam membros do DOI-CODI do 1º Exército com um histórico de atuação nos órgãos de segurança), e os depoimentos das pessoas que testemunharam o episódio da explosão, foi sendo desconstruída a versão que os chefes militares procuraram impor. Mas o ardil que se armara para encobrir o incidente do Riocentro se evidenciou de fato quando, cerca de dois meses depois, o relatório do IPM (Inquérito Policial Militar) aberto para apurar o caso, redigido sob a supervisão do coronel Job Lorena de Sant’Anna¹⁶⁵, concluiu que o capitão Machado e o sargento Rosário haviam sido vítimas de um atentado “esquerdista”. A sociedade civil brasileira se indignara: como, diante de tamanhas evidências de que fora a extrema-direita militar a responsável pelo

¹⁶⁵ O coronel Sant’Anna veio a substituir o também coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, que fora o primeiro encarregado do IPM do Riocentro. Ao demonstrar um mínimo de disposição para investigar o caso, Ribeiro passou a ser chantageado e coagido pela *Comunidade*, optando, então, por enunciar ao cargo (FIGUEIREDO, 2005, p. 325).

atentado, o Exército insistia numa farsa? E o governo, mesmo contando com o apoio declarado das oposições e de muitas outras instituições¹⁶⁶, como encampava aquela versão claramente farsesca?

Com efeito, a irresolução do atentado do Riocentro significou a gota d'água para o general Golbery. Pois ele percebera que, na queda de braço que vinha travando com o general Medeiros, saíra-se perdedor. Sentindo-se desprestigiado pelo presidente – que, no seu entender, era demasiadamente influenciado pelos velhos camaradas –, vendo-se isolado na cúpula do governo – pois, com a morte de Petrônio Portella, perdera um aliado da maior importância para o prosseguimento do projeto de liberalização –, Golbery optou pela renúncia.¹⁶⁷

Anos depois, veio a público a íntegra de uma carta que entregara a Figueiredo em julho de 1981. Nela, o general cobrava uma investigação séria e a consequente punição dos envolvidos no caso Riocentro. E apelava, inclusive, para que o presidente impusesse sua autoridade, pois, no seu entender, “os atos terroristas” constituíam uma afronta inaceitável. Disse ele:

(...) a convicção bem generalizada de que os “chamados DOI-Codi” (...) tiveram participação ativa na autoria do atentado frustrado coloca o governo e, infelizmente, o próprio presidente (...) num dilema inescapável: *ou incapacidade de ação repressora, por falta de autoridade efetiva, ou complacência e comprometimento de fato, em grau maior ou menor, no intento terrorista, pelo menos em seu acobertamento.* (Veja, 23 set. 1987, p. 21 – grifo nosso)

Dentre as muitas lendas que circulavam a respeito de Golbery, uma que se destacava dizia respeito à sua onisciência. Logo, cabe perguntarmos: será que ele tinha informação de tanto Medeiros quanto Figueiredo souberam, com pelo menos um mês de antecedência, das tramoias que resultaram no atentado do Riocentro?¹⁶⁸ Vendo-se só e derrotado em seus

¹⁶⁶ Segundo reportagem publicada na revista **IstoÉ** (13 maio 1981, p. 16-19), formou-se em torno de Figueiredo uma verdadeira “frente nacional contra o terror”.

¹⁶⁷ Cerca de dois meses após a saída de Golbery, a revista **Veja** (28 out. 1981, p. 24) publicou uma reportagem na qual reproduziu trechos de um suposto diálogo travado entre o então ministro da Casa Civil e o chefe do SNI. Dirigindo-se de forma ríspida a Medeiros, Golbery teria criticado com veemência a *Comunidade* e suas ações, e alertado para o perigo contido na pretensão de se controlar o país. No entender do periódico, a crítica continha uma clara indicação de que o general se dedicaria, fora do governo, a combater o poder do órgão que passou a chamar de “monstro”, e também as ambições políticas de seu comandante.

¹⁶⁸ De acordo com o jornalista José Casado (**O Globo**, 30 mar. 2014, Especial, p. 2), Otávio Medeiros informou cerca de trinta dias antes, ao presidente e ao general Danilo Venturini (chefe do Gabinete Militar), que agentes ligados ao DOI-CODI do 1º Exército estavam preparando um atentado terrorista no Riocentro. Relatou, inclusive, que fora Newton Cruz que lhe passara a informação. Tais revelações, segundo Casado, foram registradas em depoimentos no segundo IPM sobre o caso, entre fins de 1999 e janeiro de 2000.

propósitos, não teria o general concebido a encenação de um último ato, qual seja, o da “luta inglória” pela democratização da sociedade brasileira?

No que tange à postura de Figueiredo, é inevitável não nos lembrarmos de uma das máximas do Barão de Itararé: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”. Pois ficou mais do que evidente que o presidente optara pelo *esprit de corps*. Isto é, que privilegiara a camaradagem para com os seus velhos companheiros militares. Ora, mas aquela conduta não exprimia uma cumplicidade com os crimes da polícia política? Certamente que sim. Mas, como já ressaltado, a escala de valores e os códigos de comportamento do meio castrense têm toda uma peculiaridade. Assim sendo, para Figueiredo prevaleceu a lógica de que o acobertamento das ações criminosas tinha um sentido de preservação corporativa: devia-se impedir a exposição e, por conseguinte, a vulnerabilização da *Comunidade*. Até porque, ao eximir de culpa os camaradas, o general-presidente preservava a própria pele.

Figueiredo, portanto, deixou claro que sua disposição de “prender e arrebenatar” quem fosse contrário à “abertura” não se aplicava ao pessoal outrora engajado na luta contra a “subversão”. Assim como evidenciou, uma vez mais, o caráter unilateral da sua proposta de “conciliação”. Não obstante, aquele imbróglio teve pelo menos um resultado positivo. Como bem destacou SKIDMORE (2000, p. 446-447), embora a *Comunidade* tivesse permanecido impune e intocada, acabou sendo neutralizada. Os atos terroristas forçosamente cessaram, e a extrema-direita teve que se recolher. Uma última manifestação foi ainda ensaiada nas eleições de 1982, com o famigerado “Caso Proconsult”, mas a opinião majoritária entre os militares era a de que havia chegado a hora da retirada. Aos trancos e barrancos, o processo de liberalização tutelada seguiu adiante.

3.6 – Ainda sob controle: as oposições e as eleições de 1982

No dia 19 de novembro de 1980, foi promulgada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 15, que restabeleceu a eleição direta para os cargos de governador e de senador.¹⁶⁹ Assim sendo, no pleito de 1982 a população brasileira teria o direito de eleger diretamente – pela primeira vez desde 1965 – os mandatários estaduais. Consoante com o propósito declarado da “abertura”, o governo do general Figueiredo dera mais um passo rumo à democratização do país. Não obstante, como temos procurado demonstrar ao longo deste

¹⁶⁹ Ficavam extintos, portanto, os chamados senadores “biônicos”, mas os mandatos dos eleitos em 1978 foram preservados até o fim, em 1987.

trabalho, tratou-se de uma concessão que obedecia a uma lógica estratégica. Isto é, havia uma íntima conexão entre a já citada Lei n. 6.767 e a Emenda Constitucional nº 15. Como bem observou o cientista político Rogério SCHMITT (2000, p. 52-53):

A expectativa do governo militar era que a volta do multipartidarismo atenuasse o voto plebiscitário manifestado pela população nas eleições anteriores. Se o eleitorado de oposição se fragmentasse pelos novos partidos assim como fizera a própria classe política, o partido da situação seria novamente o maior beneficiado. No longo prazo, o desempenho eleitoral do PDS nas eleições de 1982 seria, por sua vez, decisivo para a sucessão presidencial prevista para janeiro de 1985.

Na medida em que, durante o ano de 1981, a legenda governista “sofreu uma erosão gradual”, perdendo 14 deputados, e “chegando à maioria absoluta mínima de 211” (FLEISCHER, 1994, p. 182), o governo percebeu que era necessário agir. Sob o comando do novo chefe da Casa Civil, o professor João Leitão de Abreu¹⁷⁰, recorreu novamente aos chamados *casuísmos* legislativos. O primeiro deles, o “Pacote de Novembro” (1981), que acabou aprovado por decurso de prazo em janeiro do ano seguinte, continha as seguintes determinações:

- ✓ a obrigatoriedade do “voto vinculado”, isto é, a exigência de que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa (de vereador a governador) – em caso de desrespeito à norma, o voto seria anulado;
- ✓ a exigência de que os partidos, sob pena de não poderem concorrer, lançassem candidatos para todos os cargos eletivos (em qualquer dos Estados da Federação) – indiretamente, portanto, estavam sendo proibidas as coligações eleitorais, o que veio a prejudicar o desempenho de legendas como o PDT e o PT, que tiveram que deslocar muitas de suas lideranças das disputas proporcionais para as majoritárias (FLEISCHER, 1994, p. 184; SCHMITT, 2000, p. 53-54; NICOLAU, 2012, p. 116-117).

Como era de se esperar, tamanha manipulação não tardou a surtir efeitos. O PP de Tancredo Neves, partido que surgiu com o propósito de colaborar com a proposta de “conciliação” feita por Figueiredo, resolveu se incorporar ao PMDB.¹⁷¹ Enfático, o veterano

¹⁷⁰ Leitão de Abreu já havia exercido o mesmo cargo durante o período Médici. Aliás, ele fora o principal responsável pela coordenação política do governo, e, muito provavelmente por isso, atribui-se à sua pessoa as articulações que, entre fins de 1972 e o início de 1973, visavam à prorrogação do mandato de Médici. Cf. DHBB, Vol. I, p. 15-16.

¹⁷¹ Não era a primeira vez que o governo atingira as pretensões do PP. Em janeiro de 1980, logo após a morte de Petrônio Portella, Golbery optou por escolher o deputado federal Ibrahim Abi-Ackel para assumir o ministério da Justiça. Tratou-se de mais uma manobra ardilosa do general, que assim impediu a debandada de muitos

político mineiro declarou: “Eles acreditam nos pacotes, e nós acreditamos no povo. Porque só o povo é a fonte e a origem do poder”. Depois, dirigindo-se aos correligionários, apelou para que a incorporação fosse vista como uma “integração”, acima de “divergências” e de “discrepâncias”, pois o compromisso de todos ali reunidos era com a “restauração da ordem democrática” (**Jornal do Brasil**, 15 fev. 1982, p. 3).

Percebendo que a fusão PP-PMDB restabeleceu, na prática, o bipartidarismo no país, o governo lançou mão de outro *casuísmo* – a Emenda Constitucional nº 22 (aprovada em fins de junho de 1982), que, dentre várias mudanças, decretou que:

- ✓ o total de deputados federais passaria de 420 para 479;
- ✓ o quorum constitucional, que o “Pacote de Abril” havia determinado que seria de maioria simples, voltou a ser de 2/3 do Congresso Nacional;
- ✓ o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente da República passaria a contar com seis delegados por Estado, e não mais com um número proporcional à suas populações. Ademais, aqueles delegados eleitorais seriam escolhidos entre os deputados estaduais do partido mais votado nos legislativos estaduais, totalizando um total de 138 (FLEISCHER, 1994, p. 185).

De modo a completar a intervenção cirúrgica no sistema eleitoral, os “engenheiros políticos” a serviço do governo ordenaram, em agosto de 82, que nas eleições daquele ano seria proibido o voto de legenda, assim como o eleitor seria obrigado a escrever os nomes e/ou os números dos candidatos na cédula de votação. Se não o fizesse, o voto seria considerado nulo. Sorrateiramente, acreditava-se que os eleitores menos escolarizados se atrapalhariam (FLEISCHER, 1994, p. 184; NICOLAU, 2012, p. 117-118).

As inúmeras manobras forjadas pelos dirigentes autoritários acabaram, de modo óbvio, favorecendo o governo (muito embora o resultado tenha ficado aquém do esperado, visto que havia a expectativa de vitória em 15 ou 16 Estados). A suposição de que, nos muitos municípios do interior suscetíveis ao clientelismo, o “voto vinculado” induziria à escolha dos candidatos pedessistas foi confirmada.¹⁷² Por consequência, o PDS elegeu 12 dos 22 governadores¹⁷³ – todos do Nordeste e, para a surpresa de muitos, o do Rio Grande do Sul –, 60% do Senado Federal e quase a metade da Câmara dos Deputados (49,1%).

políticos mineiros para o partido liderado por Tancredo e por Magalhães Pinto. Cf. FLEISCHER (1994, p. 180). Para um histórico da carreira política de Abi-Ackel, cf. DHBB, Vol. I, p. 3-7.

¹⁷² De acordo com ALVES (2005, p. 338-339), os candidatos do PDS fizeram uso dos mais variados recursos públicos e privados (“facilidades administrativas, gráficas, gasolina, carros e aviões”) para a promoção de seus nomes.

¹⁷³ No recém-criado Estado de Rondônia não houve eleição para governador.

Mas o desempenho das oposições foi considerado muito bom, sobretudo nas regiões mais populosas e desenvolvidas do Centro-Sul do país. O PMDB, conforme o previsto, foi o grande responsável pelo êxito. Triunfou, dentre vários Estados, em São Paulo, com Franco Montoro, em Minas Gerais, com Tancredo Neves, e no Paraná, com José Richa. Obteve, ademais, resultados expressivos para o Congresso Nacional – 36% no Senado Federal e 41,8% na Câmara (FLEISCHER, 1994, p. 186-188; ALVES, 2005, p. 336; 340-341).

Tabela 6 – Resultados das eleições para os governos de Estados

Partidos	Estados	Total de votos	Eleitorado	População	Território (km²)	% do PIB
PDS	12	7.807.696	22.225.818	47.425.296	2.810.207	23,90
PMDB	9	11.612.702	30.134.704	58.400.155	5.037.937	58,22
PDT	1	1.416.730	6.292.265	11.297.962	44.268	16,68

Fonte: ALVES (2005, p. 342).

Por outro lado, o PDT e o PT acabaram sendo muito prejudicados pelas manobras eleitorais do governo.¹⁷⁴ A legenda trabalhista, ancorada no prestígio e no carisma do seu líder máximo, ainda conseguiu conquistar o governo do Rio de Janeiro, derrotando, inclusive, os incansáveis agentes da *Comunidade*.¹⁷⁵ Já o partido liderado por Lula, como bem assinalou NAPOLITANO (2014, p. 301-302), percebeu que “o caminho entre um retumbante movimento social e um vigoroso movimento político-partidário capaz de ser uma alternativa real de poder era mais longo e acidentado” do que se supunha. De modo decepcionante, os candidatos petistas aos governos estaduais receberam apenas 1.589.645 votos, sendo que 72% deles somente no Estado de São Paulo. Muito baixo foi também o número de parlamentares – 148 – e de prefeitos eleitos – apenas 2 (PERSEU, 2008, p. 140-141).¹⁷⁶

A hegemonia das oposições, portanto, pendeu de forma incontestante para a ala liberal-conservadora. Ainda que acometida pelas intervenções dos “engenheiros políticos”

¹⁷⁴ Além do já citado “pacote casuístico”, havia também a “Lei Falcão”, que proibiu o acesso aos meios de massa 60 dias antes do pleito. Como eram muito limitados em termos financeiros e organizativos, PDT e PT tiveram um desempenho bem abaixo do esperado.

¹⁷⁵ ALVES (2005, p. 336; 343-345) analisa como a candidatura de Brizola foi ameaçada pela fraude da contagem de votos – por meio da empresa de computação Proconsult, oficiais ligados ao SNI e ao CIE pretenderam subtrair os sufrágios destinados ao líder pedetista. Descoberto o intento, foi processado um novo cômputo, que proclamou a vitória da oposição.

¹⁷⁶ A revista PERSEU é vinculada à Fundação Perseu Abramo, órgão de reflexão teórica e de divulgação do Partido dos Trabalhadores.

palacianos, os grupos daquele campo passaram a se apresentar, do ponto de vista institucional, como os principais interlocutores do regime autoritário.

No que concerne ao governo, as eleições de 1982 tiveram um saldo positivo. Pelo simples fato de terem sido realizadas, exerceram um papel de legitimidade muito importante para o projeto da “abertura”. Além do mais, com o imprescindível auxílio dos *casuístas*, foram obstruídas as perspectivas de crescimento das oposições, e mantido o controle sobre o Parlamento. Teoricamente, portanto, estava garantida a condução do processo de liberalização. Depois de tantos imprevistos e percalços, haveria tranquilidade para o desfecho que fora programado?

Capítulo IV – A revista Veja e a legitimação da “conciliação”

A palavra conciliação é muito polêmica. Quando se fala de conciliação, você pensa em conciliação partidária, quer dizer, uma trégua partidária. (...) **Mas a conciliação que eu me refiro, nem é sequer uma conciliação de grupo ou de pessoas, uma conciliação que eu chamaria estrutural**, aquela conciliação que abrange todos os segmentos da sociedade, porque não é feita em torno de governo, nem em torno de homens, nem em torno de partidos, ou em torno de classes, é **aquela conciliação que a gente faz em torno das soluções básicas para os problemas fundamentais do país**. É aquela conciliação para qual a gente apela quando a nação se debate em crise profunda como está acontecendo com o Brasil de hoje. **É uma conciliação que tem por objetivo se erguer as forças políticas, morais e econômicas do povo, e reintegrá-lo na plenitude da sua ação criadora. Tancredo Neves**¹⁷⁷

Palavras velhas podem compor conceitos novos. E estes conceitos, dependendo do reforço da propaganda e do peso do condicionamento ideológico, podem tornar-se perigosamente atrativos. (...) Os nossos políticos profissionais e os nossos intelectuais são mestres nessa arte, infelizmente negligenciada pelos estudiosos da cultura. Como não podem transformar o **Brasil real**, esmeram-se na fabricação de fórmulas que autonomizam e conferem realidade ao **Brasil ideal**. **Florestan Fernandes**¹⁷⁸

No dia 1º de março de 1983, na tradicional mensagem de abertura dos trabalhos legislativos, o presidente João Figueiredo se valeu de uma proposta, à primeira vista, surpreendente. Segundo ele, em razão do agravamento da crise econômico-financeira, cujas consequências requeriam sacrifícios para toda a sociedade, era necessário haver uma “trégua política”. Isto é, diante das dificuldades vividas pelo país, tornava-se imperativo, para enfrentá-las, um “clima de cooperação e entendimento” entre o governo e as forças de oposição. Nesse sentido, afirmou ainda o general:

Na base do aperfeiçoamento democrático estará o espírito de concórdia, a tendência para a negociação, a redutibilidade dos antagonismos. (...) Chegamos a novo estágio, em que a abertura democrática não poderá consistir em atos unilaterais. O funcionamento da democracia, neste período decisivo de nossa História, reclama espírito de transigência e vontade comum de encontrar fórmulas que *conciliem a continuidade com a mudança*. (**Folha de S. Paulo**, 2 mar. 1983, p. 4 – grifo nosso)

¹⁷⁷ **MUDA Brasil** (1985). [Grifo nosso]

¹⁷⁸ **Folha de S. Paulo**, 2 jan. 1985, p. 2. [Grifos no original]

A disposição para o diálogo, entretanto, pressupunha a adequação do interlocutor a determinadas premissas. Uma vez mais – como, aliás, tornara-se hábito desde o momento em que fora lançada a proposta da “distensão política” –, os dirigentes autoritários fizeram uso da prerrogativa do veto. Expediente que é, em sua essência, arbitrário, porque exclui o grupo que não se “adequa”, ao mesmo tempo em que submete aquele que “concorda”.

Poucos dias após o pronunciamento de Figueiredo, o porta-voz da Presidência, Carlos Átila, procurou esclarecer que certos temas sequer eram considerados para eventuais negociações com a oposição. Para ele, as palavras do presidente tinham sido mal interpretadas: “O governo não pediu trégua. Disse que ela se impõe ao momento atual”. Ou seja, eram passíveis de discussão apenas as propostas mencionadas na mensagem que fora enviada ao Congresso Nacional (Lei Salarial, reforma tributária etc.). Não haveria espaço, portanto, para os temas considerados vitais pelas forças de oposição: a revogação da Lei de Segurança Nacional, a convocação de uma Assembleia Constituinte e o estabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República e para as prefeituras das capitais (**Jornal do Brasil**, 5 mar. 1983, p. 3).

Os meses subsequentes à mensagem presidencial mostraram que, embora houvesse personagens e grupos dispostos a “cooperar”, “trégua” era tudo o que o governo não teria. Isto é, personagens como Tancredo Neves e Ivete Vargas eram, pelo menos naquele contexto, minoritários. Tancredo, no discurso em que se despediu do Senado Federal, corroborou a alegação de Figueiredo de que aquele momento exigia um arrefecimento dos espíritos. Segundo ele:

A Nação, na fase atual de sua evolução, não comporta nem lutas partidárias acirradas nem luta de classes exacerbada. *Há que encontrarmos, com urgência, o caminho do entendimento (...).*

União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua, são nomes de um estado de espírito que se está formando na comunidade nacional ávida de segurança, temerosa em face dos acontecimentos, aflita e angustiada na ausência de perspectivas ensolaradas.

Um esforço conjunto, portanto, era mais do que necessário. Sobretudo porque setores da oposição assumiriam responsabilidades de governo:

O Brasil dos nossos dias não admite nem o exclusivismo do Governo nem o da Oposição. Governo e Oposição, acima dos seus objetivos políticos, têm deveres inalienáveis com o nosso povo. Mantenha-se cada um inquebrantavelmente fiel aos seus programas e compromissos. Não há por que arriar bandeiras ou renunciar a princípios, porque seria uma inqualificável traição, *mas que se encontre um terreno*

limpo e nobre onde todos possamos nos encontrar, emancipados de preconceitos e libertos de idiosincrasias, para a obra comum do engrandecimento nacional.
(**Jornal do Brasil**, 11 mar. 1983, p. 9 – grifo nosso)

A líder do PTB, por sua vez, capitaneou a adesão do seu partido à base governista no Congresso. Num acerto que envolveu o acolhimento de algumas reivindicações no campo da legislação trabalhista (reformas das leis de greve e de organização sindical, redução da jornada de trabalho etc.), a formação de uma aliança entre o PTB e o PDS foi benéfica sobretudo para o governo: com o reforço dos votos petebistas, ele passaria a contar com maioria absoluta na Câmara Federal. “O governo propôs uma trégua e nós aceitamos”, justificou Ivete Vargas. Segundo ela, as oposições tinham a “missão” de dialogar com quem tinha, de fato, condições para “modificar aquela situação” (**Veja**, 11 maio 1983, p. 3; **Veja**, 18 maio 1983, p. 43).

Em contraposição, peemedebistas, pedetistas e petistas se recusavam a conciliar com o governo. E viam no acordo PDS-PTB uma traição, uma agressão à “consciência oposicionista da nação” (**Jornal do Brasil**, 13 maio 1983, p. 2).

Como se não bastassem os empecilhos na área política, o Palácio do Planalto teve que enfrentar outros seriíssimos problemas. Em razão da profunda crise econômico-social que assolava o país, as manifestações de descontentamento atingiram níveis de radicalidade inéditos. Foi naquele contexto, por exemplo, que ocorreu uma série de motins e saques na cidade de São Paulo, fenômeno que, no entender de Marcos NAPOLITANO (2005, p. 106), configurava-se como um verdadeiro “drama social”.¹⁷⁹

Alguns veículos da grande imprensa, surpreendentemente, procuraram analisar a questão de forma ponderada. Interpretaram a revolta da população paulistana como uma reação colérica aos efeitos nocivos da política econômica do governo – cujas diretrizes, autoritárias e excludentes, tendiam a acentuar a “miséria das massas” e, por conseguinte, as “tensões sociais” (**Folha de S. Paulo**, 6 abr. 1983, p. 2; **Veja**, 13 abr. 1983, p. 35).

Mas, para além dos condicionantes estruturais daquela rebelião, interessa-nos destacar, principalmente, os seus efeitos políticos. Pois o grito dos desempregados e dos “ditos marginais” resultou na politização do tema da recessão econômica e, de modo simultâneo, no veemente questionamento da oposição legal à ditadura civil-militar (NAPOLITANO, 2005, p. 108; 112). Como o processo de autorreforma do regime, conforme

¹⁷⁹ “Durante os saques de abril de 1983, que abalaram o cotidiano de São Paulo, a repolitização do espaço público deixava de ser vista como uma festa cívica, como nas eleições gerais do ano anterior (...). A multidão, a ‘massa amorfa’ que cotidianamente ocupava as ruas da cidade, parecia ter saído do controle.” (NAPOLITANO, 2005, p. 106)

as regras impostas por ele mesmo, não indicava nenhuma mudança significativa na dramática situação de milhões de brasileiros, a atuação política institucional fora colocada em xeque. As multidões indignadas e insatisfeitas o demonstraram de forma contundente.

A revolta popular ocorrida em abril de 1983, portanto, não direcionou sua fúria somente contra o governo federal. Ela se voltou também contra os poderes estaduais que passaram a ser controlados pela oposição. Porque, a partir do momento em que assumiram responsabilidades políticas e administrativas, envoltos numa situação de impotência, visto que o poder central ditava as regras e controlava as verbas, os governadores opositoristas tiveram que arcar com os ônus de uma violenta crise econômico-social e política.¹⁸⁰

Logo, no decorrer do ano de 1983, intensificaram-se as contradições com as quais se debatiam as forças de oposição. PMDB e PDT, ocupando importantes espaços no poder político institucional, viram-se num dilema que, no limite, tornava-os reféns da estratégia dos dirigentes autoritários: enredados na estrutura do Estado, seria possível manter o discurso e a prática opositoristas? Tal situação não exigiria um posicionamento mais flexível, em busca de uma solução mais consensual para os inúmeros problemas do país?

A oposição de esquerda, por sua vez, entendeu que era necessário investir na insatisfação popular. Isto é, que urgia a vocalização de suas reivindicações, a sua mobilização e a sua organização. De modo que o grito das ruas ganhasse força e dimensão, resultando em pressões sobre o Congresso Nacional. Não foi outro o objetivo das greves ocorridas em julho daquele ano. Capitaneadas pelo movimento sindical – onde era forte a presença do PT –, as paralisações tinham um objetivo claro: a politização da crise, por meio da ocupação dos espaços públicos.¹⁸¹

A ideia, porém, era vista como preocupante pelos opositoristas liberais – em razão da ausência de um “objetivo definido”, ela suscitava “apreensão nas diversas camadas sociais” (**Folha de S. Paulo**, 21 jul. 1983, p. 2). E, de modo óbvio, era encarada pelo governo como uma provocação – o presidente em exercício, Aureliano Chaves¹⁸², chegou a promulgar um decreto que ampliava o poder do Executivo federal de, em caso de “grave perturbação da

¹⁸⁰ No segundo dia da revolta em São Paulo, cerca de 3 mil manifestantes se dirigiram ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, para cobrar do governador Franco Montoro medidas para enfrentar a crise. Furiosos, chegaram a derrubar uma parte da cerca de ferro que protegia a residência oficial, sendo contidos e dispersados somente pelas forças policiais. (**Veja**, 13 abr. 1983, p. 25).

¹⁸¹ Por meio de panfletos, a Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores expunha de modo claro tal estratégia: “Todos os trabalhadores, homens e mulheres, bairros e fábricas: vamos sair em marcha, junto com todas as fábricas, até a praça (...)”; “A greve é uma luta, não é feriado, é dia de sairmos às ruas para protestar e reivindicar.” (NAPOLITANO, 2005, p. 120)

¹⁸² O presidente João Figueiredo havia ido aos Estados Unidos para se submeter a uma cirurgia cardíaca.

ordem ou ameaça de sua irrupção”, convocar as polícias militares estaduais para o exercício da repressão (ALVES, 2005, p. 359).

De acordo com NAPOLITANO (2005, p. 120), as greves com conteúdo político, mobilização e ocupação das ruas eram intoleráveis para o regime civil-militar. E, ademais, em muito contribuíram para demonstrar os limites da concepção de “abertura” dos setores liberais da oposição. Ao se mostrarem temerosos com a tática de apropriação dos espaços públicos, tais forças evidenciaram a sua submissão aos ditames da transição negociada da ditadura.

Assim sendo, configurou-se uma espécie de cisão entre as forças oposicionistas. De um lado, os grupos de esquerda, presentes nas ruas e praças das grandes cidades, optando de modo claro pelo questionamento do regime, exigindo o seu fim imediato – contando, porém, com representação minoritária no Parlamento; de outro, os grupos liberais e conservadores, adeptos da negociação e da transição sob controle, com uma composição institucional significativa. Tudo num contexto fortemente marcado por uma crise de proporções inéditas. Tratava-se, pois, da situação do impasse.

Entrementes, o general Figueiredo se via rodeado de problemas. Não obstante as inúmeras adversidades com as quais se defrontava, teve que lidar também com as ambições políticas de determinadas personalidades do PDS. Isso porque, iniciado o ano de 1983, vieram à tona as articulações em torno da sucessão presidencial. E nela se destacaram, de imediato, Aureliano Chaves, o ministro Mário Andreazza e o recém-eleito deputado Paulo Maluf.

Num primeiro momento, Figueiredo demonstrou disposição de assumir o comando de sua sucessão. Valendo-se do posto de liderança que ocupava, sinalizou que pretendia coordenar o processo de escolha do próximo candidato oficial à presidência. Dois fatores, no entanto, constituíram-se em obstáculos àquele intuito: 1º) o comportamento ciclotímico do presidente; 2º) as pretensões dos postulantes ao Palácio do Planalto.

Protagonista daqueles acontecimentos, José Sarney assim se referiu ao imbróglio:

Atendi ao pedido do Andreazza, que desejava falar-me com urgência. (...) Desejava contar-me a conversa com o presidente Figueiredo e avaliá-la. Ele esteve com JF na véspera, (...) e falou sobre a sucessão. O PR não podia estar só. Tinha aspirações e desejava sair à luta. O PR o autorizou a sair. (...).
 (...) O problema inflacionário é sério e não há como resolvê-lo. O Delfim seguiu a regra do Fundo Monetário. O resultado é recessão, sem controle da inflação. Acredito que em nome de tudo está o problema político. Os fracassos levaram Figueiredo ao isolamento e à doença. Ele, aliás, nunca me pareceu um homem capaz. O Andreazza não tem condições de sustentação junto ao governo, entregue ao Medeiros [Gal. Octávio Medeiros] e ao Nini [Gal. Newton Cruz]. Este é o mais inteligente e tem ascendência sobre todos. Está fazendo esforços para controlar a situação. O PR vai deixando sua “chapada”. Aceitará o Maluf por gravidade, mas vem tentar uma outra solução que é a do Leitão: prorrogar o mandato por mais dois

anos e fazer diretas. Esta é a solução Leitão. O Andrezza está sendo usado. (ECHEVERRIA, 2011, p. 271)¹⁸³

De fato, desde o problema do infarto pelo qual passara em setembro de 1981, Figueiredo foi progressivamente se desinteressando das funções de governo. Aprofundou a tendência de delegar poderes, passou a demonstrar uma constante irritabilidade. O que resultou num vácuo de liderança e, por conseguinte, num crescente desentendimento entre os ministros. As divisões na cúpula do poder acabaram, por fim, alimentando um impressionante processo de desagregação no governo.

O “comportamento sinuoso” do general Figueiredo, decerto, em muito contribuiu para aquela situação. Seus diálogos e pronunciamentos emitiam sinais contraditórios, ora estimulando, ora confundindo os postulantes à Presidência. No livro **O complô que elegeu Tancredo** (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 14; 20) são reproduzidas algumas de suas falas:

- ✓ em março de 1983, numa reunião com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, o presidente declarou: “Quem ganhar na convenção do PDS, leva”. Sentença que em muito agradou o deputado Maluf, que apostava numa vitória no congresso do partido;
- ✓ já em outra ocasião, para a satisfação de Aureliano e do senador Marco Maciel (PE), outro pretense candidato, teria dito: “O PDS deve buscar um nome que tenha o respeito do país e que possa unir o partido no Colégio Eleitoral”.

Ainda que confusos pelo vaivém presidencial, os pré-candidatos governistas, envoltos pelo desejo de ascenderem ao cargo máximo da nação, acabaram promovendo uma espécie de “batalha” dentro do PDS. À sua maneira, todos pensavam possuir as condições e os apoios necessários ao exercício da Presidência. Porém, tragados pela ambição, não percebiam que sua postura, ao mesmo tempo em que aborrecia o já agastado presidente, concorria diretamente para a erosão do partido ao qual pertenciam.

Somemos àqueles fatos, ainda, as intrigas disseminadas pelo chamado “grupo áulico” (SILVA, 2003, p. 273). Capitaneado pelos generais Cruz e Medeiros, o círculo agiu com afinco na transmissão de notícias que acabaram indispondo o presidente e seu vice, Aureliano Chaves. Posteriormente, na medida em que se ajustavam as peças do tabuleiro, com o jogo da sucessão se delineando mais claramente, houve o rompimento formal entre os dois. O que

¹⁸³ Segundo a autora da biografia sobre Sarney, tal relato foi escrito em 29 de abril de 1983.

acabou se mostrando como fator determinante para a disposição de Aureliano em compor com a oposição.¹⁸⁴

Mas a personagem que, naquele contexto, veio a adquirir notável proeminência foi o deputado Paulo Maluf. Seu histórico político era marcado por uma trajetória fulminante e audaciosa – em razão de sua amizade com o general Costa e Silva, foi nomeado diretor da Caixa Econômica Federal em São Paulo (1967), e, depois, prefeito da capital (1969), onde se destacou enquanto realizador e também com polêmicas; assumiu, na sequência, a Secretaria de Transportes do governo paulista (1971), cargo em que começou a construir o seu capital político, estabelecendo contatos com prefeitos e vereadores de todo o interior do Estado, e no qual coordenou a efetivação de uma série de obras de infraestrutura (PULS, 2000, p. 28-31; PINTO, 2008, p. 65; 69-70). Tal experiência, aliás, robusteceu a sua capacidade de arregimentar correligionários e, à vista disso, de conquistar votos.

Contra a vontade do Palácio do Planalto, sobretudo do então candidato João Figueiredo, Maluf se saiu vitorioso na Convenção estadual da Arena, em junho de 1978, e se tornou o concorrente do partido no Colégio Eleitoral, três meses depois. Triunfante também naquele pleito, aprofundou no governo paulista a prática e o estilo políticos que o tornaram conhecido. Finda a experiência em São Paulo, o próximo passo era conquistar Brasília – “Em 1º de fevereiro de 1983 assumi na Câmara dos Deputados. E aí começa minha campanha à Presidência da República”, admitiu Maluf, anos depois (PINTO, 2008, p. 110).

Os modos de fazer política do novo deputado logo chamaram a atenção na capital, surpreendendo a muitos e enfurecendo outros. A tática do corpo-a-corpo, do contato direto com a base partidária, o modo expansivo com que dialogava com os interlocutores, procurando seduzi-los, prontamente mostraram efeito (PINTO, 2008, p. 124). Em pesquisa realizada junto aos parlamentares do PDS no mês de abril de 1983, Maluf foi apontado como o candidato de preferência à sucessão presidencial. De um total de 243 consultas, ele obteve 83 votos – ou seja, 34,1% de apoio (**Jornal do Brasil**, 1º maio 1983, p. 8).¹⁸⁵

¹⁸⁴ Em depoimento a COUTO (1998, p. 320), Aureliano afirma que, durante o período em substituiu Figueiredo na presidência, o general foi submetido a um “processo de intriga permanente”, com o claro intuito de envenenar a relação entre ambos. Mas o problema maior, segundo Aureliano, é que o presidente “era altamente permeável às intrigas”. Já os repórteres do **Jornal do Brasil** (DIMESTEIN et al., 1985, p. 20-21) enfatizam que o vice-presidente procurou imprimir um ritmo de trabalho totalmente estranho à “rotina modorrenta” do governo sob a batuta de Figueiredo. Seu empenho, inclusive, foi destacado pelos principais jornais do país, fato que irritou profundamente o general.

¹⁸⁵ Aureliano Chaves ficou em segundo lugar na pesquisa, com 40 votos, seguido por Marco Maciel, com 21 votos, e por Mário Andreazza, com 20 votos.

Foram parlamentares “malufistas”, aliás, que lideraram a organização de uma chapa de oposição para o novo Diretório Nacional do PDS, que seria eleito na Convenção Nacional da legenda, em julho de 1983. Autointitulado “Participação”, o grupo dissidente tinha o intuito de disputar espaço na cúpula partidária, vista como demasiadamente elitista e subordinada às ordens do governo. Embora procurasse desvincular sua iniciativa da questão sucessória, era evidente que aquele grupo pretendia, ao ocupar espaços na direção pedessista, influir sobre os rumos e escolhas que seriam tomados dali por diante.¹⁸⁶

A mensagem da chapa dissidente foi bem-sucedida. A “Participação” obteve cerca de 35% dos votos dos convencionais do PDS, o que a levou à conquista de 42 das 121 vagas do novo Diretório Nacional. E, embora malograsse em seu intuito de abocanhar uma parte da Comissão Executiva – o órgão que pautava a linha de atuação do partido –, o grupo mostrou de forma contundente o poder de convencimento do deputado Maluf e, sobretudo, evidenciou que não estava disposto a apenas servir aos interesses do governo (CANTANHÊDE, 2001, p. 20; **Veja**, 20 julho 1983, p. 35-36).

As desavenças dentro do PDS tendiam a fraturá-lo cada vez mais, impedindo-o de formular soluções para grave crise que o país atravessava, e dificultando o encaminhamento das ações propostas pelo governo. Fatos que irritavam profundamente Figueiredo, que reclamava, ademais, que o partido não respondia adequadamente às críticas da oposição. O general, em consequência, chegou a cogitar uma renúncia à liderança do partido, mas depois acabou abandonando a ideia (**Veja**, 20 julho 1983, p. 35).

4.1 – A questão sucessória em disputa: o projeto da “conciliação” e a luta pela ampliação das possibilidades políticas

Em novembro de 1983, durante viagem ao continente africano, o presidente João Figueiredo fez uma declaração surpreendente: disse que era favorável à eleição direta para a Presidência da República.

¹⁸⁶ A jornalista Eliane CANTANHÊDE (2001, p. 18) assinala que, conquanto liderado por destacados “malufistas”, como os deputados Theodorico Ferrazo (ES) e Amaral Neto (RJ), o grupo “Participação” foi composto também por outros parlamentares ligados a Aureliano Chaves que, depois, declararam-se favoráveis às eleições diretas, assim como se engajaram na campanha de Tancredo Neves – homens como José Lourenço (BA), Saulo Queiroz (MS), Israel Pinheiro Filho (MG) e Albérico Cordeiro (AL). De acordo com Saulo, “na Participação, nós éramos apenas um bando de jovens deputados que queriam confrontar o esquema. Depois é que o processo evoluiu”.

Eu sou pela eleição direta. Eu acho que é assim que deve ser. Mas no momento não há possibilidade. Porque o meu partido não iria se conformar.¹⁸⁷

Segundo a revista **Veja** (23 nov. 1983, p. 36-37), o presidente já havia manifestado sua opinião a respeito do assunto em junho, quando sinalizou que renunciaria à presidência do PDS. Como fosse dissuadido da ideia, deixou-a de lado. Mas a retomou naquele momento, muito em razão das pretensões dos presidenciáveis pedessistas e, por conseguinte, das divergências que vinham caracterizando o partido.

Dentro do PDS, as reações à fala de Figueiredo foram, em sua maioria, negativas. Com exceção de Aureliano Chaves, que sempre se manifestara a favor da ideia, a discordância foi predominante. Maluf, por exemplo, declarou que se devia respeitar a Constituição. Andreazza, por sua vez, afirmou que os parlamentares eleitos em 1982 deviam cumprir o que lhes fora delegado, isto é, participar do Colégio Eleitoral. Já outros reagiram de forma mais enfática e até agressiva.¹⁸⁸

De outro lado, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, saudou a fala do general: “Quero aqui elogiar o presidente João Figueiredo pelo seu pronunciamento na Nigéria, pois ele falou como chefe da nação e interpretou a voz unânime da população brasileira”. Depois, relacionando a ideia com a campanha que estava sendo desenvolvida, afirmou: “O processo da eleição direta já está em andamento e vai ser muito difícil contê-lo”. De acordo com **Veja**, as repercussões à declaração de Figueiredo pareciam “ter virado a política brasileira de cabeça para baixo, com a oposição elogiando o presidente e uma parte de seu partido condenando-o”.

Todavia, não obstante o alvoroço causado pela afirmação de Figueiredo, convém examinarmos brevemente o contexto imediato em que ela foi proferida, a fim de procurar esclarecer suas razões. No segundo semestre de 1983, a “corrida” entre os presidenciáveis do PDS se intensificou, assim como os desacordos entre os parlamentares da legenda – os membros do grupo “Participação” prosseguiram com sua postura de questionamento. As divergências chegaram a tal ponto que o presidente do partido, senador José Sarney, temeu perder o controle da situação.¹⁸⁹

¹⁸⁷ A manifestação de Figueiredo foi feita no dia 16 de novembro, em Lagos, capital da Nigéria.

¹⁸⁸ O deputado Ernâni Sátiro (PB), involuntariamente corroborando a afirmativa de Figueiredo de que o PDS era contrário à eleição direta, declarou: “Não teremos agora essa desgraça no Brasil, senhor presidente”.

¹⁸⁹ ECHEVERRIA (2011, p. 274) menciona reuniões ocorridas entre Sarney e membros das executivas regionais do PDS, nas quais se cogitaram a aprovação de moções contra o governo.

A propósito, o episódio da votação do Decreto-lei nº 2.045, em fins de outubro daquele ano, pode ser visto como paradigmático. Parte integrante da série de medidas econômicas tomadas pelo governo, em consonância com as diretrizes do FMI (que apregoavam a necessidade do “controle dos salários”), o edito estabelecia que os reajustes salariais de todos os trabalhadores seriam limitados a 80% do INPC – cujos cálculos já haviam sido manipulados, a partir da ordenação de outro decreto, o de nº 8.782 (julho de 83). Conseqüentemente, em razão dos volumosos índices inflacionários, ficou evidente que haveria uma significativa perda de poder aquisitivo para as classes trabalhadoras (ALVES, 2005, p. 354; 356-357).

Diante daquelas condições, os setores mais combativos do proletariado procuraram mobilizar suas forças para derrotar o governo. Como já dito, organizaram manifestações, ocuparam os espaços públicos, de modo a pressionar o Congresso Nacional a rejeitar o decreto. Muitos parlamentares da base governista, inclusive, preocupados com seu futuro político, mostravam-se inclinados a votar com a oposição. Ciente da situação, e prevendo uma derrota, Figueiredo se valeu de um dos “dispositivos de segurança” previstos na reforma constitucional de 1978, e decretou “estado de emergência” para a cidade de Brasília. Assegurou, então, que a capital estaria “resguardada” das pressões das várias entidades da sociedade civil interessadas na questão (ALVES, 2005, p. 364-365; **Folha de S. Paulo**, 20 out. 1983, p. 4; 6).

Contudo, mesmo com tamanha tensão o Decreto nº 2.045 foi rejeitado. O governo, logo na sequência, encaminhou um substitutivo, trabalhando pela sua aprovação não somente com as oposições, mas também com o próprio PDS! Fato inédito, que revelou à cúpula dirigente um novo tipo de cenário político: em primeiro lugar, porque pôs em evidência a profunda dissensão existente entre a equipe econômica e o partido oficial, que não estava disposto a pagar o preço daquelas medidas extremamente impopulares; em segundo lugar, porque exigiu a prática da negociação.

Nas conversações em torno do projeto governista, destacou-se o ministro Leitão de Abreu, que logrou um consenso em torno de um novo projeto – ele conseguiu negociar com o PDS, e também se acertou com uma parte das oposições. Tal postura, é importante destacar, ampliou o leque de possibilidades a serem levadas em consideração dali por diante. O sinal dado pelo chefe da Casa Civil tinha sido claro: havia a disponibilidade para o “diálogo”. Desígnio que, por sua vez, o governador Tancredo Neves já havia expressado: “Ou nós encontramos uma solução para a crise nos próximos vinte dias ou teremos que assistir a nação

debater-se com problemas dos mais graves” (RODRIGUES, 2003, p. 29-30; **Veja**, 9 nov. 1983, p. 42).

Retomando a análise, a reportagem de **Veja** (23 nov. 1983, p. 38-42) afirma que Figueiredo, por dois motivos, estaria já há algum tempo lidando com a ideia de colocar a proposta da eleição direta no jogo da sucessão: 1º) para usá-la “nas futuras negociações com a oposição”; 2º) para intimidar a candidatura de Paulo Maluf. Por outro lado, o periódico sublinha também a hipótese de o presidente, percebendo que a opinião pública rejeitaria qualquer candidato a ser lançado pelo PDS, resolveu mostrar que ele, pessoalmente, não teria muita relação com a iniciativa. Isto é, vendo-se isolado pelo fracasso do governo, Figueiredo podia estar mandando um recado: a responsabilidade era dele e do partido que o apoiava, o PDS.

Ainda especulando, **Veja** argumenta que a declaração do general-presidente pode ter sido motivada pela preocupação com a posteridade. Isto é, em razão dos fracassos pessoais – Figueiredo, nos cinco anos de governo, “perdeu a saúde, muitos amigos e até mesmo a veneração por alguns mitos” (como Golbery) – e administrativos – os números econômicos registravam todos os recordes negativos –, ele estaria sinalizando que pretendia deixar mais uma marca no campo político: ao lado da anistia, das eleições diretas para os governos estaduais, que “lhes deram reconhecimento popular”, o apoio ao pleito direto para a sua sucessão seria um trunfo para fechar bem a política de abertura.

Por outro lado, a revista assinala que Figueiredo estava certo quando afirmava que o PDS não aceitaria a eleição direta. Numa pesquisa realizada com 91 dos 121 membros do Diretório Nacional do partido, **Veja** constatou que 54 eram contrários à ideia, 35 a favor e 2 se disseram indecisos. De modo geral, os argumentos dos que negavam o pleito direto eram sempre na mesma linha: não entregariam, “de bandeja”, a sucessão presidencial à oposição. Todavia, enfatiza a reportagem, a questão sucessória não se resumia à “técnica legislativa”, visto que era sobretudo uma questão política.

(...) o PDS está assombrado, acima de tudo, com a possibilidade da declaração de Figueiredo ajudar a desencadear uma campanha nacional que diversos de seus dirigentes denominam de ‘a procissão’, com perversas consequências para o bem-estar político de integrantes do PDS.

Prosseguindo, **Veja** contesta os argumentos do PDS contrários à eleição direta. Pois, ao afirmarem que não queriam a sua instituição porque não lhes interessava sair do poder, os pedessistas mostravam, indiretamente, que temiam uma derrota e, além do mais, que só

jogavam para ganhar. A revista, ademais, afirma que o partido estaria, em verdade, dividido: havia aqueles que eram favoráveis à eleição direta, como a maioria dos governadores e alguns parlamentares, assim como outros tantos que eram contrários à ideia, como os políticos ligados a Maluf. Dentre aqueles que queriam se dissociar da eleição indireta, surgiu uma proposta de formação de um “núcleo” para embalar a campanha pelo pleito popular. Já outros propuseram a Sarney que envolvesse o comando partidário na questão, de modo a demonstrar apoio a Figueiredo.

Contudo, tinha-se que considerar a questão do veto militar, pois “setores ponderáveis da oficialidade” se opunham à ideia do pleito direto, sobretudo porque havia a “possibilidade real de ele levar ao Palácio do Planalto o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola”. Logo, teoriza a reportagem de **Veja**, somente uma campanha nacional em favor da eleição direta seria capaz de sensibilizar os refratários do PDS. Hipótese um tanto quanto arriscada, visto que poderia “explodir a caldeira dos quartéis” – os chefes militares entendiam que uma campanha eleitoral poderia vir a ofender não só o governo Figueiredo, como também os de seus antecessores.

A propósito de tal “possibilidade”, é útil salientar uma observação. O espectro do “medo do golpe” constituiu-se em fator de grande destaque naquele contexto. Ainda que fosse apenas uma possibilidade, fez-se sempre presente, pautando a estratégia e a ação de determinados atores. Que procuraram ressaltá-lo, aventando seu caráter de ameaça latente. Assim sendo, a eventualidade de um retrocesso autoritário atuou como uma espécie de poder dissuasório, fornecendo um argumento poderoso àqueles que preconizavam a “cooperação”, o “diálogo” e o “entendimento”.¹⁹⁰

Com efeito, a possibilidade de um acordo entre o governo e o grupo hegemônico das oposições foi também abordada por **Veja** (30 nov. 1983, p. 36-40). Analisando as consequências da declaração de Figueiredo, a reportagem fez apenas uma breve menção ao manifesto divulgado pelos governadores de oposição¹⁹¹, e procurou sublinhar o fato que via como preponderante: as conversações ocorridas entre governo e oposição. Segundo a revista,

¹⁹⁰ O'DONNELL & SCHMITTER (1988, p. 47-48) veem o “medo do golpe” como uma importante característica dos períodos de transição, e assinalam: “em decorrência do fato de estarem tão obcecados com sua provável ocorrência, os atores da transição tomam medidas para prevenir um tal resultado e evitam tomar decisões que consideram passíveis de encorajá-lo. (...) Alguns sentem imperativo desencorajar ou prevenir a mobilização e a politização de certos grupos por virem a se constituir no *casus belli* a impulsionar o golpe”.

¹⁹¹ Trata-se do manifesto “*A nação tem o direito de ser ouvida*”, publicado no dia 26 de outubro de 1983, e no qual se afirma que a eleição direta para a Presidência da República, além de ser o caminho para a superação da crise pela qual passava o país, era também “uma reivindicação da consciência nacional” (**Folha de S. Paulo**, 27 out. 1983, p. 6). Como o documento não fazia menções a datas, **Veja** entendeu que era uma indicação de que tanto o governo quanto a oposição sondavam “os caminhos da negociação”.

tais encontros fizeram avançar a ideia “de um grande acordo nacional”, cujo cerne seria a formação de “um governo de transição, que precederia a eleição direta para a Presidência”. Isto é, conversava-se para se construir, quem sabe, uma “fórmula de compromisso”.

Da parte do governo, coube ao ministro Leitão de Abreu a tarefa de costurar o possível acordo com a oposição. Porque, de acordo com **Veja**, havia fortes indícios de que tanto Leonel Brizola quanto Tancredo Neves e Franco Montoro apoiariam a ideia de se negociar um “governo de transição” – “a menos que a campanha pela eleição direta já em 1985 [adquirisse] tal vulto que [tornasse] essa hipótese inviável”.

Em contraste, o periódico fez menção também àqueles que eram favoráveis à realização imediata do pleito popular, assim como àqueles que o rejeitavam totalmente. Na sua visão, tanto “os setores mais radicais do PMDB” quanto “a ala malufista do PDS” eram contrários ao “entendimento”.

Aliás, é interessante observar como a revista **Veja** dá ênfase ao que podemos chamar de *arranjos político-institucionais*, ao mesmo tempo em que parece desconsiderar as consequências do fenômeno da “repolitização da sociedade civil”. Como já dito, tratou-se de um processo longo e complexo, no qual uma renovada e qualitativamente distinta rede de instituições político-sociais adentrou a esfera pública, incutindo-lhe um viés de democratização substantiva. Por seu caráter orgânico, tais atores sociais tinham legitimidade e, em vista disso, conquistaram espaços, determinando o estabelecimento de novas relações de força.¹⁹² Ampliaram, enfim, a arena do jogo político nacional.

Além do mais, aquelas forças – que aqui denominaremos *democrata radical* – tinham não somente uma leitura do processo de autorreforma da ditadura civil-militar. Elas tinham também uma concepção sobre a forma como a sociedade brasileira deveria superá-la. E dela não fazia parte a ideia da “fórmula de compromisso”. Até porque tinham plena consciência de que não estavam contemplados pela proposta da “mão estendida em conciliação”.

Segundo RODRIGUES (2003, p. 19-20), foram três as concepções acerca da sucessão do general Figueiredo:

¹⁹² Proeminente na elaboração teórica de Gramsci, o conceito de “relações de força” diz respeito às relações travadas entre os diversos grupos sociais que compõem uma determinada sociedade. Relaciona-se, dialeticamente, com as noções de catarse e de hegemonia, além de ter papel decisivo na concepção de “Estado integral” do pensador italiano. Para maiores detalhes, cf. GRAMSCI (2007, p. 36-46).

1^a) a *continuidade*, ou seja, a questão sucessória se restringiria ao PDS, “em confluência ou não com a ‘coordenação’ do presidente”, e se resolveria no Colégio Eleitoral;

2^a) a *negociação*, isto é, haveria um processo de “entendimento”, que resultaria num pacto entre o governo, o PDS e uma parte das oposições, para que a sucessão presidencial, ainda no Colégio Eleitoral, fosse resolvida;

3^a) a *ruptura*, ou seja, a estratégia de trabalhar pela aprovação imediata da eleição direta para a Presidência da República.

De modo óbvio, cada uma das lógicas tinha sua composição social e política própria.

Ainda de acordo com RODRIGUES (2003, p. 20-22), elas eram as seguintes:

- ✓ do lado do regime civil-militar havia dois grupos: um era contrário a qualquer concessão às oposições, porque entendia que o processo sucessório deveria referendar, no Colégio Eleitoral, o candidato escolhido pelo partido situacionista. Tal concepção era compartilhada pelos chefes militares com postos no governo (generais Medeiros e Pires), por seus aliados civis, como o ministro Ibrahim Abi-Ackel, e pelos partidários das candidaturas de Andreazza e de Maluf; enquanto outro compreendia que deveria haver um “processo de negociação” entre o governo e parte das oposições, de modo que a sucessão fosse encaminhada, consensualmente, dentro das regras do Colégio Eleitoral. Leitão de Abreu e Aureliano Chaves eram os principais defensores daquela tese;
- ✓ do lado das oposições havia também a presença de dois grupos: aquele que preconizava que somente a “negociação”, “em torno de plataformas e nomes consensuais”, subtrairia do domínio governista a questão sucessória – concepção que era compartilhada por Tancredo Neves e pelo grupo que o acompanhava; e aquele que apostava que a mobilização popular, em favor da eleição direta, seria capaz de fazer com que as forças reunidas no Congresso alterassem a legislação. Lideranças do PMDB, do PT e do PDT, além de toda uma gama de instituições da sociedade civil, eram adeptos daquela tese.

Vemos, portanto, que o debate sucessório tinha enfoques e perspectivas os mais diversos. O realce dado a uma ou a outra variava conforme a conjuntura e o veículo de imprensa.

Em sua edição nº 796, **Veja** (7 dez. 1983, p. 42-43) procurou discutir, uma vez mais, como a questão sucessória era vista e travada dentro do PDS. A reportagem ressalta, por exemplo, o trabalho feito pelos parlamentares pedessistas contrários à eleição direta. Mostra

que, apesar do apoio popular à ideia, os defensores do pleito indireto se organizaram “com vigor, em defesa dos seus interesses e objetivos”. Menciona a coleta de assinaturas entre os senadores e deputados da legenda – cujo intuito era mostrar que, fazendo uso de sua condição de maioria, impediriam qualquer proposta de alteração do texto constitucional. E reproduz ainda a categórica afirmação presidente do partido, senador José Sarney: “Não existe fórmula capaz de fazer o PDS abrir mão da eleição indireta”.

Na sequência, a revista analisa as movimentações do ministro Mário Andreazza e do deputado Paulo Maluf, ambos adeptos da eleição indireta, em busca do apoio dos convencionais do PDS à indicação para a sucessão presidencial. O imbróglio envolvendo os dois pré-candidatos levou Leitão de Abreu a insistir nos diálogos em torno de uma “solução intermediária”. Entretanto, o próprio ministro reconhecia as dificuldades para a sua consecução, afirmando que, em razão da “intransigência” do PDS e do PMDB, não havia “clima para uma ampla negociação”.

Diante de uma possibilidade indesejada, ou melhor, da afirmação de uma candidatura malquista pelo governo, Leitão de Abreu declarou, de forma surpreendente, a legalidade da infidelidade partidária (“O voto infiel vale”). De acordo com **Veja**, tratou-se de um sinal claro:

(...) se uma parcela do PDS discordar do nome escolhido na convenção do partido e resolver aliar-se aos opositoristas, um outro candidato poderá ser eleito. Os dissidentes se arriscariam à perda do mandato, prevista pela lei de fidelidade partidária, mas seus votos continuariam valendo.

Para a revista, Leitão de Abreu estaria sugerindo que, apesar dos obstáculos, a ideia da “negociação” poderia “prosseguir até a última hora”.

A respeito, cabe aqui uma consideração. Na Carta ao Leitor desta edição, o Diretor de Redação de **Veja**, José Roberto Guzzo, é taxativo ao afirmar que as forças da situação – isto é, aquelas que “apoiam e partilham o governo central, ou de alguma forma gravitam em torno dele” – estavam sendo bem-sucedidas em seu trabalho de abafar a ideia do pleito direto. E o sucesso daquela ação se devia tanto ao empenho dos “adversários da direta” quanto à inépcia dos que se diziam seus adeptos (**Veja**, 7 dez. 1983, p. 35). Porém, se no seu espaço editorial a revista cobrava uma postura clara em prol da questão, na referida reportagem aborda de forma desdenhosa as articulações para que uma campanha em favor da ideia ganhasse as ruas. Para **Veja**, a manifestação ocorrida no dia 27 de novembro, em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, além de ter tido pouco público, foi marcada por

hostilidades – sobretudo dos petistas em relação aos políticos do PMDB. Prova inequívoca do “antagonismo entre os diferentes partidos da oposição”.

O referido comício, no entanto, esteve longe de ser um fracasso. Contando com a participação de representantes de 70 entidades da sociedade civil¹⁹³, além dos dirigentes do PT, do PMDB e do PDT, e prestigiado por cerca de 15 mil pessoas, tratou-se do primeiro ato público em defesa da ideia da eleição direta para a Presidência da República. O evento, decerto, foi marcado por contratemplos, como as vaias dos petistas, majoritários na plateia, aos políticos de outras legendas. E foi também prejudicado, em sua organização, pelas desconfianças mútuas entre os grupos oposicionistas. Mas o precedente havia sido lançado: cabia à sociedade civil se articular, mobilizar suas forças, de modo que a demanda fosse conquistada (NAPOLITANO, 2005, p. 123-124; RODRIGUES, 2003, p. 37).

Malgrado os problemas, o comício em favor das eleições diretas teve uma importância significativa, por seu simbolismo. Porém, com exceção da **Folha de S. Paulo**, que desde o início se engajou na campanha¹⁹⁴, ele passou quase que despercebido pelo conjunto da grande imprensa. Isto é, ele foi visto como um “fato não-jornalístico”. Talvez porque foi hegemonizado pelo PT, ou seja, pelo projeto de poder que ele defendia e pelas forças sociais que representava. Ou talvez porque sua proposta de ocupação dos espaços públicos ia de encontro com as concepções que eram defendidas pelos principais órgãos de imprensa – como bem assinala CAPELATO (1994, p. 71-72), a grande imprensa brasileira é adepta de um liberalismo de viés bastante conservador.

De acordo com NAPOLITANO (2005, p. 125), a campanha pela eleição direta suscitou uma reelaboração do princípio da soberania popular. Porque, à medida que se notabilizava enquanto uma demanda popular, nas manifestações de rua, explicitava que as diferenças, os conflitos e as tensões são elementos constituintes da democracia. Percepção um tanto quanto diferente do “discurso do consenso”.

A nosso ver, foi por isso que a maior parte da grande imprensa brasileira demonstrou certa desconfiança, ou certa hesitação em abordar aquele fenômeno. Por conseguinte, no fim de 1983 procurou dar ênfase aos adeptos da “solução de compromisso”. Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, Tancredo Neves reforçou o que já vinha afirmando desde fins da década de

¹⁹³ Dentre as quais a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a UNE, a Central Única dos Trabalhadores (que havia sido fundada em julho), a Conclat, entre outras.

¹⁹⁴ Embora possam ser questionáveis algumas das razões do engajamento do jornal na campanha pelas eleições diretas – naquele mesmo contexto foi lançado o **Projeto Folha**, que tinha o propósito de, a partir de uma concepção mercadológica, fazer do periódico o mais lido e influente do país (Cf. ARBEX JR., 2002, p. 139-172) –, é fato que foi o único da grande imprensa a encampá-la, a estimulá-la e a prestigiá-la.

1970: diante da complexidade dos problemas econômico-financeiros, políticos e institucionais que se apresentavam, a solução passava por um “entendimento amplo” entre os “diversos segmentos da sociedade”.

Tenho dito e repito: não um entendimento em torno de homens, ou em torno de partidos, mas em torno de um programa. *Um programa que possibilite realmente a transição do autoritarismo para a restauração plena da democracia, para que se faça sem abalos, choques ou mutilações, sem ódios e sem revanchismos, e sem perigo de retrocessos na ordem institucional brasileira.* (**Jornal do Brasil**, 27 nov. 1983, p. 8 – grifo nosso)

A revista **Veja**, por sua vez, continuou dando destaque ou às disputas entre os pedessistas, ou à possibilidade da construção de uma candidatura de consenso. Na sua edição nº 797 (14 dez. 1983, p. 37), junto à já conhecida informação de que Leitão de Abreu prosseguia com sua tarefa de produzir o entendimento dentro do PDS, trouxe também uma novidade: a defesa, feita pelo ministro, que era o principal articulador político do governo, de que o futuro candidato deveria ter uma “reputação inatacável” e um “bom trânsito no meio político” – indício de que o deputado Paulo Maluf era visto como *persona non grata* entre a cúpula palaciana.

Como podemos perceber, a ênfase na “solução de compromisso” é clara, em razão de ser vista como a única possível. Pois para a revista, o “imobilismo da oposição” teve um papel determinante no sepultamento da ideia da eleição direta.

Outro exemplo de tal posicionamento é a análise feita na reportagem sobre a Convenção Nacional do PMDB, ocorrida no início de dezembro de 1983. Nela (**Veja**, 14 dez. 1983, p. 38), é destacada a vitória do grupo liderado por Tancredo Neves, fato que indicaria que o partido, a partir de então, tenderia ao diálogo com o governo.

Com o afastamento da ala esquerda do eixo do poder, o PMDB encampa as teses de centro, resumidas no entendimento com o governo, e abre caminho para participar da escolha do sucessor do presidente Figueiredo pela via indireta.

Veja, ademais, assinalou que o grupo vitorioso na convenção – o “PMDB dos prefeitos e governadores, mais pragmático e menos ideológico” –, em acordo com o reeleito presidente Ulysses Guimarães, comprometeu-se a fazer campanha pela eleição direta para a presidência, mas sem abrir mão de uma possível negociação com o governo.

A propósito, pela sua importância para o que denominamos *projeto da “conciliação”*, as disputas dentro do principal partido das oposições merecem uma apreciação. De acordo com a narrativa do já citado livro dos jornalistas políticos do **Jornal do**

Brasil (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 63-64; 67-73), teve início a partir de abril de 1983 uma ofensiva dos “tancredistas”, isto é, os partidários da candidatura presidencial do governador mineiro. O plano era simples: controlar a direção do partido (“a trincheira da Comissão Executiva do PMDB”), desalojando os chamados “radicais”, para estabelecer diálogo com o PDS e com o governo.¹⁹⁵ O próprio Tancredo passou a ir com frequência para Brasília, onde se encontrava com o velho amigo Thales Ramalho (PDS-PE) e com o ministro Leitão de Abreu para conversas que duravam horas.

Em junho, de modo surpreendente, o outrora líder “autêntico” Fernando Lyra anunciou, num programa televisivo, que Tancredo era o seu candidato à sucessão do presidente João Figueiredo.¹⁹⁶ Ao mesmo tempo, o bloco “tancredista” do PMDB, autointitulado “Unidade”, intensificou seu trabalho de atração e de convencimento, chegando a contar com 108 dos 200 deputados da legenda. Mas a estratégia, enquanto parte integrante de um projeto de poder, não se limitou às hostes partidárias. Lideranças como Ivete Vargas e Leonel Brizola logo se mostraram simpáticas à tese da “negociação”.

Percebendo a força da proposta do “entendimento nacional” e, por conseguinte, do grupo “Unidade”, Ulysses Guimarães liderou a formação do grupo “Travessia”, cujo objetivo era defender as diretrizes históricas do programa partidário. Contudo, ciente de que a tese da “negociação” se tornara robusta, Ulysses planejou um discurso no qual anunciaria as condições do PMDB para dialogar com o governo. No pronunciamento, feito no Plenário da Câmara Federal, o presidente do partido defendeu a união de todos os brasileiros, “sem radicalismos intransigentes e minoritários”, e pregou a reformulação total da política econômica (com a eliminação da tutela do FMI e a decretação da moratória da dívida externa) e o estabelecimento imediato da eleição direta para a Presidência da República, pois entendia que só ela “leva à legitimidade e ao consenso real”.¹⁹⁷

O discurso de Ulysses foi veemente, pensado para agradar as alas esquerdas do PMDB, mas a referência à ideia da “união nacional” era também um aceno aos adversários:

¹⁹⁵ “Para Tancredo estava claro que de nada adiantaria ter o Partido – ou ser o candidato do Partido – se o Partido não tinha acesso ao Governo – ou chances de substituir o PDS no Governo. E não seria através da inflexibilidade de Ulysses – muito menos das diatribes de Chico Pinto – que o PMDB conseguiria isso” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 63). Chico Pinto era deputado federal pela Bahia, e Secretário-Geral do PMDB. Como já dito, havia sido um destacado membro do grupo dos “autênticos”.

¹⁹⁶ O próprio Fernando Lyra, em livro no qual analisa sua carreira política e, em especial, o período da transição que aqui estamos abordando, assim explicou sua escolha: “Vi em Tancredo Neves um político capaz de superar as divergências internas do PMDB e conquistar apoio em todas as áreas. Ele era o meu candidato, independentemente de a eleição ser por via direta – como queríamos – ou ainda pelo Colégio Eleitoral”. (LYRA, 2009, p. 94)

¹⁹⁷ O **Jornal do Brasil** (25 ago. 1983, p. 4) reproduziu na íntegra o discurso de Ulysses.

havia a possibilidade de se conversar. Devido aos encontros de bastidores, tanto Sarney quanto Leitão de Abreu estavam cientes daquele propósito. Conseqüentemente, os contatos entre peemedebistas, pedessistas e membros do governo prosseguiriam.

Em outubro, informado por Fernando Lyra de que o movimento em favor da eleição direta tendia a crescer dentro do PMDB, Tancredo estimulou seu grupo a intensificar o diálogo com os governadores e com os parlamentares do PDS (vários membros do “Participação” eram entusiastas da ideia). Foi naquele contexto, inclusive, que o governador mineiro liderou a iniciativa que resultou na chamada “Declaração de Foz do Iguaçu”: nove chefes de governos estaduais se declararam favoráveis à ideia do pleito direto.

O projeto da “conciliação”, contudo, seguia seu caminho. E a conquista de espaços na cúpula do PMDB era parte vital da estratégia.¹⁹⁸ Na Convenção Nacional da legenda, o grupo “Unidade” passou a controlar alguns dos mais importantes postos da direção partidária. Mas Tancredo, coerente com seus princípios e ciente de que a desagregação inviabilizaria seus planos, trabalhou pela manutenção de Ulysses na presidência do partido – ele tinha plena noção do valor político e simbólico do veterano deputado paulista.¹⁹⁹

Concomitante à conquista da direção executiva do PMDB, Tancredo procurava estender seu raio de ação. Voltou-se, então, para a personagem que via como uma das principais protagonistas do processo sucessório: o vice-presidente Aureliano Chaves. COUTO (1998, p. 323-324) relata como surgiu e qual era a lógica daquilo que ficou conhecido como “Acordo de Minas”, cuja origem se deu em fins de dezembro de 1983:

Mais que tudo, (...) o que nasce é mesmo um entendimento verbal entre os dois líderes e presidenciáveis mineiros. Um compromisso não assinado. Um propósito firme, vinculado à evolução do processo sucessório. Um “ovo de Colombo” político. Um trunfo para ambos, diante dos vários cenários que o processo político poderá produzir. E também a certeza de que, mesmo se indireta, a sucessão presidencial poderia deixar de ser monopólio do presidente Figueiredo e do PDS.

De fato, ainda naquele final de ano, uma atitude do general Figueiredo veio a surpreender a todos os interessados na questão sucessória: a decisão de abdicar da

¹⁹⁸ “O Governador de Minas queria, sobretudo, dar uma clara demonstração de força: fincar uma poderosa representação no Diretório Nacional do PMDB para ter munição quando – e se – chegasse o momento de serem apresentadas as candidaturas a candidato do Partido no Colégio Eleitoral” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 72).

¹⁹⁹ Thomas SKIDMORE (2000, p. 467-468) resumiu bem a importância histórica do presidente do PMDB: “Ulysses Guimarães suportou bem os anos de repressão. Combateu firmemente os governos militares, não os poupando por terem violado os direitos humanos e subvertido o governo representativo. Mas nunca foi cassado nem privado dos seus direitos políticos. Os militares pareciam considerá-lo uma figura cujo expurgo seria custoso demais. Ulysses, como Teotônio [Vilela], era um mestre na oratória política tradicional – gestos amplos, voz penetrante, coragem total e capacidade de impor respeito”.

coordenação da sucessão no PDS. De acordo com **Veja** (4 jan. 1984, p. 16-19), devido às discordâncias que vinham caracterizando o partido e, conseqüentemente, da dificuldade de se viabilizar um “nome de consenso” para sucedê-lo, o presidente optou por abandonar a coordenação que lhe fora delegada. Seu gesto indicava uma reviravolta nas articulações que vinham sendo feitas.

Na sua última fala de 1983, Figueiredo provocou uma mudança drástica no quadro da sucessão, e deixou atônitos os políticos do PDS e dos partidos da oposição. Passado o susto, todas as avaliações convergiam para dois pontos básicos: a atitude do presidente coloca para escanteio, momentaneamente, a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, e beneficia a corrida do deputado Paulo Maluf, que se encontra de mãos livres para cabalar votos de convencionais do PDS em todo o país.

Quanto às oposições, não obstante a condenação que Figueiredo fez da campanha pela eleição direta – em seu pronunciamento, tachou-a de inoportuna e “perturbadora” –, a inferência foi clara: manter a mobilização em prol da ideia do pleito popular. Até porque, segundo admitiu Ulysses Guimarães, a decisão do presidente favorecia Maluf, o que era visto como uma “catástrofe”. Tancredo, por sua vez, considerou “grave” a atitude de Figueiredo. No seu entender, a sucessão no PDS passaria ser “uma briga de foice num quarto escuro”.

Procurando interpretar o ato do general-presidente, **Veja** questionou: “se Figueiredo renunciou à coordenação para ficar com as mãos livres, e se prejudica Andreazza ao mesmo tempo que não quer Aureliano nem Maluf, o que pretende o presidente?”. E, logo em seguida, arriscou uma hipótese: Figueiredo e Leitão de Abreu, na verdade, estavam apostando na ideia da “união nacional”. Isto é, a revista entendia que o plano de ambos era exaurir a campanha pela eleição direta para, na sequência, dar início à “negociação de um nome de consenso com a oposição”.

De seu lado, Tancredo continuava engajado no *projeto da “conciliação”*. Conforme relato publicado na **Folha de S. Paulo** (1º jan. 1984, p. 7), trabalhava quieto com a hipótese que considerava “realista”: a afirmação de um “nome de consenso” para a sucessão presidencial. Seu arrazoado era lógico: entendia que, com a atitude tomada por Figueiredo, o grande beneficiário era o deputado Paulo Maluf. Porém, o crescimento da candidatura Maluf tendia a beneficiar um postulante “mais sintonizado com os humores da Nação e com o momento político”. Isto é, ele próprio, embora não o admitisse publicamente. O governador mineiro, ademais, tinha plena consciência de que a “corrida” pedessista seria muito

tumultuada, e que deixaria graves sequelas. Situação que em muito o beneficiaria em suas pretensões.²⁰⁰

A “briga de foice” no PDS, aliás, foi o tema abordado por **Veja** em sua edição de 11 de janeiro de 1984 (p. 20-22). Os principais presidenciáveis do partido – Aureliano, Andreazza e Maluf – procuraram, cada qual à sua maneira, trabalhar em prol de seus interesses. E assim o fazendo, atingiram-se uns aos outros. De sua parte, Leitão de Abreu soube fazer uso daquela situação. Sua tática era simples: expor as fissuras no PDS, que beneficiavam Maluf, e, ao mesmo tempo, rechaçar o seu nome, o que abriria caminho para um acordo entre a situação e as forças oposicionistas. Para **Veja**, o ministro até torcia por aquele desfecho:

Leitão arma pacientemente uma manobra tão audaciosa quanto difícil na execução. Admitindo-se a hipótese de Maluf vencer a convenção do PDS, o Planalto aceleraria seus contatos com o PMDB, o PTB e o PDT, em busca de *um projeto de união nacional* que tornaria o candidato dele resultante um nome praticamente imbatível no Colégio Eleitoral. [Grifo nosso]

No entanto, além da incerteza sobre quem seria o possível candidato – de acordo com a revista, o chefe do Gabinete Civil sempre insistira no argumento de que, em primeiro lugar, devia-se chegar a um acordo, para só depois se pensar em um nome –, havia um conjunto de problemas envolvendo aquela questão: o “enigma” acerca do envolvimento de Figueiredo no plano; os fiascos, ou melhor, “a má tradição histórica das articulações políticas do Planalto”; além da “incompetência para conter o deputado Paulo Maluf”.

Na visão de **Veja**, enfim, a consecução de um *arranjo político-institucional* enfrentava sérios obstáculos.

4.2 – O clamor por mudança e a necessidade de uma “negociação construtiva”

Como já dito, O’DONNELL & SCHMITTER (1988, p. 24; 41) argutamente enfatizam que os processos de transição são caracterizados por um elevado grau de incerteza. Complementando tal percepção, podemos afirmar que eles são por demais dinâmicos para se encaixarem em um conjunto de regras pré-estabelecidas. Porque a politização e a mobilização

²⁰⁰ Os movimentos políticos de Tancredo Neves eram muito bem calculados. A respeito, COUTO (1998, p. 322) nos dá um testemunho claro: “[Ele] era um obsessivo da informação política. Tinha muitas fontes, inclusive no governo Figueiredo. Tinha informações precisas sobre a guerra dos candidatos e, sobretudo, sobre a guerra palaciana contra a candidatura de Aureliano”.

por eles desencadeadas irrompem de maneira às vezes irresistível. Ocorre, então, a ampliação do espaço do jogo político, realidade que faz com que as transições tenham novas e inéditas possibilidades de desenvolvimento e, por conseguinte, de desfecho.

Como temos procurado demonstrar, no exato momento em que a questão da sucessão do presidente João Figueiredo foi se delineando, a sociedade brasileira vivenciava uma situação sem igual: crise econômico-social de proporções inimagináveis, intensa agitação política. Circunstâncias que tendiam a inviabilizar a reencenação do tradicional padrão sucessório do regime autoritário. Mas que tornavam possível a efetivação da lógica da *negociação*. Todavia, os partidários da ideia de extrapolar o jogo político para além dos limites institucionais, a fim de nele infundir uma maior legitimidade, trabalharam para que sua perspectiva se consolidasse. Por meio da ação política, lograram incorporar ao debate da questão sucessória uma nova e insólita possibilidade: o imediato retorno da eleição direta para a Presidência da República.

Assim devemos entender a criação e o desenvolvimento da chamada campanha das “Diretas-Já”. Fenômeno que, sobretudo a partir de janeiro de 1984, começou a crescer de modo avassalador, congregando milhões de pessoas, nas ruas e praças de todo o país, em favor de uma demanda que era ao mesmo tempo clara, poderosa e, para certos atores políticos, temerária.

As Diretas foram, decerto, uma bandeira eminentemente política, uma palavra de ordem simples e contundente. Propunham a ruptura com um dos principais mecanismos da estratégia de liberalização adotada pelo regime militar, isto é, a eleição indireta do presidente da República, por meio de um Colégio Eleitoral com maioria controlada pelo governo. (RODRIGUES, 2003, p. 11-12)

Justamente pelo fato de representar a lógica da *ruptura*, a proposta da eleição direta foi duramente combatida. Mas não somente por aqueles que não a desejavam de forma alguma. Os grupos adeptos da “solução de consenso” também não a queriam. Embora vissem a mobilização da sociedade civil como algo notável, acreditavam que ela tendia a desagregar, ou melhor, a desarrumar a característica que, no seu entendimento, melhor definia uma transição bem-sucedida: a ideia de *arranjo*. Pois *arranjo* pressupõe entendimento, harmonização. O que só é exequível, num processo de transição, se as mudanças forem feitas de forma gradual.

Ao longo de toda a campanha das “Diretas-Já”, portanto, houve uma evidente disputa por hegemonia entre as três concepções acerca da sucessão presidencial. Cada qual à sua maneira, as forças sociais nelas envolvidas procuraram mover suas peças no tabuleiro do jogo

sucessório, lançando mão dos mais variados recursos disponíveis: iniciativas de impacto, manobras, blefes.

A revista **Veja** procurou mostrar aquela situação, e sua análise se concentrou no impacto que a campanha das “Diretas-Já” teve sobre a questão sucessória como um todo – sobre as estratégias, as ações e as discussões dos adeptos das três perspectivas acima mencionadas. De modo óbvio, concomitante à abordagem do tema, o periódico também expôs suas concepções, suas preferências e seus julgamentos. Vejamos.

Numa sequência de 32 reportagens e editoriais, entre os meses de janeiro e abril de 1984 **Veja** deu cobertura ao que entendemos como os três grandes temas presentes naquele contexto:

- 1) o desenvolvimento da campanha pela eleição direta;
- 2) as movimentações e articulações dos principais presidenciáveis do PDS (Maluf, Aureliano e Andreazza);
- 3) as manobras governistas em prol da manutenção do Colégio Eleitoral.

A propósito da campanha das “Diretas-Já”, a revista buscou, desde o primeiro momento, dar ênfase ao inédito e surpreendente sucesso da ideia. Sobre a manifestação realizada em Curitiba, no dia 12 de janeiro de 1984, afirmou: “Em defesa da eleição direta para presidente da República, cerca de 30 000 pessoas foram às ruas no primeiro grande comício da campanha” (**Veja**, 18 jan. 1984, p. 20). Já quanto ao evento realizado na Praça da Sé, em São Paulo, **Veja** declarou:

A história das manifestações políticas da sociedade brasileira ganhou na quarta-feira da semana passada [25 de janeiro] um novo marco de grandiosidade. (...) Era uma reunião de opositoristas, mas falar mal do governo do presidente João Figueiredo não veio a ser a preocupação central dos oradores ou dos manifestantes. (...) eles ficaram na praça, basicamente, em defesa de uma ideia – o restabelecimento da eleição direta para a Presidência da República, um princípio da tradição republicana expressamente suspenso no país desde 1966 (...). (**Veja**, 1º fev. 1984, p. 14-15)

Para o periódico, o Brasil presenciava “o maior movimento popular de sua História”. Mas, tão admirável quanto a reunião dos milhares de brasileiros em favor da ideia do pleito direto foi a sua capacidade de fazê-lo de modo “ordeiro” (“As pessoas vão à rua simplesmente para mostrar ao governo e ao Congresso que elas querem votar para presidente. Daí a absoluta falta de agressividade dos manifestantes” – **Veja**, 29 fev. 1984, p. 21). Disposição presente, inclusive, nas comemorações do Carnaval – de acordo com **Veja**, “em todo o país se constatou que a melhor maneira de arrancar risos e aplausos da multidão era pedir eleição e

brincar com temas políticos. Foi o que fizeram, em blocos ou desgarrados, milhares de foliões” (**Veja**, 29 fev. 1984, p. 20-21; 14 mar. 1984, p. 22-23).

Para **Veja**, a tranquilidade dos comícios só era perturbada pelas ações dos militantes dos partidos de esquerda. Fosse com manifestações de “intolerância” – os petistas costumavam vaiar os governadores do PMDB –, ou bradando palavras de ordem e portando símbolos considerados “provocadores” – os membros das agremiações clandestinas carregavam suas bandeiras e exigiam punição aos crimes da ditadura –, tais pessoas destoavam do “clima de euforia” registrado nos eventos. O periódico relata, por exemplo, que antes da realização do grandioso comício do Rio de Janeiro – a “maior manifestação política da História do Brasil” –, oficiais militares conversaram com vários chefes de Estado sobre a inconveniência e o “perigo” da presença dos partidos ilegais. Foi solicitado, inclusive, que se evitasse o acesso de suas lideranças ao palanque e aos microfones (**Veja**, 29 fev. 1984, p. 21; 18 abr. 1984, p. 20; 28-29).

A ênfase na ideia de que era “ordeiro” o povo presente aos comícios é típica, aliás, do discurso liberal apresentado por **Veja**. Por diversas vezes, o periódico ressaltou a concordância quase total em favor da eleição direta, e como as pessoas estavam propensas a manifestar, pacificamente, aquele desejo. Sobre o comício de São Paulo, afirmou:

(...) foi uma das mais patentes demonstrações de apoio da população a uma ideia política jamais ocorrida no Brasil. A manifestação não apenas deixou claro, mais uma vez, qual o caminho que a maioria dos brasileiros prefere para se fazer a atual sucessão – mostrou, também, que o número de pessoas dispostas a sair de casa para expressar publicamente esse desejo é muito maior do que se poderia supor. (**Veja**, 1º fev. 1984, p. 11)

Enfoque que foi reforçado na análise sobre o comício da Candelária, no Rio de Janeiro:

Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na História do Brasil, algo que se afere não apenas pelo tamanho dos comícios, mas por toda e qualquer investigação de opinião pública que se possa fazer. Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo. (**Veja**, 18 abr. 1984, p. 21)²⁰¹

Tais construções discursivas são, a nosso ver, intrínsecas à imagem do “consenso” com a qual **Veja** procurou apreender o movimento das “Diretas-Já”. Para a revista, o coro em uníssono era algo espetacular. O fato de as multidões saírem às ruas, de forma “pacífica” e

²⁰¹ Ambas as citações foram retiradas da seção Carta ao Leitor, o espaço editorial da revista **Veja**.

“ordeira”, em favor de uma demanda ao mesmo tempo tão simples e contundente, constituía prova inequívoca de que se queria mudança. Mudança dentro da ordem, por meio dos mecanismos político-institucionais.

Com efeito, é importante notar como o periódico, para sustentar o seu ponto de vista, não somente faz uso das representações que denominamos “consensuais”. Ele simplesmente ignora que a organização dos comícios e dos atos públicos envolvia uma impressionante variedade de instituições da sociedade civil (partidos políticos, grupos eclesiais, sindicatos e centrais sindicais, movimentos sociais etc.), nos chamados Comitês Pró-Diretas.²⁰² Em consequência, também não menciona que aquela campanha era o ápice de toda uma série de lutas e mobilizações públicas que tiveram início na segunda metade da década de 1970. Movimentos que, como procuramos demonstrar, eram múltiplos em suas concepções e em suas reivindicações. Logo, eram tensos, dinâmicos, contestadores. Eram, enfim, democráticos.²⁰³

Agora, por que realçar uma abordagem consensual e harmoniosa da campanha das “Diretas-Já”? Porque, para **Veja**, mobilizações públicas caracterizadas pela multiplicidade de vozes e de demandas podem redundar no dissenso, na discórdia, na desorganização, podem levar ao enfrentamento. São, por isso, indesejáveis. Em outras palavras: o “discurso do consenso” se relaciona, ou melhor, é diretamente condicionado por toda uma “memória discursiva” que o antecede, que torna possível aquela formulação, que a afeta em seu modo de dizer e de significar.²⁰⁴ O “discurso do consenso”, enfim, nada mais é do que uma expressão da ideologia de **Veja**. Isto é, ele é parte integrante de uma determinada concepção de mundo, que foi preconizada e propagada pela revista naquele contexto.

Essa reflexão nos leva a identificar outro importante enfoque que se fez presente no discurso de **Veja** acerca da campanha das “Diretas-Já”. Para o periódico, a eleição direta era não somente um direito subtraído pelos dirigentes autoritários à população brasileira. Era também a única forma legítima de se eleger os governantes – o Colégio Eleitoral era visto como um mecanismo cujo caráter era espúrio, manipulador e, portanto, injusto (**Veja**, 18 jan.

²⁰² Em seu livro, que é, a nosso ver, a melhor narrativa jornalística sobre a campanha das “Diretas-Já”, KOTSCHO (1984) por diversas vezes menciona como nela se envolveu uma ampla rede de organizações da sociedade civil.

²⁰³ Para NAPOLITANO (2005, p. 130), “as Diretas-Já historicamente consagraram o caráter polissêmico do paradigma democrático, ao mesmo tempo que demarcaram a instância onde essa ‘polissemia’ deveria ser enunciada e negociada: o espaço público”.

²⁰⁴ Segundo Eni ORLANDI (2001, p. 31), o *interdiscurso* – entendido “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” – é “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Ou seja, é o conjunto de pressupostos (conhecimentos, experiências, imagens) cujos “efeitos de sentidos” involuntariamente condicionam a constituição daquilo que o sujeito diz.

1984, p. 19; 18 abr. 1984, p. 21). Apesar da exaltação, é interessante observar que no exame de **Veja** não há menção à possibilidade de a eleição direta representar uma ruptura com a proposta de transição “conciliadora” do regime. Isso porque, no seu entender, tal propósito ia de encontro com a “índole” do povo brasileiro. Na apreciação sobre os 20 anos do “regime de 1964”, a revista procurou atestar que, dentre as muitas mudanças ocorridas no país ao longo dos vinte anos de governos militares, uma era digna de nota:

O Brasil tem quase 60 milhões de eleitores. Em sua maioria, eles são moderados por conta própria, conservadores, opositoristas e querem votar para presidente da República. (**Veja**, 4 abr. 1984, p. 23)

A experiência da “revolução”, ademais, legou-nos uma lição:

Vinte anos depois de 1964, tem-se uma surpresa olhando-se tanto para os palácios quanto para as ruas coalhadas de multidões em busca do sufrágio universal: joga-se com muitas alternativas para se sair da crise mas não há nenhum grupo claramente identificado com uma solução golpista. Ou seja, pela primeira vez em quase um século, o Brasil ameaça sair de um regime sem golpe. (**Veja**, 4 abr. 1984, p. 24)

Na última reportagem antes da votação da chamada “Emenda Dante de Oliveira”, **Veja** (25 abr. 1984, p. 22-23) já previa que as chances de vitória do pleito pela eleição direta eram “praticamente nulas”. Pôs-se, então, a conjecturar acerca das possibilidades abertas pelo sucesso da campanha. Sob o emblemático título de “O caminho das flores”, a análise procurou discutir o cenário que se abria a partir daquele momento. Argumentou, por exemplo, que a “flor nascida nas ruas de 1984” exigiria do governo a “abertura de um amplo processo de negociação com os partidos de oposição”. E fez menção, na sequência, a um discurso proferido por Tancredo Neves, no qual o governador mineiro asseverou que era necessário que as forças políticas deixassem de lado os “radicalismos”, a fim de se evitar um mal maior. Disse ele:

Há momentos na vida dos povos em que eles não se podem dar ao luxo da divisão e das retaliações. *Se divididos em facções afrontadas, estarão praticando o trágico exercício da desagregação nacional.* [Grifo nosso]

De acordo com **Veja**, o discurso de Tancredo representou “um grande aceno à conciliação”. Gesto que, por sua vez, incidia sobre a posição até então assumida pelo governo e pelo PDS. Pois, para que o “entendimento” fosse adiante, teria de haver uma “mudança na lista dos nomes” que se apresentavam para a sucessão presidencial.

Porém, os principais presidenciáveis pedessistas não pareciam dispostos a abrir mão de suas pretensões. Fazendo jus à afirmação feita por Figueiredo em novembro de 1983, Andreazza, Aureliano e Maluf seguiam trabalhando em prol da afirmação de suas candidaturas. E, muito embora o presidente tenha abandonado a coordenação de sua sucessão, todos o procuraram em busca de apoio (**Veja**, 18 jan. 1984, p. 24-25).

Como efeito, em razão da maioria efetiva que o PDS possuía no Colégio Eleitoral, e diante dos ainda incertos resultados da campanha pela eleição direta, **Veja** produziu, entre fins de janeiro e fins de fevereiro de 1984, uma série de três longas reportagens sobre os principais postulantes do partido governista à Presidência da República. Nas matérias, procurou traçar um perfil dos candidatos, avaliar a sua capacidade de conquistar adeptos e, em consequência, de aglutinar forças, assim como também buscou expor seus planos de ação.

Sobre Maluf, por exemplo, a revista destacou a audácia e a determinação, o malabarismo retórico e a grande capacidade de arregimentar apoios.²⁰⁵ Ao mesmo tempo em que sublinhou as pesadas críticas que lhe eram dirigidas, e a antipatia de Figueiredo por sua candidatura. Ao fim, reconheceu:

Pelo mecanismo atual de fabricação de presidentes, que resulta de uma soma de jantares e encontros com empresários – o que oferece credibilidade – e com convencionais – o que dá votos –, Maluf é indiscutivelmente um dos favoritos, senão o favorito para a sucessão de Figueiredo. (**Veja**, 25 jan. 1984, p. 24-26; 30)

Na análise sobre Aureliano, **Veja** ressaltou o discurso enfático, com críticas contundentes à política econômica do governo – postura que, no seu entender, fazia do vice-presidente “o mais opositor dos candidatos do PDS”. Destacou também os importantes apoios que ele recebia, dentre os quais figurava o do ex-presidente Ernesto Geisel e de boa parte do empresariado nacional. Mas deu atenção sobretudo ao artifício montado em torno de Aureliano, qual seja, o de dissociar o seu nome tanto de Maluf quanto de Andreazza, vistos de forma muito negativa, devido ao vínculo que mantinham com o regime. A tática, ademais, emitia sinais à oposição, uma vez que procurava apresentar o vice-presidente como um político afeito ao diálogo²⁰⁶ (**Veja**, 8 fev. 1984, p. 20-23; 27).

²⁰⁵ São mencionados os ex-ministros Golbery do Couto e Silva, Roberto Campos e Saïd Farhart, e também o ex-secretário particular de Figueiredo, Heitor Ferreira. Além de grandes nomes do patronato paulista, como Guilherme Afif Domingos, José Ermírio de Moraes, Mário Amato, entre outros.

²⁰⁶ A lógica de tal pretensão foi explicitada por uma declaração do banqueiro Olavo Setúbal, entusiasta da candidatura de Aureliano: “Ele é o homem mais qualificado para ser presidente e também o único elo possível entre a eleição indireta e a opinião pública, que na sua esmagadora maioria pede a direta”.

Por fim, na reportagem sobre Mário Andreazza, **Veja** enfatizou a situação contraditória em que o ministro se encontrava: se, por um lado, ele era o candidato do PDS que contava com o maior número de apoios entre os governadores do partido, trunfo ao qual se somava uma “discreta simpatia do presidente João Figueiredo”, por outro era o postulante mais identificado com o regime cuja impopularidade e descrédito junto à população eram imensos. O vínculo entre Andreazza e o “regime de 1964”, aliás, é muito explorado nessa análise. Por diversas vezes, a revista faz um paralelo entre as “metamorfozes” vivenciadas por ambos, como que para ressaltar a sua indissociabilidade. As propostas “obreiras” e “grandiloquentes”, por exemplo, são relacionadas ao ultrapassado “ufanismo” do “Brasil Potência”. **Veja**, assim, constrói o que, no seu entender, representava a candidatura Andreazza: “a própria encarnação do ‘continuísmo’” (**Veja**, 22 fev. 1984, p. 20-21; 25-26; 28-29).

A propósito, convém destacar que **Veja** sempre procurou deixar claro que o grande problema da sucessão presidencial residia menos nos nomes que se apresentavam do que na forma como pleiteavam disputar o cargo. Isto é, a questão central era o caráter ilegítimo do pleito indireto. Na Carta ao Leitor da edição n. 803, por exemplo, está a seguinte afirmação:

O presente sistema de eleição indireta tem o dom de obscurecer seja os méritos seja os defeitos dos candidatos – que nunca conseguirão rebater as restrições feitas a eles, nem provar que são a solução preferida pelos eleitores, sobretudo quando fazem parte, embora em graus diferentes, das forças políticas de um governo que não tem conseguido administrar o país. (**Veja**, 25 jan. 1984, p. 21)

Entretanto, o impacto da campanha das “Diretas-Já” incidiu não apenas sobre os seus partidários, como também sobre os que a ela se opuseram. Assim sendo, concomitante ao exame dos eventos em favor da eleição direta e das principais candidaturas governistas, a revista buscou analisar as iniciativas e as possibilidades daí decorrentes.

De início, **Veja** (1º fev. 1984, p. 20-22) mostrou que, diante da força exibida pelas mobilizações em favor do pleito direto, a reação nas hostes governistas foi de perplexidade e de defesa intransigente da manutenção das regras do jogo. Convocado para liderar o bloqueio à campanha popular, José Sarney recorreu ao velho chavão do veto militar: “Nós não nos podemos enganar e pensar que os militares vão aceitar um Brizola ou qualquer outro incendiário no poder. E é este o risco de uma eleição direta agora”. Mas a ênfase da análise se voltou mesmo para a questão dos votos necessários à aprovação da emenda constitucional. Objetivo que, no entender da revista, era difícil. Percepção que foi reforçada pelo veredito do deputado Thales Ramalho (PDS-PE):

O povo quer votar para presidente. Mas você pode trazer aqui para Brasília dois comícios desse tamanho e não há nada deste mundo que faça alguns deputados e senadores do PDS votarem a emenda constitucional necessária para fazer a eleição direta. Tem gente que não muda de opinião com manifestações populares. Só com tanque.

Frente àquele obstáculo, e à determinação do Palácio do Planalto em manter a sucessão presidencial sob controle, **Veja** assinala que a supremacia governista muito provavelmente a levaria à vitória. Mas indicava, também, “o prenúncio de um temporal”. Ou seja, mantido o mecanismo da eleição indireta, com a disputa se restringindo a Aureliano, Andreazza e Maluf, havia a possibilidade de um cisma no PDS. Além do mais, poderia haver também uma recusa em se apoiar o candidato oficial. A respeito, o moderado Thales Ramalho foi enfático: “Não há hipótese de eu gritar lá da minha cadeira essas três palavras: ‘Paulo-Salim-Maluf’. Elas não passam pela minha garganta e não há neste mundo quem me faça dizê-las”.

À medida que a mobilização em prol da eleição direta foi crescendo, o governo resolveu contra-atacar e, uma vez mais, lançou mão da retórica da “ameaça subversiva”. Ao mesmo tempo em que, por iniciativa do ministro Leitão de Abreu, procurou reparar as divergências dentro do PDS, disciplinando as disputas que então se desenrolavam, e unificar o partido na defesa do texto constitucional, que previa que a sucessão presidencial ocorreria no Colégio Eleitoral. Em outras palavras, a ideia era harmonizar a legenda para derrotar a campanha popular. Foram essas, aliás, as razões do encontro realizado no dia 15 de fevereiro de 1984, na sala de reuniões do Palácio do Planalto, e ao qual compareceram, além do presidente e dos ministros mais próximos, o senador José Sarney, Aureliano, Andreazza, Maluf e Marco Maciel (outro presidencialável).

De acordo com **Veja** (22 fev. 1984, p. 18-21), Figueiredo iniciou a conversa lendo um pequeno relatório preparado pelo SNI, no qual se afirmava que a campanha das “Diretas-Já”, que seria “inspirada” pelo PCdoB, estava promovendo agitações que representavam um perigo à segurança nacional. O recado, portanto, era claro: era preciso uma pronta reação das forças governistas, em favor da manutenção das regras do jogo. De acordo com aquela ideia, o presidente então propôs duas opções aos candidatos do PDS: ou “o compromisso de que os perdedores apoiariam o nome vitorioso na convenção”, ou a retirada de todas as candidaturas “em favor de um nome de consenso”. Andreazza e Maluf de imediato aceitaram a primeira proposta. Já Aureliano e Marco Maciel concordaram somente com a segunda. O propósito de unir o partido, conseqüentemente, malogrou.

Todavia, a iniciativa governista não foi um completo fracasso. Como bem observou RODRIGUES (2003, p. 53), “ela repercutiu de forma importante sobre os protagonistas do conflito e deixou a impressão (se não a certeza) de que o governo ainda dispunha de recursos consideráveis e de vontade política para utilizá-los”. Frente ao recado dado por Figueiredo, a cúpula dirigente do PMDB resolveu fazer um “recoo tático” (Veja, 22 fev. 1984, p. 21), abandonando a ideia da “marcha sobre Brasília”, cujo intuito era pressionar diretamente os congressistas a votarem em favor da “Emenda Dante de Oliveira”.

Aquele movimento, aliás, é indicativo da divisão que permeava o maior partido das oposições. Poucos dias antes, Ulysses Guimarães, empolgado com a força da campanha das “Diretas-Já”, chegou a declarar: “Vamos fazer a marcha [rumo a Brasília] de qualquer jeito, e se quiserem nos prender que nos prendam, a começar pelo presidente nacional do partido” (Veja, 8 fev. 1984, p. 28). Dentro do PMDB Ulysses era, disparado, o maior entusiasta daquela campanha popular. Mas a empolgação do “Senhor Diretas”, como bem assinalou o seu biógrafo, havia-o embriagado.

Sua leitura do episódio das Diretas-já (...) era de que, a qualquer momento, um episódio tipo “queda da Bastilha” deflagraria a virada do regime. Achava que o governo, sem Golbery, havia perdido toda objetividade na administração do processo de abertura. (GUTEMBERG, 1994, p. 192-193)

Porém, mesmo, como destacou o poeta, com “todo mundo na rua de blusa amarela”²⁰⁷, uma grande parte do PMDB costurava, nos bastidores, uma “negociação” em torno da questão sucessória. Fernando Lyra, por exemplo, procurou convencer Miguel Arraes e outros nomes da esquerda peemedebista a aderirem à candidatura de Tancredo Neves. O deputado Roberto Cardoso Alves (SP), por sua vez, procurou justificar o estratagema: “É preciso que o PMDB tenha um olho no queijo e outro no rato. Vamos trabalhar as indiretas” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 76-77).

Mas não foram somente os “tancredistas” que trabalharam para que sua perspectiva viesse a se concretizar. O próprio líder se empenhou com afinco no seu objetivo. Eis as palavras de um assessor de Tancredo, que vivenciou aqueles acontecimentos:

Ele era cético quanto ao sucesso da emenda. Não escondia isso dos mais próximos. Referia-se inicialmente a ela como desejável, mas lírica.
(...) Experiente, Tancredo sabia todo o tempo que o PMDB jogava com dois cenários básicos. O das Diretas, provavelmente com Ulysses, ou o Colégio Eleitoral,

²⁰⁷ O verso se encontra na música “Pelos tabelas”, presente em CHICO Buarque (1984).

consigo mesmo, caso configurada a ocorrência de cisão importante no PDS, que detinha a maioria absoluta dos votos.

(...) *Sua incansável pregação da conciliação nacional, a disposição para o diálogo com civis e militares, o ecumenismo na ação política, o bom senso e o realismo, a capacidade de operar com cenários alternativos sem abrir mão de princípios, tudo isso talvez tenha contribuído para o surgimento de polêmica sobre sua preferência pelas eleições diretas naquele momento e circunstâncias.* (COUTO, 1998, p. 334-335 – grifo nosso)

De modo óbvio, as ambiguidades de Tancredo e de seu grupo causavam profunda irritação nas forças de esquerda engajadas na campanha pelo pleito direto. Lula, por exemplo, criticou de forma veemente aquela postura: “Quando se fala em público, assume-se um compromisso moral com o povo, que não pode ser traído com conchavos e negociatas” (**Veja**, 28 mar. 1984, p. 27). Fernando Lyra, porém, interpretava a questão de forma diferente. Diante da massa de parlamentares cujo vínculo com o regime era umbilical – os “devedores, cativos, alinhados ou interessados em sua barganha” –, jamais contou com a vitória da “Emenda Dante de Oliveira”. Contudo, o esplendor da campanha popular havia mobilizado de tal forma a opinião pública brasileira, que o significado do Colégio Eleitoral sofrera uma drástica mudança. Diante de um nome aclamado pelo povo, pensava o deputado pernambucano, ele adquiriria legitimidade (LYRA, 2009, p. 94-95).

Inerente àquele raciocínio estava toda uma concepção utilitária acerca da campanha das “Diretas-Já”, além de uma clara disputa por hegemonia dentro do PMDB. RODRIGUES (2003, p. 48-49) observou com argúcia que Tancredo e seu grupo precisavam, de um lado, mostrarem-se em sintonia com o sentimento popular, tal qual Ulysses o fazia, enquanto, de outro lado, trabalhavam para transmitir aos “setores ditos moderados” do regime sua aversão a “radicalismos” e, por conseguinte, sua disposição para o “diálogo”, em favor de uma solução “consensual”. Isto é, o interesse dos “tancredistas” na manutenção, sob controle, da campanha pela eleição direta estava diretamente relacionada ao crescimento das defecções na frente governista. Porque se entendia que tal situação abria caminhos mais favoráveis para uma futura “negociação” – a propósito, a equipe de **Veja** percebeu com nitidez aquele movimento. Em sua edição nº 808, o periódico afirmou: “Apesar do barulho da campanha pela direta, influentes políticos do PMDB sabem que a Emenda Dante de Oliveira pode ser derrotada e, *com realismo*, já traçam planos para uma eventual disputa no Colégio [Eleitoral]” (**Veja**, 29 fev. 1984, p. 26-27 – grifo nosso).

Com efeito, é importante mencionarmos que Aureliano Chaves, ainda que sob uma ótica diferenciada, também trabalhava com os mesmos pressupostos. Em campanha para afirmar seu nome como presidenciável, procurou construir um discurso no qual combinava

críticas ao governo e aos demais candidatos pedessistas, afagos aos militares e conexão com os anseios populares. Num ataque indireto a Maluf, afirmou: “Temos que exorcizar a esperteza nos campos político e econômico, e substituí-la pela competência e pela austeridade”. Rechaçando os rumores de que os militares reagiriam a eventuais mudanças constitucionais, declarou: “O Exército brasileiro é povo e reflete com muita fidelidade os sentimentos do povo. Não existe nenhum movimento, na História do Brasil, que registre distonia entre a ação dos militares e as aspirações do país”. Já sobre a relação entre o significado da campanha pela eleição direta e o futuro político nacional, asseverou: “O país precisa do entendimento e o governo não pode prescindir da solidariedade do povo nas suas decisões”. De acordo com **Veja**, Aureliano tinha a intenção de afirmar seu nome como “o único candidato do PDS à sucessão de Figueiredo com bom trânsito tanto junto à sociedade quanto a políticos da oposição”. Caso o vice-presidente se afirmasse como o nome do PDS à sucessão presidencial, os partidos da oposição o consagrariam, abdicando da disputa no Colégio Eleitoral. Por outro lado, em caso de derrota na convenção pedessista, a hipótese mais provável seria que Aureliano e seu grupo se aproximassem da oposição (**Veja**, 29 fev. 1984, p. 24-26).

Portanto, em razão da campanha das “Diretas-Já” havia divisões significativas em ambos os campos de forças políticas. No lado das oposições, delineou-se de modo claro um choque entre o grupo *democrata radical* e os adeptos da *negociação*. Já do lado governista, as dissensões opunham os setores “ortodoxos” do governo e do PDS²⁰⁸ àqueles que apregoavam um processo de “entendimento”. Tratava-se, pois, de uma inequívoca luta por hegemonia. Da qual os movimentos tomados de parte a parte constituem prova contundente.

O PT, organização que capitaneava a ala *democrata radical* das oposições, passou a denunciar, por meio de suas lideranças e de declarações oficiais, aquilo que entendia como um “engajamento tático” na campanha pelo pleito direto. Isto é, para o partido, a luta por eleições diretas (em todos os níveis de governo), na medida em que era uma demanda genuína da maioria da população brasileira, deveria prosseguir até o fim, até a sua plena conquista. Logo, eram intoleráveis os acenos para o “consenso” já publicamente demonstrados pelo grupo “tancredista” do PMDB. Em uma resolução tomada no seu 3º Encontro Nacional, ocorrido no início de abril de 1984, a legenda se manifestou de modo enfático:

²⁰⁸ Composto principalmente pelos generais Octávio Medeiros e Walter Pires, e pelo ministro Abi-Ackel, o grupo dos “ortodoxos” era radicalmente contrário à eleição direta e às negociações com a oposição, pois as viam como uma espécie de capitulação. Curiosamente, tanto Maluf quanto Andreazza também faziam parte daquele time.

(...) a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. (PERSEU, 2009, p. 118-119)²⁰⁹

O documento petista se referia de forma clara ao encontro ocorrido cerca de duas semanas antes, entre o Secretário-Geral do PMDB, o senador “biônico” Affonso Camargo (PR)²¹⁰, e o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Ludwig. Embora a alegação anunciada para a reunião dissesse respeito à possibilidade de adoção do parlamentarismo no Brasil, o assunto predominante na conversa foi a viabilidade política da (e o suposto veto militar à) campanha das “Diretas-Já”. À saída do Palácio do Planalto, Camargo afirmou que os números no Congresso constituíam um obstáculo à aprovação da emenda constitucional, e então fulminou: “Não podemos trabalhar com os pés nas nuvens”. Declaração que evidenciou que uma parte do PMDB já procurava se acertar com o governo, e que, por isso mesmo, gerou protestos veementes nos diversos grupos de oposição e também dentro do próprio partido (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 77-78; RODRIGUES, 2003, p. 65).

No campo governista a situação não era diferente. A questão mais premente era: qual estratégia deveria ser adotada para derrotar a emenda da eleição direta? De acordo com **Veja** (14 mar. 1984, p. 28-31), havia no PDS um acentuado clima de incerteza, devido ao impacto dos últimos comícios pró-Diretas – citando, uma vez mais, o “moderado” Thales Ramalho (PDS-PE), a revista afirma que o deputado, após o comício da Praça da Sé, em São Paulo, passou a acreditar na possibilidade de aprovação da “Emenda Dante de Oliveira”. A nosso ver, contudo, convém considerar: até que ponto tal declaração, pronunciada por personagem tão experimentada, não constituía uma espécie de sinal para que se desse início ao processo de “diálogo”?

Como resposta àquele estado de coisas, surgiu a ideia elaborada pelo líder Néelson Marchezan e pelo ministro Leitão de Abreu, a saber, a apresentação de uma emenda constitucional alternativa, propondo a realização da eleição presidencial em 1988. Entretanto,

²⁰⁹ Tal declaração consta da seção “Documentos” do referido periódico, cuja edição abordou o papel desempenhado pelo PT na campanha das “Diretas-Já”.

²¹⁰ Eleito indiretamente pela Arena, em 1978, Affonso Camargo aderiu em 1980 ao PP, num processo no qual foi um dos principais articuladores. Após a fusão da legenda com o PMDB, teve participação importante nas vitórias de Tancredo Neves e de José Richa nas eleições estaduais de 82. Sempre próximo ao líder mineiro, passou a ocupar o cargo de Secretário-Geral do PMDB, após a já citada Convenção Nacional realizada em fins de 1983. No cargo, foi peça importante nas articulações do *projeto da “conciliação”* levado a efeito pelo grupo “Unidade”. Cf. **DHBB**, v. I, p. 973.

em razão das rivalidades que grassavam dentro do governo, a proposta foi contestada por Abi-Ackel, Medeiros e outros.²¹¹

Não obstante os problemas entre seus ministros, Figueiredo comprou a ideia da emenda alternativa, inserindo-a na sua peculiar lógica de raciocínio. O presidente, em verdade, adotou uma postura “ecclética”: de um lado, argumentou que uma mudança constitucional imediata seria um “casuísmo” – discurso feito pelos “ortodoxos”; de outro, aceitava negociar a questão da eleição direta para o futuro – projeto defendido pelos “brandos”. Diante da posição assumida por Figueiredo, ficou acertado que o governo deveria enviar ao Congresso, antes do dia 25 de abril, quando haveria a votação da “Emenda Dante de Oliveira”, a proposta de sua autoria, que previa eleições diretas em 1990 (e não em 1988, como defendia Leitão de Abreu).

Ainda de acordo com **Veja** (21 mar. 1984, p. 36-37; 40), Marchezan e Aloysio Chaves (líder do PDS no Senado) procuraram consultar os parlamentares pedessistas acerca do que fazer frente ao avanço das “Diretas-Já”. Como a maioria se disse favorável à ideia da emenda governista, a revista entendeu que se tratava de uma clara demonstração de que o grupo de “tendência liberal” da legenda almejava uma “saída negociada” para aquela situação de crise. O presidente, por sua vez, decidiu agir (“Será a emenda Figueiredo. A decisão sobre o ano em que ela entrará em vigor será minha”), pois pretendia aplacar as divergências dentro do PDS, ao mesmo tempo em que procurava deixar de lado a tão impopular defesa do sistema eleitoral indireto. **Veja**, porém, viu com ressalvas aquele intento:

Por mais que Figueiredo pretenda centralizar a decisão, a dimensão adquirida pela campanha em favor das diretas, transformada no maior movimento popular já ocorrido na história do país, sugere que *as dificuldades da sucessão precisam ser contornadas mais com conversas interpartidárias e menos com vozes de comando.*
[Grifo nosso]

Para sustentar sua opinião, o periódico assinala que os problemas do governo não se resumiam ao conteúdo e à forma da emenda constitucional alternativa, mas estavam também nas disputas entre os presidenciáveis do PDS. Porque as opções que se apresentavam – havia “um candidato semioficial com baixa popularidade (Andreazza), um dissidente impopular (Maluf) e um praticamente inaceitável por Figueiredo (Aureliano), contando com maciço

²¹¹ Nas reportagens “Duelo no Planalto” (14 mar. 1984, p. 32-33) e “O Palácio inseguro” (28 mar. 1984, p. 20-26), **Veja** discorre sobre o total desentendimento entre os ministros de Figueiredo, especialmente entre Leitão de Abreu, Abi-Ackel e Medeiros. Segundo a revista, as divergências vinham desde 1981, e tinham relação com as questões políticas e estratégicas que envolviam o governo. Com a questão sucessória, sobre a qual os auxiliares do presidente tinham opiniões e preferências antagônicas, os conflitos se agudizaram, tornando-se uma verdadeira “guerra nos bastidores” do Palácio do Planalto.

apoio popular (!)” – geravam ainda mais dificuldades para o presidente. Logo, convinha a consideração de uma outra solução.

Há indicações seguras de que uma parte do PDS, impressionada com o desgaste do regime, com o crescimento de Aureliano e com o tamanho da campanha das diretas, prefere buscar *um entendimento capaz de reunir liberais de todas as siglas*. [Grifo nosso]

Veja, a partir daquele momento, passou a dar as mais claras indicações de que era partidária de uma determinada concepção acerca da transição política vivenciada pelo país. Diante dos acenos continuístas de partes importantes do governo, procurou alertar para o “perigo” de tais posicionamentos.

Desde já, resulta com clareza que a opção tomada em favor da manutenção do status quo é perigosa. Não se vê, em torno dela, nenhum sinal de apoio por parte da opinião pública. Sua viabilidade prática, em termos de aceitação pela maioria das forças políticas, é reduzida. Ela não parece capaz, enfim, de gerar o mínimo de estabilidade de que o país tanto necessita *para fazer a sucessão sem traumas, rancores e divisões inconciliáveis*. (**Veja**, 28 mar. 1984, p. 19 – grifo nosso)

Começava a se delinear, no discurso da revista, a opinião segundo a qual a “conciliação de interesses” era a única saída viável para aquela situação de crise pela qual passava o Brasil.

Foi com esse viés, aliás, que a reportagem “Um aceno à oposição” (**Veja**, 4 abr. 1984, p. 26-28) foi composta. Interpretando o envio da “Emenda Figueiredo” ao Congresso como uma indicação de que o governo estava disposto a “negociar datas e oportunidades com a oposição”, a revista faz uma espécie de apelo à ponderação, para que os ensaios de “diálogo” não fossem inviabilizados. Nessa linha de argumentação, dá destaque também às personagens da oposição consideradas “sérias” – como o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), que consolidava “sua posição como um dos mais respeitáveis interlocutores do governo para eventuais negociações” – e, concluindo, reproduz uma fala do general Pires (!), por entendê-la como um “convite ao entendimento”: “Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis e capazes de levar o Brasil a seu destino de grande nação”.

Não obstante os propósitos de um tal “acordo”, a situação de impasse permanecia. Isto é, o jogo da questão sucessória continuava em movimento, pois, assim como os candidatos do PDS mantinham suas articulações, os comícios e atos públicos da campanha das “Diretas-Já” eram cada vez mais intensos e entusiásticos. Iniciado o decisivo mês de abril de 1984, ninguém era capaz de afirmar com convicção qual seria o desfecho daquela disputa.

Complicando ainda mais aquela situação, o já conhecido comportamento errático do presidente voltou se manifestar. Na sequência do megacomício do Rio de Janeiro, Figueiredo teria mais uma vez se mostrado favorável à eleição direta – “Se eu estivesse lá, seria 1 milhão e um na Candelária”. E, embora tenha logo desautorizado o deputado Alcides Franciscato (PDS-SP), que passou tal informação para a imprensa, sua declaração causou abalos sérios na já combatida unidade do PDS. O líder Néelson Marchezan, por exemplo, acusou o golpe: “Estou atônito, incrédulo. Alguns deputados já se declararam ‘pró-diretas’ em função da entrevista do Franciscato. Temo que isso altere o quadro”. Tal postura, na interpretação de **Veja** (18 abr. 1984, p. 38-40), seria uma resposta dos pedessistas à armadilha que o governo involuntariamente os jogara. Ou seja, eles estavam se insurgindo contra o “papel ruim” para o qual foram escalados: o de “contrariar as multidões”, derrotando a emenda do pleito direto.

Frente à situação que ele mesmo insuflou – mas também incomodado com o vigor da campanha das “Diretas-Já”, e com a crescente disposição dos pedessistas em apoiá-la –, Figueiredo recorreu à habitual retórica da ameaça. Junto ao ministro do Exército, superestimou a ideia da “marcha sobre Brasília” para, então, mostrar-se disposto a usar a força para impedi-la.

Se eles vierem para Brasília, vou para a rampa do Congresso, mas não deixo eles entrarem.

Eles querem acabar com a revolução de 1964 e destruir o meu projeto de abertura! Estou tentando fazer uma reforma constitucional duradoura e eles querem atropelar tudo.

Para **Veja**, muitos eram os problemas do governo. Mas o principal deles seria a inabilidade política, como se depreende do seguinte trecho de um editorial:

A proposta conciliatória de realizar eleições diretas em 1988, acrescida de diversas outras mudanças constitucionais, poderia ter sido, apenas uns poucos meses atrás, o ponto de partida para uma *negociação construtiva*. Apresentada agora, ela vem muito tarde, num momento em que a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo. (**Veja**, 25 abr. 1984, p. 19 – grifo nosso)

Para a revista, o governo não apenas demorou em afirmar sua posição diante da voz das ruas, como também foi extremamente infeliz ao optar pela truculência para enfrentá-la. Dito de outro modo: embora ressaltasse a “ressureição política” de Figueiredo – que se empenhou pessoalmente junto aos parlamentares do PDS para que rejeitassem a “Emenda Dante de Oliveira”, e considerassem a proposta alternativa do governo –, **Veja** lamentou o recurso às Medidas de Emergência, decretadas para “proteger” o Congresso das pressões em

favor da eleição direta. No seu entender, ambas as atitudes – o apelo à “negociação” e o artifício da repressão – retratavam um “governo ambíguo”. Situação que também se reproduzia no campo das oposições, em especial no PMDB, que convivia com o discurso “conciliador” de Tancredo Neves e, ao mesmo tempo, com as “pregações” do deputado Ulysses Guimarães.

Segundo o periódico, aquele estado de coisas tornava o “futuro da política brasileira especialmente incerto”. Até porque ninguém sabia definir direito o que seria a tal “negociação” entre governo e oposição. Havia muita conversa, nomes de eventuais candidatos do “consenso” apareciam aqui e ali, mas uma coisa parecia certa: quanto mais se falava em “entendimento”, mais enfraquecidas ficavam as candidaturas de Andreazza e de Maluf. Segundo Sarney, a opinião pública os rejeitava. Já para Marchezan, a eleição de qualquer um deles levaria à “radicalização” no país.

Todavia, a definitiva derrota de ambos dependia do sucesso das iniciativas capitaneadas por Leitão de Abreu. Em caso de malogro do ministro, eles voltariam a protagonizar a questão sucessória, hipótese vista como indesejável (**Veja**, 25 abr. 1984, p. 24-29; 34-36).

Vemos, portanto, que um processo de “entendimento” era para **Veja** um expediente salutar. Era, enfim, algo que deveria ser trabalhado, lapidado.

4.3 – Moldando o “grande acordo nacional”: Tancredo e a dissidência pedessista

No dia 25 de abril de 1984, data da votação da “Emenda Dante de Oliveira”, Brasília amanheceu sob um impressionante aparato de segurança. Por ordem do presidente Figueiredo, que alegou que a ação dos militantes pró-Diretas estava “intimidando” e até mesmo “coagindo” os parlamentares, foram decretadas as chamadas Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições. Determinação que, em verdade, nada mais era do que a contrapartida aos propósitos de “diálogo” contidos no projeto sucessório do governo.

A execução das tarefas repressivas ficou sob a responsabilidade do general Newton Cruz, chefe do Comando Militar do Planalto, que declarou a sua “firme disposição” de aplicá-las. Contudo, as ações efetuadas pelo oficial e por seus subordinados – que incluíram a dispersão e até mesmo a prisão de estudantes secundaristas e universitários, além da intimidação de parlamentares, prefeitos e de populares que se dirigiram à Esplanada dos Ministérios – acabaram se constituindo num categórico testemunho de como o poder

dissuasório do regime civil-militar passara por uma transformação significativa. Pois, naquele novo contexto que então despontava, evidenciou-se o abismo existente entre a vontade dos dirigentes autoritários e os anseios populares. Isto é, ficou demonstrado que o recurso à força bruta, que tanto medo já causara nas pessoas, acabou por explicitar o quão patética e impotente tinha se tornado a outrora todo-poderosa ditadura.

Não obstante, entendemos que não se tratou de uma “vitória de Pirro”. Porque, se era verdade que as forças governistas que derrotaram a proposta de emenda constitucional²¹² haviam claramente se posicionado contrárias ao desejo manifestado por milhões de brasileiros, também era fato que, em razão de sua superioridade numérica e, portanto, do controle do maior número de votos, elas dispunham de um trunfo expressivo. Dito de outro modo: ainda que constrangido pelo coro ameaçador do público presente às galerias do plenário do Congresso Nacional, que lançou o brado “O povo não esquece, acabou o PDS”, os parlamentares pedessistas (assim como os delegados com direito a voto no Colégio Eleitoral) ainda desfrutavam de um poder digno de consideração. Diante de um inevitável refluxo das massivas manifestações em favor da eleição direta, a prática política institucional voltaria a monopolizar as discussões em torno da questão sucessória. Logo, os grupos dominantes do Parlamento poderiam, claramente, barganhar em prol de seus interesses.

Tabela 7 – Composição do Colégio Eleitoral para a sucessão presidencial de janeiro de 1985

	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Total
Senadores	45	22	1	1	0	69
Deputados Federais	235	200	23	13	8	479
Delegados eleitorais	81	51	6	0	0	138
Total de votos	361	273	30	14	8	686

Fonte: FLEISCHER (1994, p. 187).

No campo das oposições, a propósito, já havia aqueles que defendiam abertamente o recurso da “negociação” para a crise sucessória. Às vésperas da votação da “Emenda Dante de Oliveira”, Tancredo Neves uma vez mais se mostrou disposto a conversar com os

²¹² A “Emenda Dante de Oliveira” recebeu 298 votos, 22 a menos que os 320 necessários para sua aprovação.

representantes do Palácio do Planalto. Isso porque, embora declarasse seu “empenho” e os “mais sinceros votos” pela aprovação da proposta do pleito direto, o governador mineiro já pressupunha a sua derrota. Por conseguinte, admitia liderar, sob “delegação expressa” do PMDB, um processo de “negociação” com o governo. Tancredo, em verdade, e traíndo o argumento de que seu foco era a vitória da eleição direta, expôs de modo claro todo um conjunto de premissas para o diálogo – abrangendo os campos político-institucional, econômico e social –, que poderia resultar numa “solução de consenso” e num eventual “governo de transição” (**Folha de S. Paulo**, 24 abr. 1984, p. 8).²¹³

A postura de Tancredo, obviamente, suscitou as mais veementes críticas. Em editorial, o jornal **Folha de S. Paulo** considerou “precipitada” a atitude do governador mineiro, devido ao “efeito desmobilizador” que poderia acarretar. Lula, por sua vez, chamou a ideia de “proposta de transação”. Para o líder do PT, a proposta da “negociação” seria conveniente apenas para o governo, que assim encontraria uma “saída política suave” para a difícil situação em que se encontrava. Nas hostes governistas, porém, a sugestão foi muito bem recebida. De acordo com parlamentares pedessistas, o presidente teria se mostrado satisfeito com o aceno de Tancredo, pois se tratava de um político visto como respeitável e sobretudo “confiável” para levar a efeito a “conciliação nacional” (**Folha de S. Paulo**, 24 abr. 1984, p. 2; 25 abr. 1984, p. 4).

A estratégia do governo, aliás, era clara. Logo após liderar a derrota da “Emenda Dante de Oliveira”, o deputado Nelson Marchezan afirmou: “Agora estamos em condições de fazer o grande diálogo nacional”. O líder do PDS se referia à “Emenda Figueiredo”, cujo ônus da rejeição, de modo ardiloso, colocou na conta das oposições. Com base num raciocínio aritmético – eram necessários os votos de 2/3 do Congresso Nacional –, desafiadoramente proclamou: “As oposições vão negociar. Ou será que elas desejarão que tudo permaneça como está?” (**Veja**, 2 mai. 1984, p. 5; 8).

Entretanto, diferentemente do que pressupunha o arrazoado do deputado Marchezan, a solução da questão sucessória não dependia única e exclusivamente da vontade do governo. Em razão das fissuras que permeavam o seu partido, e do vigoroso impacto da campanha das “Diretas-Já”, um expressivo grupo de pedessistas se mostrava propenso ao “diálogo” com as oposições, principalmente com o grupo “tancredista”.

²¹³ De acordo com o relato dos jornalistas políticos do **Jornal do Brasil** (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 79-80), Tancredo teria confidenciado a Ulysses Guimarães, em janeiro de 1984, que estava decidido a ir ao Colégio Eleitoral para concorrer à Presidência da República. “É uma questão de patriotismo, pois será muito difícil as diretas passarem”, justificou-se o governador mineiro.

A revista **Veja** (2 mai. 1984, p. 20-25), por exemplo, relatou que, apenas dois dias após a rejeição da eleição direta, oito dos nove governadores nordestinos do PDS resolveram se pronunciar: no seu entender, diante do “impasse político na sucessão presidencial”, o governador mineiro Tancredo Neves seria “a pessoa mais indicada” para encabeçar os “entendimentos”. Segundo Luiz Gonzaga Motta, chefe do Executivo cearense, Tancredo era “a maior expressão política do momento”, a personagem capaz de levar adiante a difícil tarefa. Roberto Magalhães, seu colega pernambucano, foi ainda mais enfático: “Quem sabe, pode ser o prenúncio de uma conciliação nacional, pelas mãos de muitos, confiantes nas mãos hábeis e experientes de Tancredo Neves”.

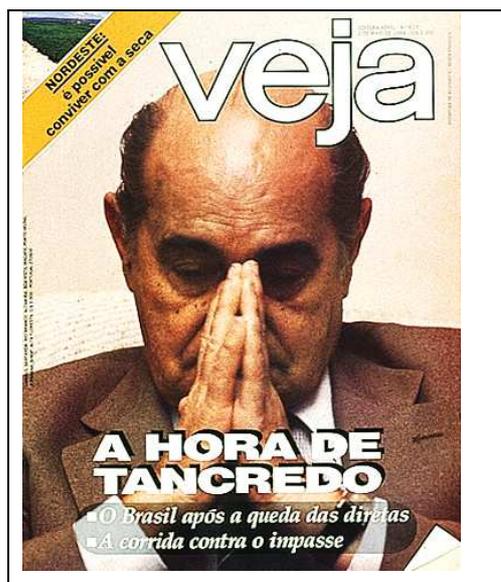
Diante de tais manifestações, cabe-nos indagar: por qual razão os governadores pedessistas, que haviam trabalhado contra a demanda do pleito direto (seis deles, inclusive, estavam comprometidos com a candidatura do ministro Mário Andreazza), tomaram tal atitude? Para **Veja**, a resposta era simples: o PDS tinha ciência de que possuía poder de fogo para derrotar a “Emenda Dante de Oliveira”, mas tinha também noção de que não podia, sozinho, resolver a sucessão presidencial. Situação idêntica à do PMDB. Portanto, frente ao impasse, as forças políticas procuraram concentrar seus esforços na “montagem de um acordo nacional”. O ministro Leitão de Abreu, a propósito, tinha uma posição bem clara a respeito daquele momento: “Precisamos encontrar um caminho entre as diretas já, como quer a oposição, e as diretas não, como quer uma parte do PDS”.

Contra aquele plano, evidentemente, interpunham-se obstáculos. Sobretudo por parte dos candidatos Andreazza e Maluf, que rejeitavam com veemência a ideia de se mudar as regras do jogo sucessório. É importante destacarmos, ademais, que os desígnios continuístas do presidente em muito contribuíam para embaralhar um possível acordo.²¹⁴ Em consequência, o ministro da Casa Civil, encarregado de chefiar as conversações, via-se na incômoda condição de, por um lado, ser bombardeado por andreazzistas e malufistas e, por outro, contar com o pouco empenho de Figueiredo. A já notória ambiguidade do presidente, inclusive, levou Nelson Marchezan a alertá-lo: “Ou o senhor lidera as negociações ou o governador Tancredo Neves toma essa bandeira. (...) Em vez de sermos nós a consultar a sociedade, ele o fará e ultrapassará o governo, obrigando-nos a aceitar o que ele decidir”.

²¹⁴ DIMENSTEIN et al. (1985, p. 28-36) descrevem como, ao longo de grande parte do processo sucessório, Figueiredo sustentou a ideia de que a prorrogação do seu mandato era uma hipótese que deveria ser considerada. Maluf, por sua vez, é enfático quanto às intenções do general. Em depoimento ao jornalista Tão Gomes PINTO (2008, p. 129-130), narrou o episódio em que o ministro César Cals (Minas e Energia) o indagou, num jantar, sobre o que pensava da prorrogação do mandato presidencial. No seu entender, o candidato de Figueiredo para a sucessão era o próprio Figueiredo.

Tancredo, por sua vez, movimentava-se intensamente. Trabalhava para manter em evidência as discussões em torno da “Emenda Figueiredo”, porque as negociações dela decorrentes eram-lhe extremamente favoráveis. Experiente, justificava sua posição com um alerta: “Não foi só a eleição direta que levou o povo às ruas. Há uma insatisfação com o governo muito mais ampla, que pode explodir”.

Figura 4 – Capa de *Veja*, edição nº 817, 2 maio 1984



Fonte: Veja.com

Concluindo a análise, **Veja** demonstra de modo claro sua inclinação. Segundo ela, Tancredo,

à primeira vista, poderia parecer um dissimulador. No entanto, o que menos dissimula é a sua formação conservadora. E é precisamente por isso que o PDS começa a anunciar que vê nele uma das maiores personalidades políticas do país. Destroçado pelo fracasso na economia e na administração, o projeto conservador iniciado em 1964 verificou nas ruas que nelas não há passagem fácil para Andreazza – a continuidade do governo – ou Maluf – a continuidade do regime. Para continuar de pé, ele percebe que não é um mau negócio morrer nos braços de Tancredo. Só o governador de Minas, hoje em dia, seria capaz de levar uma pessoa ao próprio funeral, fazendo-a sentir como se estivesse numa apoteose.²¹⁵

Tancredo, no entanto, teve certo trabalho para reunir o PMDB em torno de seus propósitos. Ulysses Guimarães, por exemplo, rejeitava enfaticamente a ideia – “Negociação? Não este Partido. Quem quiser que tome seu rumo, que a gente entende”. O “Senhor Diretas”,

²¹⁵ A reportagem que ora analisamos se intitula “O país busca a luz”, e em sua legenda consta a seguinte afirmação: “chegou a vez da negociação”.

curiosamente, propunha a mesma tática que, cerca de 10 anos antes, condenara no grupo dos “autênticos”: o boicote ao Colégio Eleitoral. Pois acreditava que a maioria formada pelas oposições, somada aos dissidentes do PDS, ausentando-se do pleito indireto, faria com que o candidato governista obtivesse menos votos do que o necessário para a sua eleição. O que resultaria na sua inviabilização e, conseqüentemente, levaria à derrota final da ditadura (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 80; GUTEMBERG, 1994, p. 196).

No entanto, grande parte dos peemedebistas já demonstrava simpatia pela tese da *negociação*. Desígnio também sinalizado pelos trãnsfugas do regime civil-militar, que se mostravam propensos a negociar seu apoio – situação que exigia muitas conversas, concessões, garantias. Tancredo tinha plena noção daquela circunstância. Mas estava também ciente da importância de contar com o suporte do líder do PMDB. A seu ver, a companhia daquela personagem que por cerca de 15 anos liderara a oposição ao arbítrio tinha um significado simbólico: “Não me arriscaria a deixar o governo e enfrentar uma candidatura, se Ulysses não me apoiar”, assinalou (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 84).

A ala *democrata radical* das oposições, por sua vez, pronunciou-se de modo claro: continuaria, ou melhor, intensificaria a luta pela imediata realização de eleições diretas para a Presidência da República. No seu entender, era hora de dar início à “segunda fase” da campanha, com uma expressiva ampliação da participação popular. Em consonância com tal ideia, declarou seu boicote ao Colégio Eleitoral, assim como condenou a “apregoadada conciliação com o regime autoritário”, vista como nociva aos interesses da maioria do povo brasileiro.²¹⁶

Aquela posição contrária à tese da *negociação* foi duramente criticada por **Veja** (9 mai. 1984, p. 20-25). Pois, na sua perspectiva, a defesa da ideia das “diretas já ou nada” feita pela “ala radical” das oposições era um contrassenso, uma vez que tendia a favorecer o *status quo*. Segundo a revista, com a derrota da campanha pelo pleito direto, “sobraram na vida real” a proposta de emenda constitucional do governo e o sistema indireto, favorável principalmente a Andreazza e a Maluf. Vivia-se, então, uma situação muito delicada.

Mas o encaminhamento de uma “negociação” entre o governo e as oposições teve, no entender do periódico, um episódio animador: um encontro entre Figueiredo e Tancredo Neves. De acordo com a reportagem, o presidente expôs um “esboço” do enredo que se propunha a encenar. Duas condições, por exemplo, eram-lhe fundamentais: o seu sucessor deveria ser escolhido pelo Colégio Eleitoral, requisito que descartava a proposta das “diretas

²¹⁶ Tais argumentos foram expostos em uma “Nota à Imprensa” expedida em 6 de maio de 1984, e reproduzida na já mencionada seção “Documentos” da revista PERSEU (2009, p. 147-148).

já”, e deveria também governar por no mínimo quatro anos. Em conversa com a imprensa, Tancredo deixou escapar outra premissa que pautava a disposição do governo para o “diálogo”. Segundo ele, Figueiredo esclareceu que, em razão das “contingências da conjuntura interna”, não tinha como apoiar as eleições diretas. Para **Veja**, o presidente provavelmente se referia à hipótese de, num pleito direto, um “radical” vir a ser eleito. Possibilidade que, como já dito, era vista como inaceitável pelos chefes militares.

Diante daquelas circunstâncias – de um lado, a necessidade de recuperar a iniciativa, isto é, de agir politicamente em prol do êxito na questão sucessória; de outro, a eventualidade da eleição de um candidato oficial (Maluf ou Andreazza) –, líderes como Brizola e Montoro também passaram a considerar seriamente a formulação “ou se negocia, ou tudo permanece como está” feita pelas forças governistas.

Já para **Veja**, a grande questão do momento era: chegar a uma solução que conseguisse reunir o apoio da maioria das forças políticas e que, ao mesmo tempo, não fosse vista como uma afronta pela sociedade que se engajara na campanha das “Diretas Já”. Ou seja, as “negociações” deveriam focar na construção de um *arranjo* que trouxesse em si “a perspectiva de mudanças reais”.²¹⁷

O empenho em busca do “entendimento” acirrou ainda mais as já notórias divergências dentro do governo. Diante de um anúncio, feito pelo porta-voz Carlos Átila, de que a retirada das candidaturas pedessistas facilitaria o caminho rumo ao tão desejado “nome de consenso”, Andreazza e Maluf reagiram imediatamente. “Quem quiser renúncia que renuncie a seu cargo”, disparou o deputado paulista, dirigindo-se ao ministro Leitão de Abreu. De acordo com **Veja** (16 maio, p. 24-26), os dois postulantes à Presidência viam as conversações em torno da “Emenda Figueiredo” como um empecilho às suas aspirações. Por isso, trabalhavam conjuntamente para derrubá-la.

Enquanto o campo governista se digladiava, o principal partido das oposições dava os primeiros sinais de que se inclinaria rumo ao processo de “negociação política” com o governo. Após ter recebido três documentos, subscritos por 145 nomes de diferentes alas dentro do PMDB, o líder Ulysses Guimarães se mostrou propenso a acatar a vontade da maioria partidária – ainda que de modo diferenciado, tais parlamentares lançavam um apelo ao “entendimento” com o governo. Ao mesmo tempo, o deputado paulista frustrou iniciativa semelhante levada a efeito por um grupo de 20 deputados, que defendiam o boicote ao

²¹⁷ O periódico expressou tais considerações no editorial da edição em questão (**Veja**, 9 mai. 1984, p. 19).

Colégio Eleitoral. “Para ter expressão, o documento tem que ter maior número de assinaturas”, afirmou.

Frente àquelas movimentações, Ulysses foi a Minas Gerais se reunir com Tancredo para discutir a questão. Após uma longa conversa, ambos declararam o que ficou acordado: caberia a uma instância maior do partido decidir sobre a entrada do PMDB nas “negociações” com o governo e, também, sobre a participação no Colégio Eleitoral – no caso, com candidato próprio à eleição indireta à Presidência da República (**Veja**, 16 maio, p. 27).

A mudança no posicionamento de Ulysses, aliás, deveu-se à percepção de que as posições do grupo “tancredista” já contavam com um amplo respaldo dentro do partido. Vendo-se na condição de minoria – pois até umas das maiores expressões do grupo “Travessia”, o deputado pernambucano Miguel Arraes, havia se alinhado com Tancredo –, o líder do PMDB percebeu que era necessário recuar. Se antes via a hipótese de concorrer no Colégio Eleitoral como uma “grave imprudência”, compreendeu que o momento exigia uma mudança de tom: “Não podemos esvaziar a luta pelas diretas, mas em política tudo é possível. Em certos momentos já foi estratégico a oposição participar do Colégio” (**Veja**, 23 maio, p. 27-28).²¹⁸

Tancredo, de seu lado, moldava habilmente a sua candidatura. Num encontro com correligionários, que foram a Belo Horizonte para incentivá-lo a se lançar à Presidência, declarou que Figueiredo, na conversa que haviam tido semanas antes, deu a entender que não se esforçaria para aprovar a emenda que levava o seu nome – pois a finalidade máxima do seu projeto, qual seja, a derrota da proposta das eleições diretas, já havia sido alcançada. Assim sendo, a lógica política levava à seguinte conclusão: diante da incerteza de uma “negociação”, o partido devia se preparar para a disputa no Colégio Eleitoral. Algo que, no entender de **Veja**, “o PMDB, quando ainda se chamava MDB, já fez nas duas últimas sucessões presidenciais, sempre contrariando os princípios programáticos que pregam eleições diretas, mas atendendo por outro lado a conveniências ditadas pelo realismo político”.

O periódico, aliás, elencou alguns argumentos favoráveis à participação do PMDB no Colégio Eleitoral: 1º) a vantagem do PDS era de apenas 36 votos – menor que a dissidência que havia votado em favor das eleições diretas; 2º) a improbabilidade de se alterar as regras da sucessão até agosto (data limite das inscrições de candidatos). Mas, caso o partido não se preparasse para a eventualidade de disputar o pleito indireto, o cenário que se

²¹⁸ No depoimento que deu ao jornalista Luiz GUTEMBERG (1994, p. 196-197), Ulysses afirmou: “A tendência no partido (...) era pela tática das indiretas, a que resisti até o limite em que tive condições de agir sem me tornar suspeito de personalismo. Essa, não. Afinal, sempre fui um homem de partido”.

configurava mais provável era o de mais seis anos de governo do PDS, provavelmente sob a batuta do deputado Paulo Maluf – que, segundo “estimativas”, já dispunha de ampla maioria dentro da legenda.

Revelando a estratégia do grupo “tancredista”, o senador “biônico” Affonso Camargo asseverou: “Não devemos ir para o Colégio se for para perder, porque o povo não compreenderá. Mas o povo também não nos perdoará se o Maluf for presidente” (**Veja**, 23 maio, p. 27-28). Era necessário, portanto, fazer política. Conduta que, no linguajar dos adeptos da tese da *negociação*, significava trabalhar pela afirmação do “candidato de consenso” – isto é, por Tancredo.

Diante de tão contundentes evidências de que pleiteava a candidatura ao Palácio do Planalto, Tancredo resolveu, em fins de maio de 1984, assumir publicamente sua condição de presidenciável. No entender de **Veja** (30 maio 1984, p. 20-22), o anúncio feito pelo governador mineiro não somente explicitou o seu projeto de ser o sucessor do general Figueiredo, mas teve relação também com as movimentações feitas em Brasília por outro aspirante, o vice-presidente Aureliano Chaves. Uma vez mais exercendo a interinidade na Presidência da República, Aureliano se pôs a trabalhar, envolvendo-se numa “verdadeira maratona de conversas”. Concentrando esforços na construção de um “entendimento” para a aprovação da “Emenda Figueiredo” no Congresso, reuniu-se com as várias correntes do PDS e, para a surpresa de muitos, recebeu em seu gabinete o líder Ulysses Guimarães.

As articulações de Aureliano, obviamente, causaram apreensão entre os partidários das candidaturas de Andreazza e Maluf, que enxergaram nas ações do presidente interino um ataque frontal às suas aspirações. De outro lado, o grupo “tancredista” sagazmente procurou contemporizar, afirmando, por exemplo, que os propósitos “conciliadores” do vice-presidente iam ao encontro dos desígnios do governador mineiro. Indo além, Affonso Camargo buscou explorar a ojeriza que Aureliano tinha de Maluf, visando a uma futura composição.²¹⁹ Na verdade, a ofensiva peemedebista foi tão bem articulada que até mesmo Ulysses cumpriu sua parte no roteiro, ao declarar, logo após o encontro que tivera com o presidente interino: “Eu, como Aureliano, abro mão de minha pretensão pessoal”.

²¹⁹ Dias antes, o governador Luiz Gonzaga Motta, o único do PDS a manifestar publicamente apoio à candidatura de Aureliano, havia declarado: “Se o candidato de meu partido não atender aos requisitos que entendo necessários a um Presidente da República, por uma questão de consciência me sentirei à vontade para tomar uma outra posição, mesmo apoiar o candidato de outra legenda no Colégio Eleitoral”. No entender do mandatário cearense, o futuro presidente deveria ter, além de respaldo popular, apoio no Congresso e comprometimento com uma reforma do modelo econômico e com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Dentre os nomes com tais requisitos, citou, além do vice-presidente, o governador Tancredo Neves (**Jornal do Brasil**, 13 maio 1984, p. 5).

A propósito, convém sublinharmos que as articulações em torno do “candidato de consenso” para a sucessão do general Figueiredo eram bem mais movimentadas do que aparentavam as reportagens de **Veja**. Por exemplo: logo na primeira quinzena de maio de 1984, três importantes nomes do PDS – os senadores Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL) e Marco Maciel (PE)²²⁰ – procuraram discutir quais atitudes e caminhos deveriam ser tomados a partir daquele momento. Juntamente com Aureliano e Sarney, a tríade comungava de um sentimento comum: a rejeição visceral ao deputado Paulo Maluf. O vice-presidente era, inclusive, enfático: “Quer queira, quer não queira Figueiredo, não me afasto do compromisso de impedir a malufização do país”. Mesma postura adotada pelo presidente pedessista, para o qual a eleição do ex-governador paulista era algo temerário, pois haveria o risco de um “retrocesso” no país. Bornhausen, por sua vez, tinha também preocupações mais pragmáticas. No seu entender, em razão do profundo desgaste pelo qual passara a imagem do partido com a derrota da proposta das eleições diretas, era importante se construir uma candidatura que não tivesse o “estigma do PDS” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 93; 95).

Em consequência, a autoproclamada “ala liberal” pedessista buscou estabelecer contatos com o grupo “moderado” do PMDB, de modo a encaminhar a “solução de consenso” (várias reuniões, inclusive, foram realizadas no apartamento de Bornhausen). Influenciados pelo impacto marcante da campanha das “Diretas-Já”, cientes da profunda agonia do regime que por tantos anos deram suporte – e ao qual deviam a proeminência de suas carreiras políticas –, aquelas lideranças resolveram agir. Uniriam o útil ao agradável. Preservariam suas biografias e, ao mesmo tempo, contribuiriam para que o país voltasse à normalidade democrática. As melodramáticas palavras de Sarney são, a nosso ver, exemplo categórico desta percepção:

Eu morreria, iria para o exílio, eu sofreria todas as desgraças, mas não encerraria o meu destino político fazendo aquilo que achava que era contra o país.

Eu aceitara ser presidente do PDS para democratizar o país. Eu fora relator da emenda nº 11, que liquidou o AI-5 para fazer voltar a democracia. Eu não podia compactuar com a virada que estava verificando de um retrocesso, com duas opções: um candidato que iria ser o contrário de tudo que me fizera ser político, ou a volta do regime de força com todos os seus erros.

A partir deste instante, minha decisão estava tomada. *Eu seria um mártir da nossa causa.* Eu achava que nada poderia vencer o esquema que estava montado e que eu

²²⁰ Curiosamente, os três haviam sido também, no período 1979-1982, governadores “biônicos” de seus respectivos Estados.

conhecia tão bem. Mas meu dever era lutar. Lutei. (ECHEVERRIA, 2011, p. 278-279 – grifo nosso)²²¹

Foi Sarney, aliás, quem elaborou, no início de junho de 1984, a ideia das prévias eleitorais no PDS. Tanto a proposta quanto o objetivo a ela inerente eram simples: bloquear a ofensiva malufista. Até aquele momento, o senador maranhense ainda considerava possível a construção de uma candidatura única no partido. Justamente por isso, trabalhava simultaneamente pela viabilização da “Emenda Figueiredo” no Congresso – pois, na medida em que envolvia as oposições num diálogo, ganhava tempo e, portanto, subordinava-as à sua estratégia.²²²

De comum acordo com Aureliano, Bornhausen, Guilherme Palmeira e Marco Maciel, Sarney propôs a ideia da prévia a Figueiredo.

Nossa conclusão era de que a candidatura Paulo Maluf criaria uma situação de extrema dificuldade para o país. A opinião pública consolidara a certeza de que os seus métodos de aliciamento dos delegados do Colégio Eleitoral tornavam a escolha ilegítima, com reação de todos os outros pretendentes (...).

Era a divisão irremediável do partido e, portanto, sua derrota. Pensamos como seria possível criar-se uma escolha democrática, que retirasse da agremiação o estigma que sobre ela pesava e, ao mesmo tempo, tentar legitimar o Colégio Eleitoral, com uma participação popular. A fórmula que pensamos seria uma consulta às bases partidárias, feitas numa eleição entre os filiados do partido, em todo o território nacional. Esse fato romperia a mancha de compra de delegados que pesava e destruía a eleição para presidente. (ECHEVERRIA, 2011, p. 279-280)

As reações a Maluf, na verdade, estavam pautando todas as discussões. De acordo com **Veja** (13 jun. 1984, p. 18-24), naquele exato momento, parecia impossível alguém fazer política sem estar contra ou a favor do deputado paulista. Tratava-se de uma “linha divisória da vida nacional”. O alvo do ataque, evidentemente, acusou o golpe – se aprovada a ideia da prévia, ao invés dos 961 convencionais com direito a voto no PDS, grande parte dos quais já bem trabalhados por Maluf e sua equipe, seriam cerca de cem mil os pedessistas aptos a votar em todo o país. Mas não se deixou intimidar. Informou que não incluiria seu nome na nova consulta: “A minha prévia é a da convenção, livre e soberana, sob a observação do Tribunal Superior Eleitoral”. E também atacou a sua lógica: “Toda semana aparecem com um

²²¹ É importante ressaltar que Aureliano, Bornhausen e Palmeira tinham declarado apoio à campanha pelo pleito direto desde os seus primeiros momentos. Foram políticos ligados aos três, além do mais, que lançaram o grupo “Pró-Diretas” do PDS. Maciel e Sarney, por razões óbvias, mantiveram-se afastados de tais iniciativas.

²²² Em reportagem na edição de número 822 (6 jun. 1984, p. 20-22), **Veja** aborda as tentativas de “entendimento” entre o PDS e as oposições a propósito da votação da emenda governista.

casuísmo”. Por fim, investiu contra seus concorrentes: “Quem quer mudança de regras, a esta altura, reconhece que está perdido”.

Mas, para **Veja**, Maluf caiu numa espécie de armadilha. Se conseguisse evitar a realização da prévia, seria acusado de querer calar a voz das bases pedessistas, ao mesmo tempo em que complicaria suas chances de uma eventual composição com os outros postulantes do partido. Ademais, o próprio Figueiredo, que não nutria muitas simpatias pelo ex-governador de São Paulo, aprovava a iniciativa, pois, na sua interpretação, a consulta uniria o PDS.

Todavia, as agressivas reações da “tropa de choque malufista” contradisseram de modo contundente aquela leitura. Fiel ao seu estilo, o deputado Amaral Netto (RJ) disparou: “Foi o melhor tacape para rachar o PDS ao meio”. E, dizendo-se indignado com a proposta lançada por Sarney, prometeu combatê-la na reunião da direção partidária: “Vamos despachar para lá o maior número de malufistas possível, para matar a ideia no nascedouro”.

De fato, os adeptos da candidatura de Maluf foram em peso à reunião da direção executiva do PDS, com o intuito de implodi-la. Porém, nem foi preciso agir, pois Sarney, o mentor da ideia da prévia, já estava decidido a abandoná-la. Mais ainda: após receber a notícia de que Figueiredo recuara no intuito de apoiar sua iniciativa, o senador maranhense resolveu abandonar a presidência do partido. Segundo o relato de DIMENSTEIN et al. (1985, p. 47), o general se desligara da ideia da prévia após receber um relatório do SNI, no qual constava a informação de que Aureliano era o mais popular dos candidatos pedessistas e, por contar com o apoio do dono das Organizações Globo, o empresário Roberto Marinho, fatalmente se sagraria o vencedor da consulta pedessista.²²³

Agastado com seu vice, Figueiredo se deixou persuadir também pela argumentação da “tropa de choque malufista”. De acordo com **Veja** (20 jun. 1984, p. 18-26)²²⁴, o presidente se queixara de que a proposta de consulta às bases do PDS só beneficiaria Aureliano. Alegação que, não por mera coincidência, guardava certa semelhança com as formulações do empresário Calim Eid, o coordenador da campanha de Maluf, que qualificara de “golpe udenista” a ideia apresentada por Sarney.

²²³ Em carta dirigida a Sarney, Figueiredo alegou que mudara de opinião por dois motivos: 1º) não houve concordância, da parte de todos os candidatos, em participar e, por conseguinte, em respeitar o resultado da prévia; 2º) seu nome fora incluído, contra a sua vontade, na consulta. (ECHEVERRIA, 2011, p. 280-281)

²²⁴ A revista abordou a ideia da prévia no PDS e, sobretudo, as suas repercussões, em duas reportagens: “Da implosão à união”, p. 18-21, e “O combate de Maluf”, p. 22-26. Ambas, portanto, serviram de base para a argumentação que desenvolvemos nos próximos parágrafos.

Muito embora a renúncia do senador maranhense significasse um contundente triunfo, pois com a derrota da prévia “Maluf praticamente assegurou a vitória na convenção do PDS”, as sequelas deixadas pela batalha eram por demais evidentes. Para **Veja**, a partir daquele momento uma questão se delineava claramente: todos os pedessistas que não aceitavam a hipótese de ver o deputado paulista no Palácio do Planalto passariam a se armar contra ela, provavelmente se juntando a um candidato opositor no Colégio Eleitoral. A propósito, a personagem mais atingida pela vitória malufista percebeu que não lhe restava outra alternativa que não o rompimento com o governo. Expondo publicamente o seu desacordo, Aureliano experimentou uma situação *sui generis*: “deixou de ser um presidenciável, para se transformar num decisivo eleitor do futuro presidente da República”. Potencial para tal incumbência ele tinha. Cerca de 30 parlamentares se autodeclaravam “aurelianistas”. No total, a chamada “ala liberal” do PDS calculava ter mais ou menos oitenta nomes. Número que, somado aos votos opositores, era mais que suficiente para derrotar Maluf numa eventual eleição indireta.

Não obstante, o grande beneficiário da dissidência que se formava no partido governista foi, indiscutivelmente, o governador Tancredo Neves. Sarney, por exemplo, enviara-lhe um recado após renunciar à presidência do PDS: tinha catorze votos do Maranhão para lhe oferecer, caso seu adversário na sucessão fosse mesmo Maluf. Já o ex-governador da Bahia e principal articulador da candidatura de Mário Andreazza, Antônio Carlos Magalhães, não apenas afirmou que jamais votaria no deputado paulista, como declarou, enfático, que poderia levar o seu grupo a apoiar o nome a ser lançado pelas oposições.

Mas Tancredo, cauteloso, preferia aguardar que os pedessistas insatisfeitos resolvessem seus problemas. Para só então embarcar no comboio opositor que iria ao Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. A precaução, aliás, era também uma forma de ganhar tempo. De acordo com **Veja**, Tancredo torcia para que o espírito da campanha das “Diretas-Já” passasse definitivamente, abrindo espaço para que a sua candidatura fosse levada às ruas. Mais do que nunca, o já mencionado desejo de concorrer com Maluf na sucessão presidencial parecia próximo. Sua ideia, em verdade, era bem simples: mobilizar a população contra o malufismo.

Este raciocínio, a propósito, merece algumas considerações. Como é possível afirmar que a “conciliação” tinha como meta a democratização da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, privar os supostos beneficiários de tal estratégia das articulações que a moldavam? Trata-se de um paradoxo no mínimo estranho. O que nos leva à conclusão de que o que havia, na verdade, era a visão de que o povo que fora às ruas exigir a volta das eleições diretas

deveria ser mobilizado somente para defender e legitimar aquilo que fora acertado pelas elites políticas. Os editorialistas de **Veja**, por exemplo, são claros em defender tal posição. Para eles, as oposições deveriam sim buscar o apoio popular, mas com o intuito de referendar o candidato que se submeteria ao Colégio Eleitoral (**Veja**, 20 jun. 1984, p. 17).

Na narrativa que vinha sendo construída pela revista, é notável a ausência das muitas instituições da sociedade civil que, há vários anos, vinham se destacando na luta pelo estabelecimento da democracia no Brasil. Em contraste com o discurso produzido anteriormente, que ressaltava a vitalidade contida na “pressão das ruas”, as manifestações em favor de uma efetiva democratização do país passaram a ser retratadas com indiferença. Ou, quando eventualmente citadas, com um enfoque negativo e até mesmo com desdém. A breve menção feita à retomada dos comícios em prol das eleições diretas²²⁵ nos serve de modelo: para **Veja** (4 jul. 1984, p. 22), em razão das “negociações” que vinham sendo feitas pelas elites políticas, os “gritos por diretas já” pareciam “coisa do passado”. “Devolvido à realidade”, cabia ao PMDB se dedicar à tessitura do *arranjo* que poria fim à crise sucessória.

Tal procedimento do periódico é, a nosso ver, significativo. Os estudiosos do jornalismo o denominam *agendamento*, que nada mais é que a seleção e o enfoque dado às notícias por parte dos órgãos de imprensa (TRAQUINA, 2005, p. 146-149; PENA, 2005, p. 142-145). Agindo assim, os jornais, as revistas e os meios de massa exercem uma poderosa influência sobre os assuntos que serão discutidos na esfera pública e, principalmente, sobre a forma como eles serão percebidos e interpretados.²²⁶

Com efeito, na medida em que se desdobravam as articulações de cúpula em torno da “solução de consenso” para a questão sucessória, decrescia, na narrativa feita por **Veja**, o protagonismo da sociedade civil. Logo, evidencia-se a percepção de que os destinos do país estavam nas mãos de uns poucos políticos profissionais e de um seleto grupo de chefes militares. Para a revista, o “acontecimento jornalístico” – isto é, os fatos que eram passíveis

²²⁵ Organizados pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, os comícios foram realizados em fins de junho nas cidades de Curitiba (dia 25), São Paulo (dia 26) e Rio de Janeiro (dia 27). Devido ao anticlímax causado pela derrota de 25 de abril, aquelas manifestações, de modo óbvio, não contaram com o mesmo volume de público. Todavia, foram prestigiadas por milhares de pessoas, que procuraram demonstrar que o seu desejo pela efetivação do pleito direto para a Presidência da República permanecia intacto.

²²⁶ Maxwell MACCOMBS (2009, p. 17-18), teórico estadunidense que desde o final dos anos 1960 se dedica ao estudo do *agenda setting*, definiu de modo claro a sua lógica de funcionamento: “Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função *agendamento* dos veículos noticiosos. (...) Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública.” [Grifo nosso]

de publicação –, dizia respeito apenas àquilo que, no seu entender, era digno de consideração para o correto encaminhamento da sucessão presidencial.

Quando devidamente examinada, no entanto, tal postura acaba por explicitar os preceitos ideológicos que a condicionam. Muito embora o discurso jornalístico, por suas características intrínsecas, carregue consigo a aparência da objetividade²²⁷, sabemos que o processo noticioso não é assim tão simples. Ao atuar como um mediador da realidade social, o jornalismo não se resume a relatar “imparcialmente” os fatos. Pelo contrário. Como bem observa CAPELATO (1994, p. 17; 22), os vocábulos utilizados no processo noticioso são escolhidos de forma cuidadosa, pois se tratam de uma eficaz arma de persuasão. Ademais, “na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado”.²²⁸ Portanto, à medida que seleciona, estrutura e formata os acontecimentos, dando-lhes o caráter de notícias, o discurso jornalístico não somente transmite informações, mas lhes confere um significado.

Nesse sentido, **Veja** prosseguia com sua problematização do processo de “entendimento nacional”. O periódico enfatizou, por exemplo, que a renúncia de Jorge Bornhausen à presidência do PDS era mais uma demonstração de que o partido governista enveredara pelo caminho da implosão.²²⁹ Situação que deixava alarmado o veterano senador Amaral Peixoto (RJ) – “O presidente precisa agir, coordenar. (...) O que será do Brasil a 15 de março se não chegarmos a uma solução? O povo está inquieto, nós estamos apreensivos, e com razão. É preciso dar um paradeiro a isso” –, e da qual sagazmente tirava proveito o governador Tancredo Neves – ele ponderava que a imediata consumação de seu nome viria a constranger os dissidentes pedessistas, assim como insistia na tese de que sua candidatura deveria ser apresentada como uma “frente multipartidária” (**Veja**, 27 jun. 1984, p. 20-21; 24).

O processo de desagregação das forças governistas, aliás, foi apontado como a causa principal da retirada da “Emenda Figueiredo” da pauta do Congresso. Para **Veja** (4 jul. 1984,

²²⁷ A Análise de Discurso entende que a linguagem jornalística provoca, no interlocutor, uma sensação de isenção, pois “o *falar sobre* torna objeto tudo aquilo sobre o que se escreve.” Assim sendo, “o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial”, isto é, como “sujeito enunciativo”, produz um “efeito de distanciamento” em relação àquilo que aborda. Cf., a propósito, Bethânia MARIANI (1998, p. 60). [Grifo nosso]

²²⁸ Perseu ABRAMO (2003, p. 26) desconstruiu de forma brilhante a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. Disse ele: “*as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele.* (...) todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu ‘projeto’, enfim, como se diz hoje”. [Grifo nosso]

²²⁹ O senador catarinense havia substituído Sarney no cargo. Mas, conforme previamente acordado com seus companheiros da “ala liberal” pedessista, também abandonaria o partido.

p. 19; 20-22; 24), “sem comando e sem liderança”, o governo se via “perdido na luta sucessória”. Conseqüentemente, após tanto se empenhar na derrota das eleições diretas, poderia conseguir a “proeza” de perder no pleito indireto. Isso porque um número crescente de políticos do PDS sinalizava que aderiria ao “Tancredo já”. Mas não somente. Naquele contexto, o poder de atração exercido pelo governador mineiro se mostrava tão intenso que até mesmo os “recalcitrantes petistas” estavam propensos ao diálogo. O apelo que ele lançara era, de fato, eloquente:

É preciso, em nome do Brasil, esquecer os agravos do desencontro político e buscar a vereda comum para sair da crise nacional.

Os que queremos paz, somos maioria; os que desejamos reabilitação plena dos direitos de soberania do povo, somos maioria; os que temos os pés sobre o áspero solo da realidade, somos maioria. Unamo-nos, pois.

Diante da decomposição da base de sustentação do governo, ressurgiram as vozes partidárias da solução militar. Na interpretação de **Veja** (4 jul. 1984, p. 24), em face da cada vez mais provável vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, a candidatura militar seria uma espécie de trunfo, visto que teria poder para dissuadir até mesmo o insistente Paulo Maluf. Tal artifício foi, muito provavelmente, lançado pelos líderes “ortodoxos” do Palácio do Planalto – os generais Medeiros e Pires –, fortalecidos com o fracasso da “Emenda Figueiredo”. Foi Medeiros, inclusive, quem contatou o ex-presidente Geisel para que se dirigisse a Brasília a fim de conversar com Figueiredo. O tema principal do diálogo (ocorrido no dia 6 de julho) foi, obviamente, a sucessão presidencial, ou melhor, os muitos problemas com os quais se debatia o governo frente à indefinição do nome do PDS que fosse capaz de deter a ascensão de Tancredo e, por conseguinte, vencesse a disputa no Colégio Eleitoral. De acordo com **Veja** (11 jul. 1984, p. 20-21), o presidente desabafou com Geisel sobre seus dissabores e suas adversidades políticas, mas, quando instado a reassumir a coordenação de sua sucessão, escusou-se: “Isso tem que ser feito pelo partido. Não vou tutelar esse processo”.

Analisando aquele encontro, anos depois, Geisel externou uma suspeita quanto às reais intenções de Figueiredo:

Voltei para o Rio sem entender realmente qual era o objetivo da minha viagem a Brasília. Era para me expor o quadro e não querer adotar uma solução?
 (...) Tempos depois vieram com uma explicação que pode ser verdadeira ou não. Havia uma corrente, dentro do Exército – e talvez dentro da Marinha ou dentro da Aeronáutica, não sei – e também no governo, que queria prorrogar o mandato do Figueiredo: não fazer eleição, apenas prorrogar. Era um golpe de força. Não sei se eles queriam me sondar ou queriam me vender essa ideia. Mas sei que não tiveram coragem de me abordar. (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997, p. 440)

De todo modo, indiferentes às manobras do grupo dos “ortodoxos”, os dissidentes pedessistas procuraram consolidar sua posição.²³⁰ No dia 3 de julho, no Palácio do Jaburu (residência oficial do vice-presidente da República), Aureliano, Marco Maciel, Bornhausen e outras lideranças anunciaram a criação da “Frente Liberal”. Integrado por cerca de 100 parlamentares e delegados eleitorais, o grupo rompia com as lideranças do PDS no Congresso e passava a atuar como um bloco independente. Ciente do peso político adquirido com a iniciativa, Aureliano anunciou: “Vamos ao Colégio [Eleitoral], mas não vamos a reboque das oposições. Vamos dialogar com elas de igual para igual” (**Veja**, 11 jul. 1984, p. 21-23).²³¹

Procurando tirar proveito daquela insólita situação, o ministro Mário Andreazza declarou que partilhava dos mesmos pontos de vista da “Frente Liberal”, circunstância que poderia levar a uma união de forças contra Maluf. O deputado paulista, por sua vez, deixando de lado seu bom humor e sua habitual confiança, reclamou: “Quando eu faço propostas do lado de lá, é aliciamento. Quando a oposição pesca em nosso partido, está salvando a pátria”. Ele estava se referindo, claramente, ao assédio que a cúpula do PMDB vinha dirigindo aos dissidentes pedessistas (**Veja**, 11 jul. 1984, p. 23-24).

A ousadia dos dissidentes do PDS, além do mais, suscitou-lhes uma repentina popularidade. Ao declarar que a decisão de formar a “Frente Liberal” era irreversível – isto é, que o rompimento com o governo era pra valer, o que significava que não haveria nenhum tipo de composição com qualquer candidatura governista –, Aureliano fez com que seu grupo conquistasse a estima dos muitos brasileiros que rejeitavam o *status quo*. Prova contundente da impopularidade dos políticos do PDS foi o tratamento dispensado àqueles que participaram de uma reunião do Diretório Nacional, em Brasília, no início de julho. À medida que os pedessistas saíam do evento, um grupo de populares os hostilizava de forma cada vez mais agressiva, chegando até mesmo a lhes atirar objetos. Na interpretação de **Veja** (11 jul. 1984, p. 26-28), tratava-se do “ônus” de fazer parte de “um governo em crise”. Direcionando sua ira

²³⁰ O mais exaltado era o senador Sarney, que declarou: “Eu cansei de frustrações. Sei o que é carregar o peso, durante anos, de um partido que inexistia por deliberação do Palácio do Planalto. Agora estou livre e ninguém vai deter meus passos.” (**Veja**, 11 jul. 1984, p. 22)

²³¹ No dia 5 de julho de 1984, a “Frente Liberal” tornou público um manifesto no qual procurava esclarecer suas razões e seus propósitos. Segundo o documento, o Brasil vivia um momento de “grave crise política”, e “o imobilismo”, o “facciosismo” e a “intransigência” predominantes em muito contribuíam para que se aprofundasse o distanciamento que se verificava entre o “governo e o povo”. Como seus anseios de “conciliação nacional” foram “vetados”, os dissidentes entenderam que o momento exigia “mudança e transformação”, possíveis apenas em um governo que contasse com “amplo respaldo popular”. Os “liberais” entendiam que era hora, enfim, da união de todas “as forças democráticas” da nação. Cf., a respeito, **Jornal do Brasil**, 6 jul. 1984, p. 2.

principalmente a Maluf – pois a afirmação de sua candidatura indireta passara a ser vista como uma afronta à opinião pública – e, em consequência, ao PDS e ao governo, a população encontrara um modo para “descarregar toda a imensa bateria de frustrações que [vinha] acumulando”.

Ainda de acordo com o periódico, a formação da “Frente Liberal” tinha uma fundamental importância não apenas para o correto encaminhamento do processo sucessório, mas também para os desdobramentos futuros. Pois a dissidência pedessista poderia lançar “as sementes para a formação de um *movimento político de centro, liberal e equidistante dos extremos*”, capaz de atrair apoio de todos aqueles que repudiavam o governo, mas que não aceitavam as “pregações radicais”. Tal organização, ademais, poderia vir a ser “essencial para o equilíbrio político” do país, na medida em que traria “estabilidade”, característica vista como imprescindível para o estabelecimento da democracia no Brasil (Veja, 18 jul. 1984, p. 19; 24-26 – grifo nosso).

Não obstante a rápida sucessão de fatos políticos que, inequivocamente, eram-lhe desfavoráveis, o ministro Leitão de Abreu persistia com sua tese. Em meados de julho, numa reunião com Figueiredo e Maluf, insistiu para que o deputado paulista renunciasse à sua candidatura. Apresentou-lhe, inclusive, dados que indicavam que, caso fosse ele, Maluf, o aspirante do PDS à Presidência da República, o partido seria derrotado no Colégio Eleitoral. O ex-governador paulista, contudo, argumentou em contrário, sustentando que dispunha de informações que lhe asseguravam uma vitória até tranquila. E o fez com tamanha firmeza – de acordo com **Veja**, ele lançou mão de seu “estilo inconfundível de amansar resistências” –, que o presidente, por diversas vezes, demonstrou concordar com suas alegações (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 91-92; **Veja**, 25 jul. 1984, p. 37-38).

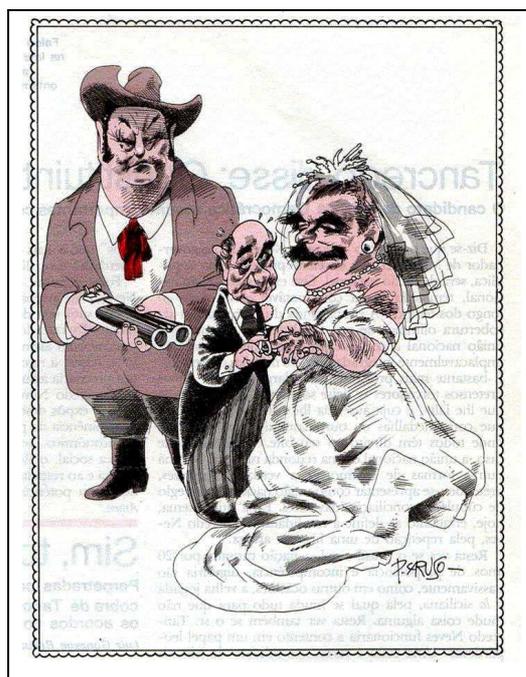
Diante de mais um fracasso da ideia de se articular o “candidato de consenso”, as lideranças da “Frente Liberal” decidiram, enfim, selar o acordo com o PMDB. Isso porque Aureliano ainda acreditava no plano, pois, por mais que negasse em público, era traído por suas constantes menções à ausência de sintonia entre a candidatura do PDS e a vontade popular. De todo modo, coube a Sarney, cuja insólita ousadia vinha surpreendendo a todos, a declaração mais impactante: “A responsabilidade da Frente Liberal, em relação à unidade do PDS, acabou. Nós estamos preocupados, agora, é com a unidade da Nação e com *a formação de um governo de conciliação nacional*” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 93 – grifo nosso).

Conforme acertos que já tinham cerca de um mês, no início de agosto foi feito o anúncio de que a “Frente Liberal” indicaria o nome do candidato à Vice-Presidência na chapa encabeçada por Tancredo Neves. E, não obstante os constrangimentos de muitos e o

inconformismo de uns poucos – afinal, cerca de 60 dias antes ele ocupava a chefia do partido do governo –, o nome de Sarney foi apresentado. Em sua defesa, a propósito, foi aventado o argumento que, a partir de então, seria uma espécie de bordão: o senador maranhense e os demais dissidentes do PDS traziam consigo os votos necessários à vitória no Colégio Eleitoral. Tratava-se, portanto, de uma questão de “aritmética política”.²³²

Por outro lado, como ressaltou a revista **Veja** (8 ago. 1984, p. 20-25), a incorporação da “Frente Liberal” à candidatura de Tancredo conferia à aliança um caráter de “união nacional”. Ademais, embora sofresse sérias objeções, Sarney possuía características que o talhavam para a empreitada. Por exemplo: mesmo tendo sido um dileto membro “da alta hierarquia da Arena e do PDS”, notabilizara-se pela retórica moderada e pelo espírito de transigência. Tal estilo, inclusive, condicionava sua visão acerca do processo político brasileiro: no seu entender, era preciso “*conjurar o perigo da convulsão social e o risco do retrocesso*”. [Grifo nosso]

Figura 5 – Paulo Caruso e a “Aliança Liberal” em perspectiva caricatural



Fonte: **Senhor**, 15 ago. 1984, p. 23.

²³² O próprio Ulysses Guimarães, o “Senhor Diretas”, encarregou-se de liderar a defesa do que denominava “realismo político”. Respondendo a um companheiro de partido que não aceitava a indicação de Sarney, afirmou: “Não dá, aritmeticamente falando, para elegermos o Tancredo sem os votos da Frente Liberal, que, como contrapartida, ganhou o direito de indicar o vice e indicou. Ou você acha que devemos deixar o Maluf eleger-se?”. (GUTEMBERG, 1994, p. 204)

A chamada “questão do vice”, é importante ressaltarmos, era parte de um complexo e delicado *arranjo*. Tratava-se, pois, de uma composição, de uma união de interesses, circunstância que pressupunha comedimento e muita negociação. Vejamos a situação dos dissidentes pedessistas: derrotados em suas posições dentro do partido, anteviam uma catástrofe, uma vez que temiam não apenas a queda do regime, mas sobretudo a ruína de suas carreiras. No entanto, por mais que estivessem procurando salvar a si próprios, não admitiam um tratamento subalterno. Exigiam, ao contrário, condições de igualdade, chegando mesmo a fazer exigências – Aureliano declarou, por exemplo, que jamais negaria posições passadas em proveito de posições futuras, e que também não toleraria críticas ofensivas à “Revolução” (**Veja**, 11 jul. 1984, p. 23; 1º ago. 1984, p. 20).²³³

Todos aqueles temas, porém, estavam submetidos à correta resolução da questão sucessória. Na opinião de **Veja** (8 ago. 1984, p. 19), a formação da chapa Tancredo-Sarney consolidava o caráter “fortemente centrista” da candidatura do governador mineiro, acontecimento que em muito contribuía para “renovar as esperanças” de que houvesse, no Brasil, “uma *transição pacífica*”. Isto é, para a revista, Tancredo tinha suficiente habilidade “para conduzir *sem traumas e sem rupturas violentas* a passagem, sempre difícil e perigosa, do autoritarismo fracassado para democracia”. [Grifo nosso]

O pacto PMDB-“Frente Liberal” foi formalmente selado no dia 7 de agosto de 1984, em Brasília, e recebeu o pomposo nome de “Aliança Democrática”. Na cerimônia realizada na Câmara dos Deputados, com o auditório Nereu Ramos completamente lotado, coube ao senador Marco Maciel a leitura do documento intitulado “*Compromisso com a Nação*”. De acordo com o texto, os representantes de ambos os grupos estavam cientes de suas “responsabilidades” perante o país, por isso decidiram unir esforços para promover as “inadiáveis mudanças” que a sociedade brasileira exigia. O momento, ademais, impunha um posicionamento claro:

O país vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações. Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do país, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros. [Grifo nosso]

²³³ Respondendo ao vice-presidente, Tancredo procurou contemporizar. Segundo ele, a “Revolução” já pertencia à História, e deveria ser objeto de estudo de historiadores e sociólogos.

Diante, pois, de circunstâncias ao mesmo tempo tão dramáticas e extraordinárias – o documento chegou a mencionar a “pobreza” e o “desespero dos marginalizados”, vendo-os como uma “afrota à dignidade nacional” –, foi anunciado todo um conjunto de compromissos, dentre os quais destacamos os seguintes:

- ✓ estabelecimento imediato das eleições diretas, “livres e com sufrágio universal”, para todos os níveis de governo;
- ✓ convocação de uma Assembleia Constituinte;
- ✓ renegociação da dívida externa, em condições que resguardassem a soberania nacional;
- ✓ combate à inflação, por meio de medidas que considerassem “não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social”.

O texto, por fim, declarou sua receptividade à participação dos partidos políticos e das demais “forças democráticas” que se identificassem com os propósitos que estavam sendo anunciados (**Jornal do Brasil**, 8 ago. 1984, p. 4).²³⁴

Como grande líder daquele pacto que então se consolidava, Tancredo também se pronunciou. Fiel ao seu estilo, embutiu uma dura crítica ao período ditatorial com uma mensagem de esperança.

Aquele eclipse de 20 anos que mergulhou em sombras as liberdades e os direitos democráticos em nosso País chega ao seu final sob os clarões que emanam da alma cívica da gente brasileira.

Depois, fez também incisivas menções à iniquidade social que caracterizava o país.

Não podemos continuar vivendo numa pátria dividida entre dois brasis: o Brasil da opulência, da prosperidade e da riqueza, e o Brasil do sofrimento, da angústia, da miséria e da fome.

Como que se desculpando pelo recurso ao Colégio Eleitoral, proclamou sua crença no caráter essencialmente democrático dos pleitos populares.

Queríamos as eleições diretas quando estávamos em praça pública falando diante de multidões incomensuráveis. Queremos as eleições diretas hoje. (...) se tivermos a oportunidade de fazê-las adotar, sejamos pelas eleições diretas. Elas representam realmente a conciliação, a verdadeira conciliação da Nação com o Governo, da sociedade com o Estado.

²³⁴ O periódico publicou, na íntegra, o referido documento.

Por fim, exaltou a união entre seu partido e os “liberais” pedessistas, incutindo-lhe traços de grandeza histórica.

Esta união sagrada foi purificada não em torno de homens, de ambições, mas neste documento que acabamos de ler e que traduz as mais sentidas aspirações que habitam na alma de todo brasileiro. Em torno desse programa, recebendo colaborações e contribuições que venham a aprimorá-lo, haveremos de percorrer este País conclamando a todos que venham nos ajudar, pois que essa Pátria bem merece o sacrifício de todos os brasileiros.²³⁵

De acordo com COUTO (1998, p. 371), fator intrínseco à formação da “Aliança Democrática” foi a sistematização do “Acordo de Minas”, cujo sentido era “ordenar o relacionamento político entre os aliados em Minas Gerais”. Por meio daquele *arranjo* local, os dissidentes pedessistas ligados a Aureliano Chaves passariam a compor com o governo do PMDB, ocupando, inclusive, cargos na sua estrutura administrativa. Tratou-se, portanto, da “divisão do bolo” entre os novos aliados – a contrapartida requerida pelos “liberais” ao apoio que dispensaram aos peemedebistas. Fato, aliás, que contradiz a alegação de que a “Aliança Democrática” não foi feita em torno de nomes ou de ambições. Como já ressaltado, os “liberais” não agiram apenas por “amor ao Brasil”, mas também por instinto de sobrevivência.²³⁶

Tal aspecto, digamos, implícito do pacto PMDB-“Frente Liberal” foi também abordado por **Veja** (15 ago. 1984, p. 20-21; 24-25). Na sua interpretação, a adesão cada vez maior de dissidentes pedessistas à candidatura de Tancredo tendia a “provocar uma subida no tom das reivindicações da Frente Liberal”. Fator que se constituía numa espécie de “trunfo”, pois os “liberais” pretendiam ter uma participação política no futuro governo equivalente ao número de votos que viesse a despejar no velho líder mineiro. A revista, curiosamente, dedica pouca atenção ao lançamento da “Aliança Democrática” e, por conseguinte, às propostas e diretrizes por ela lançadas. Enfatiza, por outro lado, as conversações de Tancredo com lideranças empresariais e com representantes sindicais. E chama a atenção para o desafio a ser

²³⁵ A **Folha de S. Paulo** (8 ago. 1984, p. 4) reproduziu todo o discurso feito por Tancredo.

²³⁶ O próprio Aureliano Chaves expõe de forma clara, muito embora não o admita, a dupla face da aliança entre o PMDB e a “Frente Liberal”. Disse ele: “(...) o nosso acordo não foi a resultante de uma articulação político-partidária. Mas da responsabilidade que cada um de nós tinha em relação ao futuro do Brasil. Então, não era um acordo centrado em reivindicações político-partidárias. (...) nós desempenhamos no processo político a favor dele [Tancredo] e o compromisso que ele assumira de tratar os companheiros do PFL [na verdade, da dissidência “liberal”] em pé de igualdade com os do PMDB no plano federal. E, no plano estadual, que dava ciência ao Hélio Garcia, que seria o substituto dele, dos compromissos que havia assumido de tratamento igualitário”. In: COUTO, 1999, p. 99.

enfrentado pelos opositoristas: conseguiriam eles empolgar as multidões? E quanto ao povo: será que se identificaria com o espectro de forças políticas encabeçado por Tancredo Neves?

Entrementes, o PDS realizou a sua Convenção Nacional para decidir quem seria o postulante do partido à sucessão presidencial. Numa cerimônia marcada pela opulência²³⁷, Andreazza e Maluf se submeteram ao escrutínio de seus correligionários. Ao final, o deputado paulista se sagrara vencedor, com uma diferença de 143 votos – ele recebeu 493, enquanto o ministro do Interior totalizou 350. Foi o triunfo, portanto, do longo e exaustivo processo de angariar apoios levado a efeito por Maluf e seu grupo. Fato reconhecido até mesmo pelo deputado Thales Ramalho (PDS-PE), um ferrenho antimalufista: “Era uma vitória esperada, mas não por uma diferença tão grande”. Veterano no Congresso, Thales ficou impressionado com a façanha do candidato, que havia derrotado não apenas um ministro de Estado amigo do presidente, mas também a maioria dos governadores e grande parte da cúpula do governo (**Veja**, 15 ago. 1984, p. 37).

Orgulhoso de sua conquista, Maluf passou a sustentar que sua vitória final estava próxima: “Depois de vencer a convenção, passo a ser o candidato oficial do governo. Em cinco meses de campanha, derrotarei o Tancredo Neves”. Tal soberba, no entanto, logo começou a sofrer abalos. Perturbado pela derrota, além de ciente de que fora traído por partidários, Andreazza desconversou quando questionado sobre uma declaração de apoio. Já Antônio Carlos Magalhães se recusou até mesmo a cumprimentar o deputado paulista – sua ojeriza a Maluf era pública e notória (**Veja**, 15 ago. 1984, p. 38-39).

Foi o ex-governador da Bahia, aliás, que puxou a fila dos inconformados com o êxito da candidatura Maluf. No mesmo dia da Convenção, reuniu quase todos os governadores do PDS na casa de Andreazza e disparou: “Devemos, todos, negociar o apoio a Tancredo. Maluf não se elege de jeito nenhum. Se for eleito, não toma posse. O povo não deixará que o Colégio Eleitoral se reúna para eleger Maluf”. Diante da indecisão de uns e da ponderação de outros, declarou: “Vocês façam como quiserem, mas amanhã mesmo tomarei posição”. Com efeito, Antônio Carlos anunciou, no dia seguinte, sua adesão a Tancredo. Selou, na verdade, um acordo que firmara com o governador mineiro meses antes. Mas, assim como os

²³⁷ DIMENSTEIN et al. (1985, p. 127) assim se referiram à reunião realizada na Capital federal, no dia 11 de agosto de 1984: “Os dois candidatos tinham se esforçado para que a convenção lembrasse as grandes celebrações dos partidos norte-americanos em torno dos seus eleitos. Brasília estava acabando de viver uma semana atípica na sua história – gigantescas frotas de automóveis à disposição dos convencionais do PDS, coloridos grupos de belas jovens escaladas como recepcionistas no aeroporto e nos hotéis, boates, casas de massagem e cabarés requisitados para servir aos partidários de um e de outro candidato, avenidas e prédios públicos decorados com painéis e imensos balões; enfim, corria dinheiro solto, fácil e generoso como até então nunca se vira”.

companheiros da “Frente Liberal”, cobrou um preço por seu apoio (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 132).²³⁸

A conta do apoio à candidatura oposicionista, obviamente, foi dissimulada por declarações grandiosas e pretensamente altruístas. Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, afirmou: “Agora, mais do que nunca, os interesses do país têm que sobrepujar os do partido, se é que ainda se pode chamar o PDS de partido. A opção de qualquer político consciente de suas responsabilidades não pode ser outra senão apoiar o governador Tancredo Neves como candidato à Presidência da República (Veja, 22 ago. 1984, p. 3).

Tancredo, por sua vez, declarou que recebia com a “maior satisfação” o apoio do ex-governador da Bahia, pois se tratava de “um homem de prestígio, um político eminente, com uma grande projeção na política do país” (Jornal do Brasil, 19 ago. 1984, p. 3). Não poderia ter sido mais claro. Afinal, os votos que o cacique baiano trazia consigo eram muito importantes.

A propósito, convém sublinhar que as deserções nas hostes pedessistas não se resumiram à Bahia. Na medida em que os dias passavam, foi-se configurando, de forma impressionante, uma verdadeira “frente antimalufista”, que compreendia desde nomes considerados “independentes”, como o deputado Néelson Marchezan e o ministro Leitão de Abreu, até a maioria dos governadores. Estes, de seu lado, procuraram logo demonstrar seu incômodo em aderir a Maluf. Numa tensa reunião com Figueiredo, externaram suas discórdias para com os métodos de abordagem do deputado paulista. Um, em particular, anunciou logo sua recusa. “Pessoalmente, não tenho condições de apoiar o candidato do PDS”, disparou José Agripino Maia, governador do Rio Grande do Norte. Para, na sequência, justificar-se: “Maluf, quando não consegue o apoio de um líder político, pinça seus liderados e os atira uns contra os outros para depois remetê-los contra o líder em questão, esfacelando, assim, a liderança tradicionalmente estabelecida” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 133-134; Veja, 22 ago. 1984, p. 32-33).

Enquanto isso, os dissidentes da “Frente Liberal” procuraram agir. Percebendo que as circunstâncias lhes eram favoráveis, fizeram uso do principal argumento com o qual romperam com o governo, e se empenharam em persuadir os chefes estaduais a abraçarem a candidatura Tancredo Neves. Sua abordagem foi contundente e, somada à imagem cada vez

²³⁸ De acordo com Thales Ramalho, a ratificação do acordo entre Tancredo e Antônio Carlos Magalhães ocorreu da seguinte maneira: “Eu perguntei ao doutor Tancredo, dias depois, como foi a conversa. Ele disse: ‘Foi a mais fácil que eu já tive. Antônio Carlos me disse o seguinte: Eu tenho vinte votos: seis delegados e quatorze parlamentares. Agora, eu quero um ministério para a Bahia’. Aí o doutor Tancredo disse: ‘Você está convidado para ser ministro’”. In: COUTO, 1999, p. 306.

mais negativa de Maluf, foi surtindo efeito. No espaço de cerca de 40 dias – ou seja, gradualmente, de modo que não transmitisse nem a impressão de fuga, nem a de hesitação –, 11 dos 13 governadores do PDS declararam sua adesão ao velho líder mineiro. De modo direto, portanto, revidaram as afrontas de que se diziam vítimas.

4.4 – O preparo da “grande batalha”: Tancredo *versus* Maluf

No dia 12 de agosto de 1984, o PMDB realizou, também em Brasília, a sua Convenção Nacional para homologar a candidatura da “Aliança Democrática”. Em contraste com o evento pedessista, organizou um encontro simples, destinado única e exclusivamente a consagrar a chapa Tancredo-Sarney.²³⁹ Consoante com o lema da campanha que então se iniciava, “*Muda Brasil*”, Tancredo declarou:

O povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. *Nosso propósito é o de presidir o grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um país restaurado em sua honra, em sua riqueza e em sua dignidade.*

Após assumir o compromisso de convocar o poder constituinte, com vistas à elaboração de uma nova Carta Magna, encerrou sua fala com um apelo à concórdia entre os brasileiros, e com uma condenação ao que chamou de “revanchismo”.

O nosso pacto social afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo, para abrir o país a uma nova estação da História.
Não será um tempo de milagres, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.
Para essa luta, em nome da Aliança Democrática, conto com a ajuda de Deus e a força do povo. (**Folha de S. Paulo**, 13 ago. 1984, p. 4 – grifo nosso)

Dois dias depois, num discurso feito na sacada do Palácio da Liberdade, Tancredo se despediu do governo de Minas. Diante de um público de cerca de 10 mil pessoas, anunciou que, respondendo “à convocação do povo brasileiro”, lançava-se candidato à Presidência da República. Argumentou também que, como não foi possível “impor a batalha no campo limpo e arejado das urnas populares”, seguiria as regras do jogo, só que para destruí-las – “Iremos acabar com o famigerado Colégio Eleitoral”, afirmou (**Jornal do Brasil**, 15 ago. 1984, p. 4).

²³⁹ Com efeito, ambos os nomes foram ratificados na Convenção. Tancredo teve 656 votos, e Sarney recebeu 543, de um total de 688 depositados na urna.

Segundo a revista **Veja** (22 ago. 1984, p. 28-30), a presença do público na despedida de Tancredo foi algo planejado. Pois a ideia era usar aquele acontecimento como uma espécie de abertura para a temporada de comícios populares que a organização da campanha “*Muda Brasil*” pretendia organizar. Não por acaso, portanto, Tancredo fez uma conclamação: “Vamos à rua reunir o povo para a luta democrática, com a certeza de que será nossa a vitória, porque a causa que defendemos é a causa da pátria, invencível em sua dignidade, imperecível em sua honra”.

Não obstante, o candidato sabia que era necessário também recorrer ao corpo-a-corpo. “Numa eleição como esta é fundamental trabalhar os membros do Colégio”, assinalou. Em vista disso, a equipe “tancredista” traçou todo um roteiro para “cabalar” os votos indiretos. A lógica de tal conduta era simples: já que as dissensões do PDS cada vez mais o convulsionavam e, em consequência, o enfraqueciam, urgia aproveitar aquele momento de terra arrasada, de modo a obter o maior número possível de adesões. Paralelamente, haveria todo um empenho para cortejar personalidades vistas como influentes – caso do ex-presidente Geisel –, e também para “desarmar resistências” no Palácio do Planalto – Tancredo chegou a enviar um telegrama para Figueiredo comunicando que seria uma “honra” sucedê-lo na Presidência.

Contudo, o candidato opositor se via numa posição complexa, pois tinha plena consciência de que o apoio popular com que contava rejeitaria afagos ao governo federal. Era necessária, então, ênfase nas críticas e nas eventuais acusações. Nada, porém, que causasse desconfortos nos parceiros da “Frente Liberal”, ou que viesse a incitar manifestações de “radicalismo” – Tancredo temia uma possível “desestabilização” de sua campanha.

Como combinar, então, um discurso que fosse, de modo simultâneo, contundente e melindroso? Em outras palavras, como pregar que o advento da democracia exigia a superação do autoritarismo, e não mencionar os artífices, os aliados e os adeptos daquele regime? A fórmula encontrada foi astuciosa: expor a personagem que, naquele momento, conseguia reunir em torno de si tudo o que era repudiado na ordem autoritária. O senhor Paulo Maluf, portanto, seria exposto à execração pública.²⁴⁰

É verdade que o trabalho de Tancredo e Cia. foi em muito facilitado pelas características singulares do seu adversário. SKIDMORE (2000, p. 475), a propósito, foi enfático: “Qualquer pessoa politicamente informada no Brasil geralmente se extremava na linguagem ao falar de Maluf”. De fato, o candidato governista, na sua relativamente curta

²⁴⁰ Segundo o ex-ministro Delfim Netto, o próprio Tancredo o confidenciara aquela estratégia. In: COUTO, 1999, p. 141.

carreira política, lograra uma verdadeira façanha: conquistara uma significativa popularidade²⁴¹, além de apoios da maior importância, ao mesmo tempo em que provocava repulsa nas forças de esquerda e até mesmo em parte expressiva do seu partido.

Com efeito, as declarações dos dissidentes pedessistas demonstram como Maluf era visto de forma negativa. Não obstante, nós as vemos sobretudo como um exemplo claro do expediente da culpabilização. Vejamos as palavras de Aureliano Chaves:

(...) nós tínhamos o dever de abreviar o retorno da revolução ao seu leito democrático. E a eleição do Paulo Maluf (...), ele estava naquela época com uma visão política que não o sintonizava com o processo político na direção democrática. Então entendíamos que a sua eleição – não só porque tinha uma reação popular muito grande, mas também pelo próprio conjunto de forças que se compunham em torno da candidatura dele – iria retardar o retorno do país ao leito democrático. (COUTO, 1999, p. 98)

Antônio Carlos Magalhães, por sua vez, era duro em sua avaliação:

Não apoio Maluf porque ele carrega consigo o estigma da repulsa da sociedade. E mais: eu acho que esse estigma lhe faz justiça. Trata-se de um sentimento que deriva de várias circunstâncias. Em primeiro lugar, o senhor Maluf é um político surrado nas urnas. Nas eleições de 1982 o povo paulista julgou seu governo, e sua sentença foi o destroçamento do PDS no Estado de São Paulo. (...) A repulsa da sociedade por Maluf vem também da maneira repugnante pela qual ele tratou o Nordeste, como se essa região de 40 milhões de habitantes estivesse à cata de esmolas. Ele afrontou a pobreza, corrompeu políticos. Comportou-se como alguém que não tem sentimentos, exceto as próprias ambições. (Veja, 22 ago. 1984, p. 3-4)

Mas o ex-governador baiano foi também explícito em revelar o porquê lutava contra a candidatura do deputado paulista:

Maluf traz consigo a ameaça de uma ruptura radical na sociedade brasileira e as consequências dessa ruptura são perfeitamente previsíveis. (...) O que eu temo é a ruptura política. Meu receio é que o país seja levado a uma crise semelhante à do fim do governo Washington Luís ou à do período presidencialista de João Goulart. (Veja, 22 ago. 1984, p. 4)

Argumento similar foi aventado por Sarney, muitos anos depois:

(...) o grande medo, o grande receio, é que nós, para reencontrar a democracia, tivéssemos que recorrer à força, com métodos violentos, com derramamento de sangue, com separação do país e com confrontação, como acontece com muitas revoluções. No caso brasileiro, houve consciência de que a alternância no poder era uma coisa fundamental para o processo democrático. Assim, quando surge o nome

²⁴¹ Maluf foi o deputado federal mais bem votado nas eleições de 1982, com cerca de 673 mil votos.

de Paulo Maluf para candidatar-se à sucessão de Figueiredo... O Maluf foi justamente tido pelo nosso grupo como um empecilho para que esse projeto tivesse coroamento. Porque nós sabíamos que ele reacenderia toda aquela ideologia. (COUTO, 1999, p. 315)

A eleição de Maluf, portanto, representava a possibilidade de um acirramento da revolta popular, com perspectivas de uma radicalização geral, o que causava arrepios nas elites políticas outrora engajadas na ditadura. Sarney, por exemplo, via aquela possibilidade como “extremamente perigosa”. Justamente por isso, a seu ver era necessário trabalhar por um acordo semelhante ao *Pacto de Moncloa* feito na Espanha (COUTO, 1999, p. 323-324; ECHEVERRIA, 2011, p. 273-274).²⁴²

Agora, por que razão os dissidentes da “Frente Liberal” queriam evitar, a todo custo, que a transição brasileira escapasse ao controle? A resposta, a nosso ver, tem relação direta com os fatos transcorridos na nossa vizinha do Cone Sul, a Argentina. Porque ali os fatos políticos assumiram características que os impactou de modo veemente.

Vejamos. Após a humilhante derrota perante os britânicos, na malfadada Guerra das Malvinas (junho de 1982), alguns chefes militares argentinos, cientes de que sua instituição estava não só enfraquecida, mas também totalmente desmoralizada²⁴³, chegaram à conclusão de que havia chegado a hora da retirada. Anunciaram, então, a convocação de eleições (realizadas em outubro de 83), que resultaram na legitimação dos grupos políticos outrora proscritos, e sobretudo na formação de um novo governo civil, sob a liderança de Raúl Alfonsín. Naquele processo, vieram à tona as atrocidades cometidas pelos militares na sua “luta anti-subversiva”, e a revelação do terror impetrado chocou a sociedade argentina. Mas, por outro lado, suscitou também “um demolidor sentimento de indignação e repúdio”. Tendo

²⁴² De acordo com a definição de LINZ & STEPAN (1999, p. 115-123), o caso espanhol é “paradigmático para o estudo das transições democráticas efetuadas por meio de pactos”. Levada a efeito sob a liderança do então primeiro-ministro Adolfo Suárez, a transição espanhola consistiu numa iniciativa do governo de aprovar reformas que, no seu conjunto, instituíram os pressupostos de uma sociedade democrática: a livre associação política e a realização de eleições livres e irrestritas. Pois, daquela forma, os representantes legítimos dos múltiplos grupos de interesse se tornariam interlocutores e, por conseguinte, agentes políticos do processo de transição. Composto o novo corpo político-institucional da Espanha, aprofundaram-se as conversações, realizadas no Palácio de Moncloa, cujo objetivo era erigir o *pacto político* que acabou resultando na efetiva democratização da sociedade. Vemos, portanto, que na transição espanhola não houve nenhum tipo de veto a quem quer que fosse. Situação muito diferente da que ocorria no Brasil da primeira metade da década de 1980. Sarney, a propósito, tinha uma leitura bem peculiar do *Pacto de Moncloa*. Por exemplo: para ele, as imposições *casuísticas* dos militares eram compreensíveis e, em face do projeto estratégico que tinham, até necessárias. Cf. COUTO (1999, p. 317; 319).

²⁴³ LINZ & STEPAN (1999, p. 225-226) assinalam que, “ao longo de todo o período de governo militar, ocorreu uma série de conflitos entre os militares e internamente ao Exército”. No entanto, após a derrota das Malvinas, “as dissensões, recriminações e a indisciplina nos meios militares atingiram níveis jamais vistos, a ponto de alguns oficiais temerem um conflito armado intramilitar e a dissolução das forças armadas como organização”.

se tornado “autênticos párias”, com um poder débil, os militares tiveram suas três propostas de pacto simplesmente rejeitadas. Assim sendo, logo no início do governo Alfonsín os muitos envolvidos em crimes contra os direitos humanos foram, de forma inédita na história da região, levados a julgamento, condenados e presos. Na Argentina, em suma, ocorreu uma transição política *não-pactuada*, cujas ações foram particularmente incisivas para com os colaboradores do regime ditatorial brasileiro (LINZ & STEPAN, 1999, p. 225-233; NOVARO & PALERMO, 2007, p.605-725; **Veja**, 29 fev. 1984, p. 32-34).

A nosso ver, portanto, as elites políticas conservadoras temiam enormemente a “argentinização” da transição brasileira. Em face do problema, perceberam que poderiam aderir ao *Zeitgeist* (LINZ & STEPAN, 1999, p. 98-100) daquele contexto. Em outras palavras, resolveram fazer uso do *slogan* então em voga nas relações internacionais, qual seja, o da valorização da democracia.²⁴⁴

Para sustentar a sua concepção de democratização da sociedade brasileira, os dirigentes da “Aliança Democrática” lançaram mão de toda uma elaboração discursiva, na qual se usou e se abusou dos artifícios estilísticos da retórica – apelos ao imaginário (sonhos, medos, angústias, inquietações), técnicas de inculpação etc. Contando, pois, com o imprescindível apoio de setores da imprensa, pautaram e direcionaram as discussões. Exploraram, inteligentemente, o desejo de mudança da imensa maioria da população. Estruturaram, enfim, o palco onde se digladiariam os contendores.

Tancredo *versus* Maluf. Passado *versus* Futuro. Democracia *versus* Ditadura. Luzes *versus* Trevas. A hora da decisão havia chegado. A campanha iria começar. A transição caminhava, enfim, para o seu desfecho. A estratégia da “conciliação”, por conseguinte, estava pronta para estabelecer-se.

²⁴⁴ Desdobramento da política de direitos humanos levada a efeito no governo de Jimmy Carter, o *slogan* da “democracia como um valor universal” foi um traço marcante da chamada Era Reagan. Empenhado, como sabemos, numa nova e fulminante ofensiva contra a URSS, o governo estadunidense procurou ressaltar o caráter libertário das sociedades capitalistas, contrapondo-as com os regimes políticos do bloco socialista, marcadamente autoritários. Como o apoio aos regimes de Segurança Nacional da América do Sul representava uma notável contradição àquele expediente, houve todo um estímulo às iniciativas de transição política que então se desenhavam na região. Mas o respaldo à democratização daqueles países não abriu mão do zelo, isto é, a diplomacia dos EUA se esforçou para que os grupos considerados moderados assumissem a direção daqueles movimentos de abertura. Por conseguinte, foi-se afirmando o entendimento de que deveria prevalecer a concepção formal-institucional de democracia. Em paralelo, se consolidava a ideia de que regimes políticos com um viés mais popular ou participativo tendiam à desestabilização. Ardilosamente, reivindicar pela ampliação de direitos passou a ser visto como “esquerdismo”, ou seja, como uma agressão à democracia (VIZENTINI, 2006, p. 100).

4.5 – Pacto social e “Nova República”: a consolidação da estratégia da “conciliação”

Como era de se esperar, as articulações que resultaram na formação da “Aliança Democrática” suscitaram a reação do chamado “grupo áulico”, que se consolidara como a oposição de direita no processo sucessório. Fazendo uso da postura típica dos “duros” nos contextos de transição dos regimes autoritários²⁴⁵, o ministro do Exército, general Walter Pires, lançou o brado de alerta. Na ordem do dia, proferida em 25 de agosto de 1984, por ocasião do Dia do Soldado, atacou enfaticamente a dissidência reunida na “Frente Liberal”:

Não nos devemos impressionar (...) com a orquestração ruidosa de minorias radicais e estéreis que desejam semear apenas a desordem e o caos, *nem com a atitude daqueles que, desertando de um compromisso com um passado tão próximo que até se afigura presente, apressam-se, agora, em tecer um futuro que lhes parece mais propício, como se fosse ético olvidar, ao sabor dos interesses pessoais, atitudes e posições livremente assumidas.* [Grifo nosso]

E, numa alusão ao “nefasto intento” dos conspiradores de sempre, que, valendo-se de “conchavos e maquinações astutas”, planejavam subverter a ordem, advertiu:

O Exército estará vigilante e não faltará à nação, com a qual sempre foi solidário, especialmente nos momentos de crise, pois comunga dos mesmos nobres e elevados sentimentos que animam seus concidadãos. As transformações estruturais realmente desejadas pela sociedade e majoritariamente decididas serão asseguradas e processar-se-ão em ambiente de ordem e de tranquilidade, sem pressões espúrias, e com absoluto respeito ao ordenamento jurídico do país. (**Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1984, p. 4)

No dia seguinte à dura fala do general Pires, outros chefes militares fizeram questão de subscrevê-la. O brigadeiro Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica, declarou que o discurso de seu colega do Exército expressava também o pensamento da FAB (Força Aérea Brasileira). Já o almirante Alfredo Karam, comandante da Marinha, interpretou-o como uma conclamação “ao patriotismo e à união” (**Jornal do Brasil**, 26 ago. 1984, p. 2). Maluf, por sua vez, também se aproveitou da mensagem do ministro para atacar seu principal oponente. Atento ao tema sempre sensível da “subversão”, afirmou que Tancredo Neves mantinha um “acordo secreto” com os partidos clandestinos da esquerda, mas que não tinha “coragem” de revelá-lo – “Nunca vi o PCdoB e o MR-8 [Movimento Revolucionário Oito de Outubro]

²⁴⁵ O’DONNELL & SCHMITTER (1988, p. 36) assinalam que o grupo dos “duros” é, naturalmente, composto de diversas tendências. Porém, o seu núcleo principal “é formado por aqueles que rejeitam visceralmente os ‘cânceres’ e as ‘desordens’ da democracia e que acreditam ter como missão a eliminação de todos os vestígios dessas patologias da vida política”.

darem apoio sem um acordo. Seria a primeira vez. Ninguém adere a ninguém sem acordo” (**Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1984, p. 4).

Percebendo a urdidura de uma armadilha, Tancredo tomou a iniciativa de procurar certas lideranças que, no seu entender, impossibilitariam uma ofensiva dos “duros”. Ainda que ciente, segundo a revista **Veja** (5 set. 1984, p. 20-21), de que as críticas do general Pires foram dirigidas, principalmente, a Aureliano Chaves, e não à sua candidatura, o Tancredo se propôs a conversar com o ex-presidente Geisel. A propósito, o próprio periódico enfatiza a liderança e o poder de que desfrutava o general, ao afirmar que sua postura de “abstenção” no processo sucessório poderia sofrer uma transformação, caso houvesse a necessidade ou de se manter a “legalidade institucional”, ou de se “conjurar conspirações”.

Veja, ademais, em perfeita consonância com as premissas do *projeto da “conciliação”*, interpretou a conversa com Geisel como “o mais importante encontro político” da campanha de Tancredo até aquele momento. Isto é, para a revista, ainda que não tivesse recebido o apoio declarado do ex-presidente, o candidato da “Aliança Democrática” teria galgado posições na disputa que travava contra o deputado Paulo Maluf. Pelo simples fato de ter sido recebido por Geisel. Percepção que, aliás, era compartilhada também por outros importantes atores políticos. O deputado Fernando Lyra, um dos principais articuladores do campo oposicionista, asseverou: “O importante não é o que os dois conversaram. O importante é que tenham conversado”.

Cioso de que uma ressalva por parte do ex-presidente lhe seria extremamente prejudicial, Tancredo se apressou em agradá-lo. Tomando a iniciativa de elogiar o seu irmão, general Orlando Geisel – o “todo-poderoso ministro do Exército do período mais duro da repressão política” –, sinalizou que não permitiria, caso fosse eleito, que se repetissem no Brasil os episódios transcorridos na Argentina. De mais a mais, demonstrando a sua já notória habilidade, mencionou o discurso feito naquele mesmo dia pelo brigadeiro Délio Jardim de Mattos, no qual o ministro proferiu sentenças duríssimas contra os acontecimentos que envolviam a questão sucessória. E ouviu de Geisel a opinião de que as Forças Armadas não deveriam se envolver no processo político (**Veja**, 12 set. 1984, p. 22-23).

A propósito, esse episódio da manifestação do brigadeiro Mattos foi, a nosso ver, um ponto de inflexão nas investidas dos “duros”. Pois, a partir dali, ou melhor, em razão das consequências decorrentes daquele importante acontecimento, a velha tática dos *pronunciamientos* militares caiu em descrédito, assim como o artifício do “medo do golpe” acabou se revelando um blefe. Vejamos.

Discursando, como chefe da FAB, na cerimônia de inauguração de um novo terminal de passageiros do aeroporto da cidade de Salvador, o brigadeiro Mattos procurou reforçar o recado que fora dado, dias antes, pelo general Pires. Foi, no entanto, muito mais verborrágico.

Aqui não comparecem a demagogia, o caciquismo, a bravata e o oportunismo. Malgrado os que traíram, e que a seu tempo serão traídos, sempre fomos unidos e nisso reside a causa do histerismo verbal dos truculentos. Podem os falsos cordeiros balir e as múmias ressuscitar, que não nos afastaremos do caminho do progresso, que não é, como se pretende vender ao povo brasileiro, o caminho dos conchavos com a esquerda incendiária, nem, tampouco, dos conciliábulos com os mercadores de consciência, travestidos em independentes de ocasião. (**Jornal do Brasil**, 5 set. 1984, p. 3)

De forma quase que unânime, a interpretação foi de que aquela dura mensagem tinha um destinatário certo: o ex-governador Antônio Carlos Magalhães. Mas o líder baiano não se fez de rogado. Respondeu, de forma inédita desde o golpe, com um linguajar também incisivo.

Trair a revolução de 64 e a memória de Castello Branco e Eduardo Gomes é apoiar Maluf para presidente. Trair os propósitos de seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto, e os arquivos dos órgãos militares estão com as provas da corrupção e da improbidade. (...)
O Presidente da República jurou fazer do país uma democracia, mas não se faz uma democracia com ameaças inúteis, porque o povo não se intimida. (...)
É preciso coragem moral para não compactuar com a subversão ou a corrupção. Subversão agora, Brigadeiro, é tentar impedir que se façam valer a voz e a vontade do povo. (**Jornal do Brasil**, 5 set. 1984, p. 4)

Para **Veja** (12 set. 1984, p. 20-22; 24-26), na “troca de chumbo” entre o ministro da Aeronáutica e o ex-governador, quem saiu perdendo foi Maluf. E não só pela ofensa de que fora vítima, mas sobretudo pela ausência de reação do brigadeiro Mattos – que reconheceria, em conversa com um assessor, que a polêmica acabou por engrandecer Antônio Carlos.

A percepção de que a candidatura pedessista sofrera um seriíssimo abalo foi discutida inclusive no Palácio do Planalto.²⁴⁶ E a perplexidade diante do titubeio do ministro da Aeronáutica fez com que alguns dos partidários do ex-governador paulista ficassem ainda mais reticentes com suas reais chances de vitória – “A situação, hoje, é muito difícil para nós

²⁴⁶ DIMENSTEIN et al. (1985, p. 138-139) relatam que Heitor Ferreira, importante assessor da campanha malufista, foi até o palácio do governo para saber que providências seriam tomadas com relação a Antônio Carlos Magalhães. Junto com Calim Eid e o próprio Maluf, temia que a ausência de uma resposta enérgica viesse a prejudicar a candidatura pedessista. Conhecedor dos meandros oficiais, o antigo secretário dos presidentes Geisel e Figueiredo ainda acreditava na possibilidade de os chefes militares influenciarem o processo sucessório. Depois de uma conversa com o general Medeiros, no entanto, percebeu que não haveria resposta alguma.

e favorável ao senhor Tancredo Neves, pois a dissidência dentro do nosso partido é grande, e se ela não diminuir será complicado vencer”, declarou o deputado Antônio Farias (PE).

De sua parte, o próprio Figueiredo rechaçou eventuais intentos golpistas: “Morro aqui, mas não vai haver golpe, pois tenho o apoio de todos os oficiais-generais”. Entretanto, não obstante o malogro da intervenção feita em Salvador, havia por parte da cúpula do poder “uma sensível vontade de aumentar as tensões no quadro político”. Fosse com demonstrações públicas de insatisfação, ou com a já notória postura dissimulada para com as ações dos extremados, a ideia era “gerar instabilidade política no país”. Agora, convém perguntarmos: aquele grupo de militares tinha cacife para impor uma mudança nas regras? Até onde estava disposto a ir para defender as suas posições acerca do processo sucessório?

A rigor, a fulminante resposta de Antônio Carlos Magalhães ao ataque do brigadeiro Mattos não somente surpreendeu a todos, mas também revelou que os propósitos intervencionistas daqueles chefes militares careciam de consistência. Isto é, aquele episódio expôs de forma inédita que não havia coesão no meio castrense quanto à necessidade de uma interferência na disputa política.²⁴⁷ Assim como evidenciou que o tão temido poder intimidador dos militares era coisa do passado. Quando indagado se não temia uma retaliação pela maneira que havia se dirigido ao ministro, o ex-governador baiano desafiadoramente afirmou: “Não vão fazer nada comigo. Conheço as entranhas do regime” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 142).²⁴⁸

Como lideranças expressivas do meio militar partilhavam da opinião de que a transição política deveria mesmo acontecer²⁴⁹, em consonância com o que fora planejado, e a despeito de eventualidades, o trunfo com o qual os setores ditos “moderados” do regime jogou desde o início daquele processo foi desvelado. Em outras palavras, as ameaças de retrocesso sempre aventadas em caso de desrespeito às regras do jogo previamente estabelecidas se revelaram um blefe. Pois, caso se concretizassem as maquinações dos “duros”, o golpe de força de que se valeriam teria um caráter irrestrito, atingindo a todos

²⁴⁷ Segundo a reportagem de **Veja** (12 set. 1984, p. 22), o almirante Alfredo Karam chegou a repreender seu colega da Aeronáutica: “Délio, não foi isso que nós combinamos”.

²⁴⁸ Em entrevista a COUTO (1999, p. 286), Antônio Carlos declarou que tinha combinado um plano com Roberto Marinho: para impactar, causar repercussão, sua resposta teria ampla publicidade na emissora de televisão do empresário.

²⁴⁹ O ex-presidente Geisel, “grande liderança e referência moral e política dentro das Forças Armadas”, garantiu a Tancredo que, se ele fosse eleito presidente da República, assumiria o posto. Já Sarney relata que, como forma de precaução contra as ofensivas dos “setores militares antagônicos”, membros da cúpula da “Aliança Democrática” se articularam com oficiais das três armas – o general Leônidas Pires Gonçalves, os almirantes Henrique Sabóia e Maximiano da Fonseca, o brigadeiro Murilo Santos, entre outros – para garantir o êxito da transição política (COUTO, 1998, p. 377; COUTO, 1999, p. 213-214; 323).

aqueles vistos como oponentes, inclusive os “brandos” (O’DONNEL & SCHMITTER, 1988, p. 49). Não por acaso, portanto, nos meses de setembro a dezembro de 1984 foram intensificados os contatos entre os “incumbentes autoritários” e os “moderados” da oposição. Pois ambos os grupos estavam, ainda que por diferentes razões, interessados na democratização do país.²⁵⁰

O pacto que vinha sendo negociado, no entanto, não prescindia do apoio da população. Conforme assinalou a revista **Veja** (19 set. 1984, p. 19), cabia à candidatura liderada por Tancredo Neves “buscar em praça pública o apoio indispensável para reforçar sua posição dentro do Colégio Eleitoral”. Tarefa complicada, visto que exigia toda uma articulação política. Mas para a qual o ex-governador mineiro, “experiente” e “conciliador”, estava mais do que preparado.²⁵¹

O primeiro grande acontecimento de sua campanha aconteceu no dia 14 de setembro, em Goiânia. E ocorreu de forma tão exitosa que o veterano Tancredo não conseguiu esconder seu entusiasmo: “Nunca vi nada igual em meus quarenta anos de vida pública”. O candidato opositorista, convém sublinhar, estava satisfeito não somente com a massiva presença do público (compareceram ao comício cerca de 200 mil pessoas), mas também com sua recepção extremamente positiva. Sarney, que por motivos óbvios era reticente com a ideia de se expor em grandes concentrações, mostrou-se impressionado: “Estou realizado, porque o povo compreendeu a atitude da Frente Liberal e ficou do nosso lado”. Na interpretação de **Veja** (19 set. 1984, p. 20-22), o evento realizado na capital do Estado de Goiás “configurou uma reedição quase perfeita das manifestações pela volta das eleições diretas”. Havia o mesmo apresentador, os mesmos artistas, o mesmo fervor cívico. Mas, à diferença do que ocorrera nos primeiros meses do ano, o grito em prol de eleições imediatas foi substituído pelo *slogan* “Tancredo já!”. Assim como à destacada presença das lideranças de cunho popular, como Lula e Brizola, sucederam-se os próceres da dissidência pedessista (Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães).

De modo a enfatizar o sucesso obtido em Goiânia, a revista procurou contrastá-lo com a manifestação que havia sido organizada pelo “Comitê Pró-Diretas”, encabeçado sobretudo pelo PT e por membros da esquerda do PMDB. Realizado em Belo Horizonte, o evento foi prestigiado por “menos de 15.000 pessoas”, “público inferior ao que foi ao comício

²⁵⁰ Citemos, novamente, O’DONNEL & SCHMITTER (1988, p. 50): “Um dos numerosos paradoxos que o nosso tema apresenta é o fato de aqueles que iniciam a transição com a ameaça de um golpe venham a tornar-se as principais forças para prevenir esse mesmo resultado.”

²⁵¹ De acordo com **Veja** (19 set. 1984, p. 24-29), Tancredo, o “doutor em alianças”, teria “aperfeiçoado a arte de unir os contrários”.

que juntou num palanque, em Porto Velho, capital de Rondônia, Maluf e o presidente João Figueiredo”.²⁵² Não obstante, muito embora o êxito daquela primeira mobilização fosse inegável, o “bloco conservador” agregado ao heterogêneo conjunto de forças que apoiava Tancredo via com receio a ideia dos comícios, pois temia que eles viessem a “assustar” os militares e o empresariado. Aliás, no entender de **Veja**, “a ala direita do tancredismo gostaria de que [sic] a campanha passasse ao largo das praças”. O candidato opositorista, obviamente, era sensível àquele melindre. Mas tinha também ciência de que um contundente apoio popular lhe era imprescindível. Para escapar ao dilema, manteve-se fiel ao seu estilo, alternando “discursos veementes no tom e vagos no conteúdo”.

Na verdade, a cautela de Tancredo também tinha relação com as movimentações que vinham sendo feitas pela *Comunidade*. Por intermédio de contatos com setores da “área de inteligência”, o ex-governador mineiro tomou conhecimento das ações clandestinas efetuadas pelo CIE e pelo Comando Militar do Planalto – cumprindo ordens, agentes do serviço do Exército colaram cartazes que associavam Tancredo ao PCB por várias localidades de Brasília. Mas, ao decidirem fazê-lo nas paredes do Centro de Convenções, onde em poucas horas seria realizada a reunião do PDS que consagraria a candidatura de Maluf, foram descobertos por seguranças e levados a uma delegacia de polícia. Presos, os agentes revelaram suas identidades e, pouco tempo depois, foram liberados sem qualquer acusação formal por um oficial ligado ao general Newton Cruz. Típica “operação de *desinformação*”, cujo objetivo era “disseminar um falso pendor de Tancredo para o comunismo”, insuflando e justificando, assim, “reações da ala radical das Forças Armadas”, o plano se revelou, de fato, um fracasso grosseiro (FIGUEIREDO, 2005, p. 349-352).²⁵³

Ainda que discordando do método adotado pela *Comunidade*, os chefes militares insistiram no seu propósito de “gerar tensão” no quadro político brasileiro. O próprio Figueiredo, num discurso feito em cadeia nacional de rádio e televisão, resolveu “apimentar” o ambiente. Além de ter reiterado seu apoio a Maluf, o general manifestou “preocupação” com um tipo de “comportamento político” que, a seu ver, configurava uma “ameaça de

²⁵² De acordo com relato feito pela **Folha de S. Paulo** (15 set. 1984, p. 5), as lideranças presentes ao evento de Belo Horizonte não apenas condenaram o propósito do grupo hegemônico das oposições em participar do pleito indireto – o refrão “Colégio Eleitoral, vergonha nacional” ecoou por toda a noite –, mas o classificou como “traição” à mobilização popular pela campanha das “Diretas-Já”. O deputado federal José Genoíno (PT-SP) chegou, inclusive, a declarar: “A democracia que estamos querendo não é a democracia que prega Tancredo Neves, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney, mas a democracia do povo nas ruas e nas praças”.

²⁵³ O autor enfatiza não somente a ciência que Tancredo teve da trama, mas também a maneira hábil com que agira: ao invés de denunciar a armação, repassou-a para a imprensa, que a investigou e a publicizou. O candidato, daquela forma, desmoralizara o adversário e, ao mesmo tempo, angariara simpatia para a oposição.

ruptura” com sua proposta de “conciliação”. Por causa da “promoção de comícios” – cujo objetivo era “coagir o Colégio Eleitoral” –, oportunidades eram dadas para as manifestações das “organizações clandestinas”, o que significava uma inadmissível “infração da ordem constitucional”.²⁵⁴

No dia seguinte à fala de Figueiredo, os altos comandos das três armas também resolveram se pronunciar. O episódio em si era digno de nota, visto que era a “primeira vez desde 1969” que os chefes militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica discutiam um assunto eminentemente político. Nas notas oficiais publicadas após os encontros ficaram evidentes, uma vez mais, os propósitos de coação dos ministros Walter Pires e Délio Jardim de Mattos (a Marinha, sob a liderança do almirante Alfredo Karam, optou por afirmar sua fidelidade aos preceitos constitucionais). Usando uma suposta “preocupação política” como pretexto, ambos os oficiais tencionavam advertir a oposição: havia uma “crescente radicalização política”, que representava um risco para “a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do governo”.

Aproveitando-se daquela agitação, tanto Maluf quanto seus simpatizantes partiram para o ataque. O candidato do PDS, por exemplo, classificou o discurso do presidente como “ideológico, filosófico, pedagógico, patriótico e democrático”. Já o notório Amaral Netto foi incisivo: “Precisamos acabar com esse tabu segundo o qual general não pode conversar com civil. Mais do que o direito, eles têm o dever de procurar o presidente e os líderes políticos para mostrar que é preciso trabalhar pelo candidato do governo”. Para **Veja** (26 set. 1984, p. 18-20; 22), aquelas declarações indicavam o ensaio de um “encontro de interesses entre os setores mais duros do regime e o malufismo”. O plano de intervenção, inclusive, já estaria preparado: em primeiro lugar, seria explorada a associação entre a realização de comícios e o estabelecimento de crises; depois, haveria a determinação de que no dia 15 de janeiro de 1985, data da reunião do Colégio Eleitoral, seriam impostas as já conhecidas “medidas excepcionais” de restrição. Portanto, ao fazerem uso da “tensão como estratégia política”, Maluf e sua equipe estariam como que testando a “saúde do regime”. Se ele ainda fosse capaz de impor sua própria transição nos termos que julgasse adequados, a ofensiva teria êxito. Em caso contrário, fosse por fraqueza ou por decisão deliberada de não intervir, a candidatura do deputado paulista tenderia ao malogro.

O *staff* malufista, contudo, não se ateuve àquele plano cuja efetivação era condicional. Sua estratégia consistiu também de veementes investidas contra as ambiguidades da

²⁵⁴ O **Jornal do Brasil** (20 set. 1984, p. 4) reproduziu, na íntegra, o discurso do presidente.

campanha oposicionista. Em razão da heterogênea combinação de forças que sustentavam sua candidatura, Tancredo se valia de todo um contorcionismo retórico nas ocasiões em que se expunha em público. Limitação que, aliás, era cada vez mais evidente. Atento e perspicaz, Maluf percebeu que poderia explorar aquela contradição. Após apresentar seu programa de governo, que continha uma detalhada proposta de política econômica, dedicou-se a acusar seu adversário. A seu ver, quando não reproduzia um discurso excessivamente genérico, Tancredo se atrapalhava de forma desastrosa. Ironizando uma declaração do ex-governador mineiro, que defendera a aplicabilidade de uma parte do plano traçado para o governo parlamentarista de 1961-62, o deputado paulista asseverou: “Tancredo é tecnologicamente ultrapassado e fecha os olhos para não ver as mudanças que ocorreram no país nesses 23 anos”.²⁵⁵

O fato de que o candidato da “Aliança Democrática” não possuía um programa de governo foi, inclusive, alvo de cobrança por parte de **Veja**. Em editorial, a revista criticou enfaticamente a ausência de diretrizes claras na campanha encabeçada por Tancredo. Pois entendia que não era possível sustentar o argumento de que, por ser composta por uma “frente política ampla”, a candidatura oposicionista teria dificuldades para elaborar uma plataforma aceitável para todos os setores que a apoiavam – “[O povo] não é bobo para acreditar que alguém possa chegar à Presidência agradando todo mundo, sem dizer como quer resolver os problemas concretos do país” (**Veja**, 10 out. 1984, p. 19).

Embora bem sucedida, visto que acuara a candidatura da “Aliança Democrática”, a ação conjunta entre a campanha malufista e os “duros” do regime teve que lidar com um obstáculo expressivo: a impopularidade do deputado paulista. Em visita à cidade de Aracaju, no início de outubro, Maluf testemunhara a repulsa que seu nome causava na população. Quando se dirigia para uma visita à Assembleia Legislativa sergipana, escapou por pouco de ser agredido fisicamente por um grupo de pessoas presentes ao local. Seu grupo de seguranças, no entanto, não pode evitar os palavrões, as palavras de ordem e os objetos lançados contra a comitiva. Dias depois, em Fortaleza, a recepção popular foi a mesma, e somente por causa de um forte aparato policial o candidato pedessista pode cumprir sua agenda na capital cearense (**Veja**, 10 out. 1984, p. 26-27).

Por sua contundência, aquelas demonstrações populares como que impulsionaram a definição de importantes lideranças políticas. Os ainda reticentes governadores pedessistas do Nordeste, em particular, resolveram proclamar sua adesão a Tancredo Neves. Numa reunião

²⁵⁵ A menção ao programa de governo do gabinete parlamentarista foi feita por Tancredo em entrevista ao **Jornal do Brasil** (30 set. 1984, p. 4). No dia seguinte, o periódico ouviu Maluf, que então atacou as propostas do seu oponente (**Jornal do Brasil**, 1º out. 1984, p. 4).

realizada no Rio de Janeiro – da qual também participaram Jair Soares (RS) e Espiridião Amin (SC) –, após um breve balanço do quadro sucessório, os líderes estaduais estabeleceram que cada qual faria, individualmente, sua declaração de apoio à candidatura oposicionista. Isso porque entenderam que era necessário, em primeiro lugar, comunicar ao presidente da República a decisão. Figueiredo, no entanto, já ciente daquela deliberação, demonstrou a sua já notória inabilidade política: não apenas postergou o quanto pode a audiência que fora solicitada por Agripino Maia, como também acusou os governadores do seu partido de terem “institucionalizado a traição”. Pensando que os atingia, o presidente na verdade facilitou a associação ao “tancredismo”, já que poupou seus partidários do constrangimento de um encontro pessoal (**Veja**, 17 out. 1984, p. 28-29).

A propósito, é importante destacarmos que, para justificar sua posição, os governadores pedessistas reproduziram os mesmos argumentos antes proferidos pelos membros da “Frente Liberal”. Em entrevista (**Veja**, 24 out. 1984, p. 5-6; 8), o chefe do Executivo alagoano, Divaldo Suruagy, afirmou que uma eventual vitória de Paulo Maluf “traria a ruptura do pacto social” brasileiro – que teria sido “restabelecido pela política de abertura do presidente Ernesto Geisel”. Na sua visão, a candidatura de Tancredo Neves, pelo “enorme apoio popular” com que contava, e pela capacidade de “neutralizar radicais de ambos os lados”, representava a “conciliação nacional”.

Outro fator de dificuldade para a candidatura Maluf²⁵⁶ ocorreu a partir de meados de outubro, quando, à sua já desgastada imagem, foram incorporadas acusações de suborno, de golpismo e de truculência. Uma articulação dos parlamentares malufistas junto à Mesa do Senado, com o respaldo do senador Moacyr Dalla, presidente do Congresso Nacional, logrou a determinação de que seriam secretos os votos para a escolha dos delegados estaduais que compareceriam ao Colégio Eleitoral. O propósito daquela intervenção era “alterar o resultado da eleição em Estados já comprometidos, pelo apoio dos governadores, com a candidatura Tancredo Neves”. O mecanismo foi posto em prática, logo na sequência, com a chamada “Operação Maranhão”: contando com o suporte de agentes armados da Polícia Federal, que agiram sob as ordens do ministro Ibrahim Abi-Ackel, adeptos da candidatura pedessista

²⁵⁶ Na sua edição nº 842 (24 out. 1984, p. 24-26), **Veja** outra vez destacou o repúdio que a candidatura de Paulo Maluf provocava nas pessoas – em visita à cidade do Rio de Janeiro, no dia 19 de outubro, o deputado paulista fora novamente recepcionado com “vaias, gritos e palavrões”. O periódico, ademais, ressaltou o “isolamento” do candidato pedessista, que recebeu o “apoio explícito” de apenas três governadores (Jorge Teixeira, de Rondônia; Júlio Campos, de Mato Grosso; e Wilson Braga, da Paraíba), cujos Estados representavam, juntos, “apenas 3,45% dos eleitores brasileiros e 1,40% do produto interno bruto do país”.

conseguiram impor sua vitória na Assembleia Legislativa maranhense (**Veja**, 31 out. 1984, p. 20-23).

Para **Veja** (31 out. 1984, p. 19), a questão sucessória passava por um “degradante processo de vulgarização”. Circunstância que era propiciada sobretudo pela forma com que seria escolhido o próximo presidente da República. Isto é, em razão do voto ser indireto, havia uma espécie de caça aos “eleitores qualificados”, assim como a insistência em “patrocinar bruxarias marotas na legislação”. Subterfúgios que, conseqüentemente, em muito contribuía para desacreditar a imagem dos políticos e do próprio Colégio Eleitoral junto à opinião pública.

Maluf, contudo, simplesmente desconsiderava aquele tipo de avaliação. Obstinado, passou a repetir com frequência uma frase que era, ao mesmo tempo, contundente e reveladora: “Numa eleição o feio é não vencer”. À vista disso, junto com sua equipe de campanha, persistiu com a estratégia da captura de votos, inclusive no campo da oposição. Subsidiariamente, prosseguiu também com as investidas legais, enfatizando a necessidade da regulamentação do Colégio Eleitoral – além do voto secreto, o *staff* malufista trabalhava pela decretação da fidelidade partidária, o que inviabilizaria os votos da dissidência pedessista e, por conseguinte, a própria “Aliança Democrática”. Justificando-se, o deputado paulista declarou: “Eu sou pragmático. Em dezembro avaliarei se tenho votos suficientes na oposição para compensar eventuais perdas no PDS. Caso contrário, teremos preparado um estudo jurídico que sustentará a não-validação do voto infiel” (**Veja**, 7 nov. 1984, p. 20-22).

Lançando-se com ímpeto em articulações e manobras, Maluf demonstrava uma postura oposta à da campanha oposicionista. Dando seqüência à estratégia da realização de comícios, a candidatura aliancista seguia atraindo e empolgando as multidões. Naqueles eventos – onde as cores verde e amarelo eram predominantes²⁵⁷ –, além do melindre e do malabarismo retórico, Tancredo passou a enfatizar as maquinações do candidato pedessista. Em Porto Alegre, por exemplo, fugiu ao seu estilo e radicalizou o discurso: “Chega de triunfalismos. Temos que nos convencer que o adversário joga sujo, e é esse jogo que vamos ter que enfrentar”. Dias depois, em Teresina, “alertou para tentativas golpistas e conclamou a

²⁵⁷ Em razão das já citadas ações da *Comunidade*, Tancredo habilmente costurou mais um acordo: articulou com os governadores estaduais (que chefiavam as polícias) e também com os militantes comunistas a forma e o momento em que seriam desfraldadas as bandeiras vermelhas. Cientes de que o objetivo dos agentes infiltrados nas multidões era criar um fato, chegaram à conclusão de que as cores da bandeira nacional deveriam prevalecer por sobre os estandartes dos partidos clandestinos. A propósito, cf. **Veja**, 17 out. 1984, p. 26, e FIGUEIREDO, 2005, p. 352-353.

população a se manter vigilante para a manutenção da ordem constitucional” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 161; **Veja**, 7 nov. 1984, p. 23).²⁵⁸

Entrementes, os líderes da “Aliança Democrática” se mobilizaram para garantir o mais rapidamente possível a realização das eleições dos delegados estaduais. Seu temor era evidente: era preciso evitar, a todo custo, aquilo que ocorrera no Maranhão. Após uma reunião no apartamento do senador Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira e outros dirigentes da “Frente Liberal” decidiram seguir o plano que havia sido traçado por Tancredo, e solidificado num encontro entre Ulysses Guimarães, Sarney e o advogado Sepúlveda Pertence (que assessorava a campanha). Puseram-se, então, a disparar telefonemas para os governadores que apoiavam a candidatura oposicionista, recomendando-lhes urgência. Cerca de 48 horas depois, a Assembleia Legislativa do Piauí escolheu os seus representantes junto ao Colégio Eleitoral. Não por mera coincidência, eram todos “tancredistas” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 161-162). Nos dias subsequentes, cenas semelhantes se repetiram em outros Estados. A artimanha do *staff* malufista, definitivamente, fracassara.

Ainda que visivelmente marcada pelo desânimo, a cúpula da campanha pedessista tentou mais uma última estratégia. Por meio do deputado Gerardo Renault (PDS-MG), protocolou uma consulta, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a respeito do instituto da fidelidade partidária no Colégio Eleitoral. Mas a resposta dada pelo órgão não foi favorável ao grupo malufista: por unanimidade, os ministros entenderam que o voto era livre, ou melhor, que a questão não se aplicava à eleição presidencial. Alguns partidários de Maluf passaram a atacar os membros do governo que, no seu entender, trabalhavam contra o seu candidato.²⁵⁹ Já outros defenderam a sua renúncia, sugerindo-lhe que denunciasse o “boicote” que vinha sofrendo. O deputado paulista, no entanto, rechaçou a hipótese de abandonar o pleito, assim como procurou manter o seu já conhecido “otimismo” (**Veja**, 14 nov. 1984, p. 18-23).

Na candidatura oposicionista, por outro lado, a vitória já era publicamente reconhecida. Sobretudo depois do pronunciamento do TSE. Sarney, por exemplo, chegou a afirmar: “O Tancredo está eleito. Resta apenas preparar o governo”. Embora um tanto quanto exaltada, a declaração do senador maranhense parecia ser confirmada pelos fatos. Os comícios organizados pelo comando da campanha aliancista eram um sucesso de público. As

²⁵⁸ O discurso na capital gaúcha aconteceu no dia 22 de outubro, numa visita de Tancredo à Assembleia Legislativa estadual. Já o evento de Teresina – que, de acordo com **Veja**, reuniu cerca de 80 mil pessoas na Praça da Liberdade, a principal da cidade –, foi realizado no dia 1º de novembro.

²⁵⁹ O ministro João Leitão de Abreu era o mais notório integrante do governo Figueiredo a trabalhar contra a candidatura do deputado paulista. Sua ojeriza, inclusive, transparece de forma clara numa frase dita a Ney Braga, ex-governador do Paraná: “Não basta derrotar Maluf, é preciso varrê-lo da vida pública” (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 143).

declarações de apoio cresciam a cada dia: empresários, artistas, e até mesmo pedessistas tidos como malufistas convictos anunciavam sua disposição de votar em Tancredo. O candidato, enfim, já era visto e tratado como o próximo mandatário do país. Em razão, principalmente, de seu “talento político”. Na interpretação de **Veja** (14 nov. 1984, p. 24-25), Tancredo arquitetou um verdadeiro “milagre político”, pois, após o impacto da campanha das “Diretas-Já” e a consequente construção de uma “alternativa libertária”, logrou construir “a força de sua campanha pela alternativa conservadora” – isto é, articulando “entendimentos” e granjeando adesões.

As boas notícias eram tantas que, a partir de um determinado momento, os dirigentes da “Aliança Democrática” passaram a temer a renúncia de Maluf. Tancredo, obviamente, era o mais preocupado com aquela hipótese:

A retirada da candidatura do Maluf desestabilizará o processo sucessório. Eles não vão querer reconhecer a derrota com tanto tempo de antecedência, não terão tempo para articular a escolha de um novo candidato e caminharão para o que lhes parecerá a coisa mais natural: a prorrogação de Figueiredo. Ou isso, ou o golpe! (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 159; **Veja**, 14 nov. 1984, p. 25-26).

Não obstante os temores, a candidatura aliancista prosseguiu com a realização de comícios. Num deles, em especial, Tancredo resolveu se pronunciar de forma clara, respondendo, finalmente, aos apelos para que expusesse seus planos e ideias. O discurso, no qual o ex-governador mineiro proclamou a sua disposição de organizar uma “Nova República”, ocorreu na cidade de Vitória (ES), no dia 15 de novembro de 1984. Nele, Tancredo deu o mais paradigmático exemplo de seu “virtuosismo retórico” e de sua postura “conciliadora”. Fiel ao seu tradicional estilo, primeiramente criticou os excessos do regime civil-militar:

Teremos que lançar os alicerces da Nova República. (...) [Ela] não se coadunará com qualquer experiência de presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo.²⁶⁰

Depois, numa evidente sinalização de que não promoveria uma tão temida “caça às bruxas”, salientou:

²⁶⁰ Todas as citações relacionadas ao discurso de Vitória foram retiradas da edição nº 846 da revista **Veja**, 21 nov. 1984, p. 36-39.

A posse do presidente eleito vai marcar, em 15 de março, *uma fase de ordem, de paz, de moderação, de participação e de progresso*. Uma fase de avanço institucional, político e social. (...)

(...) Minha formação democrática, alicerçada numa vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança das lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por *revanchismos e represálias*. [Grifo nosso]

Enfatizando a prudência característica de Tancredo, **Veja** assinalou:

Jamais na história do país um político anunciou sua disposição de encerrar um regime e começar outro com tamanho cuidado nas palavras, a ponto de conseguir que uma proposta severa viesse embrulhada como se fosse um presente para os adversários.

Por fim, no que concerne ao traquejo político do candidato opositor, o periódico acentuou:

Em menos de seis meses de campanha *Tancredo Neves conseguiu transformar um movimento de massas numa competente costura de cúpula* – e é precisamente isso que torna sua candidatura atraente para o decisivo segmento de conservadores descontentes com o regime. [Grifo nosso]

A partir daquele exato momento, **Veja** entrevistou de forma incisiva no processo sucessório. Sua narrativa passou a enaltecer as características que, no seu entender, faziam de Tancredo a personagem talhada para levar a efeito a democratização do país. No editorial da edição acima citada, por exemplo, o periódico procurou enfatizar tanto o “prestígio” do velho líder quanto a sua chamada “habilidade política”.

[O] discurso de Vitória constitui-se numa primorosa profissão de fé democrática e, sobretudo, num *exercício de demonstração das virtudes da tolerância política*, qualidade que Tancredo Neves exibiu com persistência indiscutível ao longo dos seus cinquenta anos de vida pública.

(...) Tancredo Neves mostrou que *sua candidatura não tem relações familiares com o radicalismo nem com o espírito de vingança*. Apresentou seu argumento com uma tenaz. De um lado, exibiu lições de História. De outro, mostrou seu currículo. *Nos dois casos, colocá-lo sob a suspeita do revanchismo é, no mínimo, mistificação*. (**Veja**, 21 nov. 1984, p. 35 – grifo nosso)

Veja, enfim, engajou-se naquilo que Gramsci chamou de ação hegemônica, isto é, na função ideológica de difundir conteúdos cujo intuito primordial é influir e/ou direcionar a compreensão dos fatos sociais (GRAMSCI, 2004a, p. 78-79).

Entretanto, é importante lembrar que, subjacente àquele enfoque dado pela revista, havia questões da maior relevância. Por exemplo: tratava-se de um curioso contrassenso

reconhecer que a transição política tinha se configurado numa “competente costura de cúpula” e, ao mesmo tempo, rotular como “radical” ou “revanchista” quem não aceitava aquele *arranjo*. No mesmo dia em que Tancredo anunciou o seu projeto da “Nova República”, a **Folha de S. Paulo** estampava em sua capa um incisivo editorial no qual, além de qualificar o Colégio Eleitoral como um “organismo autoritário, restritivo e ilegítimo” – imposto, a propósito, pelos “políticos da ordem”, que derrotaram, em favor das “próprias conveniências”, o “clamor nacional pelas diretas-já” –, alertava para o “problema da sua legitimidade”. Reconhecendo a iminente vitória do candidato oposicionista, o jornal procurou fazer uma advertência: Tancredo assumiria o cargo “maculado por um processo antidemocrático”; governaria, então, “sob suspeita”, visto que o poder não lhe foi conferido por delegação popular; e estaria, ademais, sob intensas e constantes críticas porque, ao invés do pleito direto, sua eleição teria sido concretizada em razão da proeminência dos interesses de “um restrito grupo de privilegiados”. Após essas formulações, o periódico sugeriu que Tancredo tomasse uma decisão que definiu como “corajosa” e “inusual”, mas que a maioria dos brasileiros haveria de “aplaudir e reconhecer como democrática”: a convocação imediata de eleições populares para a Presidência da República. Pois daquela forma o supremo mandatário da nação, que poderia vir a ser o próprio Tancredo, disporia do “apoio e [da] confiança popular necessários para empreender um governo autêntico e efetivo” (**Folha de S. Paulo**, 15 nov. 1984, p. 1).

A posição assumida pela **Folha**, convém salientar, ia ao encontro das teses que vinham sendo defendidas pelo PT, a força hegemônica do então minoritário e depreciado grupo *democrata radical*. No início daquele mês de novembro, o partido tornou público um documento no qual não apenas reiterava sua recusa de legitimar o Colégio Eleitoral, como também criticava veementemente a “Aliança Democrática” – a sua composição e o seu significado.

(...) ao povo que exige mudanças não é dado influir no processo. Juntamente com o povo, importantes correntes políticas que sempre estiveram na luta contra a ditadura cumprem o papel subalterno de carregar o andor de velhas oligarquias, latifundiários, empresários, banqueiros, que se converteram nos “democratas de 26 de abril”.

A análise petista condenou igualmente a tática da convocação dos comícios populares, por entender que, “a pretexto de combater o malufismo”, servia de respaldo a uma candidatura que, não por coincidência, também acolhia “elementos do malufismo e seguidores do regime de 1964”. O partido compreendia, enfim, que a chapa Tancredo-Sarney, apoiada

pelo “maior bloco das classes dominantes já formado no país”, era a que melhor desempenhava “a função de proclamar mudanças sem nada mudar” (PERSEU, 2009, p. 157).²⁶¹

A propósito, devido à sua composição multifacetada, a frente política agrupada na “Aliança Democrática” possuía limitações evidentes. Por se fundamentar num compromisso entre classes sociais cujos interesses e perspectivas se contrapunham fortemente, a candidatura oposicionista era, em essência, instável e dificultosa. Não tinha como se desvencilhar, portanto, da retórica vaga e generalizante. Não obstante, à medida que era repetida diuturnamente, sua fraseologia foi se consolidando, assumindo a condição de “verdade”, persuadindo corações e mentes. Em nome do “realismo pragmático” e do “bom senso” avesso a “radicalismos” e “revanchismos”, os chefes aliancistas se valeram também de um já tradicional recurso discursivo: fazendo abstração de antagonismos inconciliáveis, proclamaram a ideia da “união nacional”.

Tal proposta, em verdade, foi lançada por Tancredo num encontro realizado em Brasília no dia 9 de novembro de 1984. Discursando para 300 dirigentes sindicais (que representavam cerca de 20 milhões de trabalhadores), o candidato oposicionista enfatizou o “problema da transição política”, associando-o à gravíssima situação econômica do país. Em seguida, propôs a criação de um grande “pacto social” que lhe concedesse uma trégua para “colocar a casa em ordem”.

(...) devemos criar um grande *pacto social*, de que participem todos os segmentos da sociedade e de todas as categorias profissionais, das mais altas às mais humildes, mas dentro desse *pacto social*, fixadas algumas metas de política social, possamos alcançar um período de segurança e tranquilidade social num prazo de seis meses ou nove meses, até que nós possamos realmente dominar essa fera faminta e terrível que é a inflação.

Como contrapartida, Tancredo ofereceu a garantia de que aos assalariados não seria imposto qualquer sacrifício econômico.

Quando eu falo nesse *pacto social* eu não penso que os trabalhadores devem comparecer a ele para dar mais cotas de sacrifício. Os trabalhadores brasileiros já não têm mais sacrifício a dar. Eles já estão cortando na própria carne para assegurar a sua sobrevivência. *Mas se eles não podem dar cota de contribuição econômica,*

²⁶¹ Aquela deliberação tomada pelo Diretório Nacional do PT não esteve isenta de contestações. O deputado federal Airton Soares (SP), por exemplo, criticava enfaticamente a ideia do boicote ao Colégio Eleitoral. Em entrevista, afirmou que, não obstante o seu caráter indireto, a eleição de Tancredo Neves estava em sintonia com os anseios do povo. Logo, a postura de intransigência levaria ao isolamento do partido. Cf. **Veja**, 17 out. 1984, p. 3-4; 6.

*elas podem dar uma contribuição substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social, que permita realmente uma tranquilidade às atividades administrativas e governamentais, para que elas possam atingir as suas metas no interesse mesmo dos trabalhadores. (Folha de S. Paulo, 10 nov. 1984, p. 4 – grifo nosso)*²⁶²

Indagado por um repórter se havia solicitado a interrupção dos movimentos grevistas, Tancredo respondeu que seria “a primeira das contribuições que os trabalhadores poderiam dar”. Mais tarde, informou que também esperava contar com a colaboração dos capitalistas, que poderiam efetivar uma política de congelamento dos preços e dos lucros de suas empresas (**Jornal do Brasil**, 10 nov. 1984, p. 3).

Tancredo, portanto, sugeriu uma velha fórmula: a aliança entre o capital e o trabalho. Porém, ainda que argumentasse que se tratava de um novo tipo de “pacto”, porquanto assentado num vigoroso respaldo popular, sua proposta se fundamentava em premissas já por demais conhecidas: a “suspensão temporária dos antagonismos de classe”, de modo que fossem devidamente encaminhadas as soluções para os inúmeros problemas do país; a “harmonização” da sociedade, com vistas à superação do drama econômico-social que atingia a todos.

Muito embora se esforçasse para parecer original, o candidato opositor fez uso do manjado artifício retórico da generalização. Isto é, lançou mão do expediente segundo o qual as disparidades econômico-sociais, políticas e culturais típicas de uma sociedade de classes são questões secundárias, ou melhor, devem se submeter aos “interesses nacionais”. Não obstante, aquela “declaração de intenções” já lhe bastava. O objetivo maior era suscitar discussões e, preferencialmente, adesões. As críticas, inclusive, poderiam até ser levadas em consideração, mas desde que não comprometessem a estratégia da “conciliação” – Tancredo chegou até mesmo a fazer uma astuciosa menção ao *Pacto de Moncloa*.

Tudo isso é tanto mais significativo quanto mais se sabe que, em concomitância com a pregação do “pacto social” estava a “operação de apaziguamento” dos quartéis. Ainda receosos com o “espectro do golpe”, Tancredo e sua equipe de assessores aprofundaram os contatos e a coleta de informações com o meio militar. O candidato aliancista, em particular, era o que mais temia o recurso à força. Num almoço com correligionários, em fins de outubro, compartilhou suas dúvidas: “Maluf já perdeu. Eu não estou mais preocupado com ele. Nossa preocupação, agora, é evitar o golpe, um gesto inconsequente qualquer desse General Newton Cruz”. Mesmo ciente das considerações feitas pelo ex-presidente Geisel, segundo o qual uma

²⁶² O jornal reproduziu, na íntegra, o discurso do candidato opositor.

intervenção golpista, para ser bem-sucedida, exigia “duas condições básicas”, “vontade” e “ambiente”, Tancredo estava inquieto. Desconfiado, imaginava um cenário dramático: sob o comando do truculento Newton Cruz, haveria um *putsch* em Brasília, com a invasão do Congresso e a imposição de um *casuísmo* legislativo qualquer. Agressão que, inevitavelmente, geraria uma reação legalista e, por conseguinte, resultaria numa guerra civil (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 165; 172-174; FIGUEIREDO, 2005, p. 353-354).²⁶³

Procurando se antecipar a possíveis armadilhas, Tancredo se aproximou de certos chefes militares (os generais Gustavo Moraes Rego, Reynaldo de Mello Almeida e Octávio Costa, principalmente) cujas análises considerava importantes e esclarecedoras. Paralelamente, dispôs-se a conversar também com o poderoso Ministro do Exército, pois entendia que era necessário fazer alguns “esclarecimentos”. Naquelas “conversas a meia voz”, o candidato aliancista garantiu ao general Walter Pires que em seu governo não promoveria “retaliações”, assim como lhe assegurou que as forças de esquerda presentes em sua campanha não exerciam nenhum tipo de influência sobre a definição das estratégias ou sobre o programa de governo (**Veja**, 5 dez. 1984, p. 21-22).

Com efeito, o compromisso assumido por Tancredo não demorou a gerar resultados. No final de novembro de 1984, uma sequência de medidas concretas sinalizou que o caminho rumo à eleição presidencial estava, definitivamente, “desobstruído” nos meios militares. Em ambas as situações, não por mera coincidência, a intervenção do ministro Walter Pires foi decisiva. O primeiro ato consistiu num comunicado oficial, expedido depois de mais uma reunião do Alto Comando do Exército, no qual o ministro anunciou que a instituição que chefiava manteria a sua “firme disposição de apoiar o projeto de abertura do presidente João Figueiredo”, cuja consolidação ocorreria com a eleição e a posse do futuro presidente da República, conforme estabeleciam os termos da lei. De modo a não deixar dúvidas quanto à sua posição, a nota foi finalizada com uma afirmação enfática: “A nação, que sempre contou com as Forças Armadas nos momentos decisivos de sua História, pode confiar que serão plenamente atendidos seus anseios de preservação das instituições democráticas”.

À declaração do ministro se seguiu uma intervenção de impacto: a transferência do general Newton Cruz do prestigioso Comando Militar do Planalto para a vice chefia do Departamento Geral de Pessoal, espécie de recursos humanos do Exército. Em consequência, a personagem que “mais exemplarmente personificou a imagem do militar intransigente [e] inclinado às soluções de força” deixava um dos mais importantes postos militares do país, e

²⁶³ Segundo relato de COUTO (1998, p. 374), a assessoria de Tancredo, temendo uma eventual ação golpista por parte do general Cruz, chegou a preparar um plano de fuga de Brasília.

era removida para um inexpressivo cargo burocrático. Com a exoneração, Tancredo sentira um alívio: seu mais temível adversário fora afastado. A partir daquele momento, nada mais o impediria de chegar à Presidência (**Veja**, 28 nov. 1984, p. 20-21; FIGUEIREDO, 2005, p. 357).

Analisando o episódio da transferência do general Cruz, **Veja** tratou a medida como mais relacionada ao destempero e à notoriedade adquirida pelo oficial do que pelas posições que defendia. Porque, se ele fosse uma figura atípica dentro do Exército, jamais teria chegado a exercer funções de chefia. Para a revista, enfim, a remoção do general tinha relação com o estabelecimento de uma nova conjuntura, em que predominavam as ideias do “desengajamento” e da “harmonização” – “Mudou o país, mudou a política, mudou a oposição e mudam também as Forças Armadas. Os generais, agora, são tão mais obedecidos e admirados quanto menos se sabe sobre eles fora dos quartéis” (**Veja**, 28 nov. 1984, p. 27).

De fato, a bandeira branca acenada por Tancredo arrefecera os ânimos no meio castrense. Como dera também indicações de que não pretendia mexer na *Comunidade*²⁶⁴, os próprios agentes resolveram providenciar uma “reforma”. Pois, em virtude dos novos tempos, convinha rever os tradicionais métodos de trabalho e, em consequência, dedicar-se a outros objetivos. O *Serviço*, em especial, entendeu que era melhor se desocupar das questões políticas e policiais internas e, a exemplo do que fazia a sua congênere estadunidense (a *CIA*), voltar-se para os assuntos externos, como “o combate à espionagem estrangeira e o levantamento de informações de interesse do Brasil no exterior” (FIGUEIREDO, 2005, p. 357-358).

Enquanto Tancredo e a “Aliança Democrática” colecionavam vitórias, Maluf se perdia cada vez mais em manobras desesperadas, contribuindo, assim, para aprofundar a imagem de “vilão” que lhe fora atribuída. Junto à sua assessoria, articulou para que o Diretório Nacional do PDS decidisse pelo fechamento de questão em torno de sua candidatura. Em outras palavras, para que os pedessistas, mesmo os dissidentes, fossem obrigados a votar no postulante do partido. Para os editorialistas de **Veja** (28 nov. 1984, p. 19), tratava-se de “um golpe de mão” no qual Maluf pretendia impor o seu nome – “Não se pode, com passes de mágica, transformar em maioria o que é minoria, nem colocar na Presidência da República um homem que nem sequer consegue reunir todas as forças de seu próprio partido”.

²⁶⁴ Em fins de agosto, Tancredo declarou de forma esclarecedora: “O SNI não será extinto. O que ele precisa é ser democratizado, tornando-se menos policial para ser realmente um serviço de informações”. Cf. **Veja**, 5 set. 1984, p. 21.

Mas o *staff* malufista relutava em reconhecer o esfacelamento de sua candidatura. Dedicou-se, então, a apontar os culpados de sua dramática situação. Maluf, por exemplo, identificava claramente as personalidades que obstaculizavam seus planos: “As dificuldades [da campanha] advêm da má vontade, do desinteresse ou da própria ação contrária de muitos membros do governo, como o ministro Leitão de Abreu e o líder Nelson Marchezan”. Convencidos de que eram vítimas de uma sabotagem, alguns partidários mais exaltados do candidato pedessista decidiram passar ao confronto aberto, denunciando-os publicamente. Já outros quiseram atingir até mesmo o presidente Figueiredo, ao sugerirem o boicote da cerimônia de cumprimentos de fim de ano (o tradicional “beija-mão”). Sua pretensão, no entanto, acabou angariando mais apoios à candidatura aliancista. Ciente da trama, Leitão de Abreu articulou para que ao evento comparecessem os parlamentares opositores, possibilitando, assim, uma ocasião perfeita para que fossem feitos vários tipos de afagos a Figueiredo (**Veja**, 21 nov. 1984, p. 42; 5 dez. 1984, p. 23).²⁶⁵

A propósito, a tática de enaltecer o presidente foi também concebida por Tancredo. Tratava-se, pois, de uma ofensiva de mão dupla: ao mesmo tempo em que demonstrava respeito pelo chefe de Estado e, conseqüentemente, pelas Forças Armadas, o candidato opositor isolava ainda mais o deputado Paulo Maluf. Figueiredo, de seu lado, pareceu ter entendido perfeitamente o papel que lhe fora dado encenar. Em discurso perante oficiais das três Armas, no início de dezembro de 1984, asseverou: “O processo de democratização que avalizamos para o país, tanto quanto um processo de transferência do poder, é, pois, um processo de transferência de responsabilidades” (**Jornal do Brasil**, 6 dez. 1984, p. 3). Portanto, não havia mais impasse. O projeto de “transição gradual, pacífica e segura” estava prestes a ser concluído. Por meio da troca de gentilezas, ao regime ditatorial estava sendo preparado um funeral honroso.

Como que reconhecendo sua difícil situação, Maluf resolveu se pronunciar. Num contundente discurso, ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para, principalmente, acusar o regime e os outrora membros da sua base de apoio, a dissidência pedessista.

Ser democrata é querer renovar – o que não se confunde com trocar uns homens por outros, especialmente os mesmos beneficiários de um regime fechado, insensível à

²⁶⁵ O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por exemplo, declarou: “Presidente, a anistia foi o sopro sobre a superfície das águas que fez com que exilados se transformassem em governadores e cassados e prisioneiros em deputados. Cabe ao senhor o crédito desta página generosa da História”. Já o outrora “autêntico” Fernando Lyra (PMDB-PE) divulgou uma nota, logo após o evento no Palácio do Planalto, na qual afirmava que os brasileiros reconheciam o esforço de Figueiredo para garantir o processo sucessório. Cf. **Veja**, 5 dez. 1984, p. 23.

opinião pública. Não admira muito que, após décadas de poder, eles hoje virem as costas a quem tudo devem. Áulicos, oligarcas, só pensam em continuar a viver à sombra do poder e cevar-se nas suas despesas e adegas. (...) não respeito os oportunistas. Aqueles que se serviram do PDS para locupletar-se no governo, e assim alimentar seus interesses pessoais. Carreiristas e trapezistas políticos. Negociadores de impunidades. Direitistas de ontem, provisoriamente anistiados pelas esquerdas de hoje. São os indultados de ocasião. Lacaios do autoritarismo, ontem. Arrogantes hoje, porque deliram na febre das ambições espúrias. (**Folha de S. Paulo**, 4 dez. 1984, p. 4)

Na interpretação de **Veja** (12 dez. 1984, p. 41; 19 dez. 1984, p. 38), as incisivas declarações do deputado paulista configuraram, na verdade, a admissão de que acabara o “clima de festa” que havia caracterizado sua candidatura.

De outro lado, as ações vinculadas à estratégia da “conciliação” prosseguiram. O ato derradeiro da campanha aliancista ocorreu em São Paulo (no dia 7 de dezembro), na mesma Praça da Sé que, durante a campanha das “Diretas-Já”, recebera cerca de 250 mil pessoas. Entretanto, muito embora os organizadores do evento pretendessem repetir o sucesso do comício realizado em janeiro, a realidade já era outra. Ao invés do grito por eleições diretas, o que se festejava era a iminente vitória no Colégio Eleitoral. Acompanhando as lideranças de oposição que por vinte anos lutaram contra as arbitrariedades do poder ditatorial estavam agora os chamados “liberais”, destacadas figuras da outrora poderosíssima Arena. Talvez por isso, o público presente àquele festejo fosse bem menor que o esperado: cerca de 70 mil pessoas.

Em sua análise, a revista **Veja** (12 dez. 1984, p. 36-41) apreendeu assim aquele estado de coisas:

Um brasileiro que tivesse comparecido à Praça da Sé no dia 25 de janeiro e, depois de passar os meses seguintes desligado da política, resolvesse voltar à praça na semana passada teria a impressão de que estava tendo alucinações. Hoje, quem pede eleições diretas para presidente da República é o deputado Paulo Maluf, não porque as queira, mas porque é o candidato virtualmente derrotado no Colégio Eleitoral que se reunirá no dia 15 de janeiro [de 1985].

De fato, as reviravoltas decorrentes do *arranjo* de cúpula minuciosamente preparado ao longo dos meses resultaram no refluxo do entusiasmo popular. A satisfação para com o fim do regime autoritário era evidente, assim como o apoio a Tancredo Neves. Mas a forma que a transição política estava assumindo parecia não empolgar. Suscitava, pelo contrário, certas desconfianças. A reportagem de **Veja**, por exemplo, entrevistou algumas das pessoas presentes ao comício da Praça da Sé. E certas declarações transpareceram incertezas: “Não creio que o Tancredo consiga fazer algo pelo Brasil, principalmente tendo o Sarney como

vice”, afirmou uma jovem advogada; “Sou tancredista, mas não acredito muito nele. Ele está fazendo muitas promessas e para gente muito diferente”, assinalou um metalúrgico desempregado.

Aquela percepção, aliás, estendia-se à própria “Aliança Democrática”. Pois havia, dentro do PMDB e também na ala esquerda daquela frente político-partidária, uma preocupação com a volúpia da “Frente Liberal”. Ciente dos problemas, Tancredo insistia em sua pregação “conciliadora”. Num artigo simbolicamente intitulado “Tempo de mudança” (**Veja**, 26 dez. 1984, p. 194), o candidato aliancista expôs, uma vez mais, seus artifícios retóricos e, por conseguinte, os pressupostos da transição por ele capitaneada. Esquivando-se conscientemente das divergências que vinham caracterizando a coalizão oposicionista, enfatizou que as “grandes mudanças” que se avizinhavam eram resultado direto do esforço coletivo levado a efeito pelo povo brasileiro.

O nosso povo, generoso e firme, organizou-se em suas comunidades, na família, nos sindicatos, nas empresas, nas escolas, nas associações, nos partidos e foi às ruas comandar as transformações do processo político e econômico, assumindo a sua força e avançando em suas demandas, traduzidas em uma participação de amplitude inédita em nossa história política.

Na visão de Tancredo, tal mobilização continha ainda um recado claro, significativo.

Era a mensagem de um povo ordeiro e consciente, que não se deixou levar pelos pregoeiros do caos e, ao contrário, assumiu o comando do processo, estimulando a que as lideranças políticas do país agissem menos como condutores do que como intérpretes desta força espetacular que é a opinião pública. Foi a opinião pública que disse que estava na hora de mudar. Sua voz ecoou nas praças, nas ruas e ganhou espaço e amplitude na grade mídia brasileira, também ela sabendo ouvir a mensagem de seu público e fazendo-a repercutir.

O líder, ademais, vinculou também aos anseios populares a justificativa para a formação da “Aliança Democrática”.

O povo não venceu a batalha da emenda das eleições diretas, mas não foi derrotado. O povo chorou, mas não perdeu a esperança e nem se deixou revoltar, e nem cometeu desatinos. O povo foi sábio e fez da decepção de abril a ponte para a nova caminhada. Se só restavam as eleições indiretas, isso não era motivo bastante para interromper os avanços e adiar as mudanças.

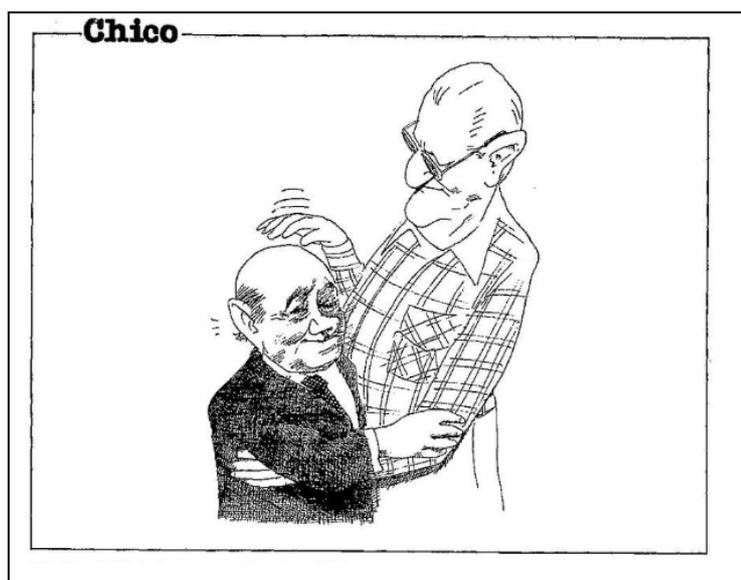
Por fim, consagrou sua iminente vitória à força e ao caráter do brasileiro.

Pela força do povo a eleição já se realizou e estão legitimados os candidatos que a opinião pública consagrou em praça pública. Pela força do povo o 15 de janeiro será

menos o dia de uma disputa que a festa dos representantes do povo, orgulhosos de consagrar pelo seu voto a expressão da vontade popular. *O Brasil dará um grande exemplo, ao realizar a mudança de regime e a passagem de poder de forma ordeira e pacífica, sem os embates que pareciam inevitáveis mas que foram superados pela serenidade, pelo bom senso e pela determinação da sociedade e das lideranças que, de todos os lados, participaram do processo.* [Grifo nosso]

À “mão estendida em conciliação”, portanto, Tancredo ofereceu a transição “pacífica” e “ordeira”, cujos fundamentos – “pacto social”, “bom senso”, “realismo”, “disposição para o diálogo” – pregavam a “mudança dentro da ordem”. Isto é, sem “aventuras” e sem “convulsões sociais”. Vemos assim que, mesmo depois do notável processo de “repolitização da sociedade civil”, que culminou com os emblemáticos e categóricos comícios da campanha das “Diretas-Já”, os princípios contidos na proposta do general Geisel acabaram prevalecendo.²⁶⁶

Figura 6 – A tutela militar à candidatura Tancredo na visão cômica de Chico Caruso



Fonte: **O Globo**, 23 dez. 1984, p. 4.

²⁶⁶ Como já dito, Geisel por diversas vezes afirmou que sua ideia de fazer uma abertura “controlada” objetivava, principalmente, a conquista de “uma solução definitiva”, de modo que não houvesse a possibilidade de um retrocesso político. Em consonância com tais premissas, alegou que a “intransigência” das oposições acabou não só lhe dificultando o trabalho, mas retardando a própria transição. Na fase final daquele processo, justamente por se tratar de uma liderança “ponderada” e “equilibrada”, Tancredo contou com sua chancela. Cf. COUTO (1999, p. 209; 212; 216) e D’ARAÚJO & CASTRO (1997, p. 389-390).

Após mais de vinte anos de “imoderação” e de “cruza”, onde se agravaram as iniquidades econômico-sociais que historicamente caracterizam a sociedade brasileira, fez-se, como salientou a revista **Veja** (26 dez. 1984, p. 35), uma mudança “sem traumas”. Agora, convém perguntarmos: para quem?²⁶⁷

²⁶⁷ De acordo com RODRIGUES (1982, p. 14-16; 57) a História do Brasil é caracterizada por momentos “cruentos” e “incruentos”, ou seja, por períodos marcados pela “inconciliação” (crises, agitações, revoltas, violência, repressão) e pela “conciliação” (a convivência pacífica, o entendimento, a harmonização). Mas, no seu entender, esta última sempre fora a diretriz predominante.

Conclusão

Parece-nos correta a observação feita por Maria do Carmo Campello de SOUZA (1988, p. 568) a respeito da “modalidade brasileira de transição”. Segundo ela, o entusiasmo decorrente do seu êxito acabou encobrindo seus muitos traços negativos. E isso fica mais do que evidente quando atentamos para dois aspectos: 1º) a quantidade considerável de personagens (políticos e tecnocratas) oriundos do regime autoritário na chamada “Aliança Democrática”; 2º) a ênfase dada à liderança de Tancredo Neves, tratado como o “redentor” de uma cordialidade perdida, mas intrínseca à índole brasileira.

No que tange à migração dos outrora apoiadores e/ou entusiastas da ditadura, os efeitos que consideramos mais determinantes dizem respeito ao espaço político que passaram a ocupar e, também, à influência que exerceram sobre o discurso que fundamentou a transição política. Como vimos, muitos próceres pedessistas, após aderirem à “Frente Liberal” e, na sequência, à campanha encabeçada por Tancredo, logo se tornaram figuras da cúpula aliancista. Envolveram-se, pois, na formulação das estratégias. Bem como impediram as menções consideradas ofensivas e desonrosas ao presidente Figueiredo e à “Revolução de 64”. Ao fazê-lo, criaram uma situação *sui generis*: como seria possível levar adiante, naquele contexto, uma candidatura oposicionista sem mencionar a ordem político-institucional que se queria superar?

Ciente de que o respaldo dos dissidentes pedessistas era imprescindível à sua concepção acerca do processo sucessório, Tancredo habilmente anuiu com o veto. E comandou o recurso ao que denominamos “malabarismo retórico”, isto é, a arte de dizer uma coisa e, ao mesmo tempo, desdizê-la, esvaziando-a de seu conteúdo original. Por exemplo:

- ✓ o Brasil vivia há cerca de 20 anos num regime ditatorial, mas não tinha um ditador. Tinha, isso sim, um presidente cujo altruísmo e dedicação eram prova cabal de que estava empenhado na democratização da sociedade;
- ✓ o país era regido por um conjunto de leis arbitrárias, impostas de modo unilateral ou por meio de maiorias artificiais. Entretanto, ninguém se identificava com aquele autêntico “entulho autoritário”, tampouco se considerava responsável por sua elaboração e conseqüente aplicação.

A “longa noite dos generais”, enfim, era uma espécie de aberração. Um ponto fora da curva. Um raio em dia de céu azul.

Contudo, muito embora a ditadura fosse vista como uma *inusitada circunstância*, Tancredo capitaneou, segundo a revista **Veja** (16 jan. 1985, p. 22-23), “uma das maiores transações da política brasileira”. Pois ele “foi o melhor dos personagens de um grande enredo”, visto que soube, engenhosamente, conduzir a nau oposicionista em direção à “mão estendida em conciliação” oferecida pelo general João Figueiredo.²⁶⁸

O periódico, como procuramos demonstrar, desempenhou um papel de legitimação fundamental, ao defender a concepção de que a “conciliação” era a “fórmula ideal” para a democratização da sociedade brasileira. No editorial da revista **Veja** de 2 de janeiro de 1985 (p. 17), o próprio Victor Civita, dono do grupo **Abril**, declarou que 1984 foi o “ano da maturidade” para o Brasil, uma vez que abriu caminho para uma transferência de poder sem “irromper em violência”.

O engajamento da revista, no entanto, foi dissimulado por meio de justificativas generalizantes, tais como: a união das diversas forças políticas nacionais promoveria, de forma “prudente”, as mudanças requeridas pela maioria da sociedade; em face das gravíssimas condições econômico-sociais do país, urgia uma composição política “responsável”, isto é, “sensata”, “realista”, e em consonância com os anseios da opinião pública.

Para **Veja**, enfim, a “conciliação” constituía um “acerto histórico”, cuja construção era resultado da “confluência de vários fenômenos”.

Acima de todos eles estavam a profunda crise econômica e social por que passa o país e a sua coincidência, em 1984, com a maior campanha popular da história. Logo abaixo juntaram-se Tancredo Neves, um dos mais astutos políticos da República, e uma brilhante geração de políticos formada sob a ditadura do Ato Institucional nº 5, de 1968 a 1974. Do lado do regime, esses políticos, que o país se habituara a ver com menosprezo, conseguiram formar uma dissidência que inviabilizou a candidatura do deputado federal Paulo Maluf. Do lado da oposição, homens da mesma geração, frequentemente acusados de radicalismo, conduziram um movimento popular vitorioso para o leito da moderação. (**Veja**, 16 jan. 1985, p. 22)

Essa formulação é, a nosso ver, esclarecedora, pois expõe de modo explícito não apenas o caráter predominantemente elitista da transição política brasileira, mas sobretudo a aquiescência e o enaltecimento feito pela narrativa de **Veja** àquele processo. A propósito, recapitulemos brevemente os enfoques dados pela revista no período aqui analisado:

²⁶⁸ O próprio candidato soube trabalhar muito bem aquela imagem. Numa fala reproduzida no filme **TANCREDO – a travessia** (2010), sagazmente afirmou: “Tancredo, no Dicionário dos Nomes Próprios, quer dizer ‘o conciliador’, ‘o contemporizador’, ‘o paciencioso’”.

- ✓ de início, **Veja** se concentrava em relatar as movimentações, nos campos situacionista e oposicionista, em torno da questão sucessória. Enfatizava, por exemplo, as articulações claramente engajadas numa “solução de compromisso”, uma vez que, como procuramos demonstrar, concebia o *arranjo político-institucional* como algo inerente ao *projeto da “conciliação”* proposto pelo general Figueiredo;
- ✓ depois, com a surpreendente e irresistível ascensão da campanha das “Diretas-Já”, **Veja** passou a exaltar o caráter “cívico” e “ordeiro” daquele movimento, associando-o a um inequívoco clamor por mudança. Mas tal desejo, no entender do periódico, passava ao largo das soluções tidas como “radicais”. A ênfase no “discurso do consenso” evidenciou, a nosso ver, que o comprometimento de **Veja** com a democratização da sociedade brasileira sequer cogitava uma ruptura com a proposta de transição “conciliadora” do regime – não por acaso, portanto, havia um tratamento explicitamente diferenciado para os grupos que então disputavam hegemonia;
- ✓ com a derrota da proposta da eleição direta, **Veja** procurou salientar que a contundência exibida por aquela campanha popular se constituía numa espécie de trunfo para os adeptos da “solução de compromisso”. Criticando duramente a “ala radical” das oposições por sua insistência na defesa do pleito direto e por seu propósito de boicotar o Colégio Eleitoral, as reportagens da revista realçaram as conversações que envolviam a candidatura de Tancredo Neves. Assim como destacaram as reações, sobretudo no PDS, às movimentações de Paulo Maluf. A narrativa de **Veja**, aliás, voltou-se deliberadamente para o arreglo de cúpula que negociava o “entendimento” para a questão sucessória – saldou, por exemplo, a criação da “Frente Liberal”; e aclamou, enquanto exemplo de “tolerância” e de “realismo”, a formação da chamada “Aliança Democrática”;
- ✓ por fim, nos decisivos meses de setembro a dezembro de 1984, **Veja** entrevistou de modo mais enfático no processo sucessório. A rigor, visando a respaldar as premissas do *projeto da “conciliação”*, o periódico atuou em três frentes: 1ª) destacando o trabalho feito por Tancredo e por seu grupo de auxiliares para debelar os propósitos intervencionistas dos setores “duros” das Forças Armadas – no seu entender, foi digna de nota a iniciativa de “tranquilizar”, por meio do estabelecimento de um “diálogo”, as lideranças mais representativas do meio militar; 2ª) reforçando o viés negativo imputado à candidatura malufista,

sobretudo com a sua constante associação ao governo e ao regime (cuja imagem era quase que unanimemente rechaçada pela opinião pública), mas também com o realce às deserções no campo governista e às críticas à manipulação das regras do Colégio Eleitoral; 3ª) corroborando o argumento de que o *arranjo* que arquitetou a candidatura encabeçada por Tancredo Neves deveria buscar por legitimidade, ou seja, fundamentar-se no apoio popular. O líder, aliás, foi retratado como a pessoa talhada para aquela tarefa – tratava-se, pois, de um político “experiente”, “habilidoso” e “moderado”. Avesso, então, a “radicalismos” e a “represálias”.

Em nome, portanto, das ideias da “pacificação” e do “esquecimento”, **Veja** deu suporte, ainda que crítico, à “conciliação”. Legitimou, assim, a reencenação do tradicional modo de se promover mudanças no Brasil. Pois, se por um lado o “pacto social” proposto por Tancredo deu condições para que o país fosse democratizado, por outro – na medida em que foi, uma vez mais, capitaneado pelas elites políticas dominantes – desconsiderou a maior parte das reivindicações da sociedade civil, assim como ignorou os desmandos e as violações de direitos humanos promovidos e perpetrados pelo Estado ditatorial.

Fontes

- 4 de abril de 1983. **Veja**, ed. 762, 13 abr. 1983, p. 22-25.
- AAB assume a responsabilidade pela explosão. **Folha de S. Paulo**, 20 ago. 1976. Nacional, p. 4.
- A abertura, por Golbery. **Veja**, ed. 627, 10 set. 1980, p. 3, 4; 6.
- A anistia em julgamento. **Veja**, ed. 495, 1º mar. 1978, p. 34-38.
- A arte da costura. **Veja**, n. 854, 16 jan. 1985, p. 28-31.
- A aula. **Movimento**, n. 4, 28 jul. 1975, p. 3.
- Abertura em crise. **Folha de S. Paulo**, 6 abr. 1983. Editorial, p. 2.
- A caminho do Planalto. **Veja**, n. 849, 12 dez. 1984, p. 36-40.
- A campanha nas ruas. **Veja**, n. 830, 1º ago. 1984, p. 20-22.
- A cartada do Planalto. **Veja**, n. 806, 15 fev. 1984, p. 22-23.
- A denúncia. **Veja**, ed. 551, 28 mar. 1979, p. 32.
- A direta para no PDS. **Veja**, n. 796, 7 dez. 1983, p. 42-43.
- A festa acabou. **Veja**, n. 849, 12 dez. 1984, p. 41.
- A força da indireta. **Veja**, n. 804, 1º fev. 1984, p. 20-22.
- ALBERNAZ, M. Só pela democracia. **Movimento**, n. 111, 15 ago. 1977, p. 4.
- A mensagem das bombas. **Veja**, ed. 416, 25 ago. 1976, p. 20-22.
- A nau dos intranquilos. **Veja**, n. 844, 7 nov. 1984, p. 20-24.
- Anistia na pauta de Figueiredo. **Folha de S. Paulo**, 21 jan. 1979. Nacional, p. 5.
- “Anistia virá viabilizar a redenção democrática”. **Folha de S. Paulo**, 15 fev. 1978. Nacional, p. 6.
- A noite dos atentados. **Veja**, ed. 421, 29 set. 1976, p. 20-23.
- A nota do ex-Ministro. **Jornal do Brasil**, 13 out. 1977. Política e Governo, p. 4.
- A nova frente ampla. **Veja**, n. 823, 13 jun. 1984, p. 18-24.
- A Nova República, o projeto de um velho moderado. **Veja**, n. 846, 21 nov. 1984, p. 36-39.

Antônio Carlos reage e diz que Délio foi quem traiu 64. **Jornal do Brasil**, 5 set. 1984. Política, p. 4.

A oposição chegou lá. **Veja**, n. 855, 23 jan. 1985, p. 20-26; 28-29.

A partida dos partidos. **Veja**, ed. 586, 28 nov. 1979, p. 20-26.

A praça muda de cor. **Veja**, n. 841, 17 out. 1984, p. 26-27.

A praça pede o voto. **Veja**, n. 804, 1º fev. 1984, p. 12-18.

Aprovada anistia parcial que governo admitia. **Folha de S. Paulo**, 23 ago. 1979. Nacional, p. 4.

Arena ainda espera obter apoio dos emedebistas. **O Estado de S. Paulo**, 25 mar. 1977, p. 4.

Arena usa tática do silêncio. **Folha de S. Paulo**, 17 set. 1977. Nacional, p. 4.

As armas da indireta. **Veja**, n. 807, 22 fev. 1984, p. 18-21.

A serviço da segurança. **Veja**, ed. 610, 14 maio 1980, p. 16; 18-22 .

As indiretas já. **Veja**, n. 820, 23 mai. 1984, p. 27-28.

A sinuosa caminhada. **Veja**, n. 818, 9 mai. 1984, p. 20-25.

As prioridades e ideias de Figueiredo. **Veja**, ed. 488, 11 jan. 1978, p. 28-29.

As reformas de 78 giram em torno de sete [sic] pontos. **Jornal do Brasil**, 2 dez. 1977. Política e Governo, p. 7.

As reformas voltam à mesa. **Veja**, ed. 444, 9 mar. 1977, p. 20-27.

A sucessão à deriva. **Veja**, n. 800, 4 jan. 1984, p. 16-19.

As tropas voltam à universidade. **Veja**, ed. 465, 3 ago. 1977, p. 16-22.

A união dos contrários. **Veja**, n. 819, 16 mai. 1984, p. 24-26.

A universidade invadida. **Veja**, ed. 473, 28 set. 1977, p. 31-34.

A viagem da emenda. **Veja**, n. 822, 6 jun. 1984, p. 20-22.

A volta das multidões. **Veja**, n. 837, 19 set. 1984, p. 20-22.

A voz das estrelas. **Veja**, n. 847, 28 nov. 1984, p. 20-23; 25-27.

BARBOSA, P. A palavra dos operários. **Movimento**, n. 154, 12 jun. 1978, p. 6-7.

BARDAWIL, J. C. A velocidade assusta. **IstoÉ**, n. 113, 21 fev. 1979, p. 4-5.

_____. Começa a cooptação dos moderados. **IstoÉ**, n. 120, 11 abr. 1979, p. 4-5.

_____. O futuro disse ao MDB: decifra-me, ou... **IstoÉ**, n. 63, 8 mar. 1978, p. 5-7.

_____. Só faltam datas certas. **IstoÉ**, n. 125, 16 maio 1979, p. 28-30.

BARRETO, J. Feira de opiniões. **Veja**, n. 561, 6 jun. 1979, p. 26-28.

BENEVIDES, M. V. A retórica do medo. **Folha de S. Paulo**, 1º abr. 1984. Folhetim, p. 6-7.

BRAGA, T. A candidatura de Magalhães: o candidato da pacificação (do regime). **Movimento**, n. 118, 13 out. 1977, p. 4-5.

_____. Quem é o Gen. Euler Bentes (e quais as razões de sua candidatura). **Movimento**, n. 151, 22 maio. 1978, p. 7-8.

_____ & PALMEIRA, L. A. As dissidências militares. **Movimento**, n. 163, 14 ago. 1978, p. 4.

BRASIL. Decreto-lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1706, col. 2, 26 fev. 1969.

BRZEZINSKI, Z. "... a autêntica inevitabilidade histórica da nossa época... são os direitos humanos...". **Jornal do Brasil**, 21 jan. 1979. Especial, p. 5. Entrevista concedida a James Reston.

BUARQUE, S. & BARBOSA, P. Greve. **Movimento**, n. 151, 22 maio 1978, p. 3; 5-6.

"Campanha não tem base legal". **Folha de S. Paulo**, 16 set. 1977. Nacional, p. 5.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, ed. 416, 25 ago. 1976, p. 17.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 796, 7 dez. 1983, p. 35.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 802, 18 jan. 1984, p. 19.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 803, 25 jan. 1984, p. 21.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 804, 1º fev. 1984, p. 11.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 810, 14 mar. 1984, p. 21.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 812, 28 mar. 1984, p. 19.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 815, 18 abr. 1984, p. 21.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 816, 25 abr. 1984, p. 19.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 818, 9 mai. 1984, p. 19.

CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 824, 20 jun. 1984, p. 17.

- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 826, 4 jul. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 828, 18 jul. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 831, 8 ago. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 837, 19 set. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 840, 10 out. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 843, 31 out. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 846, 21 nov. 1984, p. 35.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 847, 28 nov. 1984, p. 19.
- CARTA AO LEITOR. **Veja**, n. 851, 26 dez. 1984, p. 35.
- CARTER, J. Eu faria tudo de novo. **Veja**, ed. 839, 3 out. 1984, p. 5-6; 8. Entrevista concedida a Roberto Garcia.
- CASADO, J. O chefe do SNI informou o presidente sobre o plano um mês antes. **O Globo**, 30 mar. 2014. Especial, p. 2.
- CDDPH mantém silêncio sobre questões graves. **Folha de S. Paulo**, 10 maio 1979. Nacional, p. 8.
- CHAVES, A. O vice-presidente abre o jogo. **Veja**, n. 827, 11 jul. 1984, p. 23. Entrevista concedida a Marcos Sá Corrêa.
- CHAVES, M. A lei da barbárie. **Veja**, ed. 1262, 18 nov. 1992, p. 22-32. Entrevista concedida a Expedito Filho.
- CIVITA, V. Carta do Editor. **Veja**, n. 852, 2 jan. 1985, p. 17.
- Como sobremesa. **Veja**, ed. 767, 18 maio 1983, p. 43.
- Congresso aprova anistia e MDB diz que luta continua. **Jornal do Brasil**, 23 ago. 1979. Política e Governo, p. 4.
- Congresso da anistia recomenda volta dos exilados. **Jornal do Brasil**, 6 nov. 1978. Política e Governo, p. 4.
- Congresso rejeita decretos sobre política salarial. **Folha de S. Paulo**, 20 out. 1983. Política, p. 6.
- Constituinte não irá às ruas, diz Ulisses. **Folha de S. Paulo**, 20 set. 1977. Nacional, p. 4.
- “Convenção arenista é fraude”. **Folha de S. Paulo**, 28 mar. 1978. Nacional, p. 5.
- Conversas a meia voz. **Veja**, n. 848, 5 dez. 1984, p. 20-22.
- CORRÊA, M. S. Doutor em alianças. **Veja**, n. 837, 19 set. 1984, p. 24-29.

- CORRÊA, M. S. A velhice aos 20 anos. **Veja**, n. 813, 4 abr. 1984, p. 22-24.
- “Corrupção a níveis jamais presenciados”. **Folha de S. Paulo**, 24 ago. 1978. Nacional, p. 7.
- Crianças “apertam” o gen. Figueiredo. **Folha de S. Paulo**, 10 out. 1979. Nacional, p. 6.
- Da implosão à união. **Veja**, n. 824, 20 jun. 1984, p. 18-21.
- Délio condena a audácia dos traidores da Revolução. **Jornal do Brasil**, 5 set. 1984. Política, p. 3.
- Deputado é favorável ao diálogo. **Jornal do Brasil**, 3 mar. 1978. Política e Governo, p. 4
- Descoordenação econômica. **Jornal do Brasil**, 13 dez. 1974. Editorial, p. 6.
- DIAS, M. & CASTRO, T. Do Sítio do Pica-pau Amarelo ao Planalto? **IstoÉ**, n. 74, 24 maio 1978, p. 8-11.
- Diretas já ou em 1986. **Veja**, n. 795, 30 nov. 1983, p. 36-40.
- Discurso de Brossard leva partido a rejeitar reforma. **O Estado de S. Paulo**, 25 mar. 1977, p. 5.
- Dissidentes propõem governo de conciliação. **Jornal do Brasil**, 6 jul. 1984. Política, p. 2.
- Dossiê/Documentos – A primeira prova das urnas: 15 de novembro de 1982. **Perseu: história, memória e política**, São Paulo, ano 2, n. 2, ago. 2008, p. 140-141.
- D. Paulo liga sindicatos à luta por direitos humanos. **Jornal do Brasil**, 29 out. 1979. Nacional, p. 5
- Duelo no Planalto. **Veja**, n. 810, 14 mar. 1984, p. 32-33.
- DURHAM, E. R. Movimentos sociais, a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- Em busca do aplauso. **Veja**, n. 828, 18 jul. 1984, p. 24-26.
- E o MDB ficou sem líder. **Veja**, n. 461, 6 jul. 1977, p. 20-24.
- Exército condena minorias radicais e dissidentes. **Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1984. Política, p. 4.
- FALEIROS, R. Em Belo Horizonte, a lembrança de fevereiro e da “traição” de Goiânia. **Folha de S. Paulo**, 15 set. 1984. Política, p. 5.
- FAORO, R. Ainda, e por muito tempo ainda, a anistia. **IstoÉ**, n. 132, 4 jul. 1979, p. 10-11.
- _____. Faoro: um modelo? Pois bem, a pacificação. **IstoÉ**, n. 42, 12 out. 1977, p. 7-9. Entrevista concedida a Paulo Sérgio Pinheiro.
- _____. Já que se fala em conciliação... **IstoÉ**, n. 96, 25 out. 1978, p. 8-9.

FERNANDES, F. Pacto Social e Nova República. **Folha de S. Paulo**, 2 jan. 1985. Opinião, Tendências/Debates, p. 2.

FERNANDES, R. & NEGREIROS, J. Tancredo vê saídas para a crise em seu programa de 61. **Jornal do Brasil**, 30 set. 1984. Política, p. 4.

Festa na rua. **Veja**, n. 812, 28 mar. 1984, p. 27.

Figueiredo anuncia segunda fase da abertura. **Folha de S. Paulo**, 2 mar. 1983. Nacional/Política, p. 4.

Figueiredo considera Tancredo um “nome confiável”. **Folha de S. Paulo**, 25 abr. 1984. Política, p. 4.

Figueiredo dá anistia e diz que sua mão não está vazia. **Jornal do Brasil**, 28 jun. 1979. Política e Governo, p. 3.

Figueiredo decreta emergência em Brasília. **Folha de S. Paulo**, 20 out. 1983. Política, p. 4.

Figueiredo exige ordem e repudia pressão sobre Colégio. **Folha de S. Paulo**, 20 set. 1984. Política, p. 4.

Figueiredo já. **Veja**, n. 848, 5 dez. 1984, p. 23.

FIGUEIREDO, J. B. “Eu fazia cara feia por obrigação”. **Veja**, ed. 569, 1º ago. 1979, p. 16-20. Entrevista concedida a Dirceu Brisola e Paulo Sotero.

Figueiredo tem 775 votos da Arena, 25 brancos e 2 nulos. **Jornal do Brasil**, 9 abr. 1978. Política e Governo, p. 3.

FON, A. C. Descendo aos porões. **Veja**, ed. 546, 21 fev. 1979, p. 60-64.

_____. Um poder na sombra. **Veja**, ed. 546, 21 fev. 1979, p. 65-68.

FRANCO, B. M. No exílio, passos seguidos de perto. **O Globo**, 29 mar. 2009. O País, p. 4.

_____. SNI: Brizola e César faziam caixinha. **O Globo**, 29 mar. 2009. O País, p. 3.

_____. SNI vigiava ligações de Brizola no exterior. **O Globo**, 31 mar. 2009. O País, p. 5.

GASPARI, E. O bruxo fez sua última arte. **Veja**, ed. 994, 23 set. 1987, p. 20-31.

_____. O fabricante de nuvens. **Veja**, ed. 602, 19 mar. 1980, p. 20-26.

Geisel admite o fim do AI-5. **Jornal do Brasil**, 2 dez. 1977. Política e Governo, p. 4.

Geisel anuncia o fim da exceção a adverte críticos. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 1978. Nacional, p. 4.

Geisel diz à Arena que sua escolha busca a continuidade. **Jornal do Brasil**, 6 jan. 1978. Política e Governo, p. 3.

- GODOI, P. & PINTO, T. G. O MDB saiu do ritmo. **IstoÉ**, n. 14, 30 mar. 1977, p. 6-10.
- GOMES, S. Gato e Fabiano. **Folha de S. Paulo**, 23 maio 1982. Opinião, p. 2.
- Governadores opositoristas oficializam campanha. **Folha de S. Paulo**, 27 out. 1983. Política, p. 6.
- Greve e democracia. **Folha de S. Paulo**, 21 jul. 1983. Editorial, p. 2.
- Greve primitiva. **Veja**, ed. 581, 24 out. 1979, p. 29.
- GUIMARÃES, U. Eu sou o antecandidato. **Veja**, ed. 262, 12 set. 1973, p. 3-5. Entrevista concedida a Marcos Sá Correa.
- HOLLANDA, T. Geisel não exitará [sic] em aplicar o AI-5 se for preciso. **Jornal do Brasil**, 25 jun. 1978. Política e Governo, p. 4.
- Hora da definição. **Veja**, n. 841, 17 out. 1984, p. 28-29.
- “Ideal democrático é de muitos”. **Folha de S. Paulo**, 2 dez. 1977. Nacional, p. 4.
- Igreja estimula conflitos, acusa senador. **Folha de S. Paulo**, 30 ago. 1981. Nacional, p. 8.
- Indicado, Euler pede unidade para vencer. **Folha de S. Paulo**, 24 ago. 1978. Nacional, p. 6.
- Jogadas ensaiadas. **Veja**, n. 802, 18 jan. 1984, p. 24-25.
- Jejum político. **Veja**, ed. 569, 1º ago. 1979, p. 24.
- KOTSCHO, R. A reintegração dos jornalistas. **Jornal da República**, 30 ago. 1979. Trabalhadores, p. 10.
- _____. Para Lula, “proposta é de transação e não de transição”. **Folha de S. Paulo**, 25 abr. 1984. Política, p. 4.
- KUPFER, J. P. & ALMEIDA, L. M. A primeira grande greve. **Veja**, ed. 507, 24 maio 1978, p. 91-95.
- LERER, B.; SERRANO, L. R. & LANCELLOTTI, S. Uma greve sem violência. **IstoÉ**, n. 74, 24 maio 1978, p. 67-71.
- Líder do Governo quer extinguir fidelidade partidária. **Jornal do Brasil**, 12 mar. 1977, Política e Governo, p. 4.
- Líderes prometem vencer eleição. **Jornal do Brasil**, 15 fev. 1982. Política e Governo, p. 3
- Líder mineiro responde a deputado com seu passado. **Jornal do Brasil**, 19 ago. 1984. Política, p. 3.
- Lula anuncia Frente Ampla dos trabalhadores que pode vir a ser partido político. **Jornal do Brasil**, 15 jul. 1978. Política e Governo, p. 6.

MAGALHÃES, A. C. Tancredo já. **Veja**, n. 833, 22 ago. 1984, p. 3-4; 6. Entrevista concedida a Elio Gaspari.

Maluf agora não fala em vitória e pede diretas-já. **Folha de S. Paulo**, 4 dez. 1984. Política, p. 4.

Maluf mostra sua força. **Veja**, n. 833, 22 ago. 1984, p. 32-34.

Maluf na cabeça. **Veja**, n. 832, 15 ago. 1984, p. 36-40.

Maluf paga por Délio. **Veja**, n. 836, 12 set. 1984, p. 20-22; 24-26.

Maluf perto do fim. **Veja**, n. 845, 14 nov. 1984, p. 18-23.

Maluf reage e move suas armas. **Veja**, n. 838, 26 set. 1984, p. 18-20; 22.

Maluf toma a cena. **Veja**, n. 803, 25 jan. 1984, p. 22-30.

MANZOLILLO, V. L. A regra é a obediência e não a dissidência. **Movimento**, n. 171, 9 out. 1978, p. 9.

MARANHÃO, A. A crise chegou aqui. **IstoÉ**, n. 152, 21 nov. 1979, p. 108-111.

Marchezan acha que salvou a distensão. **Folha de S. Paulo**, 12 maio 1979. Nacional, p. 6.

MARCHEZAN, N. Vamos aprovar a emenda. **Veja**, n. 817, 2 mai. 1984, p. 5-6; 8. Entrevista concedida a Guilherme Costa Manso.

Marinha, FAB e EMFA dão apoio a Pires. **Jornal do Brasil**, 26 ago. 1984. Política, p. 2.

MDB formaliza seu apoio à Frente de Redemocratização. **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1978. Política e Governo, p. 2.

MESQUITA, R. O “Estadão” e o golpe de 64. **Lua Nova – Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 26-31, jul-set. 1984. Entrevista concedida a José Álvaro Moisés e Maria Victória Benevides.

Milhares levam corpo do operário até Catedral da Sé. **Jornal do Brasil**, 1º nov. 1979. Nacional, p. 8.

Ministro da Justiça dita sua declaração contra o terrorismo. **Jornal do Brasil**, 24 set. 1976. Cidade/Estado, p. 14.

MOLICA, F. Estado promovia uma guerra psicológica contra adversários. **Folha de S. Paulo**, 27 mar. 1994. Especial B-9.

MONTEIRO, D. G. O que pensa o novo comandante. **Veja**, n. 386, 28 jan. 1976, p. 22-23. Entrevista concedida a Márcio Varela.

MORAES, M. A. O PT é lançado em São Bernardo. **Folha de S. Paulo**, 14 out. 1979. Nacional, p. 6.

MORAIS, J. Governador do PDS admite apoio à oposição no Colégio Eleitoral. **Jornal do Brasil**, 13 maio 1984. Política, p. 5

Morte de líder sindical altera rumo da greve de São Paulo. **Jornal do Brasil**, 31 out. 1979. Nacional, p. 8.

Muita raiva na rua. **Veja**, n. 827, 11 jul. 1984, p. 26-28.

Na Justiça. **Veja**, n. 549, 14 mar. 1979, p. 25.

NADAI, C. de & TORRES, C. M. Receita de Maluf prevê política na gestão da economia. **Jornal do Brasil**, 1º out. 1984. Política, p. 4.

“Não há o que corrigir”. **Veja**, n. 506, 17 maio 1978, p. 53-54; 56. Entrevista concedida a Carlos Alberto Sardenberg.

Na rota do Colégio. **Veja**, n. 826, 4 jul. 1984, p. 20-26.

NEGREIROS, J. Em questão, treze anos de política salarial. **IstoÉ**, n. 38, 14 set. 1977, p. 73-74.

NETO, J. A. F.; PINHEIRO, P. S. & PINTO, T. G. Estado de direito. **IstoÉ**, n. 34, 17 ago. 1977, p. 5-10.

NEVES, T. É tempo de conciliação. **Veja**, n. 468, 24 ago. 1977, p. 3-4; 6. Entrevista concedida a Álvaro Rodrigues Pereira.

_____. Só Presidente lidera consenso. **Jornal do Brasil**, 27 nov. 1983. Política, p. 8. Entrevista concedida a Acílio Lara Resende.

_____. Tempo de mudança. **Veja**, n. 851, 26 dez. 1984, p. 194.

No ataque. **Veja**, n. 575, 12 set. 1979, p. 120-121.

Nove contas a pagar. **Veja**, n. 808, 29 fev. 1984, p. 32-34.

Nota à imprensa (São Paulo, 6 de maio de 1984). **Perseu: história, memória e política**, São Paulo, ano 3, n. 3, maio 2009, p. 147-148, 1995.

O abraço da sucessão. **Veja**, n. 797, 14 dez. 1983, p. 36-37.

O caminho das flores. **Veja**, n. 816, 25 abr. 1984, p. 22-23.

O candidato do Olimpo. **Veja**, n. 807, 22 fev. 1984, p. 22-29.

O Carnaval da política. **Veja**, n. 810, 14 mar. 1984, p. 22-24; 26-27.

O combate de Maluf. **Veja**, n. 824, 20 jun. 1984, p. 22-26.

O começo em Curitiba. **Veja**, n. 802, 18 jan. 1984, p. 20-22.

O governo reage. **Veja**, n. 816, 25 abr. 1984, p. 24-29.

- O grito da Candelária. **Veja**, n. 815, 18 abr. 1984, p. 22-30.
- O grito dos mineiros. **Veja**, n. 808, 29 fev. 1984, p. 20-23.
- O incerto amanhã. **Veja**, n. 816, 25 abr. 1984, p. 34-36.
- O Ministério pega fogo. **Veja**, ed. 571, 15 ago. 1979, p. 20-28.
- O outono da sucessão. **Veja**, n. 811, 21 mar. 1984, p. 36-37; 40-41.
- O país busca a luz. **Veja**, n. 817, 2 mai. 1984, p. 20-25.
- O país começa a mudar. **Veja**, n. 524, 20 set. 1978, p. 22-23.
- O Palácio inseguro. **Veja**, n. 812, 28 mar. 1984, p. 20-26.
- O PDS quer um PMDB. **Veja**, n. 831, 8 ago. 1984, p. 20-25.
- O PDS reza o terço. **Veja**, n. 810, 14 mar. 1984, p. 28-31.
- O peso do dissidente. **Veja**, n. 808, 29 fev. 1984, p. 24-27.
- O Planalto ou nada. **Veja**, n. 832, 15 ago. 1984, p. 20-21; 24-25.
- O poder vai a Tancredo. **Veja**, n. 845, 14 nov. 1984, p. 24-26.
- Oposição aprova e Arena nega a CPI dos Direitos. **Folha de S. Paulo**, 11 maio 1979. Nacional, p. 6.
- Oposicionistas fazem protesto. **Jornal do Brasil**, 13 maio 1983. Política, p. 2.
- O presidente que Figueiredo será. **Jornal do Brasil**, 15 out. 1978. Especial, p. 1.
- O problema não foi temor, diz Portella. **Folha de S. Paulo**, 11 maio 1979. Nacional, p. 6.
- O que não aprovado. **Jornal do Brasil**, 12 set. 1978. Política e Governo, p. 5.
- Os candidatos afiam as lâminas. **Veja**, n. 801, 11 jan. 1984, p. 20-22.
- Os compromissos da Aliança. **Jornal do Brasil**, 8 ago. 1984. Política, p. 4.
- Os pecados indiretos. **Veja**, n. 843, 31 out. 1984, p. 20-25.
- Passarinho acha que reforma partidária não isolou esquerdas. **Jornal do Brasil**, 7 jan. 1980. Política e Governo, p. 4.
- Passarinho adverte MDB para o perigo do caos social. **Jornal do Brasil**, 4 maio 1979. Política e Governo, p. 3.
- Passarinho afirma que a Arena tem apoio popular. **Folha de S. Paulo**, 9 abr. 1978. Nacional, p. 4.
- Pela negociação. **Veja**, n. 819, 16 mai. 1984, p. 27.

- PEREIRA, A. Todo poder ao latifúndio capitalista. **Movimento**, n. 198, 16-22 abr. 1979, p. 5.
- PEREIRA, R. R. Por que os alimentos são caros. **Movimento**, n. 143, 27 mar. 1978, p. 13.
- Petrônio diz que mudanças vêm antes de candidatos. **Jornal do Brasil**, 20 out. 1977, Política e Governo, p. 3.
- Petrônio quer restaurar Conselho dos Direitos Humanos. **Jornal do Brasil**, 20 jan. 1979. Política e Governo, p. 9.
- PINHEIRO, P. S. A história de uma lenta e gradual desilusão. **IstoÉ**, n. 25, 15 jun. 1977, p. 37-39.
- PINTO, T. G. Tancredo acha que pode derrotar Maluf em indiretas. **Folha de S. Paulo**, 1º jan. 1984. Política, p. 7.
- PINTO, T. G. & COELHO, T. Curta e infeliz viagem do comboio frotista. **IstoÉ**, n. 43, 19 out. 1977, p. 9-10.
- Pisando no chão do Exército. **Veja**, ed. 463, 20 jul. 1977, p. 16-23.
- Planalto não negocia Constituinte, LSN e diretas. **Jornal do Brasil**, 5 mar. 1983. Política, p. 3.
- PMDB confirma chapa Tancredo-Sarney para o Colégio. **Folha de S. Paulo**, 13 ago. 1984. Política, p. 4.
- PORTELLA, P. Portella explica os últimos dias. **IstoÉ**, n. 17, 20 abr. 1977, p. 10-11. Entrevista concedida a José Carlos Bardawil e Tão Gomes Pinto.
- Posse e diretas para Presidente. **Folha de S. Paulo**, 15 nov. 1984. Editorial, p. 1.
- Presidente alerta civis para transferência do poder. **Jornal do Brasil**, 6 dez. 1984. Política, p. 3.
- Pressão em alta. **Veja**, n. 840, 10 out. 1984, p. 26-27.
- Projeto sem esperança. **Veja**, n. 846, 21 nov. 1984, p. 40-45.
- Reunião de Salvador elege hoje a diretoria da UNE. **Folha de S. Paulo**, 30 maio 1979. Educação, p. 14.
- ROLEMBERG, A. & PEREIRA, R. A batalha no Congresso. **IstoÉ**, n. 140, 29 ago. 1979, p. 9-10; 12; 14-15.
- ROSSI, C. A periferia começa a erguer a voz. **IstoÉ**, n. 65, 22 mar. 1978, p. 8-11.
- _____. Seria uma manifestação, virou um desafio. **IstoÉ**, n. 88, 30 ago. 1978, p. 85-86.
- _____. & NUNZIO, J. O regime está no banco dos réus. **IstoÉ**, n. 73, 17 maio 1978, p. 4-9
- Rumo à capital. **Veja**, n. 805, 8 fev. 1984, p. 28.

Rumo ao plenário. **Veja**, ed. 792, 9 nov. 1983, p. 42.

SALEM, A. V. & GODOY, P. De pára-quedas, além das linhas emedebistas. **IstoÉ**, n. 42, 12 out. 1977, p. 5-7.

SAMPAIO, M. et al. A Constituinte é aprovada por unanimidade. **Folha de S. Paulo**, 15 set. 1977. Nacional, p. 4.

SARDENBERG, C. A. & ROLLEMBERG, A. Nunca um presidente teve tanto apoio. **IstoÉ**, n. 229, 13 maio 1981, p. 16-19.

Sarney diz que projeto não é o ideal, mas o possível. **Jornal do Brasil**, 12 set. 1978. Política e Governo, p. 3.

SEABRA, C.; MAGALHÃES, J. C. & VALENTE, R. SNI viu elo entre Dilma e grupo armado após anistia. **Folha de S. Paulo**, 1º maio 2011. Poder, p. A9.

Semestre das reformas. **Veja**, ed. 445, 16 mar. 1977, p. 28-30.

Sem intermediários. **Veja**, n. 835, 5 set. 1984, p. 20-22.

Sem o terceiro nome. **Veja**, n. 829, 25 jul. 1984, p. 36-38.

SERRADO, L. R. Na hora de votar, todo mundo fugiu. **IstoÉ**, n. 149, 31 out. 1979, p. 100-101.

SINGER, P. Carregando a cruz do “milagre”. **Movimento**, n. 149, 1º maio 1978, p. 6.

_____. E os preços sobem que nem rojão. **Movimento**, n. 147, 24 abr. 1978, p. 7.

SOARES, A. Lula tem de ouvir o povo. **Veja**, n. 841, 17 out. 1984, p. 3-4; 6. Entrevista concedida a Henrique José Alves.

“Soldado, recebo a indicação como missão”. **Folha de S. Paulo**, 10 abr. 1978. Nacional, p. 5.

STUMPF, A. G. & PINTO, T. G. Haverá disputa na sucessão? **IstoÉ**, n. 74, 24 maio 1978, p. 4-7.

SUPLICY, E. M. Os metalúrgicos têm razão. **Movimento**, n. 117, 25 set. 1977, p. 9.

SURUAGY, D. Os riscos da ruptura. **Veja**, n. 842, 24 out. 1984, p. 5-6; 8. Entrevista concedida a Augusto Nunes.

Tancredo abre o jogo. **Veja**, n. 821, 30 mai. 1984, p. 20-22.

Tancredo aceita liderar negociação, se PMDB quiser. **Folha de S. Paulo**, 24 abr. 1984. Política, p. 8.

Tancredo acha que reformas políticas são inevitáveis. **Jornal do Brasil**, 5 mar. 1978. Política e Governo, p. 8.

- Tancredo, a precipitação. **Folha de S. Paulo**, 24 abr. 1984. Editorial, p. 2.
- Tancredo denuncia negligência com interesses do país. **Jornal do Brasil**, 15 ago. 1984. Política, p. 4.
- Tancredo lança partido. **Folha de S. Paulo**, 28 nov. 1979. Nacional, p. 4.
- Tancredo mantém acordo secreto com a esquerda, afirma Maluf. **Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1984. Política, p. 4.
- Tancredo no Planalto. **Veja**, n. 833, 22 ago. 1984, p. 28-31.
- Tancredo pede reformas para evitar violência do povo. **Jornal do Brasil**, 7 out. 1979. Política e Governo, p. 3.
- Tancredo promete Constituinte; acordo não toca na LSN. **Folha de S. Paulo**, 8 ago. 1984. Política, p. 4.
- Tancredo propõe pacto de seis meses aos trabalhadores. **Folha de S. Paulo**, 10 nov. 1984. Política, p. 4.
- Tancredo propõe trégua de seis meses a trabalhador. **Jornal do Brasil**, 10 nov. 1984. Política, p. 3.
- Tancredo se despede do Parlamento. **Jornal do Brasil**, 11 mar. 1983. Política, p. 8-9.
- Tancredo sobe ao palco. **Veja**, n. 825, 27 jun. 1984, p. 20-22; 24-25.
- TEIXEIRA, D. & CARDOSO, T. Maioria do PDS prefere Maluf para suceder Figueiredo. **Jornal do Brasil**, 1º maio 1983. Política, p. 8
- Terror indesejável. **Jornal do Brasil**, 24 set. 1976. Editorial, p. 10.
- Teses para a atuação do PT (fragmento). **Perseu: história, memória e política**, São Paulo, ano 3, n. 3, maio 2009, p. 118-119, 1995.
- Toque de recolher. **Veja**, n. 850, 19 dez. 1984, p. 38.
- Três diretos nas indiretas. **Veja**, n. 815, 18 abr. 1984, p. 38-42.
- Troca de guarda. **Veja**, n. 797, 14 dez. 1983, p. 38.
- Ulisses confirma que sua reunião com Petrônio é oficial. **Jornal do Brasil**, 9 mar. 1977. Política e Governo, p. 3.
- Ulisses e Tancredo apoiam projeto mas Brossard não. **Jornal do Brasil**, 24 jun. 1978. Política e Governo, p. 5.
- Um civil no Planalto. **Veja**, n. 854, 16 jan. 1985, p. 22-23.
- Uma batalha perdida. **Veja**, n. 842, 24 out. 1984, p.24-26.
- Um aceno à oposição. **Veja**, n. 813, 4 abr. 1984, p. 26-28.

- Uma carta de aniversário. **Veja**, ed. 467, 17 ago. 1977, p. 16-21.
- Uma conversa esclarecedora. **Veja**, n. n. 836, 12 set. 1984, p. 22-23.
- Uma direta no PDS. **Veja**, n. 794, 23 nov. 1983, p. 36-42.
- Uma nova força no MDB. **Veja**, ed. 534, 29 nov. 1978, p. 20-25.
- Uma rápida manobra arenista, a reação do MDB e o impasse. **Folha de S. Paulo**, 11 maio 1979. Nacional, p. 6.
- Um caldeirão fervente. **Veja**, ed. 762, 13 abr. 1983, p. 35-37.
- Um dueto no Alvorada. **Veja**, n. 827, 11 jul. 1984, p. 20-24.
- Um duro adeus. **Veja**, ed. 686, 28 out. 1981, p. 24.
- Um envelope explosivo. **Veja**, n. 752, 2 fev. 1983, p. 20-27.
- Um manifesto mineiro. **Veja**, n. 805, 8 fev. 1984, p. 20-27.
- Um pronunciamento político. **Jornal do Brasil**, 13 dez. 1974. Economia, p. 15.
- Um remédio para a recessão. **Veja**, ed. 315, 18 set. 1974, p. 124-126; 129.
- Um sinal de alerta. **Veja**, ed. 522, 6 set. 1978, p. 21-22.
- UNE tem Carta de Princípios. **Folha de S. Paulo**, 31 maio 1979. Educação, p. 19.
- União necessária. **Folha de S. Paulo**, 20 ago. 1976. Opinião, p. 2.
- UTZERI, F. Um carro, dois homens e duas bombas. **Jornal do Brasil**, 2 maio 1981. Nacional, p. 8.
- VALENTE, R. Ata revela veto de Geisel a anistia ampla. **Folha de S. Paulo**, 29 ago. 2009. Brasil, p. A8.
- _____. Governo dos EUA sabia de tortura no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 14 jan. 2007. Brasil, p. A10.
- VARGAS, I. O PTB volta ao poder. **Veja**, ed. 766, 11 maio 1983, p. 3-4; 6. Entrevista concedida a Merval Pereira Filho.
- Zero de participação **Veja**, ed. 776, 20 jul. 1983, p. 35-36.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Descobrimos o Brasil)
- ABREU, A. A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. & LAMARÃO, S. T. N. (Coords.). **Dicionário histórico biográfico após 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5 v.
- ABREU, A. A. & LATTMAN-WELTMAN, F. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, A. A. (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 67-101.
- ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. & ROCHA, D. (Orgs.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ABREU, H. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. (Coleção Brasil século 20)
- ALMEIDA, M. F. L. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- ALMEIDA, M. H. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: ALMEIDA, M. H. & SORJ, B. (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 191-214.
- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves 1978/80**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, J. & REIS, D. A. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 321-353.
- ARBEX JR., J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BAFFA, A. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
- BARRETO, A. F. A. L. **Movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia**. Curitiba, PR: CRV, 2011.
- BARROS, J. D. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BETTO, F. **Lula**: biografia política de um operário. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G. & MATTEUCCI, N. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. (2v.)

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42. (O Brasil Republicano; v. 4)

CAMARGO, A. & GÓES, W. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. (Coleção Brasil século 20)

CANTANHÊDE, E. **O PFL**. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica)

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTRO, C. As apreciações do SNI. In: CASTRO, C. & D'ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **Dossiê Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 41-61.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002.

_____. Introdução. In: _____. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 13-28.

CHIRIO, M. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto**: a imprensa e o poder nos anos Collor. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COUTINHO, C. N. Democracia e socialismo no Brasil de hoje. In: _____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000, p. 87-118.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil, 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Memória viva do regime militar** – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUZ, P. D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 59-106. v. 2

CRUZ, S. C. V. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

CYSNE, R. P. A economia brasileira no período militar. In.: SOARES, G. A. D. & D'ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 232-270.

D'ARAÚJO, M. C. & CASTRO, C. (Orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; & CASTRO, C. (Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

DEBRUN, M. A. **“Conciliação” e outras estratégias**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

DEL PORTO, F. B. A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. SILVA, H. R. K. (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 59-79.

DELLA CAVA, R. A Igreja e a abertura, 1974-185. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 231-273.

DIMESTEIN, G.; NEGREIROS, J.; NOBLAT, R.; LOPES, R. & FERNANDES, R. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.

DINES, A.; FERNANDES JR., F. & SALOMÃO, N. (Orgs.). **Histórias do poder**: 100 anos de política no Brasil, vol. 1: Militares, Igreja e sociedade civil. São Paulo: Ed. 34, 2000.

DOIMO, A. M. **A vez e voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.

DUARTE, C. R. Imprensa e redemocratização: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-78. 176 f. Dissertação (Mestrado em Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

ECHEVERRIA, R. **Sarney**: a biografia. São Paulo: Leya, 2011.

FALCÃO, A. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, A. B. H. (Sup.). **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro, GB: Editora Civilização Brasileira, 1974.

FERREIRA JR., A. & BITTAR, M. O coronel Jarbas Passarinho e a ditadura militar: o último intelectual orgânico? In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O golpe de 1964 e o Regime Militar**: novas perspectivas. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006, p. 201-219.

FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FISHLOW, A. Uma história de dois presidentes: a economia política de gestão da crise. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 137-197.

FLEISCHER, D. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In.: SOARES, G. A. D. & D'ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 154-197.

FROTA, S. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (O Sacerdote e o Feiticeiro, v. 1)

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (O Sacerdote e o Feiticeiro, v. 2)

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As Ilusões Armadas, v. 1)

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. (As Ilusões Armadas, v. 2)

GEISEL, E. **Discursos**. Vol. I: 1974. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975.

_____. **Discursos**. Vol. II: 1975. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1976.

GÓES, W. **O Brasil do General Geisel**: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. (Coleção Brasil século 20)

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 1**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 5.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRECO, H. A. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. SILVA, H. R. K. (Org.). **A luta pela anistia.** São Paulo: Editora UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 193-214.

GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRYNSZPAN, M. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, A. C. ; PANDOLFI, D. C. & ALBERTI, V. (Orgs.). **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 117-155.

GUIMARÃES, L. Conciliação. In: VAINFAS, R. (Coord.). **Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 154-156.

GUTEMBERG, L. **Moisés: codinome Ulysses Guimarães:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos.** O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KINZO, M. D. G. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (Org.). **Eleições e mudança no Brasil: 1970-1979.** São Paulo: Editora Vozes Ltda.; Cebrap, 1980, p. 217-239.

_____. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KLEIN, L. & FIGUEIREDO, M. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 97-118.

KOTSCHO, R. **Explode um novo Brasil:** diário da campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O massacre dos posseiros:** conflito de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KUCINSKI, B. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **Minorias Silenciadas:** História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002, p. 533-551.

_____. **Abertura, a história de uma crise.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982. (Brasil hoje; n. 5)

_____. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINZ, J. J. & STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia:** a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. & MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 66-91.

LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. & MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 92-111.

LYRA, F. **Daquilo que eu sei:** Tancredo e a transição democrática. São Paulo: Iluminuras, 2009.

LÖWY, M. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, J. & AARÃO REIS, D. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 303-320.

MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAINWARING, S. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 275-314.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** São Paulo: Global, 1980.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARROU, H.-I. O uso do conceito. In: _____. **Do conhecimento histórico.** 4. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1975, p. 131-150.

MARTINHO, F. C. P. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, J. & AARÃO REIS, D. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 541-562.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAUÉS, F. A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, C. M.; TELES, E. & TELES, J. A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 110-134.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, S. R. **A industrialização brasileira**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica)

MENDONÇA, S. R. & FONTES, V. M. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2001.

MOISÉS, J. A. Problemas atuais do movimento operário. In: KRISCHKE, P. J. (Org.). **Brasil: do “milagre” à “abertura”**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983, p. 53-81.

MOISÉS, J. A. & MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, J. A. et. al. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1978, p. 13-63.

MOTTA, R. P. S. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, J. & AARÃO REIS, D. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 283-302.

NADER, A. B. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando a História)

_____. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)**. 3. reimp. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOVARO, M. & PALERMO, V. **A Ditadura Militar Argentina, 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

O'DONNELL, G. & SCHMITTER, P. C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PENNA, L. A. **Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PINTO, T. G. **Ele, Paulo Maluf, trajetória da audácia**. São Paulo: Ediouro, 2008.
- POMAR, P. E. R. **Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B – São Paulo, 1976**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- PRADO, L. C. D. & EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241. (O Brasil Republicano; v. 4)
- PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- PULS, M. **O malufismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Folha explica)
- QUADRAT, S. V. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006, p. 161-181.
- REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RODRIGUES, A. T. **Diretas Já – O grito preso na garganta**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)
- RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção comunicação)
- SCARTEZINI, A. C. **Segredos de Médici**. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. (Descobrimos o Brasil)
- SECCO, L. **História do PT: 1978-2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282. (O Brasil Republicano; v. 4)
- SINGER, P. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, A.-M. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. & CASTRO, C. (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, R. & ESTEVES, F. C. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, J. & AARÃO REIS, D. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 355-384.

SOUZA, M. C. C. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 563-627.

STEPAN, A. **Militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Estudos brasileiros, v. 92)

STUMPF, A. G. & PEREIRA FILHO, M. **A segunda guerra: sucessão de Geisel**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, E. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 185-215.

VILAS BOAS, S. **O estilo magazine: o texto em revista**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996. (Coleção novas buscas em comunicação; v. 52)

VIZENTINI, P. G. F. **Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século 20**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Síntese universitária)

_____. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Filmes

MUDA Brasil. Direção de Oswaldo Caldeira. Brasil: Vitória Produções, Paramount Brasil, 1985. 1 filme (104 min.): son., color. DVD Vídeo.

TANCREDO – a travessia. Direção de Silvio Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas Ltda., 2010. 1 filme (104 min.): son., color. DVD Vídeo.